LEI ORGÂNICA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

LEI COMPLEMENTAR N. 34/1994
2ª EDIÇÃO REVISADA

ORGANIZADOR
GLAUBER TATAGIBA

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

LEI ORGÂNICA
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

LEI COMPLEMENTAR N. 34/1994
2ª EDIÇÃO REVISADA

COM REMISSÕES PARA A LEGISLAÇÃO CORRESPONDENTE
E OS PRINCIPAIS ATOS NORMATIVOS INSTITUCIONAIS

COM OS SEGUINTES TEXTOS LEGAIS:

- Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994
- Anexo – Quadro de Pessoal do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
- Lei Complementar n. 61, de 12 de julho de 2001
- Lei Complementar n. 99, de 14 de agosto de 2007
- Enunciados de Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais
- Ato n. 01 CGMP, de 26 de abril de 2012
- Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993
- Lei Complementar n. 75, de 20 de maio de 1993
- Constituição Federal (texto parcial)
- Constituição do Estado de Minas Gerais (texto parcial)

Organizador
GLAUBER SÉRGIO TATAGIBA DO CARMO
Promotor de Justiça
Assessor Especial do Procurador-geral de Justiça

Belo Horizonte

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF
Diretoria de Produção Editorial

Av. Álvares Cabral, 1.740 - Santo Agostinho - 3° Andar
30170-916 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3330-8182 | *E-mail*: dipe@mp.mg.gov.br | http://www.mp.mg.gov.br

Minas Gerais. Ministério Público. Procuradoria-Geral de Justiça. Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

M683 Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais. Organizador: Glauber Sérgio Tatagiba do Carmo. 2. ed. revisada. Belo Horizonte: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de Minas Gerais, Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional. 2012.
384 p.

ISBN 978-85-61532-04-8

1. Ministério Público – legislação. 2. Ministério Público – lei orgânica. I. Autor. II. Título.

CDU 347.963 (094.5) (815.1)

Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Procuradoria-Geral de Justiça

Administração Superior

Procurador-Geral de Justiça
Procurador de Justiça Alceu José Torres Marques
Corregedor-Geral do Ministério Público
Procurador de Justiça Luiz Antônio Sasdelli Prudente
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico
Procurador de Justiça Geraldo Flávio Vasques
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo (em exercício)
Procurador de Justiça Waldemar Antônio de Arimatéia
Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional
Procurador de Justiça Waldemar Antônio de Arimatéia
Chefe de Gabinete
Promotor de Justiça Paulo de Tarso Morais Filho
Secretário-Geral
Promotor de Justiça Roberto Heleno de Castro Júnior
Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Promotor de Justiça Gregório Assagra de Almeida
Coordenador Pedagógico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Promotor de Justiça Gregório Assagra de Almeida
Assessora Especial do Procurador-Geral de Justiça (Ceaf)
Élida de Freitas Rezende
Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça (Ceaf)
Paulo César Vicente de Lima
Diretor-Geral
Fernando Antônio Faria Abreu

Conselho Editorial

Procurador de Justiça Adilson de Oliveira Nascimento
Promotor de Justiça Cleverson Raymundo Sbarzi Guedes
Promotor de Justiça Emerson Felipe Dias Nogueira
Promotor de Justiça Leonardo Barreto Moreira Alves
Promotor de Justiça Marcos Paulo de Souza Miranda
Promotor de Justiça Renato Franco de Almeida
Promotor de Justiça Rodrigo Iennaco de Moraes

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Superintendente de Formação e Aperfeiçoamento
Ana Rachel Brandão Ladeira Roland
Diretora de Produção Editorial
Alessandra de Souza Santos
Diretora de Informação e Conhecimento
Cristina Pedrosa Garabini

Equipe Técnica

Editoração e Normalização Técnica
Alessandra de Souza Santos – Diretora de Produção Editorial
Patrícia Brandão Cordeiro – Oficial do Ministério Público
Helena Carvalho Moysés – Oficial do Ministério Público
Carlos José Vieira – Oficial do Ministério Público
Sistematização
Cristina Pedrosa Garabini - Diretora de Informação e Conhecimento
Revisão de Legislação
Ana Célia de Almeida Soares - Coordenadora da Divisão de Documentação Jurídica
Arte e Diagramação
Rafael de Almeida Borges – Analista do Ministério Público
Revisão Ortográfica
Patrícia Brandão Cordeiro – Oficial do Ministério Público
Leonardo Ribeiro Mota (estágio supervisionado)
Lorena Coelho Fonseca (estágio supervisionado)
Roger Vinícius da Silva Costa (estágio supervisionado)

Prefácio

A partir do trabalho criterioso e persistente de várias pessoas, concretizou-se esta segunda edição, revisada e ampliada, da Lei Orgânica do Ministério Público de Minas Gerais, contendo remissões para a legislação correspondente e para atos normativos institucionais. A edição desta Lei Orgânica representa o esforço para a continuidade da formação e aprimoramento de membros e servidores do Ministério Público e, certamente, contribuirá como obra de referência para consulta corriqueira.

Registro o incansável trabalho do Promotor de Justiça Glauber Tatagiba, organizador das duas edições desta obra, e, por fim, registro também o primoroso trabalho das equipes da Diretoria de Produção Editorial e da Divisão de Documentação Jurídica da Diretoria de Informação e Conhecimento – setores do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – e da Superintendência dos Órgãos Colegiados, que trabalharam na editoração da presente obra.

Gregório Assagra de Almeida
Diretor do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Apresentação

O caráter cada vez mais nacional do Ministério Público, a presença constante de outras instituições e da sociedade civil em luta outrora solitária em defesa da coletividade, e a salutar cobrança da população por resultados efetivos no combate à impunidade demonstram a premente necessidade de reafirmar os valores institucionais conquistados a duras penas pelas gerações de Promotores e Procuradores de Justiça que nos antecederam.

Conforme já enfatizado anteriormente, não é possível contentar-se com a mera normatização dos avanços institucionais. Isso seria esquecer que a atual conformação normativa do Ministério Público – delineada, inicialmente, pela edição da Lei Orgânica Nacional e da Lei Complementar Estadual e agora complementada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que instituiu o Conselho Nacional – sempre será um pacto entre seus membros e a sociedade.

Essa sociedade, a par de reconhecer o efetivo trabalho do Ministério Público em prol da cidadania, também exige, cada vez mais, resultados consistentes da nossa atuação como instrumento garantidor do progresso social conforme os preceitos constitucionais.

É certo que os avanços institucionais até este momento conquistados decorreram do inabalável sacrifício de uma geração que soube angariar admiração pela sua luta em prol das vítimas, dos incapazes, das minorias e das comunidades sem representação, que sempre tiveram na Promotoria o lugar de acolhimento e companhia em sua luta pela dignidade.

Por outro lado, também é correto dizer que coragem e entusiasmo não bastam. É preciso eleger prioridades, bem gerenciar nossos recursos humanos e materiais, combinar nossas ações e traçar nossas táticas de atuação, de forma que possamos atender às expectativas sociais contemporâneas.

Portanto, nada mais oportuno que reeditar, de forma atualizada, a nossa Lei Orgânica, que, além de ser o ponto de partida de qualquer atuação institucional, já antevia, em 1994, a necessidade de um planejamento das atividades ministeriais em âmbito estadual, como que vislumbrando o complexo e desafiante futuro que hoje temos a honra e o orgulho de enfrentar.

Alceu José Torres Marques
Procurador-Geral de Justiça

Notas do Organizador

A expressão normativa do Ministério Público Mineiro

A primeira norma mineira a tratar do Ministério Público, ainda que de forma incipiente, remonta ao início da República. Foi a Lei n. 18, de 28 de novembro de 1891, promulgada pouco depois da Constituição republicana, prevendo a investidura de um Desembargador do Tribunal da Relação como chefe da instituição. Pouco tempo depois veio a Lei n. 375/1903, regulamentada pelo Decreto n. 1.638/1903, que preceituava que o Promotor era um mero funcionário auxiliar da administração da Justiça.

Durante o governo de Benedito Valadares Ribeiro foi promulgada a Lei n. 39/1938, que colocou fim à necessidade de recondução quadrienal dos Promotores de Justiça, estabelecendo sua nomeação por tempo indeterminado, apesar da sua demissão *ad nutum*. Sobreleva notar que a estabilidade em nível constitucional só veio com a Constituição Federal de 1946. Nesse ano, o Decreto-Lei n. 1.630 organizou o Ministério Público das Geraes em carreira e, com a Constituição mineira de 1947, ficou prescrito o concurso como forma de ingresso na instituição.

Somente com a Lei Estadual n. 616/1950 o Ministério Público foi tratado legalmente de forma isolada, separada da magistratura, embora a Constituição Federal de 1934 já o abordasse numa seção própria (dos órgãos de cooperação nas atividades governamentais) e a Constituição de 1946, em título à parte.

Após diversas alterações, a Lei n. 616/1950 foi revogada pela Lei n. 6.276/1973 – nova Lei Orgânica do Ministério Público de Minas Gerais – com a qual, dentre muitas novidades, foram criados o Conselho Superior e a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Em 1981, com a edição da Lei Complementar n. 40, o Ministério Público sofreu novas mudanças. No ano seguinte, a Lei Estadual n. 8.222/1982 adequou a instituição à nova realidade, substituindo definitivamente a designação Procurador do Estado por Procurador de Justiça, apesar de dividi-la em duas categorias (A e B) e previu, além da autonomia administrativa e financeira, dotação orçamentária própria.

Com o advento da Constituição de 1988, sobreveio o novo Ministério Público brasileiro, sem nenhum outro congênere, com autonomia e independência de um verdadeiro Poder constituído, em condições idênticas aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Dessarte, foi necessária uma nova legislação que estivesse ajustada à natureza nacional da instituição. Conhecida como Lei Orgânica Nacional do Ministério Público – LOMP –, a Lei n. 8.625/1993 foi criada em adequação a esse caráter nacional do órgão, seguida da Lei Complementar n. 75/1993, organizadora do Ministério Público da União.

Com a nova ordem constitucional e legal, o Estado de Minas Gerais promulgou a presente Lei Orgânica Estadual do Ministério Público – a Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994 – alterada posteriormente pelas Leis Complementares n. 61, de 12 de julho de 2001, n. 66, de 22 de janeiro de 2003, n. 80, de 9 de agosto de 2004, n. 99, de 14 de agosto de 2007, n. 117, de 11 de janeiro de 2011 e pela Lei Complementar n. 118, de 12 de janeiro de 2011.

Apontamentos à presente edição

Esta edição traz a Lei Orgânica do Ministério Público de Minas Gerais, a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, a Lei Orgânica do Ministério Público da União, textos parciais da Constituição Federal e da Constituição Estadual, os Enunciados de Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público, a Lei Complementar n. 61/2001 – que deu nova classificação administrativa às entrâncias e dispôs sobre o Programa Estadual de Proteção ao Consumidor, além de terem sido acrescentados a íntegra do Ato n. 01/2012 da Corregedoria-Geral do Ministério Público e o anexo da Lei Complementar n. 118/2011, que dispõe sobre o quadro de pessoal do Ministério Público.

No corpo do texto da Lei Orgânica Estadual, foram inseridos dois tipos de remissões. O primeiro refere-se àquelas normas chamadas de repetição, provenientes da Constituição Federal, da Constituição Estadual, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e da Lei Orgânica do Ministério Público da União. O segundo reporta-se aos artigos conexos da própria Lei Orgânica Estadual, aos principais atos normativos editados pela instituição, aos enunciados de súmulas do Conselho Superior do Ministério Público e às resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.

As alterações trazidas pela nefasta Lei n. 99, de 14 de agosto de 2007 – produzida ao alvedrio do Ministério Público e cujos efeitos foram suspensos pela cautelar deferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade n. 3946 – não foram inseridas no texto da Lei Orgânica Estadual, mas constam do anexo.

O texto da Lei Complementar n. 34/1994 foi atualizado com as modificações advindas das Leis Complementares ns. 117/2011 e 118/2011, e todas as remissões foram adequadas ao Ato n. 01/2012, da Corregedoria-Geral do Ministério Público, o qual atualizou e revisou a Consolidação dos Atos Normativos e Orientações expedidas.

Ainda, para facilitar a consulta, as remissões referentes ao Ato n° 01/2012 da Corregedoria-Geral estão resumidas, enquanto as demais normas também estão indicadas pelo seu conteúdo. Com a mesma intenção foram utilizadas as

seguintes abreviações: Câmara de Procuradores de Justiça – CAPJ; Constituição Estadual – CE; Constituição Federal – CF; Corregedoria-Geral do Ministério Público – CGMP; Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP; Conselho Superior do Ministério Público – CSMP; e Procuradoria-Geral de Justiça – PGJ.

É imprescindível, para a compreensão do funcionamento e da estrutura de uma instituição, o estudo das normas definidoras de sua personalidade dentro da organização estatal, mesmo ciente de que a expressão normativa não reflete com exatidão o papel que essa instituição desempenha na sociedade. Esse estudo constitui um norte ao operador do Direito, sobretudo para a resolução de questões *interna corporis*. Assim, espero que este material, cultivado através do manuseio diário da nossa Lei Orgânica, seja um auxílio nas consultas periódicas à legislação institucional.

Enfim, agradeço pelas inúmeras sugestões recebidas e pela oportunidade de contribuir, mais uma vez, com o nosso Ministério Público.

GLAUBER TATAGIBA
Promotor de Justiça
Assessor Especial do Procurador-Geral de Justiça

Sumário

LEI ORGÂNICA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS
LEI COMPLEMENTAR N. 34, DE 12 DE SETEMBRO DE 1994

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS 21

TÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO 23

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 23

CAPÍTULO II – DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR 24
SEÇÃO I – DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA 24
SEÇÃO II – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA E SEU ÓRGÃO ESPECIAL 37
SUBSEÇÃO I – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA 37
SUBSEÇÃO II – DA CÂMARA DE PROCURADORES DE JUSTIÇA 38
SEÇÃO III – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 42
SEÇÃO IV – DO IMPEDIMENTO E DA SUSPEIÇÃO NOS ÓRGÃOS COLEGIADOS 47
SEÇÃO V – DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 47
SEÇÃO VI – DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA 54
SEÇÃO VII – DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA 55

CAPÍTULO III – DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO 59
SEÇÃO I – DAS FUNÇÕES GERAIS 59
SEÇÃO II – DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA 66
SEÇÃO III – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 67
SEÇÃO IV – DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA 68
SEÇÃO V – DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA 70

CAPÍTULO IV – DOS ÓRGÃOS AUXILIARES 73
SEÇÃO I – DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL 73
SEÇÃO II – DA COMISSÃO DE CONCURSO 75
SEÇÃO III – DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL 76
SEÇÃO IV – DOS ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO 77
SEÇÃO V – DOS ÓRGÃOS DE ASSESSORAMENTO 78
SUBSEÇÃO I – DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO 78
SUBSEÇÃO II – DO GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA 81
SUBSEÇÃO III – DA SECRETARIA-GERAL 81
SUBSEÇÃO IV – DA ASSESSORIA ESPECIAL 81
SEÇÃO VI – DOS ESTAGIÁRIOS 81
SUBSEÇÃO I – DA SELEÇÃO, DA INVESTIDURA E DO EXERCÍCIO 82
SUBSEÇÃO II – DA DISPENSA E DO CERTIFICADO DE ESTÁGIO 83

CAPÍTULO V – DAS GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MP 84

CAPÍTULO VI – DOS DEVERES E VEDAÇÕES DOS MEMBROS DO MP 89

CAPÍTULO VII – DOS VENCIMENTOS, DAS VANTAGENS E DOS DIREITOS 94
SEÇÃO I – DOS VENCIMENTOS E DAS VANTAGENS 94
SEÇÃO II – DOS DIREITOS 97
SUBSEÇÃO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 97
SUBSEÇÃO II – DAS FÉRIAS 98
SUBSEÇÃO III – DAS FÉRIAS-PRÊMIO 99
SUBSEÇÃO IV – DA AJUDA DE CUSTO 100
SUBSEÇÃO V – DAS DIÁRIAS 100
SUBSEÇÃO VI – DAS LICENÇAS 101
SUBSEÇÃO VII – DA VERIFICAÇÃO DE INCAPACIDADE FÍSICA E MENTAL 103
SUBSEÇÃO VIII – DOS AFASTAMENTOS 104
SUBSEÇÃO IX – DO TEMPO DE SERVIÇO 105
SUBSEÇÃO X – DA APOSENTADORIA 105
SUBSEÇÃO XI – DA PENSÃO POR MORTE 106

CAPÍTULO VIII – DA CARREIRA 108
SEÇÃO I – DO CONCURSO DE INGRESSO 108
SEÇÃO II – DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO 109
SEÇÃO III – DO ESTÁGIO DE ORIENTAÇÃO E PREPARAÇÃO 110
SEÇÃO IV – DO VITALICIAMENTO 111
SUBSEÇÃO I – DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 112
SUBSEÇÃO II – DA CONFIRMAÇÃO NA CARREIRA 113
SEÇÃO V – DA VACÂNCIA E DAS FORMAS DE PROVIMENTO DERIVADO 114
SUBSEÇÃO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 114
SUBSEÇÃO II – DA PROMOÇÃO 115
SUBSEÇÃO III – DA ANTIGÜIDADE 118
SUBSEÇÃO IV – DO MERECIMENTO 119
SUBSEÇÃO V – DA REMOÇÃO VOLUNTÁRIA 120
SUBSEÇÃO VI – DA REMOÇÃO POR PERMUTA 121
SUBSEÇÃO VII – DA REINTEGRAÇÃO 122
SUBSEÇÃO VIII – DO APROVEITAMENTO 122
SEÇÃO VI – DAS SUBSTITUIÇÕES 123

CAPÍTULO IX – DO REGIME DISCIPLINAR 123
SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 123
SEÇÃO II – DAS PENALIDADES 124
SUBSEÇÃO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 124
SUBSEÇÃO II – DA PENA DE ADVERTÊNCIA 125
SUBSEÇÃO III – DA PENA DE CENSURA 126
SUBSEÇÃO IV – DA REMOÇÃO COMPULSÓRIA 126
SUBSEÇÃO V – DA DISPONIBILIDADE COMPULSÓRIA 127
SUBSEÇÃO VI – DA DISPONIBILIDADE CAUTELAR 128
SUBSEÇÃO VII – DA EXONERAÇÃO 128
SEÇÃO III – DA REINCIDÊNCIA 129
SEÇÃO IV – DA PRESCRIÇÃO 129

CAPÍTULO X – DO PROCESSO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO 129
SEÇÃO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 129
SEÇÃO II – DA SINDICÂNCIA 130
SEÇÃO III – DO PROCEDIMENTO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO 132
SEÇÃO IV – DA REVISÃO E DA REABILITAÇÃO 133
SUBSEÇÃO I – DA REVISÃO 133
SUBSEÇÃO II – DA REABILITAÇÃO 133
CAPÍTULO XI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 133

ANEXOS

ANEXO: QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 139

LEI COMPLEMENTAR N. 61, DE 12 DE JULHO DE 2001 145

LEI COMPLEMENTAR N. 99, DE 14 DE AGOSTO DE 2007 153

ENUNCIADOS DE SÚMULAS DO CONSELHO SUPERIOR 163
DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE MINAS GERAIS

ATO N. 01 DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO . 177
DO ESTADO DE MINAS GERAIS, DE 26 DE ABRIL DE 2012

CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS 178

TÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES 178

CAPÍTULO I - DAS NORMAS GERAIS 178

CAPÍTULO II - DA ENTRADA EM EXERCÍCIO 179
E DO DESLIGAMENTO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

CAPÍTULO III - DA ESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO 180
SEÇÃO I - DAS PASTAS OBRIGATÓRIAS 180
SEÇÃO II - DOS LIVROS 182
SUBSEÇÃO I - DOS LIVROS OBRIGATÓRIOS 182
SUBSEÇÃO II - DOS LIVROS FACULTATIVOS 189
SUBSEÇÃO III - DO SISTEMA DE REGISTRO ÚNICO 189

CAPÍTULO IV - DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 191
DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS 191
SEÇÃO II - DO ESTÁGIO DE ORIENTAÇÃO E PREPARAÇÃO 192
SEÇÃO III - DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 192
SEÇÃO IV - DOS RELATÓRIOS TRIMESTRAIS 193
SEÇÃO V - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS 195

CAPÍTULO V - DA POSTURA FUNCIONAL DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO 196
NOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL
SEÇÃO I - DISPOSIÇÕES GERAIS 196
SEÇÃO II - DA ATIVIDADE FORENSE 199
SEÇÃO III - DOS ÓRGÃOS AUXILIARES 204
SEÇÃO IV - DAS VEDAÇÕES 206
SEÇÃO V - DOS IMPEDIMENTOS E DAS SUSPEIÇÕES 209
SEÇÃO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS 211

TÍTULO II - DOS DADOS ESTATÍSTICOS 212

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS 212

CAPÍTULO II - DO RELATÓRIO MENSAL 214

TÍTULO III - DAS RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES 216
DESTINADAS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE-FIM

CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 216

CAPÍTULO II - DAS RECOMENDAÇÕES 217
SEÇÃO I - DAS DISPOSIÇÕES COMUNS 217
SEÇÃO II - DA MATÉRIA PENAL 217
SEÇÃO III -DA MATÉRIA CÍVEL E DOS INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS 234

TÍTULO V- DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS..... 250

LEI FEDERAL N. 8.625, DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993 253

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 253

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO 254
SEÇÃO I – DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO 254
SEÇÃO II – DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO 255
SEÇÃO III – DOS ÓRGÃOS AUXILIARES 255

CAPÍTULO III – DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO 255
SEÇÃO I – DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA 255
SEÇÃO II – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA 257
SEÇÃO III – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 258
SEÇÃO IV – DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO 260
SEÇÃO V – DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA 260
SEÇÃO VI – DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA 261

CAPÍTULO IV – DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO 262
SEÇÃO I – DAS FUNÇÕES GERAIS 262
SEÇÃO II – DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA 264
SEÇÃO III – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO 265
SEÇÃO IV – DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA 265
SEÇÃO V – DO PROMOTORES DE JUSTIÇA 265

CAPÍTULO V – DOS ÓRGÃOS AUXILIARES 266

SEÇÃO I – DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL 266
SEÇÃO II – DA COMISSÃO DE CONCURSO 266
SEÇÃO III – DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL 266
SEÇÃO IV – DOS ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO 267
SEÇÃO V – DOS ESTAGIÁRIOS 267

CAPÍTULO VI – DAS GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO 267

CAPÍTULO VII – DOS DEVERES E VEDAÇÕES DOS MEMBROS 269

CAPÍTULO VIII – DOS VENCIMENTOS, VANTAGENS E DIREITOS 271

CAPITULO IX – DA CARREIRA 273

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 276

LEI COMPLEMENTAR N. 75, DE 20 DE MAIO DE 1993 279

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS 279

CAPÍTULO I – DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS . 279

CAPÍTULO II – DOS INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO 281

CAPÍTULO III – DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL 284

CAPÍTULO IV – DA DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS 285

CAPÍTULO V – DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS 285

CAPÍTULO VI – DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO 287

CAPÍTULO VII – DA ESTRUTURA 287

CAPÍTULO VIII – DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA 288

CAPÍTULO IX – DO CONSELHO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 289

CAPÍTULO X – DAS CARREIRAS 290

CAPÍTULO XI – DOS SERVIÇOS AUXILIARES 290

TÍTULO II – DOS RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO 290

CAPÍTULO I – DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 290
SEÇÃO I – DA COMPETÊNCIA, DOS ÓRGÃOS E DA CARREIRA 290
SEÇÃO II – DA CHEFIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 292
SEÇÃO III – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DA REPÚBLICA 295
SEÇÃO IV – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 296
SEÇÃO V – DAS CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 298
SEÇÃO VI – DA CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 299
SEÇÃO VII – DOS SUBPROCURADORES-GERAIS DA REPÚBLICA 300
SEÇÃO VIII – DOS PROCURADORES REGIONAIS DA REPÚBLICA 300

SEÇÃO IX – DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA 301
SEÇÃO X – DAS FUNÇÕES ELEITORAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL 301
SEÇÃO XI – DAS UNIDADES DE LOTAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO 302

CAPÍTULO II – DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 303
SEÇÃO I – DA COMPETÊNCIA, DOS ÓRGÃOS E DA CARREIRA 303
SEÇÃO II – DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO 305
SEÇÃO III – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO TRABALHO 307
SEÇÃO IV – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 307
SEÇÃO V – DA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 310
SEÇÃO VI – DA CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO 311
SEÇÃO VII – DOS SUBPROCURADORES-GERAIS DO TRABALHO 311
SEÇÃO VIII – DOS PROCURADORES REGIONAIS DO TRABALHO 312
SEÇÃO IX – DOS PROCURADORES DO TRABALHO 312
SEÇÃO X – DAS UNIDADES DE LOTAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO 312

CAPÍTULO III – DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR 313
SEÇÃO I – DA COMPETÊNCIA, DOS ÓRGÃOS E DA CARREIRA 313
SEÇÃO II – DO PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR 313
SEÇÃO III – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DA JUSTIÇA MILITAR 315
SEÇÃO IV – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR 316
SEÇÃO V – DA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR 318
SEÇÃO VI – DA CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR 319
SEÇÃO VII – DOS SUBPROCURADORES-GERAIS DA JUSTIÇA MILITAR 320
SEÇÃO VIII – DOS PROCURADORES DA JUSTIÇA MILITAR 320
SEÇÃO IX – DOS PROMOTORES DA JUSTIÇA MILITAR 321
SEÇÃO X – DAS UNIDADES DE LOTAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO 321

CAPÍTULO IV – DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS . 321
SEÇÃO I – DA COMPETÊNCIA, DOS ÓRGÃOS E DA CARREIRA 321
SEÇÃO II – DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA 323
SEÇÃO III – DO COLÉGIO DE PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA 325
SEÇÃO IV – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS 326
SEÇÃO V – DAS CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS . 328
SEÇÃO VI – DA CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS 329
SEÇÃO VII – DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA 330
SEÇÃO VIII – DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA 330
SEÇÃO IX – DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA ADJUNTOS 330
SEÇÃO X – DAS UNIDADES DE LOTAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO 331

TÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS ESPECIAIS 331

CAPÍTULO I – DA CARREIRA 331
SEÇÃO I – DO PROVIMENTO 331
SEÇÃO II – DO CONCURSO 331
SEÇÃO III – DA POSSE E DO EXERCÍCIO 332
SEÇÃO IV – DO ESTÁGIO PROBATÓRIO 332

SEÇÃO V – DAS PROMOÇÕES 333
SEÇÃO VI – DOS AFASTAMENTOS 334
SEÇÃO VII – DA REINTEGRAÇÃO 335
SEÇÃO VIII – DA REVERSÃO E DA READMISSÃO 335

CAPÍTULO II – DOS DIREITOS 336
SEÇÃO I – DA VITALICIEDADE E DA INAMOVIBILIDADE 336
SEÇÃO II – DAS DESIGNAÇÕES 336
SEÇÃO III – DAS FÉRIAS E LICENÇAS 337
SEÇÃO IV – DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS 340
SEÇÃO V – DA APOSENTADORIA E DA PENSÃO 343

CAPÍTULO III – DA DISCIPLINA 344
SEÇÃO I – DOS DEVERES E VEDAÇÕES 344
SEÇÃO II – DOS IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES 345
SEÇÃO III – DAS SANÇÕES 345
SEÇÃO IV – DA PRESCRIÇÃO 346
SEÇÃO V – DA SINDICÂNCIA 347
SEÇÃO VI – DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO 347
SEÇÃO VII – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 348
SEÇÃO VIII – DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO 350

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS 350

CONSTITUIÇÃO FEDERAL (TEXTO PARCIAL) 355

TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 355

CAPÍTULO IV – DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 355
SEÇÃO I – DO MINISTÉRIO PÚBLICO 355

CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE MINAS GERAIS (TEXTO PARCIAL) 361

TÍTULO III – DO ESTADO 361

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES 361
SEÇÃO IV – DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA 361
SUBSEÇÃO I – DO MINISTÉRIO PÚBLICO 361

ÍNDICE 367

Lei Complementar n. 34
de 12 de setembro de 1994

Dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências.

(*Vide* Lei n. 14.323, de 20/6/2002.)
(*Vide* Lei n. 15.963, de 3/1/2006.)
(*Vide* Lei n. 16.079, de 26/4/2006.)
(*Vide* Lei n. 17.681, de 23/7/2008.)
(*Vide* Lei Complementar n. 61, de 12/07/2001.)
(*Vide* Lei Complementar n. 64, de 25/3/2002.)
(*Vide* Lei Complementar n. 66, de 22/01/2003.)
(*Vide* Lei Complementar n. 80, de 09/08/2004.)
(*Vide* Lei Complementar n. 94, de 10/1/2007.)
(*Vide* Lei Complementar n. 117, de 11/01/2011.)
(*Vide* Lei Complementar n. 118, de 12/01/2011.)

O Povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, decretou e eu, em seu nome, sanciono a seguinte Lei Complementar:

Título I
Disposições Gerais

Art. 1º. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo único. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

- *Vide* art. 127 da CF; art. 119 da CE; art. 1º da Lei n. 8.625/93.

Art. 2º. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

- *Vide* art. 127, § 2º, da CF; art. 122 da CE; art. 3º da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resoluções CNMP n. 74/2011 e 86/2012.

I – praticar atos próprios de gestão;

- *Vide* art. 3º, I, da Lei n. 8.625/93.

II – praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

- *Vide* art. 3°, II, da Lei n. 8.625/93.

III – elaborar suas folhas de pagamento e expedir os demonstrativos correspondentes;

- *Vide* art. 3°, III, da Lei n. 8.625/93.

IV – adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;

- *Vide* art. 3°, IV, da Lei n. 8.625/93.

V – propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares e a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores;

- *Vide* art. 127, § 2°, da CF; art. 122, I, da CE; art. 3°, V e VI, da Lei n. 8.625/93.

VI – prover os cargos iniciais da carreira e os demais cargos nos casos de promoção, remoção, permuta e outras formas de provimento derivado;

- *Vide* art. 127, § 2°, da CF; art. 122, II, da CE; art. 3°, VII, da Lei n. 8.625/93.

VII – prover os cargos iniciais dos serviços auxiliares e editar atos que importem em movimentação, progressão e demais formas de provimento derivado;

- *Vide* art. 127, § 2°, da CF; art. 122, II, da CE; art. 3°, VII, da Lei n. 8.625/93.

VIII – editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira, bem como os de disponibilidade de seus membros;

- *Vide* art. 127, § 2°, da CF; art. 122, III, da CE; art. 3°, VIII, da Lei n. 8.625/93.

IX – editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de seus servidores;

- *Vide* art. 127, § 2°, da CF; art. 122, III, da CE; art. 3°, VIII, da Lei n. 8.625/93.

X – editar atos de concessão, alteração e cassação de pensão por morte e outros benefícios previstos nesta lei;

XI – organizar suas secretarias e os serviços auxiliares dos órgãos de administração e de execução;

- *Vide* art. 122, IV, da CE; art. 3°, IX, da Lei n. 8.625/93.

XII – compor os seus órgãos de administração;

- *Vide* art. 3°, X, da Lei n. 8.625/93.

XIII – elaborar seus regimentos internos;

- *Vide* art. 122, V, da CE; art. 3°, XI, da Lei n. 8.625/93.

XIV – exercer outras competências delas decorrentes.

- *Vide* art. 3°, XII, da Lei n. 8.625/93.

§ 1° As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa ou financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional dos Poderes Judiciário e Legislativo.

- *Vide* art. 3°, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° Os órgãos do Ministério Público têm asseguradas instalações privativas nos edifícios onde exerçam suas funções, especialmente nos Tribunais e nos fóruns, cabendo-lhes a respectiva administração.

Art. 3°. O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária, observado o disposto no art. 156 da Constituição do Estado.

- *Vide* art. 127, §§ 3°, 4°, 5° e 6°, da CF; arts. 122, VI, §§ 2°, 3°, 4° e 155, § 1°, da CE; art. 4° da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução CNMP n. 74/2011.

§ 1° Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues, em duodécimos, até o dia 20 (vinte) de cada mês, sem vinculação a nenhum tipo de despesa.

- *Vide* art. 4°, § 1°, da Lei n. 8.625/93;
- *Vide* Lei Complementar Estadual n. 67/03 (Cria o Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais - FUNEMP).

§ 2° Os recursos próprios, não originários do Tesouro Estadual, serão recolhidos diretamente e vinculados aos fins da instituição, vedada outra destinação.

§ 3° A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto a legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo, e pelo sistema de controle interno efetivado pelas superintendências administrativa, de finanças, de planejamento e coordenação e de auditoria interna, mediante comissão integrada por servidores efetivos do quadro de carreira da instituição.

- *Vide* art. 4°, § 2°, da Lei n. 8.625/93.

§ 4° As contas do Ministério Público serão julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 76, II e III, da Constituição Estadual.

Título II
Da Organização do Ministério Público
Capítulo I
Disposições Preliminares

Art. 4°. São órgãos do Ministério Público:

I – da administração superior:

a) a Procuradoria-Geral de Justiça;
b) o Colégio de Procuradores de Justiça;
c) o Conselho Superior do Ministério Público;
d) a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

- *Vide* art. 5º da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, 21, 23, 24, 33 e 39.

II – de administração:

a) as Procuradorias de Justiça;
b) as Promotorias de Justiça;
c) o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon-MG.[1]

- *Vide* art. 6º da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 55, 57 e 63; arts. 22 e 23 da Lei Complementar Estadual n. 61/01.

III – de execução:

a) o Procurador-Geral de Justiça;
b) o Conselho Superior do Ministério Público;
c) os Procuradores de Justiça;
d) os Promotores de Justiça;
e) a Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Jurdecon.[2]

- *Vide* art. 7º da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 69, 70, 72 e 74.

IV – auxiliares:

a) os Centros de Apoio Operacional;
b) a Comissão de Concurso;
c) o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;
d) os órgãos de apoio administrativo e de assessoramento;
e) os estagiários.

- *Vide* art. 8º da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XXI, "a" e "b"; 75; 76; 82; 86, 88 e 93.

CAPÍTULO II
DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
SEÇÃO I
DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 5º. A Procuradoria-Geral de Justiça, órgão de direção superior do Ministério Público, que funcionará em sede própria, será chefiada pelo Procurador-Geral de Justiça.

1 Alínea acrescentada pelo art. 1º da Lei Complementar n. 117, de 11.01.2011.
2 Alínea acrescentada pelo art. 1º da Lei Complementar n. 117, de 11.01.2011.

- *Vide* art. 10, I, da Lei n. 8.625/93.

§ 1° O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Governador do Estado, entre os Procuradores de Justiça com o mínimo de 10 (dez) anos de serviço na carreira, indicados em lista tríplice, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

- *Vide* art. 128, § 3°, da CF; art. 123, § 1°, da CE; art. 9° da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 21, III; Lei Complementar Estadual n. 21/91.

§ 2° A eleição para a formação da lista tríplice far-se-á mediante voto obrigatório e plurinominal de todos os integrantes da carreira.

- *Vide* art. 9°, § 1°, da Lei n. 8.625/93.

§ 3° O Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral do Ministério Público e os ocupantes de cargos de confiança da Administração Superior do Ministério Público, para concorrerem à formação da lista tríplice, deverão renunciar aos respectivos cargos até 30 (trinta) dias antes da data fixada para a eleição.

§ 4° A eleição referida no § 2° deste artigo será regulamentada pela Câmara de Procuradores de Justiça e deverá ocorrer no 2° (segundo) dia útil do mês de novembro dos anos ímpares, vedado o voto por procuração.

§ 5° A Comissão Eleitoral será indicada pela Câmara de Procuradores de Justiça, cabendo-lhe encaminhar a lista tríplice ao Procurador-Geral de Justiça, logo que encerrada a apuração.

§ 6° Os 3 (três) candidatos mais votados figurarão em lista, e, em caso de empate, incluir-se-á o mais antigo na instância, observando-se, caso necessário, os demais critérios de desempate previstos no art. 185, parágrafo único.

§ 7° O Procurador-Geral de Justiça encaminhará ao Governador do Estado a lista tríplice com indicação do número de votos obtidos, em ordem decrescente, até o dia útil seguinte àquele em que a receber.

§ 8° Caso o Governador do Estado não efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça nos 20 (vinte) dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o Procurador de Justiça mais votado, para o exercício do mandato.

- *Vide* art. 123, §§ 2° e 3°, da CE; art. 9°, § 4°, da Lei n. 8.625/93.

Art. 6°. O Procurador-Geral de Justiça tomará posse perante o Governador do Estado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da nomeação, ressalvado o disposto no § 8° do artigo anterior, e entrará em exercício, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, no primeiro dia útil seguinte.

- *Vide* arts. 90, XXVI e 123, § 2°, da CE.
- *Vide* art. 9°, I, do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

Parágrafo único. O Procurador-Geral de Justiça terá prerrogativas e representação de Secretário de Estado, observado, ainda, o disposto no art. 37,

XI, da Constituição Federal, e nos arts. 24, § 1°, 32, "caput", e 125, I, "c", da Constituição Estadual.

Art. 7°. São inelegíveis para o cargo de Procurador-Geral de Justiça os membros do Ministério Público que:

- *Vide* art. 21, XI.
- *Vide* Resolução CNMP n. 55/2010.

I – tenham-se afastado do exercício das funções, na forma prevista no art. 142, nos 6 (seis) meses anteriores à data da eleição;

II – forem condenados por crimes dolosos, com decisão transitada em julgado;

III – à data da eleição não apresentarem declaração de regularidade dos serviços afetos a seu cargo;

IV – estejam respondendo a processo disciplinar administrativo ou cumprindo sanção correspondente;

- *Vide* art. 227 e segs.

V – mantenham conduta pública ou particular incompatível com a dignidade do cargo;

VI – estiverem afastados do exercício do cargo para desempenho de função junto à associação de classe;

VII – estiverem inscritos ou integrarem as listas a que se referem os arts. 94, "caput", e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal, e art. 78, § 3°, da Constituição Estadual.

Parágrafo único. Qualquer membro do Ministério Público poderá representar à Comissão Eleitoral acerca das causas de inelegibilidade previstas neste artigo, cabendo da decisão recurso à Câmara de Procuradores de Justiça no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 8°. O Procurador-Geral de Justiça será substituído, automaticamente, em seus afastamentos, ausências e impedimentos temporários, pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico, pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo e pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional, observado o disposto no art. 89, § 4°, desta Lei.[3]

- *Vide* arts. 17; 88, I, e 89.
- *Vide* Resoluções PGJ n. 35/2005 (Define atribuições aos Procuradores-Gerais de Justiça Adjuntos Jurídico, Administrativo e Institucional, ao Chefe de Gabinete e Secretário-Geral) e 25/2008 (Cria a Superintendência de Recursos Humanos (SRH) e dispõe sobre suas atribuições e sua estrutura orgânica).

Parágrafo único. Em caso de suspeição, o Procurador-Geral de Justiça será substituído pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância.

Art. 9°. Ocorrendo a vacância do cargo de Procurador-Geral de Justiça, assumirá interinamente o Procurador de Justiça mais antigo na instância

3 *Caput* com redação dada pelo art. 14 da Lei Complementar n° 66, de 22.01.2003.

e será realizada nova eleição, em 30 (trinta) dias, para o preenchimento do cargo, na forma do respectivo edital.

§ 1° O cargo de Procurador-Geral de Justiça será exercido pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância se a vacância se der nos últimos 6 (seis) meses do mandato.

§ 2° No caso do parágrafo anterior, o sucessor deverá completar o período de mandato de seu antecessor.

Art. 10. O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído do cargo por deliberação da maioria absoluta da Assembleia Legislativa, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa, ou condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.

Art. 11. O Colégio de Procuradores de Justiça decidirá, por maioria absoluta, acerca da admissibilidade da representação para a destituição do Procurador-Geral de Justiça, nos casos previstos no artigo anterior, desde que formulada por 1/3 (um terço) de seus integrantes ou, no mínimo, 1/5 (um quinto) dos membros do Ministério Público em atividade, em sessão presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância.

Parágrafo único. Admitida a representação, a deliberação, quanto à destituição do Procurador-Geral de Justiça, far-se-á na forma disposta nos artigos subsequentes.

Art. 12. A destituição do Procurador-Geral de Justiça será precedida de autorização da Assembleia Legislativa.

- *Vide* art. 128, § 4°, da CF; art. 123, § 4°, da CE; art. 9°, § 2°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 21, II; Lei Complementar Estadual n. 21/91.

§ 1° O pedido de autorização para destituição do Procurador-Geral de Justiça, se aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça, será encaminhado à Assembleia Legislativa pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância.

§ 2° O Colégio de Procuradores de Justiça estará habilitado a iniciar o procedimento de destituição do Procurador-Geral de Justiça, se a Assembleia Legislativa não se manifestar no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento do pedido de autorização.

Art. 13. Autorizada a proposta de destituição do Procurador-Geral de Justiça, o Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância, constituirá em votação secreta, comissão processante integrada por 3 (três) Procuradores de Justiça e presidida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

§ 1° O Procurador-Geral de Justiça será cientificado, no prazo de 10 (dez) dias, da proposta de destituição, podendo, em 15 (quinze) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por defensor, e requerer produção de provas.

§ 2° Não sendo oferecida defesa, o Corregedor-Geral do Ministério Público nomeará defensor dativo para fazê-la em igual prazo.

§ 3° Findo o prazo, o Corregedor-Geral do Ministério Público designará data para instrução e julgamento nos 10 (dez) dias subsequentes.

§ 4° Na sessão de julgamento, presidida pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância, após a leitura do relatório da comissão processante, o Procurador-Geral de Justiça, pessoalmente ou por defensor, terá 30 (trinta) minutos para produzir defesa oral, deliberando, em seguida, o Colégio de Procuradores de Justiça pelo voto fundamentado de 2/3 (dois terços) de seus membros.

- *Vide* art. 12, IV, da Lei n. 8.625/93.

§ 5° A presença à sessão de julgamento será limitada aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e ao seu defensor.

§ 6° A sessão poderá ser suspensa, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, para a realização de diligência requerida pelo Procurador-Geral de Justiça ou por qualquer membro do Colégio de Procuradores de Justiça, desde que reputada, por maioria de votos, imprescindível ao esclarecimento dos fatos.

Art. 14. Rejeitada a proposta de destituição ou não atingida a votação prevista no § 4° do artigo anterior, o Presidente da sessão determinará o arquivamento dos autos do procedimento.

Art. 15. Acolhida a proposta de destituição, o Presidente da sessão, em 48 (quarenta e oito) horas, encaminhará os autos à Assembleia Legislativa, que decidirá, por maioria absoluta, na forma do seu Regimento Interno.

- *Vide* art. 128, § 4°, da CF; art. 123, § 4°, da CE; art. 12, IV, da Lei n. 8.625/93.

Art. 16. Destituído o Procurador-Geral de Justiça, proceder-se-á na forma determinada pelo art. 9°.

Art. 17. O Procurador-Geral de Justiça ficará afastado de suas funções:

- *Vide* art. 8°.

I – em caso de cometimento de infração penal, cuja sanção cominada seja de reclusão, desde o recebimento da denúncia oferecida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, ou queixa-crime, até o trânsito em julgado da decisão judicial;

- Vide art. 39, III.

II – no procedimento de destituição, desde a aprovação do pedido de autorização pelo Colégio de Procuradores de Justiça, na forma prevista pelo art. 11, até final decisão da Assembleia Legislativa, ressalvado o disposto no art. 14.

§ 1° O período de afastamento contará como de exercício do mandato.

§ 2° Nas hipóteses disciplinadas neste artigo, assumirá a chefia do Ministério Público o Procurador de Justiça mais antigo na instância.

Art. 18. Ao Procurador-Geral de Justiça compete:

- *Vide* art. 69.

I – exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente;

- *Vide* art. 10, I, da Lei n. 8.625/93.

II – integrar como membro nato e presidir os órgãos colegiados do Ministério Público;

- *Vide* arts. 10, II, e 14, I, da Lei n. 8.625/93.

III – proferir voto de qualidade, salvo em matéria disciplinar, quando prevalecerá a decisão mais favorável ao membro do Ministério Público;

IV – submeter à Câmara de Procuradores de Justiça as propostas de orçamento anual e as de criação, transformação e extinção de cargos e serviços auxiliares;

- *Vide* art. 10, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 24, II.

V – solicitar ao Colégio de Procuradores de Justiça manifestação sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional;

- *Vide* art. 12, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 21, I.

VI – decidir sobre as sugestões encaminhadas pela Câmara de Procuradores de Justiça acerca da criação, da transformação e da extinção de cargos e serviços auxiliares, das modificações na Lei Orgânica e das providências relacionadas com o desempenho das funções institucionais;

- *Vide* art. 12, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 24, I e II.

VII – elaborar a proposta orçamentária, estabelecendo as prioridades institucionais e as diretrizes administrativas, aplicando as respectivas dotações;

- *Vide* art. 24, II. Resolução CNMP n. 74/2011.

VIII – encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público;

- *Vide* arts. 66, § 2° e 125 da CE; art. 10, IV, da Lei n. 8.625/93.

IX – comparecer, espontaneamente ou quando regularmente solicitado, à Assembleia Legislativa ou às suas comissões, para prestar esclarecimentos;

- *Vide* art. 60, IV e VI, da CE.

X – apresentar, todos os anos, pessoalmente, em reunião da Assembleia Legislativa, relatório das atividades do Ministério Público referentes ao ano anterior, indicando providências consideradas necessárias para o aperfeiçoamento da instituição e da administração da justiça;

XI – praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e à execução orçamentária do Ministério Público;

- *Vide* art. 10, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* § 1°.

XII – praticar atos de gestão administrativa e financeira;

- *Vide* art. 49, XX, da LC 75/93.
- *Vide* § 1° e art. 2°, I.

XIII – prover os cargos iniciais da carreira e os demais cargos nos casos de promoção, remoção, permuta e outras formas de provimento derivado;

- *Vide* art. 122, II, da CE; art. 10, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 2°, VI; 33, II, III, IV e 39, XXI.

XIV – prover os cargos iniciais dos serviços auxiliares e editar atos que importem em movimentação, progressão e demais formas de provimento derivado;

- *Vide* art. 122, II, da CE; art. 10, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 2°, VII.

XV – propor ao Poder Legislativo a fixação, a revisão, o reajuste e a recomposição dos vencimentos dos membros do Ministério Público e de seus servidores, determinando as implantações decorrentes do sistema remuneratório, observado o disposto no art. 299 da Constituição Estadual;

- *Vide* art. 122, I, da CE; art. 3°, V e VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 2°, V. Resolução CNMP n. 53/2010.

XVI – deferir o compromisso de posse dos membros do Ministério Público e dos servidores do quadro administrativo;

- *Vide* § 1° e art. 24, V.

XVII – praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal ativo e inativo da carreira e dos serviços auxiliares;

- *Vide* art. 3°, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* § 1° e art. 24, VIII.

XVIII – editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares, bem como decidir sobre o aproveitamento de membro da instituição em disponibilidade, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público;

- *Vide* art. 122, III, da CE; art. 10, VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 24, VIII; 33, VII e XVI; 104; 111, IV; 121, V; 127, parágrafo único; 176, § 2°; 198, § 1°; 199, § 1°; 200, § 2°; 208, III; 210; 216; 218 e segs.; 221 e 223.

XIX – editar atos de concessão, alteração e cassação de pensão por morte e de outros benefícios previstos nesta lei;

XX – delegar suas funções administrativas, observado o disposto no § 1° deste artigo;

- *Vide* art. 10, VIII, da Lei n. 8.625/93.

- *Vide* arts. 8°; 69, XIII, e 89, § 2°, VII. Resolução PGJ n. 35/2005 (Define atribuições aos Procuradores-Gerais de Justiça Adjuntos Jurídico, Administrativo e Institucional, ao Chefe de Gabinete e Secretário-Geral).

XXI – designar membro do Ministério Público para:

- *Vide* art. 10, IX, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* § 1°.

a) exercer as atribuições de dirigente de Centro de Apoio Operacional e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;

- *Vide* art. 10, IX, "a", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 75 e 82. Resoluções PGJ n. 64/2001 (Cria os Centros de Apoio Operacional, definindo-lhes a estrutura e o âmbito de atuação) e 59/2011 (Dispõe sobre a organização do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

b) ocupar cargo de confiança ou assessoramento junto aos órgãos da Administração Superior do Ministério Público, observado o disposto no inciso XXXVII deste artigo;

- *Vide* art. 10, IX, "b", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 23, § 8°; 29, § 3°; 88; 111, parágrafo único.

c) integrar organismos estatais afetos à sua área de atuação;

- *Vide* art. 121, II, da CE; art. 10, IX, "c" da Lei n. 8.625/93.

d) oferecer denúncia ou propor ação civil pública nas hipóteses de não-confirmação de arquivamento de inquérito policial ou civil, ou de quaisquer peças de informação;

- *Vide* art. 10, IX, "d", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 33, XIII, e 70. Arts. 21 e 22 do Ato CGMP n. 01/2012. Resoluções Conjuntas PGJ e CGMP n. 02/2009 (Regulamenta o art. 67, I, da Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências.); 03/2009 (Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o inquérito civil e o procedimento preparatório na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências). Enunciados CSMP n. 09, 19, 24 e 25.

e) acompanhar inquérito policial ou diligência investigatória, devendo recair a escolha sobre membro do Ministério Público com atribuição para, em tese, oficiar no feito, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviços;

- *Vide* art. 10, IX, "e", da Lei n. 8.625/93.

f) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, ou, em caso de excepcional volume de feitos, com o consentimento deste;

- *Vide* art. 10, IX, "f", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 39, XVIII, e 158, §3°. Arts. 68 a 71 do Ato CGMP n. 01/2012.

g) por ato excepcional e fundamentado, exercer as funções processuais afetas a outro membro da instituição, submetendo sua decisão previamente ao Conselho Superior do Ministério Público;

- *Vide* arts. 5º, LIII, da CF; art. 10, IX, "g", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 33, XIII.

h) oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância ou junto ao Procurador Regional Eleitoral, quando por este solicitado;

- *Vide* arts. 10, IX, "h"; arts. 32, III, e 73 da Lei n. 8.625/93; arts. 72 a 80 da LC n. 75/93.
- *Vide* arts. 74, III, e 252. Resolução PGJ n. 21/2008 (Dispõe sobre o exercício da função eleitoral). Resolução CNMP n. 30/2008.

i) propor ação de perfilhação compulsória;

j) atuar em plantão nas férias forenses;

XXII – dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva oficiar no feito;

- *Vide* art. 10, X, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* § 1º e arts. 54 e 64.

XXIII – decidir, na forma desta lei, processo disciplinar administrativo contra membro do Ministério Público e seus servidores, aplicando as sanções cabíveis;

- *Vide* art. 10, XI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 24, IV, VII, "b", IX e XVI; 33, XIV; 39, VIII e IX; 41, III; 63, IV; 72, X, e 227 e segs.

XXIV – expedir recomendações, sem caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções, nos casos em que se mostrar conveniente a atuação uniforme, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público;

- *Vide* art. 10, XII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 39, VII.

XXV – editar, caso aprovadas, as recomendações, sem caráter vinculativo, sugeridas pelo Conselho Superior do Ministério Público aos membros da instituição;

- *Vide* art. 15, X, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 33, IX, e 39, VII.

XXVI – encaminhar aos Presidentes dos Tribunais as listas a que se referem os arts. 94, "caput", e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal, e o art. 78, § 3º, da Constituição Estadual;

- *Vide* art. 10, XIII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 33, I, e 72, § 3º.

XXVII – determinar a abertura de concurso para ingresso na carreira e presidir a respectiva comissão;

- *Vide* art. 127, § 2º da CF; art. 125, I, "a", da CE; art. 59 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 24, XVII, e 33, XI e XII, e 158 e segs.

XXVIII – solicitar à Ordem dos Advogados do Brasil a elaboração de lista sêxtupla para a escolha de representantes para integrar a Comissão de Concurso;

- *Vide* art. 129, § 3°, da CF; art. 125, I, "a", da CE; art. 59 da Lei n. 8.625/93.

XXIX – convocar membro do Ministério Público em atividade para colaboração com a Comissão de Concurso;

- *Vide* § 1°.

XXX – designar, mediante eleição do Conselho Superior do Ministério Público, os membros da Comissão de Concurso e seus substitutos e arbitrar-lhes gratificação pelos serviços prestados, durante a realização das provas;

- *Vide* art. 15, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 33, V, e 77.

XXXI – despachar expediente relativo ao Ministério Público e fornecer informações sobre as providências efetivadas;

- *Vide* § 1°, e art. 88.

XXXII – dar publicidade ao protocolo, à movimentação e aos despachos que proferir nos expedientes cíveis e criminais que lhe forem diretamente dirigidos;

- *Vide* § 1°, e art. 88.

XXXIII – propor à Câmara de Procuradores de Justiça a fixação das atribuições das Procuradorias e das Promotorias de Justiça e dos respectivos cargos;

- *Vide* art. 23, § 2°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 24, XII; 54 e 64. Resolução PGJ n. 53/2012 (Reoganiza a Comissão Permanente de Divisão de Atribuições, criada pela Resolução PGJ n. 18, de 14 fevereiro de 2012).

XXXIV – propor à Câmara de Procuradores de Justiça a exclusão, a inclusão ou outra modificação das atribuições das Procuradorias e das Promotorias de Justiça e dos respectivos cargos;

- *Vide* art. 23, § 3°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 24, XIII; 53, § 1°; 54; 57, §3°, e 64.

XXXV – designar outro Procurador ou Promotor de Justiça para funcionar em feito determinado de atribuição do titular, com a concordância deste;

- *Vide* art. 5°, LIII, da CF.
- *Vide* § 1°, e art. 33, XIII.

XXXVI – dispor a respeito da movimentação dos Promotores de Justiça Substitutos, no interesse do serviço;

- *Vide* § 1°, e art. 268.

XXXVII – convocar Procuradores de Justiça ou Promotores de Justiça, estes da mais elevada entrância, para prestar, temporariamente, serviços à Procuradoria-Geral de Justiça ou ocupar cargos de confiança;

- *Vide* art. 11 da Lei n. 8.625/93.

- *Vide* arts. 88; 123, § 2°, e 251.

XXXVIII – despachar os requerimentos de inscrição para promoção, remoção ou permuta formulados por membros do Ministério Público;

- *Vide* § 1°.

XXXIX – representar ao Corregedor-Geral do Ministério Público acerca de infração disciplinar praticada por membro da instituição;

- *Vide* art. 39, VIII.

XL – representar, de ofício ou por provocação do interessado, à Corregedoria-Geral de Justiça sobre falta disciplinar de magistrado ou de serventuário de justiça;

XLI – interromper, por conveniência do serviço, férias ou licença, salvo por motivo de saúde, de membro do Ministério Público e de seus servidores;

- *Vide* § 1°, e art. 123.

XLII – autorizar o membro do Ministério Público a ausentar-se do País;

- *Vide* § 1°, e art. 133.

XLIII – autorizar o membro do Ministério Público a ausentar-se da Procuradoria ou da Promotoria de Justiça, justificadamente, pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis;

- *Vide* § 1°.

XLIV – designar membros da instituição para plantões em finais de semana, em feriados ou em razão de outras medidas urgentes;

- *Vide* §§ 1° e 2°. Resoluções PGJ n. 40/2006 (Institui no âmbito da Segunda Instância do Ministério Público do Estado de Minas Gerais os plantões de finais de semana e dá outras providências), 77/2011 (Modifica critérios para designação de membros do Ministério Público para o exercício de atividades urgentes em feriados e fins de semana, nas comarcas do interior) e 78/2011 (Estabelece as normas para designação de Promotores de Justiça da Capital para plantões, visando ao exercício de atividades urgentes relativas aos feitos da Justiça Comum e do Juizado da Infância e da Juventude e institui regras para o plantão de recesso de final de ano).

XLV – decidir sobre a escala de férias e a atuação em plantões forenses propostas pelas Procuradorias e pelas Promotorias de Justiça;

- *Vide* § 1° e arts. 55, I, e 63. Resolução PGJ n. 15/2006 (Dispõe sobre férias e compensações por plantões de finais de semana e medidas urgentes).

XLVI – conceder férias, férias-prêmio, licenças, afastamentos, adicionais e outras vantagens previstas em lei;

- *Vide* § 1°. Resolução PGJ n. 32/2012 (Estabelece a forma eletrônica para o envio dos requerimentos de férias, férias prêmio, licenças e afastamentos pelos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.).

XLVII – requisitar as dotações orçamentárias destinadas ao custeio das atividades do Ministério Público;

XLVIII – participar ou indicar membro da instituição para compor a Comissão Permanente prevista no art. 155, § 2°, da Constituição Estadual;

XLIX – encaminhar ao Governador do Estado a proposta do Ministério Público para elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias;

- *Vide* arts. 127, §§ 4°, 5° e 6°, da CF; 155, § 1°, e 156 da CE.
- *Vide* Resolução CNMP n. 74/2011.

L – propor alteração, na dotação orçamentária do Ministério Público, dos recursos dos elementos semelhantes, de um para o outro, dentro das consignações respectivas, de acordo com as necessidades do serviço e as normas legais vigentes;

LI – propor a abertura de crédito, na forma da legislação pertinente;

LII – celebrar convênios com os órgãos municipais, estaduais e federais para atendimento das necessidades da instituição;

- *Vide* § 1°.

LIII – requisitar de qualquer autoridade, repartição, secretaria, cartório ou ofício de justiça, certidões, exames, diligências e esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções;

LIV – expedir carteira funcional dos membros do Ministério Público e servidores;

- *Vide* art. 42 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução PGJ n. 20/2002 (Dispõe sobre a cédula de identidade funcional dos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

LV – expedir atos normativos que visem à celeridade e a racionalização das atividades do Ministério Público;

LVI – requisitar policiamento para a guarda dos prédios e das salas do Ministério Público ou para a segurança de seus membros e servidores;

LVII – fazer publicar no órgão oficial do Estado:

a) semestralmente, nos meses de fevereiro e agosto, a lista de antiguidade dos membros da instituição, bem como a relação das Procuradorias e das Promotorias de Justiça vagas e os correspondentes critérios de provimento;

- *Vide* art. 33, VIII.

b) anualmente, até o dia 31 de dezembro, a tabela de substituição dos membros do Ministério Público nas comarcas;

- *Vide* art. 200.

LVIII – propor a verificação de incapacidade física ou mental de membro do Ministério Público;

- *Vide* arts. 33, XIX; 134, § 3°; 139 e segs.

LIX – representar ao Presidente do Tribunal de Justiça para instauração de processo de verificação de incapacidade física ou mental de magistrado e serventuário de justiça;

LX – propor ação civil para decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público;

- *Vide* art. 38, § 1°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 21, VIII; 24, VI; 69, VIII; 103 e parágrafos, e art. 221.

LXI – convocar membro do Ministério Público para deliberação sobre matéria administrativa ou de interesse da instituição;

- *Vide* arts. 39, XXVI, e 211, VIII. Art. 43 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/2007 (Regulamenta a convocação de membro do Ministério Público e a autorização para afastamento da comarca a fim de participar de eventos de interesse institucional).

LXII – requisitar, motivadamente, meios materiais e servidores públicos, por prazo não superior a 90 (noventa) dias, para o exercício de atividades técnicas ou especializadas nos procedimentos administrativos do Ministério Público;[4]

LXIII – exercer outras atribuições compatíveis e necessárias ao desempenho de seu cargo.

§ 1° As funções indicadas nos incisos XI, XII, XVI, XVII, XXI, XXII, XXIX, XXXI, XXXII, XXXV, XXXVI, XXXVIII, XLI, XLII, XLIII, XLIV, XLV, XLVI e LII deste artigo poderão ser delegadas.[5]

- *Vide* art. 10, VIII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 89, §§ 1°, VI; 2°, VII, e 3°, V.

§ 2° Ato do Procurador-Geral de Justiça disciplinará eventuais compensações decorrentes da designação prevista no inciso XLIV.[6]

- *Vide* art. 26 da LC n. 61/2001.

Art. 19. O Procurador-Geral de Justiça apresentará, no mês de abril de cada ano, o Plano Geral de Atuação do Ministério Público, destinado a viabilizar a consecução de metas prioritárias, nas diversas áreas de suas atribuições.

Parágrafo único. O Plano Geral de Atuação será elaborado com a participação dos Centros de Apoio Operacional, das Procuradorias e das Promotorias de Justiça e aprovado pela Câmara de Procuradores de Justiça.

- *Vide* arts. 24, III; 55, V, e 63, XI.
- *Vide* Resolução PGJ n. 23/2012 (Dispõe sobre a instituição do Programa "MP e Gestão com Resultados" no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

4 Arguida a inconstitucionalidade da expressão "e servidores públicos, por prazo não superior a 90 (noventa) dias" – ADIn 2534. Liminar deferida em 15.08.2002.

5 Parágrafo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 1° As funções indicadas nos incisos XI, XII, XVI, XVII, XXI, XXIX, XXXI, XXXII, XXXVI, XXXVIII, XLI, XLII, XLIII, XLIV, XLV e LVII poderão ser delegadas".

6 Parágrafo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 2° A designação prevista no inciso XLIV não acarreta direito a qualquer compensação.".

Seção II
Do Colégio de Procuradores de Justiça e de seu Órgão Especial

Art. 20. O Colégio de Procuradores de Justiça e seu órgão especial, denominado Câmara de Procuradores de Justiça, reunir-se-ão na forma desta lei e do respectivo regimento interno.

Subseção I
Do Colégio de Procuradores de Justiça

Art. 21. O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão da administração superior do Ministério Público, é presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e integrado por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe:

- *Vide* art. 12 da Lei n. 8.625/93.

I – opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou deliberação de 1/4 (um quarto) de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público e outras de interesse institucional;

- *Vide* art. 12, I, da Lei n. 8.625/93.

II – representar, na forma desta lei, ao Poder Legislativo para a destituição do Procurador-Geral de Justiça;

- *Vide* arts. 9°, § 2°, e 12, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 11 e segs. Art. 28 e segs. do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

III – conferir exercício ao Procurador-Geral de Justiça;

IV – eleger, dar posse e exercício ao Corregedor-Geral do Ministério Público;

- *Vide* art. 12, V, da Lei n. 8.625/93.

V – destituir, na forma desta lei, o Corregedor-Geral do Ministério Público;

- *Vide* art. 12, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 46 e segs. Art. 28 e segs. do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

VI – eleger, na segunda quinzena do mês de novembro dos anos pares, 10 (dez) membros do órgão especial, conferindo-lhes, concomitantemente, posse e exercício com os demais componentes, nos termos do regimento interno;

- *Vide* art. 13 da Lei n. 8.625/93.

VII – conferir posse e exercício, na segunda quinzena do mês de dezembro, aos membros do Conselho Superior do Ministério Público;

- *Vide* art. 14 da Lei n. 8.625/93.

VIII – autorizar, em caso de omissão da Câmara de Procuradores de Justiça e por iniciativa da maioria de seus integrantes, que o Procurador-Geral de Justiça ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público;

- *Vide* art. 12, X, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, LX, e 24, VI.

IX – convocar reunião extraordinária, na forma do regimento interno;

- *Vide* art. 26 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

X – recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de processo disciplinar administrativo contra membro do Ministério Público;

- *Vide* art. 17, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 227 e segs.

XI – decidir, em grau de recurso, acerca das causas de inelegibilidade para escolha de membro de órgão colegiado do Ministério Público e do Corregedor-Geral do Ministério Público;

- *Vide* arts. 23, § 6°; 29, § 4°, e 44, parágrafo único.

XII – elaborar seu regimento interno, regulamentando, inclusive, a atuação da Câmara de Procuradores de Justiça;

XIII – exercer outras atribuições conferidas por lei.

Art. 22. As decisões do Colégio de Procuradores de Justiça serão motivadas e publicadas, salvo nas hipóteses legais de sigilo.

- *Vide* art. 12, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 234.

Parágrafo único. As propostas referentes a homenagens, votos de congraçamento e atos assemelhados, ressalvados os casos de notório interesse institucional, não serão objeto de publicação.

Subseção II
Da Câmara de Procuradores de Justiça

Art. 23. A Câmara de Procuradores de Justiça, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, é composta pelos 10 (dez) Procuradores de Justiça mais antigos no cargo e por 10 (dez) Procuradores de Justiça eleitos pelo Colégio de Procuradores, para mandato de 2 (dois) anos.

- *Vide* art. 13 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 4° e segs. do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 1° O Procurador de Justiça que pretender integrar, como membro eleito, a Câmara de Procuradores de Justiça deverá manifestar-se, por escrito, ao Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias contados do primeiro dia útil subsequente à convocação da eleição.

§ 2° Serão investidos no mandato tantos membros mais antigos quantos forem os necessários para a composição da Câmara de Procuradores de Justiça, se o número de inscritos à eleição não atingir o número de vagas.

§ 3° Os Procuradores de Justiça eleitos para integrar a Câmara de Procuradores de Justiça serão substituídos, no caso de vacância, impedimento ou suspeição, pelos suplentes, assim considerados os Procuradores de Justiça que se seguirem na ordem de votação.

§ 4° A substituição dos membros mais antigos caberá, para todos os efeitos, aos Procuradores de Justiça que se lhes seguirem na ordem de antiguidade, excluindo-se os eleitos.

§ 5° O Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público são membros natos da Câmara de Procuradores de Justiça.

- *Vide* arts. 10, II, e 16, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

§ 6° Aplica-se o disposto no art. 7°, I a VII, à eleição para a Câmara de Procuradores de Justiça.

§ 7° O membro eleito da Câmara de Procuradores de Justiça é inelegível para o mandato subsequente, salvo se na condição de suplente com exercício inferior a 6 (seis) meses.

§ 8° O exercício de cargo de confiança e a condição de integrante eleito do Conselho Superior do Ministério Público são incompatíveis com a condição de membro da Câmara de Procuradores de Justiça.

§ 9° A eleição de que trata este artigo será realizada, em escrutínio secreto e voto plurinominal, na segunda quinzena do mês de novembro dos anos pares, considerando-se eleitos os 10 (dez) Procuradores de Justiça mais votados.

§ 10 No caso de empate na votação para a eleição dos membros da Câmara de Procuradores de Justiça, será considerado eleito o mais antigo no cargo.

§ 11 Os membros da Câmara de Procuradores de Justiça tomarão posse e entrarão em exercício perante o Colégio de Procuradores de Justiça, em sessão solene a ser realizada na primeira sessão do ano seguinte à eleição.

§ 12 Os membros natos e os mais antigos no cargo que deixarem a condição de integrantes da Câmara de Procuradores de Justiça estarão impedidos de a ela retornar pelo critério de antiguidade, no mesmo mandato, ressalvada a vacância.

§ 13 O Procurador de Justiça que assumir o cargo de Procurador-Geral de Justiça ou de Corregedor-Geral do Ministério Público passará a integrar a Câmara de Procuradores de Justiça na qualidade de membro nato e será substituído na forma desta lei.

§ 14 A Câmara de Procuradores de Justiça reunir-se-á mensalmente em sessão ordinária, por convocação extraordinária do Procurador-Geral de Justiça ou por proposta da maioria de seus integrantes, na forma do regimento interno.

- *Vide* art. 8° e segs. do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 24. Compete à Câmara de Procuradores de Justiça:

I – propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas com o desempenho das funções institucionais;

- *Vide* art. 12, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, VI, e 275, parágrafo único.

II – aprovar os projetos de criação, transformação e extinção de cargos e serviços auxiliares e a proposta orçamentária anual do Ministério Público;

- *Vide* art. 12, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 18, IV.

III – aprovar o Plano Geral de Atuação do Ministério Público;

- *Vide* arts. 19; 55, V, e 63, XI.

IV – representar ao Corregedor-Geral do Ministério Público acerca da instauração de processo disciplinar administrativo contra membro do Ministério Público e recomendar a realização de inspeções e correições;

- *Vide* art. 17, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 227 e segs. Art. 50 e segs. da Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/87 (Institui o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público). Ato CGMP n. 02/2003 (Dispõe sobre o regulamento do processo disciplinar administrativo).

V – dar posse e exercício aos Procuradores de Justiça e posse coletiva e exercício aos Promotores de Justiça Substitutos aprovados em concurso;

VI – deliberar, por iniciativa de 1/4 (um quarto) de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público;

- *Vide* art. 12, X, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, LX, e 21, VIII.

VII – julgar, nos termos do regimento interno, recurso contra decisão:

- *Vide* art. 12, VIII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 36 e 37 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

a) de vitaliciamento ou não de membro do Ministério Público, inclusive permanência na carreira durante o estágio probatório;

- *Vide* art. 12, VIII, "a", da Lei n. 8.625/93.

b) condenatória em processo disciplinar administrativo;

- *Vide* art. 12, VIII, "b", da Lei n. 8.625/93.

c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antiguidade;

- *Vide* art. 12, VIII, "c", da Lei n. 8.625/93.

d) de recusa de indicação para promoção ou remoção por antiguidade;

- *Vide* art. 12, VIII, "e", da Lei n. 8.625/93.

e) de indeferimento do requerimento de acesso, complementação ou retificação de dados do assento funcional;

f) prevista no art. 7°, parágrafo único;

VIII – rever atos e decisões do Procurador-Geral de Justiça sobre a situação funcional e administrativa do pessoal ativo e inativo da carreira e dos serviços auxiliares, na forma do regimento interno;

- *Vide* arts. 36 e 37 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

IX – decidir sobre pedido de revisão de processo disciplinar administrativo;

- *Vide* arts. 227 e segs. e 248.

X – decidir acerca das causas de inelegibilidade para escolha de membro do Conselho Superior do Ministério Público;

- *Vide* art. 21, XI.

XI – aprovar o regimento interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público;

XII – aprovar, por maioria absoluta, proposta de fixação das atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça e dos respectivos cargos;

- *Vide* art. 23, § 2°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XXXIII; 54; 57, § 2°, e 64.

XIII – aprovar, por maioria absoluta, a exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Procuradorias e Promotorias de Justiça e dos respectivos cargos;

- *Vide* art. 23, § 3°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 53, § 1°; 54; 57, § 3°, e 64.

XIV – conhecer dos relatórios reservados elaborados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público em inspeções realizadas nas Procuradorias de Justiça, recomendando as providências cabíveis;

- *Vide* art. 17, II, da Lei n. 8.625/93.

XV – convocar reunião extraordinária, na forma do regimento interno;

- *Vide* art. 26 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

XVI – determinar a apuração da responsabilidade criminal de membro do Ministério Público quando, em processo disciplinar administrativo, verificar-se a existência de indícios da prática de infração penal;

XVII – aprovar o regulamento do concurso para ingresso na carreira do Ministério Público e o do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;

- *Vide* arts. 18, XXVII, XXVIII e 33, V. Resolução CNMP n. 14/2006.

XVIII – deliberar sobre a indicação de Subcorregedores-Gerais e de Promotores de Justiça para assessorar o Corregedor-Geral do Ministério Público, no caso de recusa injustificada do Procurador-Geral de Justiça à designação;

- *Vide* art. 18, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

XIX – instituir comissões, permanentes ou temporárias, para preparar os assuntos a serem levados à sua apreciação, sem prejuízo das atividades de seus membros e sem acréscimo, a qualquer título, de sua remuneração;

XX – desempenhar outras atribuições conferidas por lei ou previstas no regimento interno.

§ 1º Os recursos referidos no inciso, VII, "a" a "d", terão efeito suspensivo.

§ 2° Salvo disposição em contrário, as decisões da Câmara de Procuradores de Justiça serão tomadas por maioria simples de votos, presente mais da metade de seus integrantes, cabendo ao seu Presidente, em caso de empate, o voto de qualidade, na forma prevista no art. 18, III.

- *Vide* incisos VI, XII e XIII.

§ 3° As decisões da Câmara de Procuradores de Justiça serão motivadas e publicadas no prazo de 5 (cinco) dias, exceto nas hipóteses legais de sigilo.

- *Vide* art. 12, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

§ 4° As propostas referentes a homenagens, votos de congraçamento e atos assemelhados, ressalvados os casos de notório interesse institucional, não serão objeto de publicação.

Art. 25. A ausência injustificada de membro da Câmara de Procuradores de Justiça a 3 (três) reuniões solenes, ordinárias ou extraordinárias consecutivas ou 5 (cinco) alternadas implicará a perda automática do mandato.

§ 1° A Câmara de Procuradores de Justiça apreciará, em cada sessão, as justificativas de ausência apresentadas, deliberando, por maioria, acerca do acolhimento destas, na forma do regimento interno.

§ 2° A Câmara de Procuradores de Justiça fará inserir em ata o resultado do julgamento quando recusar as justificativas apresentadas.

§ 3° Decretada a perda do mandato, será convocado suplente para preenchimento da vaga.

Seção III
Do Conselho Superior do Ministério Público

Art. 26. O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da Administração Superior do Ministério Público, incumbindo-lhe velar pela observância de seus princípios institucionais.

Art. 27. O Conselho Superior do Ministério Público é composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por 9 (nove) Procuradores de Justiça eleitos por todos os integrantes da carreira, para mandato de um ano.[7]

7 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo altera-

• *Vide* art. 14, I, da Lei n. 8.625/93.

Art. 28. A eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público será realizada em escrutínio secreto, votação obrigatória e plurinominal, na primeira quinzena do mês de dezembro.

• *Vide* art. 14, III, da Lei n. 8.625/93.

§ 1° Resolução expedida pelo Procurador-Geral de Justiça regulamentará a escolha dos membros do Conselho Superior do Ministério Público, vedado o voto por procuração.

§ 2° O Procurador de Justiça que pretender integrar como membro eleito o Conselho Superior do Ministério Público deverá manifestar-se, por escrito, junto ao Procurador-Geral de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias contados do primeiro dia útil subsequente à convocação da eleição.

§ 3° Os Procuradores de Justiça eleitos para integrar o Conselho Superior do Ministério Público serão automaticamente substituídos, no caso de vacância, pelos suplentes, assim considerados os Procuradores de Justiça que se seguirem na ordem de votação.

§ 4° No caso de empate na votação para a eleição dos membros do Conselho Superior do Ministério Público, será considerado eleito o mais antigo no cargo.

§ 5° Serão investidos no mandato tantos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça mais antigos quantos forem necessários para a composição do Conselho Superior do Ministério Público, se o número de inscritos para a eleição for inferior ao de vagas, observado o disposto no art. 29, § 3°.

Art. 29. O disposto no art. 7°, incisos I a VII, aplica-se à eleição para o Conselho Superior do Ministério Público.

§ 1° O membro eleito do Conselho Superior do Ministério Público é inelegível para o mandato subsequente, salvo se na condição de suplente com exercício inferior a 6 (seis) meses.

§ 2° Os membros natos do Conselho Superior do Ministério Público que, por qualquer motivo, deixarem de integrá-lo nessa condição são inelegíveis para o exercício de mandato subsequente.

§ 3° O exercício de cargo de confiança e a condição de integrante da Câmara de Procuradores de Justiça são incompatíveis com a de membro do Conselho Superior do Ministério Público.

§ 4° Qualquer membro do Ministério Público poderá representar à Comissão Eleitoral acerca das causas de inelegibilidade previstas neste artigo, cabendo da decisão recurso para o Colégio de Procuradores, no prazo de 5 (cinco) dias.

---

do: "Art. 27. O Conselho Superior do Ministério Público será composto pelo Procurador-Geral de Justiça, que o presidirá, pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e por 10 (dez) Procuradores de Justiça eleitos pelos integrantes da carreira, para mandato de 1 (um) ano.".

Art. 30. Aplica-se ao Conselho Superior do Ministério Público o disposto no art. 25.

Art. 31. A posse e o exercício dos membros do Conselho Superior do Ministério Público efetivar-se-ão na segunda quinzena do mês da eleição, em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça.

Art. 32. O Conselho Superior do Ministério Público reunir-se-á quinzenalmente, em sessão ordinária, por convocação extraordinária de seu Presidente ou por proposta de 1/3 (um terço) de seus membros.

Art. 33. Ao Conselho Superior do Ministério Público compete:

- *Vide* art. 15 da Lei n. 8.625/93.

I – elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os arts. 94, "caput", e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal, e o art. 78, § 3°, da Constituição Estadual;

- *Vide* art. 15, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* § 6°; arts. 18, XXVI e 72, § 3°.

II – indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a promoção ou remoção por merecimento;

- *Vide* art. 15, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XIII; 39, XVII; 176; 177; 184; 187 e segs. e 192.

III – indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para promoção ou remoção por antiguidade;

- *Vide* art. 15, IV, e § 3° da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XIII; 24, VII, "d"; 39, XVII; 176; 177; 184, 185 e 192.

IV – aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Ministério Público;

- *Vide* arts. 15, VI, e 64 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XIII; 39, XVII; 53, § 2°, e 195 e segs.; Arts.10 a 12 da Lei Complementar Estadual n. 61/2001. Enunciado CSMP n. 28.

V – eleger os membros do Ministério Público que integrarão a comissão de concurso para ingresso na carreira;

- *Vide* art. 15, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XXIX e XXX; 24, XVII; 72, IX; 74, VII e XXI e 76 e segs. Resolução CNMP n. 14/2006.

VI – decidir, em sessão pública e pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, sobre a permanência de membro do Ministério Público em estágio probatório e seu vitaliciamento;

- *Vide* art. 15, VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* § 5°; arts. 24, VII, "a"; 39, VI e XIX; 169 e segs.; 223 e segs. Resolução CSMP n. 90/2003 (Dispõe sobre o estágio probatório). Arts. 25 a 41 do Ato CGMP n. 01/2012. Enunciado CSMP n. 33.

VII – determinar, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, a remoção ou a disponibilidade compulsória de membro do Ministério Público;

- *Vide* art. 15, VIII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* § 5°; arts. 208, III e IV; 210; 214; 218 e segs., e 226, III.

VIII – decidir sobre reclamações apresentadas no prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação, e aprovar o quadro geral de antiguidade;

- *Vide* art. 15, IX, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* § 5°; arts. 18, LVII, "a"; 24, VII, "c".

IX – sugerir ao Procurador-Geral de Justiça a edição de recomendação, sem caráter vinculativo, aos órgãos de execução para o desempenho de suas funções;

- *Vide* art. 15, X, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 18, XXV.

X – autorizar, atendida a necessidade do serviço, o afastamento de membro do Ministério Público para, sem prejuízo de vencimentos e vantagens, frequentar curso ou seminário de aperfeiçoamento ou estudos, no País ou no exterior, de duração máxima de 2 (dois) anos, evidenciado o interesse da instituição e observado, ainda, o disposto no art. 137, § 3°;

- *Vide* art. 15, XI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 137, II. Resolução CSMP n. 28/2006 (Regulamenta a licença em caráter especial, prevista no art. 137, inciso II, da Lei Complementar n. 34/94).

XI – decidir, em caso de omissão injustificada do Procurador-Geral de Justiça, pela abertura de concurso para provimento de cargos iniciais da carreira, quando o número de vagas exceder a 1/5 (um quinto) do quadro respectivo;

- *Vide* art. 59, § 1°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XXVII e 158, § 3°.

XII – homologar o resultado do concurso para ingresso na carreira do Ministério Público;

XIII – autorizar, em razão de ato excepcional e fundamentado, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, o Procurador-Geral de Justiça a exercer, pessoalmente ou por designação, as funções processuais afetas a outro membro da instituição;

- *Vide* art. 5°, LIII, da CF; art. 10, IX, "g", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 18, XXI, "d" e "g".

XIV – representar ao Corregedor-Geral do Ministério Público acerca da instauração de processo disciplinar administrativo contra membro do Ministério Público;

- *Vide* art. 17, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 24, IX, e 227 e segs. Ato CGMP n. 02/2003 (Dispõe sobre o regulamento do processo disciplinar administrativo).

XV – determinar a apuração da responsabilidade criminal de membro do Ministério Público quando, em processo disciplinar administrativo, verificar-se a existência de indícios da prática de infração penal;

XVI – opinar sobre o aproveitamento de membro do Ministério Público em disponibilidade;

- *Vide* art. 68 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XVIII; 198, § 1°, e 199.

XVII – solicitar ao Corregedor-Geral do Ministério Público informações sobre a conduta e a atuação funcional de membro da instituição, determinando a realização de visitas de inspeção para verificação de eventuais irregularidades no serviço, especialmente no caso de inscritos para promoção ou remoção voluntária;

- *Vide* art. 178, §2°.

XVIII – conhecer dos relatórios reservados elaborados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público em inspeções e correições realizadas nas Promotorias de Justiça, recomendando as providências cabíveis;

- *Vide* art. 17, II e VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 39, I e II. Art. 50 e segs. da Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/87 (Institui o Regimento Interno da Corregedoria Geral do Ministério Público).

XIX – determinar a suspensão do exercício funcional de membro do Ministério Público, em caso de verificação de incapacidade física ou mental;

- *Vide* arts. 18, LVIII; 134, § 3°; 139 e segs.

XX – aprovar o regulamento de estágio probatório elaborado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público;

- *Vide* Resolução CSMP n. 90/2003 (Dispõe sobre o estágio probatório). Arts. 25 a 41 do Ato CGMP n. 01/2012.

XXI – elaborar seu regimento interno;

XXII – exercer outras atribuições previstas em lei ou no regimento interno.

§ 1° Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho Superior do Ministério Público serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus integrantes, cabendo ao seu Presidente o voto de qualidade.

- *Vide* incs. VI, VII e XIII.

§ 2° As decisões do Conselho Superior do Ministério Público serão motivadas e publicadas no prazo de 5 (cinco) dias, exceto nas hipóteses legais de sigilo.

- *Vide* art. 15, § 1°, da Lei n. 8.625/93.

§ 3° Na indicação para promoção ou remoção voluntária por antiguidade, observar-se-á o disposto no art. 186.

§ 4° Na indicação para promoção ou remoção voluntária por merecimento, o processo de votação será oral, atendidos os critérios estabelecidos no art. 177.

§ 5° Das decisões referentes aos incisos VI, VII e VIII, caberá recurso à Câmara de Procuradores de Justiça no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação do ato no órgão oficial.

§ 6° Não será admitida a inscrição nas listas a que se refere o inciso I dos membros do Ministério Público que, nos 12 (doze) meses anteriores à data da elaboração, tenham exercido, ainda que transitoriamente, o cargo de Procurador-Geral de Justiça, Procurador-Geral de Justiça Adjunto ou Corregedor-Geral do Ministério Público.

Seção IV
Do Impedimento e da Suspeição nos Órgãos Colegiados

Art. 34. O integrante de órgão colegiado é considerado impedido nos seguintes casos:

I – quando a deliberação envolver interesse de cônjuge, parente consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive;

II – quando for interessado no resultado do julgamento;

III – quando não comparecer à sessão de leitura de relatório ou de discussão de matéria em pauta.

Art. 35. Considera-se fundada a suspeição de parcialidade do integrante de órgão colegiado quando:

I – houver notória inimizade com o interessado no julgamento da matéria;

II – for parte em processo cível, criminal ou administrativo em que tiver funcionado o interessado no julgamento da matéria;

III – houver motivo de foro íntimo.

Art. 36. A exceção de impedimento ou suspeição, salvo por motivo de foro íntimo, poderá ser arguida pelo interessado ou por qualquer integrante do órgão colegiado, até o início do julgamento.

§ 1° O integrante do órgão colegiado poderá alegar o impedimento e a suspeição por motivo de foro íntimo, no prazo do parágrafo anterior.

§ 2° Arguido o impedimento ou a suspeição, o órgão colegiado, após a oitiva do integrante considerado impedido ou suspeito, decidirá a questão de plano.

§ 3° Serão convocados os suplentes necessários se, em razão de impedimento ou suspeição de integrantes do órgão colegiado, houver prejuízo, por falta de número legal, à apreciação de matéria em pauta, suspendendo-se, se for o caso, o julgamento.

Seção V
Da Corregedoria-Geral do Ministério Público

Art. 37. O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Colégio de Procuradores, entre os Procuradores de Justiça inscritos, na segunda

quinzena do mês de dezembro dos anos ímpares, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

- *Vide* arts. 12, V, e 16 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 21, V. Art. 27 do Regimento Interno do Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 1° A eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público far-se-á na forma de resolução expedida pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2° O Corregedor-Geral do Ministério Público, membro nato da Câmara de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público, será nomeado pelo Procurador-Geral de Justiça e empossado, com imediato exercício, perante o Colégio de Procuradores de Justiça.

- *Vide* art. 16, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

Art. 38. A Corregedoria-Geral do Ministério Público é órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

- *Vide* art. 17 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução CNMP n. 74/2011.

Art. 39. Compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público:

I – realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado à Câmara de Procuradores de Justiça;

- *Vide* art. 17, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 24, IV e XIV.

II – realizar inspeções e correições nas Promotorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Conselho Superior do Ministério Público;

- *Vide* arts. 24, IV; 41, II, e 169, § 1°. Aviso CGMP n. 01/97 (Institui o novo formulário para as inspeções). Art. 50 e segs. da Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/87 (Institui o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.). Arts. 44 e 205 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução CNMP n. 43/2009.

III – oferecer denúncia contra o Procurador-Geral de Justiça, na forma prevista pelo art. 17, I;

IV – realizar, de ofício ou mediante determinação do Conselho Superior do Ministério Público, inspeções para verificação de regularidade de serviço dos inscritos para promoção ou remoção voluntária;

- *Vide* arts. 33, XVII, e 178, § 2°.

V – acompanhar o estágio probatório dos membros do Ministério Público;

- *Vide* Resolução CSMP n. 90/2003 (Dispõe sobre o estágio probatório). Arts. 25 a 41 do Ato CGMP n. 01/2012.

VI – propor ao Conselho Superior do Ministério Público o vitaliciamento ou não de membro da instituição;

- *Vide* art. 17, III, da Lei n. 8.625/93.

- *Vide* arts. 24, VII, "a"; 33, VI; 103, I; 169 e segs.

VII – fazer recomendações, nos limites de sua atribuição, sem caráter vinculativo, a órgão de execução;

- *Vide* art. 17, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 18, XXIV. Art. 86 e segs. do Ato CGMP n. 01/2012.

VIII – instaurar, de ofício, por provocação do órgão da Administração Superior do Ministério Público ou do Procurador-Geral de Justiça, processo disciplinar administrativo contra membro da instituição;

- *Vide* art. 17, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XXIII; 24, IX, e 227 e segs. Ato CGMP n. 02/2003 (Dispõe sobre o regulamento do processo disciplinar administrativo). Resolução CNMP n. 68/2011.

IX – encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça o processo disciplinar administrativo afeto à decisão deste;

- *Vide* art. 17, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XXIII; 24, IX, e 227 e segs.

X – remeter, de ofício ou quando solicitado, informações necessárias ao desempenho das atribuições dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público;

- *Vide* art. 17, VII, da Lei n. 8.625/93.

XI – apresentar, quando requisitado pelo Procurador-Geral de Justiça, relatório estatístico sobre as atividades das Procuradorias e das Promotorias de Justiça;

- *Vide* art. 17, VIII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 77 a 85 do Ato CGMP n. 01/2012.

XII – prestar ao membro do Ministério Público informações de caráter pessoal e funcional, assegurando-lhe o direito de acesso, retificação e complementação dos dados;

- *Vide* art. 40, VI, da Lei n. 8.625/93.

XIII – manter atualizados os assentamentos funcionais dos membros do Ministério Público;

- *Vide* §§ 1° e 2°.

XIV – requisitar informações, exames, perícias, documentos, diligências, certidões, pareceres técnicos e informações indispensáveis ao bom desempenho de suas funções;

XV – elaborar o regulamento de estágio probatório;

- *Vide* art. 33, XX. Resolução CSMP n. 90/2003 (Dispõe sobre o estágio probatório). Arts. 25 a 41 do Ato CGMP n. 01/2012.

XVI – elaborar o regimento interno, submetendo-o à apreciação da Câmara de Procuradores de Justiça;

- *Vide* Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/87 (Institui o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.).

XVII – informar ao Conselho Superior do Ministério Público sobre a conduta pessoal e a atuação funcional dos membros da instituição inscritos para promoção ou remoção por merecimento ou antiguidade, inclusive permuta;

- *Vide* art. 17, VII, da Lei n. 8.625/93.

XVIII – acompanhar as comunicações de suspeição de membros do Ministério Público, por motivo de foro íntimo, apurando, quando for o caso e reservadamente, a razão de sucessivas arguições;

- *Vide* art. 43, VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 68 do Ato CGMP n. 01/2012.

XIX – submeter à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público impugnação à permanência na carreira do Promotor de Justiça em estágio probatório;

- *Vide* arts. 15, VII, e 17, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 33, VI; 172 e 181, parágrafo único. Enunciado CSMP n. 33.

XX – examinar o relatório anual das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

- *Vide* arts. 77 a 85 do Ato CGMP n. 01/2012.

XXI – dar posse e exercício aos Promotores de Justiça promovidos ou removidos e, em caráter supletivo, aos Promotores de Justiça Substitutos nomeados, encaminhando os termos respectivos à Procuradoria-Geral de Justiça;

- *Vide* art. 18, XIII.

XXII – elaborar as listas previstas no art. 40;

XXIII – dar posse e exercício aos Subcorregedores-Gerais do Ministério Público;

XXIV – rever e atualizar, anualmente, os atos e as recomendações expedidas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público;

- *Vide* Ato Conjunto PGJ e CGMP n. 03/80 (Dispõe sobre a abertura de pastas da Promotoria) e Ato CGMP n. 01/2012.

XXV – propor ao Procurador-Geral de Justiça e à Câmara de Procuradores de Justiça a expedição de instruções e outras normas administrativas, sempre que necessário ou conveniente ao serviço;

XXVI – convocar membro do Ministério Público para deliberação sobre matéria administrativa ou de interesse da instituição;

- *Vide* art. 211, VIII. Art. 43 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/2007 (Regulamenta a convocação de membro do Ministério Público e a autorização para afastamento da comarca a fim de participar de eventos de interesse institucional).

XXVII – designar membro do Ministério Público para os fins previstos no art. 170;

XXVIII – desempenhar outras atribuições previstas em lei ou no regimento interno.

- *Vide* Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/87 (Institui o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.).

§ 1° Nos assentamentos funcionais a que se refere o inciso XIII, deverão constar obrigatoriamente:

I – os pareceres da Corregedoria-Geral do Ministério Público, inclusive o previsto no art. 171, § 5°, e a decisão do Conselho Superior do Ministério Público sobre o estágio probatório;

II – as anotações resultantes de apreciação dos Procuradores de Justiça, desde que identificado o número do processo, o nome das partes, a comarca e o nome do Procurador de Justiça que atuou no feito;

III – as observações feitas em inspeções e correições;

- *Vide* art. 50 e segs. da Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/87 (Institui o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.).

IV – as penalidades disciplinares eventualmente aplicadas.

- *Vide* art. 208.

§ 2° As anotações que importem em demérito serão lançadas no assentamento funcional após prévia ciência do interessado, permitindo-se a retificação, na forma prevista no art. 105, §§ 2° e 3°.

Art. 40. Os Subcorregedores-Gerais do Ministério Público, escolhidos entre os Procuradores de Justiça, em número mínimo de 6 (seis), serão designados pelo Procurador-Geral de Justiça, em listas tríplices elaboradas pelo Corregedor-Geral do Ministério Público.

- *Vide* art. 24, XVIII.

§ 1° Os Subcorregedores-Gerais do Ministério Público poderão ser destituídos pelo Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Corregedor-Geral do Ministério Público, ou por provocação deste.

§ 2° É obrigatório o exercício da função de Subcorregedor-Geral do Ministério Público, ressalvado o disposto no parágrafo anterior.

Art. 41. Aos Subcorregedores-Gerais compete:

I – substituir o Corregedor-Geral do Ministério Público em suas faltas, afastamentos temporários, impedimento ou suspeição, recaindo a atribuição no Subcorregedor-Geral mais antigo na instância;

II – realizar inspeções e correições, podendo ser assessorados por Promotores de Justiça designados pelo Procurador-Geral de Justiça;

III – presidir processo disciplinar administrativo contra Procurador de Justiça, na forma disposta no art. 228, § 1°;

- *Vide* art. 227 e segs. Ato CGMP n. 02/2003 (Dispõe sobre o regulamento do processo disciplinar administrativo).

IV – exercer, por delegação, outras atribuições do Corregedor-Geral do Ministério Público.

Art. 42. O exercício das funções de Subcorregedor-Geral do Ministério Público não importará em dispensa de suas normais atribuições, exceto quando no exercício temporário do cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público ou durante a realização de inspeções e correições.

Parágrafo único. O exercício das funções de que trata este artigo não implicará acréscimo na remuneração do membro do Ministério Público, a qualquer título.

Art. 43. O Corregedor-Geral do Ministério Público será assessorado por Subcorregedores-Gerais e, no máximo, 5 (cinco) Promotores de Justiça da mais elevada entrância, por ele indicados e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 18 da Lei n. 8.625/93.

Art. 44. Aplica-se o disposto no art. 7°, I a VII, à eleição do Corregedor-Geral do Ministério Público e, no que couber, à escolha dos Subcorregedores-Gerais do Ministério Público.

Parágrafo único. Qualquer membro do Ministério Público poderá representar à Comissão Eleitoral acerca das causas de inelegibilidade previstas neste artigo, cabendo da decisão recurso ao Colégio de Procuradores de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias.

Art. 45. Ocorrendo a vacância do cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público, assumirá interinamente o Subcorregedor-Geral mais antigo na instância, e será realizada nova eleição em 30 (trinta) dias para preenchimento do cargo e complementação do mandato.

Parágrafo único. Caso a vacância se verifique nos últimos 6 (seis) meses de mandato, o cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público será exercido, no período remanescente, pelo Subcorregedor-Geral mais antigo na instância.

Art. 46. O Corregedor-Geral do Ministério Público poderá ser destituído do cargo pelo Colégio de Procuradores de Justiça, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, nos casos de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa, ou condenação por infração apenada com reclusão, em decisão judicial transitada em julgado.

- *Vide* art. 12, VI, da Lei n. 8.625/93.

Parágrafo único. O Colégio de Procuradores de Justiça decidirá, por maioria de votos, pela admissibilidade da representação para a destituição do Corregedor-Geral do Ministério Público, nos casos previstos no "caput" deste artigo, desde que formulada pelo Procurador-Geral de Justiça, por 1/3 (um terço) de seus integrantes ou por 1/10 (um décimo) dos membros do Ministério Público em atividade.

Art. 47. Autorizada a proposta de destituição do Corregedor-Geral do Ministério Público, o Colégio de Procuradores, em sessão presidida pelo Procurador-

-Geral de Justiça, constituirá, em votação secreta, comissão processante integrada por três Procuradores de Justiça, cabendo a presidência ao mais antigo na instância.

§ 1° O Corregedor-Geral do Ministério Público será cientificado, no prazo de 10 (dez) dias, da proposta de destituição, podendo, em 15 (quinze) dias, oferecer defesa escrita, pessoalmente ou por defensor, e requerer produção de provas.

§ 2° Não sendo oferecida defesa, o presidente da comissão processante nomeará defensor dativo para fazê-la em igual prazo.

§ 3° Findo o prazo, o presidente da comissão processante designará data para instrução e julgamento, nos 10 (dez) dias subsequentes.

§ 4° Na sessão de julgamento, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, após a leitura do relatório da comissão processante, o Corregedor-Geral do Ministério Público, pessoalmente ou por defensor, terá 30 (trinta) minutos para produzir defesa oral, deliberando, em seguida, o Colégio de Procuradores de Justiça, pelo voto fundamentado de 2/3 (dois terços) de seus membros.

§ 5° A presença à sessão de julgamento será limitada aos membros do Colégio de Procuradores de Justiça, ao Corregedor-Geral do Ministério Público e ao seu defensor.

§ 6° A sessão poderá ser suspensa, pelo prazo máximo de 10 (dez) dias, para a realização de diligência requerida pelo Corregedor-Geral do Ministério Público ou por qualquer membro do Colégio de Procuradores, desde que reputada, por maioria de votos, imprescindível ao esclarecimento dos fatos.

Art. 48. Rejeitada a proposta de destituição ou não atingida a votação prevista no § 4° do artigo anterior, o Presidente da sessão determinará o arquivamento dos autos do procedimento.

Art. 49. Acolhida a proposta de destituição, o Procurador-Geral de Justiça, em 48 (quarenta e oito) horas, lavrará o ato de destituição do Corregedor-Geral do Ministério Público.

Art. 50. Destituído o Corregedor-Geral do Ministério Público, proceder-se-á na forma determinada pelo art. 45.

Art. 51. O Corregedor-Geral do Ministério Público ficará afastado de suas funções:

I – em caso de cometimento de infração penal, cuja sanção cominada seja de reclusão, desde o recebimento da denúncia oferecida pelo Procurador-Geral de Justiça, ou queixa-crime, até o trânsito em julgado da decisão judicial;

II – no procedimento de destituição, desde a aprovação do pedido de autorização pelo Colégio de Procuradores de Justiça, na forma disposta no art. 46, parágrafo único, até final decisão.

Parágrafo único. O período de afastamento contará como de exercício do mandato.

Seção VI
Das Procuradorias de Justiça

Art. 52. As Procuradorias de Justiça são órgãos da administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas por lei.

- *Vide* art. 19 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 4°, II, "a".

Art. 53. As atribuições das Procuradorias de Justiça e dos cargos de Procurador de Justiça serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pela Câmara de Procuradores de Justiça.

§ 1° A exclusão, a inclusão ou outra modificação nas atribuições das Procuradorias de Justiça e dos cargos de Procurador de Justiça serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pela Câmara de Procuradores de Justiça.

- *Vide* art. 24, XIII.

§ 2° A remoção, mesmo por permuta, nas Procuradorias de Justiça será feita, em qualquer época, a requerimento dos interessados e por ato do Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 18, XIII.

Art. 54. A divisão interna dos serviços das Procuradorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos definidos pela Câmara de Procuradores de Justiça, ressalvada a possibilidade de cada Procuradoria de Justiça definir, por consenso, a distribuição.

- *Vide* art. 21 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XXXIII, e 24, XIII.

Art. 55. As Procuradorias de Justiça, nominadas de Procuradorias de Justiça Cível, Criminal, de Contas e Especializada, terão coordenadores e substitutos, designados pelo Procurador-Geral de Justiça, competindo-lhes, sem prejuízo das normais atribuições:

I – propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala de férias e a atuação de seus integrantes em plantões forenses;

- *Vide* art. 22, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resoluções PGJ n. 15/2006 (Dispõe sobre férias e compensações por plantões de finais de semana e medidas urgentes), 40/2006 (Institui no âmbito da Segunda Instância do Ministério Público do Estado de Minas Gerais os plantões de finais de semana e dá outras providências) e 78/2011 (Estabelece as normas para designação de Promotores de Justiça da Capital para plantões, visando ao exercício de atividades urgentes relativas aos feitos da Justiça Comum e do Juizado da Infância e da Juventude e institui regras para o plantão de recesso de final de ano). Resolução CAPJ n. 27/2007 (Regulamenta a distribuição de processos judiciais oriundos dos Tribunais Estaduais no âmbito da Procuradoria-Geral de Justiça).

II – promover reuniões mensais internas para fixação de orientações, sem caráter vinculativo, e para deliberação sobre matéria administrativa, com comparecimento obrigatório, salvo motivo justificado;

- *Vide* art. 20 da Lei n. 8.625/93.

III – organizar a biblioteca e o arquivo geral da Procuradoria de Justiça, recolhendo e classificando as cópias de todos os trabalhos forenses elaborados pelos seus integrantes, bem como o material legislativo, doutrinário e jurisprudencial de interesse;

IV – remeter ao Corregedor-Geral do Ministério Público relatório anual das atividades;

- *Vide* arts. 77 a 85 do Ato CGMP n. 01/2012.

V – encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça sugestões para a elaboração do Plano Geral de Atuação do Ministério Público;

- *Vide* arts. 19 e 24, III.

VI – fiscalizar a distribuição equitativa dos autos ou outro expediente em que deva funcionar Procurador de Justiça;

VII – organizar os serviços auxiliares da Procuradoria de Justiça, distribuindo tarefas e fiscalizando trabalhos executados.

Art. 56. O Procurador-Geral de Justiça poderá instituir Procuradorias de Justiça Especializadas para a interposição de recursos junto aos Tribunais locais e Superiores.

- *Vide* art. 31 da Lei n. 8.625/93.

Seção VII
Das Promotorias de Justiça

Art. 57. As Promotorias de Justiça são órgãos da administração do Ministério Público, com cargos de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas por lei.

- *Vide* art. 23 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 4º, II, "b".

§ 1º As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

- *Vide* art. 23, § 1º, da Lei n. 8.625/93.

§ 2º As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos de Promotor de Justiça serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pela Câmara de Procuradores de Justiça.

- *Vide* art. 23, § 2º, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 24, XII. Resolução PGJ n. 53/2012 (Reoganiza a Comissão Permanente de Divisão de Atribuições, criada pela Resolução PGJ n. 18, de 14 fevereiro de 2012).

§ 3º A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos de Promotor de Justiça serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pela Câmara de Procuradores de Justiça.

- *Vide* art. 23, § 3º, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 01/2005 (Dispõe sobre o procedimento e requisitos para homologação da divisão de atribuições entre Promotorias de Justiça de mesma Comarca).

Art. 58. As Promotorias de Justiça são classificadas em cíveis, criminais e especializadas.

Art. 59. As Promotorias de Justiça Cíveis subdividem-se em:

I – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo da Fazenda Pública;

II – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Família;

III – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Falências e Concordatas;[8]

IV – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Sucessões.

V – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Registros Públicos;[9]

Parágrafo único. As Promotorias de Justiça não incluídas no "caput" deste artigo exercerão as respectivas atribuições perante os juízos remanescentes.

Art. 60. As Promotorias de Justiça Criminais subdividem-se em:

I – Promotoria de Justiça com atuação perante o Tribunal do Júri;

II – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo Criminal da Vara de Tóxicos;

III – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juizado Especial Criminal;[10]

IV – Promotoria de Justiça com atuação perante a Auditoria Militar;

V – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Execução Penal;

VI – Promotoria de Justiça de Combate ao Crime Organizado.[11]

Parágrafo único. As Promotorias de Justiça não incluídas no "caput" deste artigo exercerão as respectivas atribuições perante os juízos remanescentes.

8 Inciso alterado pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "III – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Falências, Concordatas e Registros Públicos;".
9 Inciso acrescido pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.
10 Inciso alterado pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "III – Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo Criminal de Acidentes de Trânsito".
11 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "VI - Promotoria de Justiça e Combate ao Crime Organizado e de Investigação Criminal".

Art. 61. As Promotorias de Justiça Especializadas, também denominadas Promotorias de Justiça do Cidadão, subdividem-se em:[12]

- *Vide* art. 125, IV, da CE. Resolução PGJ n. 72/2006 (Dá nova disciplina às Promotorias de Justiça Especializadas, também denominadas de Promotorias de Justiça do Cidadão, e estabelece outras disposições relativas às suas atribuições). Aviso PGJ ADJ JUR n. 01/2008 (Informa atual entendimento da Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Jurídica sobre atuação do Ministério Público na qualidade de *custos legis*).

I – Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor;[13]

- *Vide* art. 14 do ADCT da CE.
- *Vide* art. 23, § 2°, da LC 61/2001.

II – Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico e Cultural;[14]

- *Vide* art. 129, III, da CF e art. 120, III, da CE.

III – Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público;[15]

- *Vide* art. 129, III, da CF e art. 120, III, da CE.

IV – Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, de Apoio Comunitário e de Conflitos Agrários;[16]

V – Promotoria de Justiça de Fiscalização da Atividade Policial;[17]

- *Vide* art. 129, VII, da CF e art. 120, VI, da CE.

VI – Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde;[18]

VII – Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo;[19]

VIII – Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária;[20]

IX – Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações;[21]

12 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 61. – A Promotoria de Justiça Especializada, denominada Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão, exercerá as funções cumulativas de:".

13 Inciso alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "I – defesa do consumidor;".

14 Inciso alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "II – defesa do meio ambiente e do patrimônio histórico-cultural;".

15 Inciso alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "III – defesa do patrimônio público;".

16 Inciso alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "IV – prevenção e reparação de acidentes do trabalho;".

17 Inciso alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "V – defesa dos direitos humanos;".

18 Inciso alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "VI – controle externo da atividade policial;".

19 Inciso alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "VII – defesa dos direitos da infância e da juventude;".

20 Inciso alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "VIII – defesa dos direitos dos deficientes e proteção aos idosos.".

21 Inciso acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

X – Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos dos Deficientes e Idosos;[22]

XI – Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude.[23]

§ 1° A Promotoria de Justiça de Defesa do Cidadão exercerá a titularidade das ações cível e penal públicas nos casos afetos à sua área de atuação.

§ 2° Nas comarcas do interior do Estado, as atribuições previstas neste artigo serão disciplinadas na forma prevista no art. 57.

§ 3° As Promotorias de Justiça da Promotoria de Justiça do Cidadão e seus respectivos órgãos de execução poderão estabelecer formas de atuação conjunta em matérias de interesse comum.[24]

Art. 62. Nas comarcas do interior do Estado com mais de 2 (duas) Promotorias de Justiça, estas serão compostas por, no mínimo, 1/3 (um terço) de Promotores de Justiça com atribuições na área criminal, na forma disposta no art. 18, XXXIII e XXXIV.

Parágrafo único. As Promotorias de Justiça criminais poderão acumular as atribuições referentes à defesa dos direitos humanos, ao controle externo da atividade policial e a outras de natureza assemelhada.

Art. 63. Nas Promotorias de Justiça com mais de 1 (um) cargo de Promotor de Justiça, haverá coordenadores e seus substitutos, designados pelo Procurador-Geral de Justiça, competindo-lhes, sem prejuízo de suas atribuições normais:

- *Vide* art. 75, §§ 3° e 4°. Resoluções PGJ n. 57/2002 (Institui em cada comarca do interior e na capital as Secretarias das Promotorias de Justiça), 15/2006 (Dispõe sobre férias e compensações por plantões de finais de semana e medidas urgentes), 72/2006 (Dá nova disciplina às Promotorias de Justiça Especializadas, também denominadas de Promotorias de Justiça do Cidadão, e estabelece outras disposições relativas às suas atribuições), 77/2011 (Modifica critérios para designação de membros do Ministério Público para o exercício de atividades urgentes em feriados e fins de semana, nas comarcas do interior) e 78/2011 (Estabelece as normas para designação de Promotores de Justiça da Capital para plantões, visando ao exercício de atividades urgentes relativas aos feitos da Justiça Comum e do Juizado da Infância e da Juventude e institui regras para o plantão de recesso de final de ano).

I – promover reuniões mensais internas para fixação de orientações, sem caráter vinculativo, e para deliberação sobre matéria administrativa, com comparecimento obrigatório, salvo motivo justificado;

II – dar posse e exercício aos auxiliares administrativos nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça;

III – organizar os serviços auxiliares da Promotoria de Justiça, distribuindo tarefas e fiscalizando trabalhos executados;

IV – presidir, mediante designação do Procurador-Geral de Justiça, processo disciplinar administrativo relativo a infrações funcionais dos seus servidores;

22 Inciso acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

23 Inciso acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

24 Parágrafo acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

V – fiscalizar a distribuição equitativa dos autos ou outro expediente em que deva funcionar Promotor de Justiça;

VI – representar o Ministério Público nas solenidades oficiais;

VII – encaminhar aos órgãos da administração superior do Ministério Público as sugestões para o aprimoramento dos seus serviços;

VIII – organizar a biblioteca e o arquivo geral da Promotoria de Justiça, recolhendo e classificando as cópias de todos os trabalhos elaborados pelos integrantes, bem como o material legislativo, doutrinário e jurisprudencial de interesse;

IX – remeter ao Corregedor-Geral do Ministério Público relatório anual das atividades e declaração de regularidade de serviços;

- *Vide* arts. 77 a 85 do Ato CGMP n. 01/2012.

X – solicitar ao Procurador-Geral de Justiça a designação de estagiários, mediante requerimento de qualquer de seus integrantes;

XI – encaminhar à Procuradoria-Geral de Justiça sugestões para a elaboração do Plano Geral de Atuação do Ministério Público.

Parágrafo único. As funções de coordenador serão consideradas para apuração de mérito na ocasião da promoção e serão exercidas sem nenhum acréscimo, a qualquer título, na remuneração do membro do Ministério Público.

Art. 64. A divisão interna dos serviços das Promotorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos, definidos pela Câmara de Procuradores de Justiça, ressalvada a possibilidade de cada Promotoria de Justiça definir, por consenso, a distribuição.

- *Vide* arts. 18, XXXIII; 24, XII e XIII, e 57, §§ 2° e 3°. Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 01/2005 (Dispõe sobre o procedimento e requisitos para homologação da divisão de atribuições entre Promotorias de Justiça de mesma Comarca).

Art. 65. Havendo mais de um membro do Ministério Público com funções idênticas ou concorrentes na mesma Promotoria de Justiça, a denominação do cargo será precedida do número indicativo da ordem de sua criação.

Capítulo III
Das Funções dos Órgãos de Execução
Seção I
Das Funções Gerais

Art. 66. Além das funções previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Constituição Estadual e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

- *Vide* arts. 58 e 59 do Ato CGMP n. 01/2012.

I – propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Estadual, inclusive por omissão e o respectivo pedido de medida cautelar;

- *Vide* art. 118, III, da CE; art. 25, I, da Lei n. 8.625/93.

II – representar ao Procurador-Geral da República para a arguição de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo estadual em face da Constituição Federal;

- *Vide* arts. 103, VI, e 129, IV, da CF; art. 6°, I, e 46, parágrafo único, I, da LC 75/93.

III – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para efeito de intervenção do Estado nos municípios;

- *Vide* art. 120, IV, da CE; art. 25, II, da Lei n. 8.625/93.

IV – zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal e em outras leis, promovendo as medidas judiciais e administrativas necessárias à sua garantia;

- *Vide* art. 129, II, da CF; art. 120, II, da CE; art. 27 da Lei n. 8.625/93.

V – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

- *Vide* art. 129, I, da CF; art. 120, I, da CE; art. 25, III, da Lei n. 8.625/93.

VI – promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei, para:

- *Vide* art. 129, III, da CF; art. 120, III, da CE; art. 25, IV, da Lei n. 8.625/93; art. 6°, VII, X e XII, da LC 75/93.
- *Vide* arts. 67, § 8°; 69, parágrafo único, e 70. Arts. 21 a 23 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 03/2009 (Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o inquérito civil e o procedimento preparatório na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências). Resolução CNMP n. 23/2007. Resolução Conjunta CNMP e CNJ 02/2011.

a) proteção, prevenção e reparação de danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e aos direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

- *Vide* art. 25, IV, "a", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resoluções PGJ n. 09/2000 (Dispõe sobre a criação do grupo especial de proteção aos recursos hídricos); 33/2007 (Dispõe sobre a criação de Coordenadorias Regionais de Promotorias de Justiça para Proteção Ambiental por Bacias Hidrográficas no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais) e 11/2011 (Regulamenta o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon-MG e o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - SEDC, nos termos previstos na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei Complementar Estadual n. 34/94 e na Lei Complementar Estadual n. 61, de 12 de julho de 2001, alterada pela Lei Complementar Estadual n. 117, de 11 de janeiro de 2011, e estabelece as normas gerais do exercício do poder de polícia e de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências).

b) anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou do município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem;

- *Vide* art. 25, IV, "b", da Lei n. 8.625/93.

VII – manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais, não importando a fase ou o grau de jurisdição em que se encontrem;

- *Vide* art. 25, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Recomendação CSMP n. 01/2001 (Dispõe sobre a racionalização interventiva do Ministério Público no processo civil). Art. 149 do Ato CGMP n. 01/2012.

VIII – exercer a fiscalização de cadeias públicas, dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, crianças e adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;

- *Vide* art. 121, I, da CE; art. 25, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 10 do Ato CGMP n. 01/2012. Resoluções CNMP n. 56/2010 e 67/2011.

IX – deliberar sobre a participação em organismos estatais de política penal e penitenciária, do consumidor, de direitos humanos, do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, e outros afetos à sua área de atuação;

- *Vide* art. 25, VII, da Lei n. 8.625/93.

X – ingressar em juízo, de ofício e supletivamente, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados pelo Tribunal de Contas;

- *Vide* art. 25, VIII, da Lei n. 8.625/93.

XI – interpor recursos aos Tribunais Superiores;

- *Vide* art. 25, IX, da Lei n. 8.625/93.

XII – provocar a atuação de órgão de execução que oficie junto a juízo ou Tribunal competente, por meio da remessa direta de expediente;

XIII – (Vetado).

XIV – (Vetado).

Parágrafo único. É vedado o exercício das funções do Ministério Público a pessoas a ele estranhas, sob pena de nulidade do ato praticado.

- *Vide* art. 129, § 2°, da CF; art. 127, § 1°, da CE; art. 25, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 58 e 59 do Ato CGMP n. 01/2012.

Art. 67. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

- *Vide* art. 26 da Lei n. 8.625/93.

I – instaurar inquéritos civis e outros procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

- *Vide* art. 26, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resoluções Conjuntas PGJ e CGMP n. 02/2009 (Regulamenta o art. 67, I, da Lei Complementar n° 34, de 12 de setembro de 1994, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal, e dá outras providências), 03/2009 (Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o inquérito civil e o procedimento preparatório na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências). Arts. 21 a 24 e 135 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução CNMP n. 13/2006.

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimento e, em caso de desatendimento injustificado, requisitar condução coercitiva pela Polícia Militar ou Civil, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

- *Vide* art. 26, I, "a", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 54, § 4°, e 87 do Ato CGMP n. 01/2012.

b) requisitar informações, exames periciais, certidões e outros documentos de autoridades federais, estaduais e municipais bem como dos órgãos e das entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios;

- *Vide* art. 26, I, "b", da Lei n. 8.625/93; art. 8°, II e IV, e § 2°, da LC 75/93.
- *Vide* art. 54, § 1°, do Ato CGMP n. 01/2012.

c) promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, aos órgãos e às entidades a que se refere a alínea anterior;

- *Vide* art. 26, I, "c", da Lei n. 8.625/93.

d) expedir cartas precatórias para outros órgãos de execução;

II – representar à autoridade competente para a instauração de sindicância ou procedimento administrativo, podendo, se solicitado, acompanhá-los e produzir provas;

- *Vide* art. 26 da Lei n. 8.625/93; art. 7°, III, da LC 75/93.

III – (Vetado).

IV – exercer o controle externo da atividade policial, observado o disposto no inciso II do art. 125 da Constituição do Estado de Minas Gerais;

- *Vide* art. 129, VII, da CF; art. 9°, II, da LC 75/93.
- *Vide* art. 89 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução CNMP n. 20/2007.

V – dar publicidade dos procedimentos administrativos não disciplinares que instaurar e das medidas adotadas;

- *Vide* art. 26, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 03/2009 (Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o inquérito civil e o procedimento preparatório na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências). Enunciado CSMP n. 13. Resolução CNMP n. 77/2011.

VI – fazer recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e dos serviços de relevância pública;

VII – requisitar meios materiais e servidores públicos, por prazo não superior a 90 (noventa) dias, para o exercício de atividades técnicas ou especializadas, nos procedimentos administrativos afetos à sua área de atuação;

VIII – acompanhar a fiscalização dos processos nos cartórios ou nas repartições congêneres, adotando, quando for o caso, as medidas necessárias para a apuração da responsabilidade de titulares de ofícios ou serventuários de justiça;

IX – requisitar, no exercício de suas atribuições, o auxílio de força policial;

- *Vide* art. 8º, IX, da LC 75/93.

X – despachar diretamente com a autoridade judiciária e fazer juntar aos autos as respectivas manifestações processuais;

XI – levar ao conhecimento do Procurador-Geral de Justiça ou do Corregedor-Geral do Ministério Público fatos que possam ensejar processo disciplinar administrativo ou ação penal pública;

XII – atuar perante o Tribunal de Contas, cabendo-lhe, entre outras atribuições:

- *Vide* art. 124 da CE.

a) oficiar nos feitos respectivos e participar dos julgamentos, assegurando-se-lhe o direito de fazer sustentação oral;

b) requisitar, motivadamente, a realização de inspeção e auditoria contábil e financeira em órgãos e entidades da administração direta, indireta e fundacional, no âmbito estadual e municipal;

c) fiscalizar, no âmbito de suas atribuições, a aplicação de verbas públicas;

d) receber petições, reclamações ou queixas de qualquer do povo, em caso de desrespeito na aplicação ou desvio de verbas públicas;

- *Vide* art. 163 do Ato CGMP n. 01/2012.

XIII – exercer outras funções que lhe forem conferidas por lei, desde que compatíveis com sua finalidade.

XIV – consultar banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública, ressalvadas as hipóteses de sigilo legal e a inviolabilidade dos direitos individuais.[25]

§ 1º As notificações e requisições previstas neste artigo, quando tiverem como destinatários exclusivos para a prática do ato o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo Estadual, os Desembargadores, Juízes dos Tribunais de Alçada e Militar, Conselheiro do Tribunal de Contas e Secretários de Estado, serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante requerimento do membro do Ministério Público.

25 Inciso acrescido pelo art.1º da Lei Complementar n. 80, de 09.08.2004.

- *Vide* art. 26, § 1°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 54 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução PGJ n. 61/2007 (Regulamenta o artigo 67, §§ 1° e 9°, da Lei Complementar n. 34/94, disciplinando as notificações e requisições ministeriais para as autoridades públicas estaduais ou federais que indica).

§ 2° O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e dos documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.

- *Vide* art. 26, § 2°, da Lei n. 8.625/93; arts. 6°, XVIII, "a", e 8°, VIII, da LC 75/93.

§ 3° As notificações ou requisições expedidas pelo Ministério Público às autoridades, aos órgãos e às entidades da administração direta, indireta e fundacional de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios serão cumpridas gratuitamente.

- *Vide* art. 26, § 3°, da Lei n. 8.625/93.

§ 4° A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição, na forma do inciso I deste artigo, não autoriza o desconto de vencimentos ou salário e será considerada como efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do Ministério Público.

- *Vide* art. 26, § 4°, da Lei n. 8.625/93.

§ 5° A representação ou petição formulada ao Ministério Público será distribuída entre os membros, com atribuições para apreciá-la.

- *Vide* art. 26, § 5°, da Lei n. 8.625/93.

§ 6° As requisições do Ministério Público serão fundamentadas e com fixação de prazo razoável para atendimento.

§ 7° O desatendimento imotivado ou retardamento no cumprimento das notificações e requisições do Ministério Público implicará a responsabilidade de quem lhe der causa.

§ 8° Os procedimentos administrativos investigatórios, inclusive o inquérito civil público, observarão, obrigatoriamente, os requisitos e prazos estabelecidos em ato do Procurador-Geral de Justiça, atendidas as normas pertinentes.[26]

- *Vide* Resoluções Conjuntas PGJ e CGMP n. 02/2009 (Regulamenta o art. 67, I, da Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências.) e 03/2009 (Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o inquérito civil e o procedimento preparatório na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências). Arts. 22 a 24 do Ato CGMP n. 01/2012. Enunciados CSMP n. 01, 13, 17, 24 e 25. Resolução CNMP n. 13/2006.

§ 9° Na hipótese do inciso XIV do "caput" deste artigo, as notificações e requisições, quando tiverem como destinatários exclusivos para a prática do ato o Governador do Estado, membro do Poder Legislativo Estadual, Desembar-

26 Parágrafo acrescido pelo art.1° da Lei Complementar n. 80, de 09.08.2004.

gador, Juiz do Tribunal Militar, Conselheiro do Tribunal de Contas e Secretário de Estado, serão requeridas pelo Procurador-Geral de Justiça.[27]

- *Vide* art. 54 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução PGJ n. 61/2007 (Regulamenta o art. 67, §§ 1° e 9°, da Lei Complementar n. 34/94, disciplinando as notificações e requisições ministeriais para as autoridades públicas estaduais ou federais que indica).

Art. 68. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuide de garantir-lhes o respeito:

- *Vide* art. 27 da Lei n. 8.625/93.

I – pelos Poderes Estaduais e Municipais;

- *Vide* art. 27, I, da Lei n. 8.625/93.

II – pelos órgãos da administração pública estadual ou municipal, direta ou indireta;

- *Vide* art. 27, II, da Lei n. 8.625/93.

III – pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal;

- *Vide* art. 27, III, da Lei n. 8.625/93.

IV – por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou município, ou executem serviço de relevância pública.

- *Vide* art. 27, IV, da Lei n. 8.625/93.

Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

- *Vide* art. 27, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

I – receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promovendo as apurações cabíveis e dando-lhes as soluções adequadas;

- *Vide* art. 27, parágrafo único, I, da Lei n. 8.625/93.

II – zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos;

- *Vide* art. 27, parágrafo único, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 18, LV. Resolução CNMP n. 77/2011.

III – dar andamento, no prazo de 30 (trinta) dias, às notícias de irregularidades, petições ou reclamações referidas no inciso I;

- *Vide* art. 27, parágrafo único, III, da Lei n. 8.625/93.

IV – promover audiências públicas e emitir relatórios anuais ou especiais, dirigidos aos Poderes, aos órgãos ou às entidades mencionadas neste artigo, solicitando ao destinatário sua divulgação adequada e, quando for o caso, as providências cabíveis.

27 Parágrafo acrescido pelo art.1° da Lei Complementar n. 80, de 09.08.2004.

- *Vide* art. 27, parágrafo único, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução PGJ n. 43/2006 (Dispõe sobre a realização de audiências públicas junto à sociedade civil e dá outras providências). Resolução CNMP n. 82/2012.

Seção II
Do Procurador-Geral de Justiça

Art. 69. Além das atribuições previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, na Constituição Estadual e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça:

- *Vide* art. 29 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 4°, III, "a"; 8°, parágrafo único, e 18.

I – velar pela observância, aplicação e execução das Constituições e das leis;

II – representar ao Tribunal de Justiça por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Estadual;

- *Vide* art. 118, III, da CE; art. 29, I, da Lei n. 8.625/93.

III – representar para fins de intervenção do Estado no município, objetivando assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, ordem ou decisão judicial;

- *Vide* art. 184 da CE; art. 29, II, da Lei n. 8.625/93.

IV – representar ao Procurador-Geral da República para fins de intervenção da União no Estado, nas hipóteses previstas no art. 34, VII, da Constituição Federal;

- *Vide* art. 46, parágrafo único, II, da LC 75/93.

V – representar o Ministério Público nas sessões plenárias dos Tribunais de Justiça, de Alçada, Militar e de Contas, podendo intervir para sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato;

- *Vide* art. 29, III, da Lei n. 8.625/93.

VI – ajuizar ação penal de competência originária do Tribunal de Justiça, nela oficiando;

- *Vide* art. 29, V, da Lei n. 8.625/93.

VII – oficiar nos processos de competência originária dos Tribunais;

- *Vide* art. 29, VI, da Lei n. 8.625/93.

VIII – propor, perante o Tribunal de Justiça, a ação civil de decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público;

- *Vide* art. 38, § 2°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 21, VIII; 24, VI e 103, §§ 2° e 3°.

IX – interpor recursos aos Tribunais locais e Superiores e neles oficiar;

- *Vide* art. 25, IX, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 52, § 2º, 105 e 106 do Ato CGMP n. 01/2012.

X – oficiar nos processos de decretação de perda do cargo, remoção ou disponibilidade de magistrado;

XI – exercer as atribuições previstas no art. 129, II e III, da Constituição Federal, quando a autoridade reclamada for o Governador do Estado, o Presidente da Assembleia Legislativa ou os Presidentes de Tribunais, bem como quando, por ato praticado em razão de suas funções, contra estes deva ser ajuizada a competente ação;

- *Vide* art. 29, VIII, da Lei n. 8.625/93.

XII – ajuizar mandado de injunção, quando a falta de norma regulamentadora inviabilizar o exercício de direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos e a iniciativa de sua elaboração for do Governador do Estado, de Secretário de Estado, da Assembleia Legislativa ou de Tribunal;

XIII – delegar a outro membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução;

- *Vide* art. 29, IX, da Lei n. 8.625/93.

XIV – informar ao Presidente da Assembleia Legislativa as providências adotadas, no prazo de noventa dias contados do recebimento de relatório final de comissão parlamentar de inquérito que indique a prática de atos de sua competência;[28]

XV – informar ao Presidente da Assembleia Legislativa as providências adotadas, no prazo de noventa dias contados do recebimento de solicitação de apuração e investigação formulada por comissão permanente ou comissão especial da Assembleia Legislativa;[29]

Parágrafo único. O procedimento do inquérito civil instaurado na forma da lei poderá ser disciplinado, ainda, em ato do Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 03/2009 (Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o inquérito civil e o procedimento preparatório na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências). Art. 22 do Ato CGMP n. 01/2012. Enunciados CSMP n. 01, 02, 09, 13, 16, 17, 19, 24 e 25.

Seção III
Do Conselho Superior do Ministério Público

Art. 70. Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento do inquérito civil, na forma da lei.

28 Inciso alterado pelo art. 3º da Lei Complementar n. 118, de 12.01.2011. Assim dispunha o inciso alterado: "XIV – praticar outros atos previstos em lei.".

29 Inciso acrescentado pelo art. 8º da Lei Complementar n.99, de 14.08.2007 e alterado pelo art. 3º da Lei Complementar n. 118, de 12.01.2011.

- *Vide* art. 30 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 4°, III, "b"; 18, XXI, "d"; 66, VI, e 69, XI. Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 03/2009 (Regulamenta, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, o inquérito civil e o procedimento preparatório na área dos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências); Art. 22 do Ato CGMP n. 01/2012. Enunciados CSMP n. 01, 02, 03, 09, 13, 16, 17, 19, 24, 25, 29 e 37.

Seção IV
Dos Procuradores de Justiça

Art. 71. Compete aos Procuradores de Justiça o exercício das atribuições do Ministério Público junto aos Tribunais de Justiça, de Alçada, de Contas e Militar, desde que não cometidas ao Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 31 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 4°, III, "c".

Parágrafo único. O Procurador-Geral de Justiça poderá designar outro Procurador de Justiça para funcionar em feito determinado de atribuição do titular, com a concordância deste.

Art. 72. Além das atribuições previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e em outras leis, compete aos Procuradores de Justiça, no âmbito de suas atribuições:

I – comparecer às sessões de Câmaras Isoladas, Reunidas, Grupo de Câmaras, Conselho da Magistratura e do Órgão Especial;

- *Vide* arts. 19, § 1°, e 43, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 48 do Ato CGMP 01/2012.

II – oficiar e emitir parecer escrito e fundamentado nos processos cíveis, criminais e administrativos, inclusive por delegação;

- *Vide* art. 43, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 53 do Ato CGMP 01/2012.

III – participar das sessões dos Tribunais, no julgamento dos processos em que oficiou, tomando ciência, pessoalmente e mediante vista dos autos respectivos, das decisões proferidas;

- *Vide* arts. 19, § 1°, e 41, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 48 do Ato CGMP n. 01/2012.

IV – interpor, quando for o caso, recursos aos Tribunais locais ou Superiores, ou sugerir ao Procurador-Geral de Justiça, fundamentadamente, a interposição ou a adoção de outras medidas cabíveis;

- *Vide* arts. 25, IX, e 31 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 52, § 2°, 105 e 106 do Ato CGMP n. 01/2012.

V – exercer, por designação do Procurador-Geral de Justiça, a direção de órgãos auxiliares e de apoio administrativo;

- *Vide* art. 10, IX, "b", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 75, 76, 82 e 137, I.

VI – impetrar "habeas corpus", mandado de segurança, requerer correição parcial, bem como propor outras medidas cabíveis, perante os Tribunais competentes;

VII – compor os órgãos colegiados da instituição;

VIII – informar, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para efeito de publicação no órgão oficial, a relação de processos não devolvidos no prazo legal, com pareceres ou manifestações cabíveis, identificando a espécie e o número do feito, o nome das partes e indicando, fundamentadamente, as razões de eventual atraso e a data de recebimento dos autos;

- *Vide* art. 77, §1°, do Ato CGMP n. 01/2012.

IX – integrar comissão de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público;

- *Vide* arts. 18, XXX; 33, V, e 76.

X – integrar comissão de processo disciplinar administrativo instaurado contra membro do Ministério Público;

- *Vide* arts. 18, XXIII; 24, IV; 39, VIII; 41, III, e 227 e segs.

XI – comparecer, quando necessário ou conveniente, aos gabinetes ou aos locais destinados às Procuradorias de Justiça;

XII – exercer outras atribuições previstas em lei ou ato normativo, desde que afetas à sua área de atuação.

§ 1° Nas sessões de julgamento, o Procurador de Justiça deverá, se necessário, sustentar oralmente a posição do Ministério Público, quando este intervier como fiscal da lei.

- *Vide* art. 25, V, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° Nos processos de competência originária em que o Ministério Público for parte, é obrigatória a intervenção e a sustentação oral pelo Procurador de Justiça.

- *Vide* art. 25, V, da Lei n. 8.625/93.

§ 3° O Procurador de Justiça que, à data da formação das listas a que se referem os arts. 94, "caput", e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal, e o art. 78, § 3°, da Constituição Estadual, não apresentar declaração de regularidade dos serviços afetos a seu cargo ficará impedido de integrá-las.

§ 4° A interposição de recurso perante os Tribunais Superiores é atribuição concorrente do Procurador-Geral de Justiça e dos Procuradores de Justiça.

- *Vide* arts. 25, IX; 29, VI, e 31 da Lei n. 8.625/93.

§ 5° Em caso de interposição simultânea do mesmo recurso, processar-se-á o interposto pelo Procurador-Geral de Justiça, reputando-se o outro prejudicado.

Art. 73. Os Procuradores de Justiça, nos autos em que oficiem, exercerão inspeção permanente nos serviços dos Promotores de Justiça, remetendo relatório à Corregedoria-Geral do Ministério Público, observado o disposto no art. 39, § 1°, II, e § 2°.

- *Vide* art. 19, § 2°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Aviso CGMP n. 01/97 (Institui o novo formulário para as inspeções). Art. 205 do Ato CGMP n. 01/2012.

Seção V
Dos Promotores de Justiça

Art. 74. Além das atribuições previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público e em outras leis, compete aos Promotores de Justiça:

- *Vide* art. 32 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 4°, III, "d".

I – impetrar "habeas corpus", mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes;

- *Vide* art. 32, I, da Lei n. 8.625/93.

II – atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis, e cientificando o interessado das medidas efetivadas;

- *Vide* art. 32, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 49 do Ato CGMP n. 01/2012. Enunciado CSMP n. 16.

III – oficiar perante a Justiça Eleitoral de 1ª instância, com as atribuições previstas na Lei Orgânica do Ministério Público da União e outras estabelecidas na legislação eleitoral e partidária;

- *Vide* arts. 10, IX, "h"; 32, III, e 73 da Lei n. 8.625/93; arts. 72 a 80 da LC 75/93; art. 3°, § 2°, da LC 64/90.
- *Vide* arts. 18, XXI, "h", e 252. Resolução PGJ n. 21/2008 (Dispõe sobre o exercício da função eleitoral).

IV – propor ação de perfilhação compulsória;

V – oficiar nos juizados especiais de pequenas causas;

- *Vide* Instrução Conjunta CGMP e Comissão Supervisora dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais n. 01/2000 (Dispõe sobre a necessidade de elaboração de termo circunstanciado em todas infrações abrangidas pela Lei 9.099/95). Arts. 118 a 124, 128 e 129 do Ato CGMP n. 01/2012.

VI – remeter ao Procurador-Geral de Justiça as notificações e as requisições que tiverem como destinatárias as pessoas referidas no art. 67, § 1°, para subsequente encaminhamento;

- *Vide* art. 26, § 1°, da Lei n. 8.625/93.

- *Vide* art. 54 do Ato CGMP n. 01/2012.

VII – integrar a comissão de concurso de ingresso na carreira do Ministério Público;

- *Vide* art. 34, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XXX; 33, V, e 76 e segs.

VIII – expedir notificações e requisições e instaurar procedimentos investigatórios nos casos afetos à sua área de atuação;

- *Vide* art. 129, VI, da CF; art. 120, V, da CE; art. 26, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 02/2009 (Regulamenta o art. 67, I, da Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências).

IX – inspecionar e fiscalizar cadeias públicas, manicômios judiciários, estabelecimentos prisionais de qualquer natureza, hospitais públicos ou conveniados e locais que abriguem idosos, crianças, adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência, adotando as medidas cabíveis;

- *Vide* art. 121, I, da CE; art. 25, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 10 do Ato CGMP n. 01/2012. Resoluções CNMP n. 56/2010 e 67/2011.

X – proceder à justificação de tempo de serviço de trabalhador rural;

- *Vide* Leis 8.212/91 e 8.213/91.

XI – fiscalizar e inspecionar as fundações privadas e as instituídas pelo poder público, adotando as medidas cabíveis;

- *Vide* Resolução PGJ n. 126/2001 (Estabelece normas para a atuação das Promotorias de Tutela das Fundações do Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.).

XII – exercer, mediante designação do Procurador-Geral de Justiça, a Coordenadoria de Promotoria de Justiça e outros cargos de confiança da instituição;

- *Vide* arts. 10, IX, "b", e 11 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 63.

XIII – integrar comissão de processo disciplinar administrativo;

- *Vide* arts. 18, XXIII; 21, X; 24, IV; 39, VIII, e 227 e segs.

XIV – solicitar o auxílio de serviços médicos, educacionais e assistenciais públicos ou conveniados;

XV – informar, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para efeito de publicação no órgão oficial, a relação de processos não devolvidos no prazo legal, com pareceres ou manifestações cabíveis, identificando a espécie e o número do feito, o nome das partes e indicando, fundamentadamente, as razões de eventual atraso e a data de recebimento dos autos;

XVI – permanecer no Fórum ou nos locais destinados às Promotorias de Justiça, das 13 às 17 horas, ou além desse horário quando necessário ou

conveniente ao desempenho de sua função, salvo nos casos de realização de diligência indispensável ao exercício de atribuições;

- *Vide* art. 49 do Ato CGMP n. 01/2012.

XVII – acompanhar o alistamento, participar da verificação de urna referida na lei processual e assistir ao sorteio de jurados;

XVIII – requisitar a instauração de inquérito policial e diligências investigatórias para apuração de crime de ação penal pública;

- *Vide* art. 129, VIII, da CF; art. 120, VII, da CE; art. 26, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 8° do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 02/2009 (Regulamenta o art. 67, I, da Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a instauração e tramitação do Procedimento Investigatório Criminal, seu registro no Sistema de Registro Único – SRU, e dá outras providências).

XIX – assumir a direção de inquéritos policiais, quando designado pelo Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 125, II, "g", da Constituição Estadual;

XX – prestar assistência judiciária na defesa dos interesses individuais e sociais indisponíveis;

- *Vide* art. 127 da CF; art. 32, II, da Lei n. 8.625/93.

XXI – participar, por designação do Procurador-Geral de Justiça, de Comissão de Concurso para provimento de cargos de serventuários da Justiça;

XXII – requisitar a cartórios, repartições ou autoridade competente certidões, exames e esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções;

XXIII – inspecionar, periodicamente, estabelecimentos e órgãos de tratamento e amparo à criança ou ao adolescente, públicos ou privados, adotando as medidas cabíveis;

- *Vide* art. 121, I, CE; art. 25, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução CNMP n. 71/2011.

XXIV – zelar pela regularidade dos registros públicos;

- *Vide* art. 151 do Ato CGMP n. 01/2012.

XXV – exercer o controle externo da atividade policial;

- *Vide* art. 129, VII, da CF; art. 125, II, da CE; art. 9° da LC 75/93.
- *Vide* art. 89 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução CNMP n. 20/2007.

XXVI – fiscalizar a observância do Regimento de Custas do Estado e o recolhimento de multas impostas, adotando as providências cabíveis;

- *Vide* arts. 111 e 112 do Ato CGMP n. 01/2012.

XXVII – zelar pela regularidade da distribuição de feitos;

XXVIII – conservar em arquivo da Promotoria de Justiça cópias de manifestações processuais e outros atos praticados no exercício do cargo;

- *Vide* art. 4º do Ato CGMP n. 01/2012. Ato CGMP n. 02/2008 (Suspende a vigência do art. 13 do Ato CGMP n. 01/2008).

XXIX – defender, supletivamente, os direitos e os interesses das populações indígenas;

- *Vide* art. 129, V, da CF.

XXX – zelar pela gratuidade do registro civil de nascimento e de óbito para os reconhecidamente pobres;

- *Vide* art. 5º, LXXVI, da CF.

XXXI – exercer outras atribuições definidas em lei ou ato normativo, desde que afetas à sua área de atuação.

- *Vide* art. 26, V, da Lei n. 8.625/93.

Parágrafo único. O Procurador-Geral de Justiça poderá designar outro Promotor de Justiça para funcionar em feito determinado de atribuição do titular, com a concordância deste.

- *Vide* art. 24 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 18, XXI, "g".

CAPÍTULO IV
DOS ÓRGÃOS AUXILIARES
SEÇÃO I
DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Art. 75. Os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público, instituídos por ato do Procurador-Geral de Justiça, competindo-lhes:

- *Vide* arts. 8º, I, e 33 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 4º, IV, "a"; 18, XXI, "a", e 19, parágrafo único. Resoluções PGJ n. 64/2001 (Cria os Centros de Apoio Operacional, definindo-lhes a estrutura e o âmbito de atuação), 100/2002 (Cria o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa da Saúde – CAO SAÚDE, definindo-lhe a estrutura e o âmbito de atuação), 52/2002 (Cria o Centro de Apoio Operacional de Combate ao Crime Organizado e de Investigação Criminal – CAO CRIMO, definindo-lhe a estrutura e o âmbito de atuação), 99/2002 (Cria o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais, de Execução Penal, do Tribunal do Júri e da Auditoria Militar – CAOCrim, definindo-lhe a estrutura e o âmbito de atuação), 30/2004 (Cria o Centro de Apoio Operacional Eleitoral, definindo-lhe a estrutura e o âmbito de atuação), 39/2004 (Dispõe sobre a Criação e Estruturação do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Velamento de Fundações e Entidades de Interesse Social – CAO-TS – Centro de Apoio ao Terceiro Setor, e dá outras providências), 07/2005 (Acrescenta e altera dispositivos da Resolução PGJ n. 64, de 13 de setembro de 2001) e 02/2009 (Institui o Fórum Permanente dos Centros de Apoio Operacional no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

I – estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns;

- *Vide* art. 33, I, da Lei n. 8.625/93.

II – remeter informações técnico-jurídicas aos órgãos ligados à sua atividade;

- *Vide* art. 33, II, da Lei n. 8.625/93.

III – estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins;

- *Vide* art. 33, III, da Lei n. 8.625/93.

IV – remeter, anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público;

- *Vide* art. 33, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 77, §§7º a 9º, do Ato CGMP n. 01/2012.

V – coordenar e sistematizar as ações dos órgãos de execução, integrar e uniformizar sua atuação e exercer outras funções compatíveis com sua finalidade, vedados o exercício de atividade de órgão de execução e a expedição de atos normativos de caráter vinculativo.[30]

- *Vide* art. 33, V, da Lei n. 8.625/93.

§ 1º A direção dos Centros de Apoio Operacional estaduais será exercida por coordenador, escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça entre os Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da mais elevada entrância.[31]

- *Vide* art. 111, parágrafo único.

§ 2º A direção dos Centros de Apoio Operacional regionais será exercida por coordenador, escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça entre os Promotores de Justiça integrantes da base territorial de atuação do respectivo órgão.[32]

§ 3º Em cada comarca, do interior e da Capital, funcionará uma Secretaria das Promotorias, cujas atribuições, de natureza administrativa, serão definidas por ato do Procurador-Geral de Justiça.[33]

---

30 Inciso alterado pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o inciso alterado: "V – exercer outras funções compatíveis com sua finalidade, vedados o exercício de atividade de órgão de execução e a expedição de atos normativos.".

31 Parágrafo alterado pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 1º A direção de Centro de Apoio Operacional será exercida por coordenador, escolhido entre os integrantes das Promotorias de Justiça.".

32 Parágrafo alterado pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 2º Cada Promotoria de Justiça terá como representante junto ao Centro de Apoio Operacional o respectivo coordenador.".

33 Parágrafo alterado pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 3º O Promotor de Justiça Substituto de entrância especial e o Promotor de Justiça Substituto ficarão à disposição do Centro de Apoio Operacional da Capital para o exercício de suas funções perante

§ 4º A Secretaria das Promotorias será dirigida por um dos Promotores de Justiça da comarca, eleito por seus integrantes, para mandato de dois anos, permitida a recondução.[34]

- *Vide* art. 63. Resolução PGJ n. 57/2002 (Institui em cada comarca do interior e na capital as Secretarias das Promotorias de Justiça).

Seção II
Da Comissão de Concurso

Art. 76. A Comissão de Concurso, órgão auxiliar de natureza transitória, presidida pelo Procurador-Geral de Justiça, será constituída de membros do Ministério Público e de representante da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Minas Gerais, e a ela incumbe realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira.

- *Vide* art. 129, § 3º, da CF; art. 125, I, "a", da CE; arts. 8º, II, e 34 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 4º, IV, "b". Resolução CNMP n. 14/2006.

Art. 77. Os integrantes da Comissão de Concurso serão eleitos pelo Conselho Superior do Ministério Público entre Procuradores e Promotores de Justiça de entrância especial, atendidos os seguintes requisitos:

- *Vide* arts. 15, III, e 34 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 18, XXIX. Art. 10, II, do Regimento Interno do CSMP.

I – ser, preferencialmente, especializado em disciplina exigida no edital do concurso;

II – não compor o Conselho Superior do Ministério Público;

III – apresentar regularidade de serviço;

IV – não estar respondendo a ação penal por infração apenada com reclusão ou cumprindo pena imposta;

V – não estar afastado do exercício do cargo para desempenho de função junto à associação de classe;

VI – não ter exercido o magistério em curso de preparação de candidato para concurso de carreira jurídica, nos 6 (seis) meses anteriores à abertura do edital;

VII – não ser parente consanguíneo ou afim, até o quarto grau, inclusive, de candidato inscrito;

VIII – não estar respondendo a processo disciplinar administrativo ou cumprindo penalidade imposta.

Art. 78. Os examinadores, mediante aprovação da maioria da Comissão de Concurso, poderão ser substituídos pelos suplentes.

---

as Promotorias de Justiça, na falta de designação pelo Procurador-Geral de Justiça.".

34 Parágrafo acrescido pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

§ 1° A Comissão de Concurso terá 2 (dois) membros para cada disciplina, sendo 1 (um) deles suplente.

§ 2° Redigidas as provas, o suplente necessariamente funcionará como revisor, cabendo-lhe o exame das questões e a sugestão à Comissão de Concurso, quando for o caso, de eventuais alterações.

Art. 79. O representante da Ordem dos Advogados do Brasil e seu suplente serão escolhidos pelo Presidente da Comissão entre os integrantes de lista sêxtupla apresentada pela Seção de Minas Gerais.

Art. 80. A Comissão de Concurso deverá, até a realização da última fase do concurso, colher informações circunstanciadas sobre a conduta pessoal, profissional e familiar dos candidatos.

Art. 81. Os integrantes da Comissão de Concurso farão jus à gratificação pelo desempenho da função, fixada por ato do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. Os membros do Ministério Público em atividade e seus servidores deverão, obrigatoriamente, auxiliar na realização do concurso, fazendo jus à gratificação fixada pelo Procurador-Geral de Justiça.

Seção III
Do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional

Art. 82. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é órgão auxiliar do Ministério Público, dirigido por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça da mais elevada entrância, de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* arts. 8°, III, e 35 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 4°, IV, "c", e 111, parágrafo único. Resolução PGJ n. 59/2011 (Dispõe sobre a organização do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.).

Parágrafo único. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional poderá, ainda, ser integrado por membros e estagiários do Ministério Público designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 83. Incumbe ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, entre outras atribuições previstas no regulamento:

I – instituir curso preparatório de candidatos aprovados no concurso de ingresso na carreira do Ministério Público e serviços auxiliares, com duração mínima de 30 (trinta) dias;

II – instituir curso de aperfeiçoamento e especialização de membro do Ministério Público e de serviços auxiliares;

III – realizar seminários, congressos, cursos, simpósios, pesquisas e estudos, visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros do Ministério Público e de serviços auxiliares;

IV – promover curso de reciclagem e aprimoramento de membro do Ministério Público, especialmente em estágio probatório;

V – realizar encontros locais e regionais e ciclos de estudo e pesquisa entre membros das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

VI – promover intercâmbio cultural e científico com instituições públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras;

VII – editar trabalhos jurídicos de membros do Ministério Público;

VIII – firmar convênios com entidades de classe, de ensino jurídico ou área correlata, nacionais ou estrangeiras;

IX – realizar o curso referido no art. 179;

X – indicar os expositores regulares ou eventuais para os cursos oficiais do órgão, ouvido o Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 35 da Lei n. 8.625/93.

Art. 84. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional exercerá, ainda, atividade de Centro de Apoio Operacional às Procuradorias de Justiça, aplicando-se, no que couber, o disposto no art. 75.

- *Vide* art. 33 da Lei n. 8.625/93.

Art. 85. O funcionamento e a organização do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional serão definidos em resolução do Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público.

Seção IV
Dos Órgãos de Apoio Administrativo

Art. 86. Lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, nos termos do art. 66, § 2°, da Constituição do Estado de Minas Gerais, disciplinará os órgãos e os serviços auxiliares de apoio administrativo do Ministério Público, organizados em quadro próprio de carreira, com os cargos e as funções que atendam às peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais.

- *Vide* art. 36 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 2°, II, III e V; 4°, IV, "d"; 18, XIV, e 24, II. Lei Estadual n. 14.323/2002 (Dispõe sobre o quadro de pessoal dos servidores auxiliares do Ministério Público e dá outras providências). Art. 59 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução CNMP n. 74/2011.

Art. 87. O cargo de Diretor-Geral da Procuradoria-Geral de Justiça será provido por servidor ativo pertencente aos quadros específicos de provimento efetivo ou mediante recrutamento amplo.[35]

35 Artigo alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o artigo alterado: "Art.87. O cargo de Diretor-Geral será provido, exclusivamente, por membro do Ministério Público ou por servidor ativo dos Quadros Específicos de Provimento Efetivo que tenha formação superior compatível com as funções inerentes ao cargo".

Parágrafo único. Exige-se, para o preenchimento do cargo de que trata este artigo, formação superior compatível com as funções a ele inerentes.[36] [37]

Seção V
Dos Órgãos de Assessoramento

Art. 88. São órgãos de assessoramento do Procurador-Geral de Justiça:[38]

I – as Procuradorias-Gerais de Justiça Adjuntas;[39]

II – o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;[40]

III – a Secretaria-Geral;[41]

IV – a Assessoria Especial.[42]

- *Vide* art. 4°, IV, "d". Resolução PGJ n. 35/2005 (Define atribuições aos Procuradores-Gerais de Justiça Adjuntos Jurídico, Administrativo e Institucional, ao Chefe de Gabinete e Secretário-Geral).

Subseção I
Do Procurador-Geral de Justiça Adjunto

Art. 89. Os Procuradores-Gerais de Justiça Adjuntos, em número de três, são de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça.[43]

- *Vide* art. 10, IX, "b", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 17.

36 Parágrafo acrescido pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.

37 Parágrafos 1° e 2° suprimidos pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunham os parágrafos suprimidos: "§ 1° O cargo de direção, de provimento em comissão, integrante do Quadro Permanente será provido, exclusivamente, por servidor ocupante de cargo dos Quadros Específicos de Provimento Efetivo dos Serviços Auxiliares do Ministério Público, salvo o da Diretoria de Informática. § 2° O provimento previsto no § 1° ocorrerá após a vacância dos respectivos cargos.".

38Artigo alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 88. São órgãos de assessoramento da Procuradoria-Geral de Justiça.".

39 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "I – o Procurador-Geral de Justiça Adjunto;".

40 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "II – o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça;".

41 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "III – a Secretaria-Geral;".

42 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "IV – a Assessoria Especial.".

43 Artigo alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o artigo alterado; "Art. 89. O Procurador-Geral de Justiça Adjunto é de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça.".

§ 1° Compete ao Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico:[44]

I – substituir o Procurador-Geral de Justiça em suas faltas;[45]

II – exercer, por delegação, a coordenação da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça;[46]

III – coordenar o recebimento dos processos oriundos dos Tribunais e a sua distribuição entre os Procuradores de Justiça com atuação nos respectivos colegiados, observada sua classificação ou designação;[47]

IV – remeter, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça que atuam nos Tribunais;[48]

- *Vide* art. 77, § 1°, do Ato CGMP n. 01/2012.

V – elaborar, anualmente, o relatório geral do movimento processual e o dos trabalhos realizados pela Assessoria Especial e remetê-los ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;[49]

- *Vide* art. 77, § 2°, do Ato CGMP n. 01/2012.

VI – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.[50]

- *Vide* art. 18, § 1°.

§ 2° Compete ao Procurador-Geral de Justiça Adjunto Administrativo:[51]

- *Vide* Resoluções PGJ n. 05/2005 (Institui na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa a Central de Atendimento às Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – CAP) e 21/2007 (Institui a Central de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – CEAT, na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa).

44 Parágrafo alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 1° Compete ao Procurador-Geral de Justiça Adjunto:".

45 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "I – substituir, na forma desta Lei, o Procurador-Geral de Justiça;".

46 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "II – exercer, por delegação, a coordenação da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça".

47 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "III – coordenar o recebimento dos processos oriundos dos Tribunais e a sua distribuição entre os Procuradores de Justiça com atuação nos respectivos colegiados, observada a respectiva classificação ou designação;".

48 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "IV – remeter, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça que atuam nos Tribunais;".

49 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "V – elaborar, anualmente, o relatório geral do movimento processual e o dos trabalhos realizados pela Assessoria Especial e remetê-los ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral do Ministério Público;".

50 Inciso alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o inciso alterado: "V – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.".

51 Parágrafo alterado pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§2°. Na hipótese de vacância, impedimento, afastamento ou ausência do Procurador-Geral de Justiça Adjunto, o Procurador-Geral de Justiça será substituído temporariamente pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância.".

I – substituir o Procurador-Geral de Justiça na falta do Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico;[52]

- *Vide* art. 8°.

II – assistir o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções administrativas e legislativas;[53]

III – executar a política administrativa da instituição;[54]

IV – elaborar anteprojeto de lei sobre matéria de interesse do Ministério Público e acompanhar sua tramitação;[55]

V – coordenar a elaboração da proposta orçamentária do Ministério Público e encaminhá-la ao Procurador-Geral;[56]

VI – supervisionar as atividades administrativas que envolvam membros do Ministério Público;[57]

VII – exercer as atribuições administrativas que lhe sejam delegadas conforme o inciso XX do artigo 18 desta lei.[58]

§ 3° Compete ao Procurador-Geral de Justiça Adjunto Institucional:[59]

I – substituir o Procurador-Geral de Justiça na falta dos Procuradores--Gerais de Justiça Adjuntos Jurídico e Administrativo;

- *Vide* art. 8°.

II – assistir o Procurador-Geral de Justiça no desempenho de suas funções;

III – auxiliar o Procurador-Geral de Justiça na promoção da integração dos órgãos de execução do Ministério Público, para estabelecimento da atuação institucional;

IV – promover a cooperação entre o Ministério Público e as entidades relacionadas com as atividades penal e não criminal;

V – exercer outras atribuições que lhe sejam conferidas ou delegadas.

§ 4° Na hipótese de vacância, impedimento, afastamento ou ausência dos Procuradores-Gerais de Justiça Adjuntos, o Procurador-Geral de Justiça será substituído temporariamente pelo Procurador de Justiça mais antigo na instância.[60]

- *Vide* Resoluções PGJ n. 05/2005 (Institui na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa a Central de Atendimento às Promotorias de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – CAP) e 21/2007 (Institui a

52 Inciso acrescido pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.
53 Inciso acrescido pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.
54 Inciso acrescido pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.
55 Inciso acrescido pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.
56 Inciso acrescido pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.
57 Inciso acrescido pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.
58 Inciso acrescido pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.
59 Parágrafo e incisos acrescidos pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.
60 Parágrafo acrescido pelo art.14 da Lei Complementar n. 66, de 22.01.2003.

Central de Apoio Técnico do Ministério Público do Estado de Minas Gerais – CEAT, na estrutura da Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa).

- *Vide* arts. 8° e 9°.

Subseção II

Do Gabinete do Procurador-Geral de Justiça

Art. 90. O Gabinete do Procurador-Geral de Justiça será integrado por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça da mais elevada entrância, em atividade ou não, livremente escolhido pelo Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* arts. 10, IX, "b", e 11 da Lei n. 8.625/93.

Parágrafo único. O Chefe de Gabinete exercerá as atribuições delegadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 18, § 1°.

Subseção III

Da Secretaria-Geral

Art. 91. A Secretaria-Geral será exercida por Procurador de Justiça ou Promotor de Justiça da mais elevada entrância, em atividade ou não, escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça, cabendo-lhe, entre outras atribuições que lhe forem conferidas por ato normativo, a organização dos expedientes administrativos encaminhados à chefia da instituição.

Subseção IV

Da Assessoria Especial

Art. 92. A Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça será constituída de Procuradores de Justiça ou Promotores de Justiça de entrância especial, de livre escolha do Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 4°, IV, "d". Art. 77, § 2° do Ato CGMP n. 01/2012.

Seção VI
Dos Estagiários

Art. 93. Os estagiários do Ministério Público, auxiliares das Promotorias de Justiça, serão nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça por período não superior a 3 (três) anos.

- *Vide* arts. 8°, V, e 37 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 4°, IV, "e", e 270. Resoluções PGJ n. 39/2010 (Dispõe sobre estágio

para estudantes de áreas técnicas no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais) e 03/2011 (Dispõe sobre estágio para estudantes de Direito no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais). Arts. 13 e 57 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução CNMP n. 42/2009.

Subseção I
Da Seleção, da Investidura e do Exercício

Art. 94. Os estagiários serão selecionados pelo Promotor de Justiça, por meio de provas e avaliação do histórico escolar, entre alunos de escolas de Direito oficiais ou reconhecidas, matriculados nos 3 (três) últimos anos ou semestres correspondentes do curso de bacharelado.

- *Vide* art. 37, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 82, parágrafo único.

§ 1° O Procurador-Geral de Justiça poderá conceder aos estagiários, a título de bolsa de estudo, auxílio correspondente a até dois salários mínimos legais.[61]

§ 2° Os estagiários nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça tomarão posse e entrarão em exercício perante as Promotorias de Justiça respectivas, prestando o compromisso de bem desempenhar suas funções.

§ 3° Por meio de convênio com instituições de ensino superior poderão ser admitidos, temporariamente, estagiários de áreas técnicas específicas, para auxílio a membro da instituição ou órgão da administração do Ministério Público.

- *Vide* art. 8° da Lei n. 16.180, de 16/6/2006.

Art. 95. São requisitos para a investidura na função de estagiário do Ministério Público:

I – declaração de disponibilidade de horário e opção de turno;

II – documento comprobatório de regularidade escolar, com indicação do ano ou período do curso de bacharelado em Direito e disciplinas cursadas;

III – declaração de inexistência de antecedentes criminais;

IV – documento relativo à qualificação pessoal.

Art. 96. Os estagiários do Ministério Público exercerão suas funções pelo período mínimo de 1 (um) ano, em expediente não inferior a 4 (quatro) horas diárias.

Art. 97. Compete aos estagiários:

I – participar, com a presença do Promotor de Justiça, das audiências, colaborando em manifestações processuais e assinando conjuntamente as respectivas peças;

61 Parágrafo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 1° O Procurador-Geral de Justiça poderá conceder aos estagiários, a título de bolsa de estudo, auxílio correspondente à remuneração mínima legal.".

II – participar das sessões do Tribunal do Júri, auxiliando, quando solicitados, o Promotor de Justiça;

III – elaborar pesquisas doutrinárias e jurisprudenciais por recomendação de membro do Ministério Público;

IV – colaborar nos serviços administrativos da Promotoria de Justiça;

V – auxiliar no cumprimento das notificações e requisições expedidas pelos Promotores de Justiça;

VI – acompanhar as ações propostas pelo Ministério Público, por meio da respectiva Promotoria de Justiça;

VII – exercer as funções de escrevente, mediante compromisso, em inquéritos civis e procedimentos administrativos instaurados pela Promotoria de Justiça;

VIII – exercer outras atribuições que lhes forem cometidas.

Art. 98. Aplicam-se aos estagiários, durante o estágio e sob pena de cancelamento sumário deste, as proibições e as normas disciplinares a que estão sujeitos os integrantes do quadro de serviços auxiliares do Ministério Público e os servidores públicos em geral, sendo-lhes ainda vedado:

I – exercer qualquer atividade relacionada com funções judiciárias ou policiais, salvo no caso de compatibilidade técnica;

II – revelar quaisquer fatos de que tenham conhecimento em razão das atividades do estágio;

III – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens, custas ou participações de qualquer natureza.

Art. 99. São impedidos para o exercício das funções de estagiário do Ministério Público os parentes consanguíneos ou afins, em linha reta ou colateral, até o quarto grau, inclusive, do Promotor de Justiça, salvo em outra Promotoria de Justiça.

Subseção II
Da Dispensa e do Certificado de Estágio

Art. 100. Os estagiários poderão ser dispensados por ato do Procurador-Geral de Justiça mediante representação motivada do Promotor de Justiça.

Art. 101. Ao término do período de estágio, será expedido certificado pelo Promotor de Justiça quanto ao desempenho e assiduidade, instruído com os documentos pertinentes, observado o prazo previsto no art. 96.

§ 1° O certificado a que se refere este artigo suprirá o período a que se refere o art. 159, II.

§ 2º Por decisão da comissão de concurso, poderá ser aplicado o disposto no parágrafo anterior aos estagiários do Ministério Público de outros Estados ou de escolas de Direito oficiais ou reconhecidas, na hipótese de critérios semelhantes de estágio.

Art. 102. O tempo de estágio no Ministério Público será contado para todos os efeitos legais até o máximo de 3 (três) anos.

Capítulo V
Das Garantias e Prerrogativas Dos Membros do Ministério Público

Art. 103. Os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e têm as seguintes garantias:

- *Vide* art. 38 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 42 do Ato CGMP n. 01/2012.

I – vitaliciedade, após 2 (dois) anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado, observado o disposto no art. 121;

- *Vide* art. 128, § 5º, I, "a", da CF; art. 126, I, da CE; art. 38, I, e § 1º, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 33, VI, e 121. Resolução CSMP n. 90/2003 (Dispõe sobre o estágio probatório). Arts. 25 a 41 do Ato CGMP n. 01/2012.

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público;

- *Vide* art. 128, § 5º, I, "b", da CF; art. 126, II, da CE; art. 15, VIII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 214 e segs.

III – irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.

- *Vide* art. 128, § 5º, I, "c", da CF; art. 126, III, da CE; art. 38, III, da Lei n. 8.625/93.

§ 1º O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por decisão judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, nos seguintes casos:

- *Vide* arts. 18, LX; 198; 221 e 223.

I – prática de infração penal incompatível com o exercício do cargo, após decisão judicial transitada em julgado;

- *Vide* art. 38, § 1º, I, da Lei n. 8.625/93.

II – exercício da advocacia, inclusive a representação judicial e a consultoria jurídica a entidades públicas;

- *Vide* art. 38, § 1º, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução CNMP n. 08/2006.

III – abandono do cargo por prazo superior a 30 (trinta) dias consecutivos.

- *Vide* art. 38. § 1º, III, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° A ação civil para a decretação da perda do cargo será proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça, após autorização da Câmara de Procuradores de Justiça, na forma desta lei.

- *Vide* arts. 12, X, e 38, § 2°, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 21, VIII; 24, VI, e 244, parágrafo único.

§ 3° O membro do Ministério Público aposentado perderá o cargo, ficando cassados os respectivos proventos, em ação civil proposta pelo Procurador-Geral de Justiça, se, em atividade, incorreu nas vedações previstas no § 1° deste artigo.

§ 4° A ação civil referida no § 1°, no caso do inciso I, será proposta enquanto não verificada a prescrição da infração penal e nas hipóteses previstas nos incisos II e III, no prazo de 5 (cinco) anos contados do fato.

§ 5° O pedido de autorização à Câmara de Procuradores de Justiça, previsto no § 2° deste artigo, interrompe a prescrição, ressalvado o caso previsto no inciso I do § 1°.

Art. 104. Em caso de extinção do órgão de execução, da Comarca ou de mudança da sede da Promotoria de Justiça, será facultado ao Promotor de Justiça obter a remoção para outra Promotoria de igual entrância, ou obter a disponibilidade com vencimentos integrais e a contagem do tempo de serviço como se em exercício estivesse.

- *Vide* art. 39 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 199.

§ 1° O membro do Ministério Público em disponibilidade remunerada continuará sujeito às vedações previstas no art. 111 e será classificado em quadro especial, provendo-se a vaga que ocorrer.

- *Vide* art. 39, § 1°, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° Aplica-se à disponibilidade prevista no "caput" deste artigo o disposto no art. 127, parágrafo único.

Art. 105. Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público:

- *Vide* art. 40 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 42 do Ato CGMP n. 01/2012.

I – ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou com autoridade competente;

- *Vide* art. 40, I, da Lei n. 8.625/93.

II – estar sujeito à intimação ou convocação para comparecimento somente se expedida pela autoridade judiciária ou por órgão da administração superior do Ministério Público competente, ressalvadas as hipóteses constitucionais;

- *Vide* art. 40, II, da Lei n. 8.625/93.

III – ser preso somente por ordem judicial escrita, salvo em flagrante de

crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação e apresentação do membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça, sob pena de responsabilidade;

- *Vide* art. 40, III, da Lei n. 8.625/93.

IV – ser processado e julgado originariamente pelo Tribunal de Justiça deste Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada exceção de ordem constitucional;

- *Vide* art. 106, I, "b", da CE; art. 40, IV, da Lei n. 8.625/93.

V – ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou à sala especial de Estado-Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final;

- *Vide* art. 40, V, da Lei n. 8.625/93.

VI – ter assegurado o direito de acesso, a dados e informações relativos à sua pessoa e à sua atividade funcional, existentes nos órgãos da instituição, bem como a sua retificação e complementação;

- *Vide* art. 40, VI, da Lei n. 8.625/93.

VII – exercer os direitos relativos à livre associação sindical.

- *Vide* arts. 5°, XVII; 8° e 37, VI, da CF; arts. 31 e 125, I, "e", da CE.

§ 1° Quando no curso da investigação houver indício de prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

- *Vide* art. 41, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° No caso do inciso VI deste artigo, o requerimento será endereçado ao Corregedor-Geral do Ministério Público, instruído, quando for o caso, com os documentos pertinentes.

§ 3° O Corregedor-Geral do Ministério Público decidirá, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, cabendo, em caso de indeferimento, recurso à Câmara de Procuradores de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias contados da efetiva ciência.

§ 4° As garantias previstas neste artigo aplicam-se aos membros do Ministério Público aposentados, salvo o disposto no inciso VI.[62]

Art. 106. Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício da função:

- *Vide* art. 41 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 42 e 48, § 4° do Ato CGMP n. 01/2012.

I – receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário e aos Conselheiros do Tribunal de Contas junto aos quais oficiem;

62 Arguida a inconstitucionalidade – ADIn 2534. Liminar deferida em 15.08.2002.

- *Vide* art. 41, I, da Lei n. 8.625/93.

II – ter vista dos autos após distribuição às Turmas ou Câmaras e intervir nas sessões de julgamento, para sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato;

- *Vide* art. 41, III, da Lei n. 8.625/93.

III – receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, por meio da entrega dos autos com vista;

- *Vide* art. 41, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 9º e 47 do Ato CGMP n. 01/2012.

IV – despachar diretamente com o magistrado, ou fazer juntar, independentemente de protocolo, as manifestações aos autos, mediante recibo da respectiva secretaria;

V – gozar de inviolabilidade pelas opiniões que externar ou pelo teor de suas manifestações processuais ou procedimentais, nos limites de sua independência funcional;

- *Vide* art. 41, V, da Lei n. 8.625/93.

VI – ingressar e transitar livremente:

- *Vide* art. 41, VI, da Lei n. 8.625/93.

a) nas salas de sessões de Tribunais, mesmo além dos limites que separam a parte reservada aos magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, tabelionatos, ofícios de justiça e edifícios dos Fóruns e Tribunais;

- *Vide* art. 41, VI, "b", da Lei n. 8.625/93.

c) em qualquer edifício ou recinto em que funcione repartição judicial, policial ou estabelecimento de internação coletiva onde deva praticar ato, colher prova ou informação útil ao desempenho de suas funções, inclusive, quando indispensável, fora do expediente regulamentar, requisitando, nesse caso, a presença de funcionário;

- *Vide* art. 125, II, "e", da CE; art. 41, VI, "b", da Lei n. 8.625/93; art. 9º, I, da LC 75/93.
- *Vide* art. 10 do Ato CGMP n. 01/2012.

d) em qualquer recinto público ou privado, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio;

- *Vide* art. 41, VI, "c", da Lei n. 8.625/93.

VII – dispor, utilizar e administrar livremente, nas comarcas em que servir, instalações próprias e condignas da Promotoria de Justiça, sendo-lhe assegurada a direção dos serviços auxiliares;

- *Vide* art. 2º, II.

VIII – requisitar a realização de buscas ou o fornecimento gratuito de certidões e cartórios, tabelionatos e ofícios de Justiça;

- *Vide* art. 26, I, "b", da Lei n. 8.625/93.

IX – examinar, em qualquer Juízo ou Tribunal, autos findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

- *Vide* art. 41, VII, da Lei n. 8.625/93.

X – retirar, mediante carga, em qualquer Juízo ou Tribunal, autos findos ou em andamento, inclusive por delegação do Procurador-Geral de Justiça, salvo nas hipóteses de prazo comum ou conclusão;

- *Vide* art. 41, VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 9º e 47 do Ato CGMP n. 01/2012.

XI – examinar, em qualquer repartição policial, autos de prisão em flagrante ou inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

- *Vide* art. 41, VII, da Lei n. 8.625/93.

XII – ter acesso ao réu ou indiciado preso, a qualquer momento, mesmo quando decretada a incomunicabilidade;

- *Vide* art. 41, IX, da Lei n. 8.625/93.

XIII – usar sala privativa para seus trabalhos nos edifícios dos Fóruns e dos Tribunais;

- *Vide* art. 72 do Ato CGMP n. 01/2012.

XIV – usar as insígnias privativas do Ministério Público e as vestes talares, que terão modelo fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça;

- *Vide* art. 41, X, da Lei n. 8.625/93.

XV – tomar assento imediatamente à direita e no mesmo plano dos Juízes de 1ª instância ou do Presidente do Tribunal, da Câmara ou da Turma;

- *Vide* art. 41, XI, da Lei n. 8.625/93.

XVI – não ser indiciado em inquérito policial, observado o disposto no § 1º do art. 105.

- *Vide* art. 41, II, da Lei n. 8.625/93.

Art. 107. As garantias e prerrogativas previstas neste capítulo não excluem outras estabelecidas em lei.

Art. 108. O membro do Ministério Público, após 10 (dez) anos de exercício na carreira, poderá ser indicado em lista sêxtupla elaborada pelo Conselho Superior do Ministério Público e ser nomeado para compor os Tribunais de Justiça, de Alçada, Militar e de Contas, na forma da lei.

- *Vide* art. 94 da CF; art. 99 da CE; art. 15, I, da Lei n. 8.625/93.

Art. 109. Os membros do Ministério Público terão carteira funcional, na forma de resolução expedida pelo Procurador-Geral de Justiça, válida em

todo o território nacional como cédula de identidade e porte de arma, independentemente, neste caso, de qualquer ato formal de licença ou autorização.

- *Vide* art. 42 da Lei n. 8.625/93.

§ 1° A carteira funcional consignará o livre acesso do membro do Ministério Público, no exercício de suas atribuições, a locais públicos, para a garantia de direitos assegurados na Constituição ou em outras leis, podendo ele requisitar o auxílio de autoridade administrativa, de policial ou de qualquer pessoa.

- *Vide* art. 41, VI, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° Ao membro do Ministério Público aposentado são assegurados, em razão do cargo que exerceu, a carteira funcional, nas condições estabelecidas no "caput" deste artigo, e o uso das insígnias privativas, preservadas as garantias e prerrogativas previstas no art. 103, I e III.

§ 3° A carteira funcional do membro do Ministério Público aposentado por invalidez decorrente de doença mental não valerá como licença para porte de arma, e a constatação de doença mental, posterior à expedição, implicará o cancelamento da autorização.

Capítulo VI
Dos Deveres e Vedações dos Membros do Ministério Público

Art. 110. São deveres dos membros do Ministério Público, além de outros previstos em lei:

- *Vide* art. 43 da Lei n. 8.625/93.

I – exercer as atribuições previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual e em outras leis;

II – manter ilibada conduta pública e particular;

- *Vide* art. 43, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 212, I; 215, I, e 223.

III – zelar pelo prestígio da Justiça, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

- *Vide* art. 43, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 212, I; 215, I, e 223.

IV – indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final e recursal, e nos procedimentos administrativos afetos à sua área de atuação;

- *Vide* art. 43, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 211, V. Arts. 52, § 2°, 105 e 127 do Ato CGMP n. 01/2012.

V – observar os prazos processuais e procedimentais, justificando os motivos de eventual atraso;

- *Vide* art. 43, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 211, V.

VI – assistir aos atos judiciais ou extrajudiciais, quando obrigatória ou conveniente a sua presença, permanecendo no Fórum, de 13 às 17 horas, ou além deste horário, quando necessário ou conveniente ao desempenho de sua função, salvo nos casos de realização de diligência indispensável ao exercício de atribuições;

- *Vide* art. 43, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 48 e 49 do Ato CGMP n. 01/2012.

VII – desempenhar com zelo e presteza suas funções;

- *Vide* art. 43, VI, da Lei n. 8.625/93.

VIII – declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei, devendo comunicar os motivos, de forma reservada, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, no prazo de 5 (cinco) dias;

- *Vide* art. 43, VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 68 a 71 do Ato CGMP n. 01/2012.

IX – adotar, nos limites de suas atribuições, as providências cabíveis em face de irregularidade de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços afetos a seu cargo;

- *Vide* art. 43, VIII, da Lei n. 8.625/93.

X – tratar com urbanidade magistrados, advogados, partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da Justiça, não prescindindo de igual tratamento;

- *Vide* art. 43, IX, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 211, V.

XI – residir, se titular, na respectiva comarca, ou na sede do Tribunal perante o qual oficie;

- *Vide* art. 129, § 2º, da CF; art. 127, § 1º, da CE; art. 43, X, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 211, V. Art. 61 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 02/2008 (Disciplina a residência na comarca pelos membros do Ministério Público). Resolução CNMP n. 26/2007.

XII – prestar informações solicitadas pelos órgãos da instituição;

- *Vide* art. 43, XI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 211, V. Arts. 45 e 80 do Ato CGMP n. 01/2012.

XIII – identificar-se, mecanicamente ou mediante carimbo, em suas manifestações;

- *Vide* art. 43, XII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 211, V. Art. 51 do Ato CGMP n. 01/2012.

XIV – atender aos interessados, a qualquer momento nos casos urgentes, ou quando necessária a intervenção de membro do Ministério Público;

- *Vide* art. 43, XIII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 49 do Ato CGMP n. 01/2012.

XV – acatar, no plano administrativo, as decisões dos órgãos da administração superior do Ministério Público;

- *Vide* art. 43, XIV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 211, II. Art. 2°, § 1° do Ato CGMP n. 01/2012.

XVI – guardar sigilo profissional;

- *Vide* art. 26, § 2°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 212, I; 215, I, e 223.

XVII – apresentar, no início do gozo de férias individuais, declaração de regularidade de serviço e informação do local onde possa ser encontrado;

- *Vide* art. 211, V. Art. 76 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução PGJ n. 15/2006 (Dispõe sobre férias e compensações por plantões de finais de semana e medidas urgentes).

XVIII – apresentar, ao término de substituição de membro do Ministério Público em gozo de férias ou licença, declaração de regularidade de serviço, acompanhada de relatório de atividades desempenhadas no período;

- *Vide* art. 211, V.

XIX – fornecer, quando da entrada em exercício na Promotoria de Justiça, declaração referente aos processos, inquéritos policiais e outros procedimentos que estejam com vista ao Ministério Público;

- *Vide* art. 211, V. Art. 3°, §§ 1° e 2° do Ato CGMP n. 01/2012.

XX – apresentar, ao término do exercício na Promotoria de Justiça respectiva, declaração de regularidade de serviço;

- *Vide* art. 211, V. Art. 3°, §§ 7°, 8° e 9° do Ato CGMP n. 01/2012.

XXI – comparecer às reuniões dos órgãos colegiados da instituição aos quais pertencer, até como suplente, se convocado;

XXII – comparecer às reuniões dos órgãos de execução;

XXIII – respeitar a dignidade pessoal do acusado;

- *Vide* art. 211, V.

XXIV – velar pela regularidade e pela celeridade dos processos em que intervenha;

- *Vide* art. 211, V.

XXV – usar, em reuniões solenes, ordinárias e extraordinárias dos órgãos colegiados, em audiências e nos julgamentos perante os Tribunais, inclusive o Tribunal do Júri, as vestes talares do Ministério Público;

- *Vide* art. 56, parágrafo único, do Ato CGMP n. 01/2012.

XXVI – realizar, trimestralmente, inspeção nas secretarias criminais, examinando individualmente os feitos criminais, providenciando ou requerendo, quando for o caso, entre outras medidas:

a) a decretação da extinção da punibilidade;

b) o livramento condicional e comutação de pena;

c) o "habeas corpus";

d) o prosseguimento dos processos que estiverem paralisados injustificadamente;

e) a intimação do réu para justificar, sob pena de cassação do benefício, o motivo de descumprimento de "sursis" e do livramento condicional;

f) a intimação do réu da sentença, por mandado e, se ignorado seu paradeiro, por edital, nos termos da lei.

- *Vide* art. 211, V.

XXVII – fiscalizar, mensalmente ou quando conveniente, as cadeias públicas, os estabelecimentos prisionais e os que abriguem idosos, crianças, adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência, registrando em livro próprio da Promotoria de Justiça as observações que julgar pertinentes e as providências efetivadas;

- *Vide* art. 121, I, da CE; art. 25, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 10 e 19 do Ato CGMP n. 01/2012. Resoluções CNMP n. 56/2010 e 67/2011.

XXVIII – prestar assistência judiciária aos necessitados, na defesa de interesses sociais e individuais indisponíveis;

- *Vide* art. 127, "caput", da CF.

XXIX – prestar as informações necessárias à elaboração do relatório anual da Procuradoria e da Promotoria de Justiça;

- *Vide* arts. 77 a 85 do Ato CGMP n. 01/2012.

XXX – manter atualizados os dados pessoais junto à administração do Ministério Público;

- *Vide* art. 63 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução CNMP n. 78/2011.

XXXI – colaborar na organização da biblioteca e do arquivo geral da Procuradoria ou da Promotoria de Justiça;

XXXII – trajar-se adequadamente e de conformidade com as tradições forenses, quando do comparecimento na Procuradoria-Geral de Justiça ou em solenidade promovida pela instituição, bem como, no exercício da função, em qualquer repartição pública.

- *Vide* art. 211, V. Art. 56 do Ato CGMP n. 01/2012. Res. CAPJ 26/1993 (Dispõe sobre o uso obrigatório de traje forense em todos os atos funcionais e sociais oficiais em que intervierem os membros do Ministério Público).

XXXIII – integrar escala de plantão em finais de semana ou feriados, para adoção de medidas urgentes e atuação perante os Juizados Especiais ou em Promotorias cujas funções demandem atuação naqueles períodos.[63]

Parágrafo único. As declarações a que se referem os incisos XVII, XVIII, XIX e XX serão remetidas à Corregedoria-Geral do Ministério Público, na forma do Regimento Interno.

63 Inciso acrescido pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

Art. 111. Ao membro do Ministério Público é vedado:

- *Vide* arts. 64 a 66 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução CNMP n. 18/2007.

I – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

- *Vide* art. 128, § 5°, II, "a", da CF; art. 127, I, da CE; art. 44, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 219, V, e 223.

II – exercer a advocacia, inclusive a representação judicial e a consultoria jurídica a entidades públicas;

- *Vide* art. 128, § 5°, II, "b", da CF; art. 127, II, da CE; arts. 38, § 1°, II, e 44, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução CNMP n. 08/2006.

III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

- *Vide* art. 128, § 5°, II, "c", da CF; art. 127, III, da CE; art. 44, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 215, IV, e 223.

IV – exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

- *Vide* art. 128, § 5°, II, "d", da CF; art. 127, IV, da CE; art. 44, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 212, III; 215, I, e 223. Arts. 62 e 69 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução CAPJ n. 06/2006 (Dispõe sobre o acúmulo do exercício das funções ministeriais com o exercício do magistério por membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais). Resolução CNMP n. 73/2011.

V – exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o afastamento para o exercício de cargo eletivo ou para a ele concorrer;

- *Vide* art. 128, § 5°, II, "e", da CF; art. 127, V, da CE; art. 3°, § 2°, da LC 64/90; arts. 72 a 80 da LC 75/93; art. 44, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 215, IV, e 223. Resolução CNMP n. 05/2006.

VI – participar de leilão ou praça judiciais, inclusive por interposta pessoa.

- *Vide* art. 1.133, III e IV, do Código Civil.
- *Vide* arts. 215, IV, e 223.

Parágrafo único. Não constituem acumulação, para os efeitos do inciso IV deste artigo, as atividades exercidas em organismos estatais afetos à área de atuação do Ministério Público, em Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, em Centro de Apoio Operacional, em Coordenadoria de Procuradoria e Promotoria de Justiça, em entidades de representação de classe, nos órgãos auxiliares da instituição e o exercício de cargo de confiança.

- *Vide* art. 44, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

Capítulo VII
Dos Vencimentos, das Vantagens e dos Direitos
Seção I
Dos Vencimentos e das Vantagens

Art. 112. Os vencimentos dos membros do Ministério Público serão fixados por proposta do Procurador-Geral de Justiça, em nível condizente com a relevância da função e de forma a compensar todas as vedações e incompatibilidades específicas que lhes são impostas.

Art. 113. O membro do Ministério Público titular de Promotoria de Justiça designado para substituição terá direito à diferença de vencimentos entre o seu cargo e o que ocupar, salvo no caso de cumulação.

- *Vide* art. 45 da Lei n. 8.625/93.

Art. 114. Os vencimentos dos membros do Ministério Público serão fixados com diferença não excedente a 10% (dez por cento) de uma para outra entrância e da entrância mais elevada para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, garantindo-se aos Procuradores de Justiça não menos de 95% (noventa e cinco por cento) dos vencimentos atribuídos ao Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 125, I, "c", da CE; art. 47 da Lei n. 8.625/93.

Art. 115. A remuneração dos membros do Ministério Público terá, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie e a qualquer título, pelos membros do Poder Judiciário local.

- *Vide* § 1°, art. 24 da CE; art. 48 da Lei n. 8.625/93.

Art. 116. O valor do subsídio mensal do Procurador-Geral de Justiça e dos Procuradores de Justiça, para efeito dos arts. 39, § 4°, 127, § 2°, e 128, § 5°, da Constituição da República não poderá exceder a 90, 25% (noventa vírgula vinte e cinco por cento) daquele estabelecido como limite máximo no art. 37, inciso XI, da Constituição da República.[64]

- *Vide* § 1°, art. 24 da CE; art. 49 da Lei n. 8.625/93.

Parágrafo único. Aos Procuradores de Justiça que oficiem perante o Tribunal de Contas aplica-se o disposto no art. 78, § 4°, primeira parte, da Constituição Estadual.

Art. 117. A revisão dos subsídios mensais dos membros do Ministério Público será feita nos termos do art. 127, § 2°, da Constituição da República,

64 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 116. Os vencimentos do Procurador-Geral de Justiça, para efeito do disposto no art. 39, § 1°, da Constituição Federal, guardarão equivalência com os vencimentos dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado, observado ainda, quanto à remuneração, o previsto nos arts. 37, XI, 150, II, 153, III, e § 2°, I, da Constituição Federal, e arts. 24, § 1°, 32 e 125, I, "c", da Constituição Estadual.". (Vide art. 1° da Emenda à Constituição n. 79, de 11.7.2008).

observada a iniciativa de lei facultada ao Procurador-Geral de Justiça.[65]

- *Vide* art. 46 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 2°, V.

Parágrafo único. Os proventos dos membros aposentados do Ministério Público e as pensões devidas a dependentes dos membros do Ministério Público serão fixados de acordo com o valor do subsídio respectivo e serão revistos sempre que se modificar o valor devido àqueles que estejam em atividade, na mesma data e em idêntico percentual.[66]

Art. 118. A elevação de entrância da comarca não acarreta percepção de diferença de vencimentos do cargo pelo membro do Ministério Público.

Art. 119. Além dos vencimentos, serão outorgadas ao membro do Ministério Público as seguintes vantagens:

- *Vide* art. 50 da Lei n. 8.625/93.

I – ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança;

- *Vide* art. 50, I, da Lei n. 8.625/93.

II – auxílio-moradia[67];

- *Vide* art. 50, II, da Lei n. 8.625/93.

III – auxílio-funeral, a ser pago ao cônjuge sobrevivente ou aos dependentes do membro do Ministério Público, ainda que aposentado ou em disponibilidade, cuja importância será igual a um mês de vencimentos ou proventos percebidos, à data do óbito, pelo falecido;

- *Vide* art. 57 da Lei n. 8.625/93.

IV – auxílio-doença, correspondente a 1 (um) mês de vencimentos, após cada período de 12 (doze) meses ininterruptos em que o membro do Ministério Público permanecer em licença para tratamento de saúde;

- *Vide* art. 50, XII, da Lei n. 8.625/93.

V – salário-família;

- *Vide* art. 50, III, da Lei n. 8.625/93.

VI – diárias;

- *Vide* art. 50, IV, da Lei n. 8.625/93.

VII – verba de representação de Ministério Público equivalente ao vencimento básico;

65 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 117. A revisão dos vencimentos dos membros do Ministério Público observará o disposto no art. 3° da Lei n. 10.228, de 12 de julho de 1990, e far-se-á mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça.".

66 Parágrafo acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

67 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "II– auxílio-moradia correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento básico, pelo exercício nas comarcas de difícil provimento em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público, não podendo ser cumulativa com a do inciso X;".

- *Vide* art. 50, V, da Lei n. 8.625/93.

VIII – gratificação pela prestação de serviços à Justiça Eleitoral, com os recursos desta e equivalente à devida ao magistrado perante o qual oficie;

- *Vide* art. 50, VI, e 70 da Lei n. 8.625/93.

IX – gratificação adicional por tempo de serviço equivalente a 10% (dez por cento) para cada 5 (cinco) anos de serviço, incidente sobre o vencimento e a verba de representação;

- *Vide* art. 112 do ADCT da CE; art. 50, VIII, da Lei n. 8.625/93.

X – gratificação correspondente a 10% (dez por cento) do vencimento básico, pelo exercício em comarca de difícil provimento, esta definida e indicada em lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça;

- *Vide* art. 50, IX, da Lei n. 8.625/93.

XI – gratificação de magistério por aula proferida em cursos oficiais promovidos pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, cujo valor será fixado por ato do Procurador-Geral de Justiça, ouvida a Câmara de Procuradores de Justiça;

- *Vide* art. 50, X, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução PGJ n. 60/2011 (Regulamenta a gratificação pelo desempenho eventual de magistério no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

XII – gratificação adicional de 10% (dez por cento), após 30 (trinta) anos de efetivo exercício, incidente sobre os vencimentos e vantagens, nos termos da Lei n. 134, de 28 de dezembro de 1947, e art. 31, VI, da Constituição Estadual;

- *Vide* art. 50, XII, da Lei n. 8.625/93.

XIII – gratificação natalina, correspondente a 1/12 (um doze avos) da remuneração a que fizer jus no mês de dezembro, por mês de efetivo exercício no respectivo ano, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a 15 (quinze) dias;

- *Vide* art. 50, XII, da Lei n. 8.625/93.

XIV – gratificação de férias não inferior a 1/3 (um terço) dos vencimentos, após 1 (um) ano de exercício na carreira.

- *Vide* art. 51 da Lei n. 8.625/93.

§ 1° Aplicam-se aos membros do Ministério Público os direitos sociais previstos no art. 7°, VIII, XII, XVII, XVIII e XIX, da Constituição Federal, e art. 31, I, II e III, da Constituição Estadual.

- *Vide* art. 50, XII, e § 1°, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° Constitui parcela dos vencimentos, para todos os efeitos, a verba de representação de Ministério Público.

- *Vide* art. 50, § 3°, da Lei n. 8.625/93.

§ 3º As vantagens previstas nos incisos II e X serão devidas durante o período em que o membro do Ministério Público residir na comarca e sobre elas não incidirá outra.

§ 4º Equipara-se, para efeito de percepção do auxílio-funeral, o companheiro ao cônjuge.

- *Vide* art. 58 da Lei n. 8.625/93.

Seção II
Dos Direitos
Subseção I
Disposições Preliminares

Art. 120. Além dos vencimentos e vantagens, de que trata a seção anterior, asseguram-se aos membros do Ministério Público os seguintes direitos:

I – férias e férias-prêmio;

II – licenças e afastamentos;

III – aposentadoria.

Parágrafo único. Ato do Procurador-Geral de Justiça disciplinará o gozo dos direitos previstos nesta lei.

Art. 121. São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para vitaliciamento, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão de:

- *Vide* art. 53 da Lei n. 8.625/93.

I – licença prevista nesta lei;

- *Vide* art. 53, I, da Lei n. 8.625/93.

II – férias;

- *Vide* art. 53, II, da Lei n. 8.625/93.

III – cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior, de duração máxima de 2 (dois) anos, na forma prevista no art. 33, X, mediante prévia autorização do Conselho Superior do Ministério Público;

- *Vide* art. 53, III, da Lei n. 8.625/93.

IV – período de trânsito;

- *Vide* art. 53, IV, da Lei n. 8.625/93.

V – disponibilidade remunerada, exceto para promoção, em caso de afastamento decorrente de punição;

- *Vide* art. 53, V, da Lei n. 8.625/93.

- *Vide* art. 104, § 1°.

VI – designação do Procurador-Geral de Justiça para:

- *Vide* art. 53, VI, da Lei n. 8.625/93.

a) realização de atividade de relevância para a instituição;

- *Vide* art. 53, VI, "a", da Lei n. 8.625/93.

b) direção do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público;

- *Vide* art. 53, VI, "b", da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 82 e segs.

VII – exercício de cargo ou função de direção de associação representativa de classe, na forma desta lei;

- *Vide* art. 53, VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 7°, VI; 77, V, e 255.

VIII – outras hipóteses definidas em lei.

- *Vide* art. 53, VIII e IX, da Lei n. 8.625/93.

Subseção II
Das Férias

Art. 122. O direito a férias coletivas e individuais dos membros do Ministério Público será igual ao dos magistrados.

- *Vide* art. 129, § 4°, da CF; art. 51 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 55, 75 e 76 do Ato CGMP n. 01/2012. Resoluções PGJ n. 15/2006 (Dispõe sobre férias e compensações por plantões de finais de semana e medidas urgentes) e 32/2012 (Estabelece a forma eletrônica para o envio dos requerimentos de férias, férias prêmio, licenças e afastamentos pelos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

§ 1° O membro do Ministério Público que integrar a escala de plantão forense terá direito a férias individuais.

§ 2° O membro do Ministério Público integrará, quando necessário, a escala de plantão forense no primeiro ano de exercício na carreira.

§ 3° Decorrido o período mencionado no parágrafo anterior, é assegurado ao membro do Ministério Público o gozo de férias individuais, correspondentes aos meses de plantão forense.

§ 4° O Promotor de Justiça Substituto, designado para a escala de plantão forense, não fará jus a diárias.

§ 5° As férias excepcionalmente não gozadas, por necessidade de serviço, a critério do Procurador-Geral de Justiça, serão indenizadas.[68]

68 Parágrafo acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

Art. 123. O Procurador-Geral de Justiça poderá, por necessidade de serviço, suspender ou indeferir férias de qualquer natureza, ressalvado o gozo oportuno.

- *Vide* art. 18, XLI.

§ 1° As férias não poderão ser fracionadas ou acumuladas por período superior a 2 (dois) meses, salvo na hipótese prevista no "caput" deste artigo.

§ 2° O disposto no parágrafo anterior não se aplica ao Procurador-Geral de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça Adjunto, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, aos ocupantes de cargos de confiança e aos membros da instituição que exerçam as funções previstas no art. 137, I.

Art. 124. A gratificação a que se refere o art. 119, XIV, será percebida nos meses de janeiro e julho de cada ano.

- *Vide* art. 125, I, "e", da CE; arts. 50, § 1°, e 51 da Lei n. 8.625/93.

Art. 125. O membro do Ministério Público, para entrar em gozo de férias individuais, deverá apresentar declaração de regularidade de serviço e informar à Procuradoria-Geral de Justiça o local onde possa ser encontrado, sob pena de indeferimento.

Parágrafo único. Constatada a ausência de regularidade do serviço afeto ao membro do Ministério Público, o gozo de férias individuais será imediatamente suspenso por ato do Procurador-Geral de Justiça, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

- *Vide* art. 211, VI.

Art. 126. Os membros do Ministério Público mencionados no art. 123, § 2°, gozarão férias oportunamente.

Subseção III
Das Férias-Prêmio

Art. 127. Ao membro do Ministério Público, após cada decênio de exercício no serviço público, será concedido, mediante requerimento ao Procurador-Geral de Justiça, o direito a férias-prêmio de 6 (seis) meses, com vencimentos e vantagens integrais do cargo.

- *Vide* art. 31, § 4°, e 125, I, "e", da CE.
- *Vide* Resoluções PGJ n. 15/2006 (Dispõe sobre férias e compensações por plantões de finais de semana e medidas urgentes) e 32/2012 (Estabelece a forma eletrônica para o envio dos requerimentos de férias, férias prêmio, licenças e afastamentos pelos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

Parágrafo único. O período de disponibilidade do membro do Ministério Público não será computado para efeito de férias-prêmio.

Art. 128. O disposto no art. 123, § 1°, desta lei não se aplica às férias-prêmio.

Art. 129. (Revogado)[69]

Art. 130. Ao cônjuge sobrevivente ou aos dependentes são devidos os vencimentos e as vantagens correspondentes aos períodos de férias-prêmio não gozados e não contados em dobro, em caso de falecimento do membro do Ministério Público.

Parágrafo único. Para efeito do disposto no "caput" deste artigo, equipara-se o companheiro ao cônjuge.

- *Vide* art. 58 da Lei n. 8.625/93.

Subseção IV
Da Ajuda de Custo

Art. 131. Ao membro do Ministério Público que, em virtude de promoção ou remoção compulsória, passar a residir em outra comarca será concedida ajuda de custo para indenização das despesas de transporte e mudança, por via terrestre, mediante comprovação da respectiva despesa e até o limite correspondente a 1 (um) mês de vencimentos do cargo a ser exercido, observados os critérios estabelecidos pela Procuradoria-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 50, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução PGJ n. 01/1996 (Regulamenta o art. 131 da Lei Complementar nº 34/94).

Parágrafo único. O membro do Ministério Público que for promovido na forma disposta no art. 177, § 1°, não fará jus à ajuda de custo prevista no "caput" deste artigo.

Subseção V
Das Diárias

Art. 132. O membro do Ministério Público que se deslocar temporariamente da sede da Procuradoria ou da Promotoria de Justiça em razão de serviço e mediante designação terá direito a diárias para indenização de despesas, cujos critérios para concessão serão definidos por ato do Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 50, IV, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução PGJ n. 24/2006 (Disciplina a concessão de diárias a membro e servidor do Ministério Público e a empregado terceirizado).

§ 1° A diária não será superior a 1/30 (um trinta avos) dos vencimentos do cargo inicial da carreira.

69 Artigo revogado pelo art. 28 da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo revogado: "Art. 129. As férias-prêmio poderão ser convertidas em espécie ou ter contados em dobro, para efeito de aposentadoria, os períodos não gozados."

§ 2º O valor da diária poderá ser fixado em até o dobro do previsto no parágrafo anterior, indenizadas as despesas de transporte, quando se tratar de deslocamento para fora do Estado.

Subseção VI
Das Licenças

Art. 133. Conceder-se-á licença:

- *Vide* art. 52, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XLI e 200, § 2º. Resoluções PGJ n. 75/2008 (Regulamenta os procedimentos para concessão de licenças médicas, licenças maternidade e paternidade, bem como a avaliação pericial com o fito de obtenção de isenção de imposto de renda) e 32/2012 (Estabelece a forma eletrônica para o envio dos requerimentos de férias, férias prêmio, licenças e afastamentos pelos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

I – para tratamento de saúde;

- *Vide* art. 52, I, da Lei n. 8.625/93.

II – por motivo de doença em pessoa da família;

- *Vide* art. 52, II, da Lei n. 8.625/93.

III – à gestante;

- *Vide* art. 52, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Resolução PGJ n. 25/2009 (Institui programa destinado à prorrogação da licença-maternidade e licença à adotante no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais.).

IV – paternidade, por 5 (cinco) dias úteis;

- *Vide* art. 52, IV, da Lei n. 8.625/93.

V – em caráter especial;

- *Vide* art. 52, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 33, X. Resolução CSMP n. 28/2006 (Regulamenta a licença em caráter especial).

VI – para casamento, por 8 (oito) dias;

- *Vide* art. 52, VI, da Lei n. 8.625/93.

VII – por luto, em virtude de falecimento de cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras e genros, por 8 (oito) dias;

- *Vide* art. 52, VII, da Lei n. 8.625/93.

VIII – em outros casos previstos em lei.

- *Vide* art. 52, VIII da Lei n. 8.625/93.

§ 1º As licenças previstas nos incisos IV, VI e VII, deste artigo dar-se-ão por comunicação ao Procurador-Geral de Justiça e as demais, mediante requerimento.

• *Vide* art. 52, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

§ 2º Não será concedida licença para o exercício de função pública ou particular, salvo as exceções expressamente previstas nesta lei.

Art. 134. A licença para tratamento de saúde por prazo superior a 30 (trinta) dias depende de inspeção por junta médica oficial, até para o caso de prorrogação.

§ 1º A licença concedida dentro de 60 (sessenta) dias do término da anterior é considerada prorrogação.

§ 2º O membro do Ministério Público que, no curso de 12 (doze) meses imediatamente anteriores ao requerimento de nova licença, houver se licenciado por período contínuo ou descontínuo de 3 (três) meses deverá submeter-se à verificação de invalidez.

§ 3º Declarada a incapacidade definitiva para o serviço, o membro do Ministério Público será afastado de suas funções e aposentado, ou, se considerado apto, reassumirá o cargo imediatamente ou ao término da licença.

• *Vide* art. 55 da Lei n. 8.625/93.

Art. 135. A licença por motivo de doença em pessoa da família será concedida, com vencimentos integrais, pelo prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§ 1º A licença somente será concedida se a assistência direta do membro do Ministério Público for indispensável e não puder ser dada simultaneamente com o exercício do cargo.

§ 2º A licença a que se refere o "caput" deste artigo não comporta prorrogação.

§ 3º Considera-se, para o efeito deste artigo, como pessoa da família, cônjuge, companheiro, ascendente, descendente, irmãos, ou pessoa que viva sob a dependência econômica do membro do Ministério Público ou mantenha com este vínculo de parentesco civil ou afim.

Art. 136. A licença à gestante será de 120 (cento e vinte) dias, podendo iniciar-se no oitavo mês de gestação, salvo na hipótese de antecipação de parto ou prescrição médica.

• *Vide* art. 125, I, "e", da CE; art. 50, § 1º, da Lei n. 8.625/93.

§ 1º A licença à gestante dar-se-á pelo prazo de 30 (trinta) dias nos casos de natimorto ou aborto, salvo contraindicação médica, aplicando-se, nesta hipótese, o disposto no art. 134.

§ 2º A licença prevista no parágrafo anterior dar-se-á mediante comunicação ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 137. A licença em caráter especial poderá ser concedida nos seguintes casos:

I – exercício de cargo de Presidente de entidade de classe, bem como

de cargo de direção com função que exija dedicação exclusiva, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público;

- *Vide* arts. 44 e 53, VII, da Lei n. 8.625/93.

II – frequência a cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior, de duração máxima de 2 (dois) anos, observado o disposto no art. 33, X;

- *Vide* arts. 15, XI, e 53, III, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 33, X. Resolução CSMP n. 28/2006 (Regulamenta a licença em caráter especial).

III – participação em congressos, seminários ou encontros relacionados com o exercício da função, pelo prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, sem prejuízo de vencimentos e vantagens.

§ 1° A licença a que se refere o inciso I será remunerada e perdurará até o término do mandato.

§ 2° A licença a que se refere o inciso II não será concedida ao membro do Ministério Público em estágio probatório, ou que esteja submetido a processo disciplinar administrativo.

§ 3° A licença prevista no inciso II obriga à apresentação de relatório circunstanciado sobre as atividades desenvolvidas.

- *Vide* art. 212, IV; 215, I, e 223.

§ 4° O membro do Ministério Público perderá o tempo de serviço correspondente à licença se não comprovar o aproveitamento nos 30 (trinta) dias subsequentes ao término da atividade desempenhada, observado, ainda, o disposto no art. 212, IV.

§ 5° A exoneração do membro do Ministério Público que se tenha licenciado das funções para o fim previsto no inciso II deste artigo obriga ao ressarcimento dos valores percebidos a título de vencimentos e vantagens no período correspondente.

§ 6° Não se aplicará o disposto no parágrafo anterior quando decorrido mais de 1 (um) ano do retorno às normais atribuições do cargo.

Art. 138. O membro do Ministério Público licenciado não pode exercer nenhuma de suas funções nem outra função pública ou particular.

- *Vide* art. 52, parágrafo único, da Lei n. 8.625/93.

Subseção VII
Da Verificação de Incapacidades Física e Mental

Art. 139. Em caso de fundados indícios de incapacidade física ou mental de membro do Ministério Público, o Conselho Superior do Ministério Público, de ofício, mediante representação do Procurador-Geral de Justiça ou do Corregedor-Geral do Ministério Público, determinará a suspensão do exercício

funcional daquele, sem prejuízo da percepção de vencimentos e vantagens e da classificação na lista de antiguidade.

- *Vide* arts. 18, LVIII; 134, §3°; 198 e 229.

Art. 140. A incapacidade física ou mental averiguada por junta médica oficial que tenha concluído pela impossibilidade do exercício regular da função acarretará a aposentadoria por invalidez do membro do Ministério Público.

- *Vide* art. 55 da Lei n. 8.625/93.

Parágrafo único. Negada a incapacidade física ou mental, o membro do Ministério Público reassumirá imediatamente o exercício das funções.

Art. 141. Os indícios a que se refere o art. 139 poderão ser apurados em investigação sumária, aplicando-se o disposto no art. 235, I e III.

Subseção VIII
Dos Afastamentos

Art. 142. O membro do Ministério Público somente poderá afastar-se do cargo para:

- *Vide* arts. 18, XLVI; e 200, § 2°. Resolução PGJ 32/2012 (Estabelece a forma eletrônica para o envio dos requerimentos de férias, férias prêmio, licenças e afastamentos pelos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

I – exercer cargo público eletivo ou a ele concorrer;

- *Vide* art. 128, § 5°, II, "e", da CF.
- *Vide* art. 111, V.

II – exercer cargo de Ministro, Secretário de Estado ou seu substituto imediato;[70]

III – tratar de interesses particulares, pelo prazo máximo de 2 (dois) anos.

§ 1° O afastamento previsto nos incisos II e III dependerá de aprovação, por maioria absoluta, do Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2° Não será permitido o afastamento de membro do Ministério Público submetido a processo disciplinar administrativo, que esteja em estágio probatório ou que reúna as condições previstas no art. 145.

§ 3° O membro do Ministério Público afastado perderá sua classificação na Procuradoria ou na Promotoria de Justiça no caso previsto no inciso III.

§ 4° O afastamento previsto no inciso II implicará a percepção exclusiva dos vencimentos e das vantagens da função pública a ser exercida.[71]

§ 5° O afastamento previsto no inciso III não será considerado como efetivo exercício e dar-se-á sem vencimentos e vantagens.

70 Arguida a inconstitucionalidade – ADIn 2534. Liminar deferida em 15.08.2002.
71 Arguida a inconstitucionalidade – ADIn 2534. Liminar deferida em 15.08.2002.

§ 6° Ressalvado o disposto nos incisos I e II, ao membro do Ministério Público afastado é vedado o exercício de função pública ou particular.

§ 7° O afastamento de membro do Ministério Público para concorrer a cargo público eletivo dar-se-á sem prejuízo da percepção de vencimentos e vantagens, salvo no caso de eleição a se realizar em outro Estado da Federação.

Subseção IX
Do Tempo de Serviço

Art. 143. A apuração do tempo de serviço para aposentadoria será feita em dias, convertidos em anos, estes considerados como de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

§ 1° Realizada a conversão, os dias restantes, até 182 (cento e oitenta e dois), não serão computados, arredondando-se para 1 (um) ano quando excederem este número.

§ 2° (Revogado)[72]

Art. 144. O tempo de serviços público e privado será computado para os efeitos legais, salvo se concomitante.

- *Vide* art. 40, § 3°, da CF; art. 36, § 3°, da CE.

§ 1° O tempo de serviço privado não será considerado para a concessão de férias-prêmio e adicionais.

§ 2° A contagem de tempo de serviço poderá ser realizada em procedimento administrativo interno, vedada a produção de prova exclusivamente testemunhal.

§ 3° Computar-se-á, para efeito de aposentadoria e adicionais, o tempo de advocacia, incluído o de estagiário de Direito, até o máximo de 15 (quinze) anos.

- *Vide* art. 50, § 2°, da Lei n. 8.625/93.

Subseção X
Da Aposentadoria

Art. 145. O membro do Ministério Público será aposentado com proventos integrais, compulsoriamente, por invalidez ou aos 70 (setenta) anos de idade, e, facultativamente, aos 30 (trinta) anos de serviço, após 5 (cinco) anos de efetivo exercício na carreira.

72 Parágrafo revogado pelo art. 28 da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo revogado: "§ 2° O membro do Ministério Público que houver averbado mais de 29 (vinte e nove) anos e 6 (seis) meses de serviço terá arredondado o respectivo tempo para efeito exclusivo de concessão de aposentadoria, antecipando-se-lhe, neste caso, o anuênio e o adicional trintenário correspondentes.".

- *Vide* art. 129, § 4°, da CF; art. 125, I, "d", da CE; art. 54 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 103, § 3°; 105, § 4°; 109, §§ 2° e 3°; 134, § 3°; 196; 198, § 2°; 199, § 2°, e 210; art. 18 da LC 61/2001.

Art. 146. Os proventos de aposentadoria, que corresponderão à totalidade dos vencimentos percebidos a qualquer título no serviço ativo, serão revistos sempre que se modificar a remuneração dos membros do Ministério Público em atividade, na mesma proporção e data, estendendo-se ainda, aos inativos, quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos àqueles, mesmo quando decorrentes de transformação ou reclassificação do cargo ou da função em que se deu a aposentadoria ou da conversão de adicionais.

§ 1° Os proventos do membro do Ministério Público aposentado serão pagos na mesma ocasião em que o forem os vencimentos do membro em atividade, figurando em folha de pagamento expedida pela Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 2° É assegurado ao membro do Ministério Público afastar-se da atividade, a partir do protocolo do pedido de aposentadoria, salvo na hipótese prevista no art. 210 ou quando estiver em tramitação pedido de instauração de processo disciplinar administrativo.

- *Vide* Lei Estadual n. 12329, de 31/10/1996.

Subseção XI
Da Pensão por Morte

Art. 147. Por falecimento do membro do Ministério Público, será devida a seu cônjuge ou companheiro por união estável, assim declarado por sentença, ou, na falta destes, aos filhos dependentes, menores ou incapazes, pensão mensal a ser paga pela Tesouraria do Ministério Público encarregada do pagamento, no mesmo valor dos proventos da aposentadoria do membro falecido ou da remuneração a que o membro teria direito, se em atividade, na forma da Constituição, com direito a compensação financeira desses pagamentos pelo órgão previdenciário do Estado.[73]

- *Vide* art. 56 da Lei n. 8.625/93.

Parágrafo único. A pensão obrigatória não impedirá a percepção dos benefícios decorrentes de contribuição voluntária para qualquer entidade de previdência.

Art. 148. A pensão por morte, prevista no artigo anterior, será devida ao cônjuge sobrevivente e a filhos menores de 21 (vinte e um) anos do membro do Ministério Público.

73 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 147 A pensão por morte, igual à totalidade dos vencimentos ou proventos percebidos pelos membros em atividade ou inatividade do Ministério Público, será reajustada na mesma data e proporção daqueles, observado o disposto no art. 150.".

§ 1° Na falta dos beneficiários designados no "caput" deste artigo, a pensão será concedida aos genitores do membro do Ministério Público, desde que comprovada dependência econômica, inaptidão involuntária para o trabalho, grave enfermidade ou senilidade.

§ 2° A pensão prevista no parágrafo anterior corresponderá a 1/3 (um terço) dos valores previstos no art. 147.

Art. 149. A pensão destinada ao cônjuge sobrevivente e a filhos será devida àquele enquanto perdurar a sua viuvez e, no caso de filhos matriculados em curso regular de nível superior, estendida até a conclusão do curso, observado o limite de 25 (vinte e cinco) anos de idade, extinguindo-se, também, pela convolação de núpcias.

§ 1° A parcela destinada ao cônjuge sobrevivente reverterá em benefício dos filhos, em caso de morte ou cessação da viuvez, observado o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2° A parcela dos filhos, quando extinta a condição de beneficiários, reverterá em favor do cônjuge sobrevivente.

§ 3° O limite de idade previsto neste artigo não se aplica aos filhos permanentemente inválidos, de acordo com laudo médico, ou aos legalmente incapazes.

Art. 150. Ao cônjuge do casamento anterior, a quem o membro do Ministério Público, por decisão judicial, prestava alimentos, é assegurada a continuidade do encargo alimentar, reduzido, se for o caso, a 1/3 (um terço) dos valores previstos no art. 147.

§ 1° O novo casamento ou o estabelecimento de relação de natureza conjugal fixa e estável, devidamente comprovada, implica a extinção automática do pensionamento.

§ 2° Os valores remanescentes serão destinados aos demais beneficiários, mesmo no caso de extinção da obrigação alimentar prevista no "caput" deste artigo, observado o disposto no art. 149.

Art. 151. Ao cônjuge que, no caso de separação judicial ou divórcio, era assistido economicamente pelo membro do Ministério Público, independentemente de decisão judicial, será concedida pensão correspondente a 1/3 (um terço) dos valores previstos no art. 147, "caput", desde que comprovada a inaptidão involuntária para o trabalho, a insuficiência de recursos próprios para a subsistência, grave enfermidade ou senilidade, observado, ainda, o disposto nos parágrafos do artigo anterior.

Art. 152. Os filhos havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, para efeito da pensão por morte disciplinada nesta subseção, concorrerão em igualdade de condições com o cônjuge, garantindo-se aos beneficiários parcelas individuais isonômicas.

Parágrafo único. Aplica-se a isonomia disciplinada neste artigo em caso

de concurso de beneficiários reconhecidos nesta lei, salvo se resultar em majoração das parcelas previstas nos arts. 148, § 2°, 150 e 151, as quais serão reduzidas, se for o caso.

Art. 153. O disposto no § 2° do art. 149 não se aplica aos beneficiários a que se refere o "caput" do art. 150 e o do 151.

Art. 154. Não será concedida pensão por morte aos beneficiários a que se referem os arts. 148, § 1°, 150 e 151, se, à data do óbito do membro do Ministério Público, os beneficiários já perceberem verba previdenciária de qualquer natureza.

Art. 155. Até a conclusão de curso universitário, implemento da idade ou convolação de núpcias pelos filhos, os valores da pensão por morte serão administrados pelo respectivo genitor.

Art. 156. A pensão por morte será concedida por ato do Procurador-Geral de Justiça, procedendo-se, se for o caso, a justificação administrativa.

Art. 157. Para os fins desta subseção, equipara-se, para concessão, alteração ou cassação da pensão por morte, o companheiro ao cônjuge.

CAPÍTULO VIII
DA CARREIRA
SEÇÃO I
DO CONCURSO DE INGRESSO

Art. 158. O ingresso na carreira do Ministério Público, no cargo de Promotor de Justiça Substituto, dar-se-á mediante aprovação em concurso público de provas e títulos.

- *Vide* art. 127, § 2°, da CF; art. 125, I, "a", da CE; art. 59 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 24, XVII; 33, V, e 76. Resolução CNMP n. 14/2006.

§ 1° O concurso será organizado e realizado pela Procuradoria-Geral de Justiça, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

- *Vide* art. 129, § 3° da CF.

§ 2° O concurso terá validade de 2 (dois) anos contados da homologação, prorrogável por igual período.

§ 3° É obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir 1/5 (um quinto) dos cargos iniciais da carreira.

- *Vide* art. 59, § 1°, da Lei n. 8.625/93.

§ 4° A abertura do concurso será determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, ressalvado o disposto no art. 33, XI, por meio de edital publicado 3 (três) vezes no órgão oficial do Estado, no qual deverão constar o prazo de inscrição de 30 (trinta) dias, o número de vagas existentes e outros requisitos previstos nesta lei e no regulamento para o provimento do cargo.

Art. 159. São requisitos para o ingresso na carreira do Ministério Público, entre outros constantes no regulamento do concurso:

- *Vide* art. 59, § 3°, da Lei n. 8.625/93.

I – ser brasileiro;

- *Vide* art. 59, § 3°, I, da Lei n. 8.625/93.

II – ter concluído curso de bacharelado em Direito há 1 (um) ano, no mínimo, em escola oficial ou reconhecida, observado o disposto no art. 101, § 1°;

- *Vide* art. 59, § 3°, II, da Lei n. 8.625/93.

III – estar quite com o serviço militar e com as obrigações eleitorais;

- *Vide* art. 59, § 3°, III, da Lei n. 8.625/93.

IV – estar em gozo dos direitos políticos;

- *Vide* art. 59, § 3°, IV, da Lei n. 8.625/93.

V – ser detentor de comprovada idoneidade moral, no âmbito pessoal, profissional e familiar, sem prejuízo do disposto no art. 80;

VI – apresentar higidez física e mental, atestada por médicos oficiais;

VII – ter satisfeito os demais requisitos previstos no edital e no regulamento do concurso.

§ 1° O prazo previsto no inciso II não se aplica a funcionário público aprovado em concurso público de provas e títulos ou a este equiparado por força de lei.

§ 2° O candidato aprovado nas provas escritas somente será admitido às provas orais após realização de exame psicotécnico vocacional, elaborado por instituição pública ou por entidade particular registrada no Conselho Regional de Psicologia, o qual servirá de subsídio para o julgamento final, sem prejuízo de entrevista pessoal com os integrantes da comissão examinadora do concurso.

Art. 160. Salvo motivo justificado, o prazo máximo para conclusão do concurso é de 90 (noventa) dias úteis, contados do encerramento das inscrições.

Art. 161. Observados os requisitos previstos nesta lei, o concurso de ingresso na carreira do Ministério Público será, ainda, disciplinado em regulamento específico, aprovado pela Câmara de Procuradores de Justiça.

Seção II
Da Nomeação, da Posse e do Exercício

Art. 162. O Procurador-Geral de Justiça nomeará, observada a ordem de classificação no concurso, tantos candidatos aprovados quantas forem as vagas existentes.

- *Vide* art. 129, § 3º, da CF; art. 125, I, "a", da CE; art. 59, § 2º, da Lei n. 8.625/93.

Art. 163. O candidato aprovado no concurso de ingresso na carreira será nomeado para o cargo de Promotor de Justiça Substituto, com as prerrogativas, as vedações, os vencimentos e as vantagens do cargo de Promotor de Justiça de Primeira Entrância, independentemente da entrância na qual exerça suas atribuições.[74]

Parágrafo único. O candidato nomeado deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de bens relativa aos 2 (dois) últimos exercícios fiscais e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

- *Vide* art. 59, § 4º, da Lei n. 8.625/93.

Art. 164. Após a nomeação, os candidatos serão empossados, com imediato exercício, perante a Câmara de Procuradores de Justiça, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

§ 1º O candidato nomeado que não comparecer à posse no prazo previsto no "caput" deste artigo deverá ser empossado e entrar em exercício nos 10 (dez) dias úteis subsequentes à nomeação, na forma disposta no art. 39, XXI.

§ 2º Caso a posse não ocorra dentro dos prazos previstos, por ausência do nomeado, será decretada automaticamente a perda do cargo em ato do Procurador-Geral de Justiça.

§ 3º O candidato remanescente que pretender nomeação deverá requerê-la até a data da homologação do concurso subsequente, apresentando os documentos a que se refere o art. 159, IV, V e VI.

§ 4º Não requerida a nomeação no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o candidato decairá do direito.

Seção III
Do Estágio de Orientação e Preparação

Art. 165. Após entrar em exercício, o Promotor de Justiça Substituto ficará à disposição do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional pelo período mínimo de 30 (trinta) dias, para estágio de orientação e preparação.

- *Vide* Portaria PGJ n. 169/2008 (Publica o Regulamento do Curso de Preparação e Vitaliciamento dos Membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, aprovado pelo Conselho Científico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional).

Parágrafo único. Durante o estágio a que se refere este artigo, o Promotor de Justiça Substituto poderá ser designado para o exercício das atribuições do cargo.

74 Artigo alterado pelo art. 1º da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 163. O candidato aprovado no concurso de ingresso na carreira será nomeado para o cargo de Promotor de Justiça Substituto, com as prerrogativas, vedações, vencimentos e vantagens do Promotor de Justiça de Entrância Inicial, independentemente da entrância onde exerça suas atribuições.".

Art. 166. Ao assumir suas funções na Promotoria de Justiça para a qual foi designado, o Promotor de Justiça Substituto fará imediata comunicação à Corregedoria-Geral do Ministério Público, acompanhada de declaração sobre a situação dos serviços que lhe forem afetos.

- *Vide* arts. 3° e 27 do Ato CGMP n. 01/2012.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto no "caput" deste artigo em caso de nova designação do Promotor de Justiça Substituto.

Art. 167. Para todos os efeitos legais, o período de estágio probatório compreende o de orientação e preparação.

Art. 168. Em caso de aproveitamento insuficiente no estágio de orientação e preparação, o Promotor de Justiça Substituto permanecerá, pelo prazo máximo de 60 (sessenta) dias, à disposição do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional para aprimoramento, podendo seu diretor, a qualquer tempo, de ofício ou mediante provocação do corpo docente, impugnar a permanência na carreira à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

§ 1° A impugnação será fundamentada e instruída com os documentos referentes ao desempenho insatisfatório.

§ 2° O Corregedor-Geral do Ministério Público, motivadamente, submeterá a impugnação à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, observado o disposto nos arts. 33, VI, e 173, §§ 2°, 3° e 4°.

§ 3° Rejeitada a impugnação, o membro do Ministério Público permanecerá em estágio probatório, na forma desta lei.

Seção IV
Do Vitaliciamento

Art. 169. Os 2 (dois) primeiros anos de efetivo exercício na carreira são considerados de estágio probatório, durante os quais será examinada pelo Conselho Superior do Ministério Público, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional a conveniência da permanência na carreira e do vitaliciamento do membro da instituição, observados os seguintes requisitos:

- *Vide* art. 128, § 5°, I, "a", da CF; art. 126, I, da CE; art. 38, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 33, VI; 39, VI, e XIX; 121 e 181, parágrafo único. Resolução CSMP n. 90/2003 (Dispõe sobre o estágio probatório). Arts. 25 a 41 do Ato CGMP n. 01/2012. Enunciados CSMP n. 11 e 12.

I – idoneidade moral, no âmbito pessoal, profissional e familiar;

II – conduta pública e particular compatível com a dignidade do cargo;

III – dedicação e exação no cumprimento dos deveres e funções do cargo;

IV – eficiência, pontualidade e assiduidade no desempenho de suas funções;

V – presteza e segurança nas manifestações processuais;

VI – referências em razão da atuação funcional;

VII – publicação de livros, teses, estudos e artigos jurídicos, inclusive de premiação obtida;

VIII – atuação em Promotoria de Justiça que apresente dificuldade ao exercício das atribuições;

IX – contribuição à melhoria dos serviços da instituição e da Promotoria de Justiça;

X – integração comunitária no que estiver afeto às atribuições do cargo;

XI – frequência a cursos de aperfeiçoamento realizados pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

§ 1° Durante o biênio a que se refere este artigo, a atuação do membro do Ministério Público será, ainda, acompanhada e avaliada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, por meio de inspeções, correições, análise de trabalhos remetidos e outros meios a seu alcance.

§ 2° A permanência na carreira e o vitaliciamento do membro do Ministério Público serão deliberados pelo Conselho Superior do Ministério Público, na forma desta lei.

- *Vide* art. 15, VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 24, VII, "a"; 33, VI; 39, VI.

Subseção I
Do Acompanhamento do Estágio Probatório

Art. 170. O Corregedor-Geral do Ministério Público, para os fins do disposto no art. 169, § 1°, decorrido o prazo previsto no art. 165, designará, no mínimo, 1 (um) Procurador de Justiça e 1 (um) Promotor de Justiça de entrância especial para acompanhamento e avaliação individual de estágio probatório do membro do Ministério Público.

- *Vide* Resolução CSMP n. 90/2003 (Dispõe sobre o estágio probatório). Arts. 25 a 41 do Ato CGMP n. 01/2012.

Art. 171. O membro do Ministério Público deverá encaminhar à Corregedoria-Geral do Ministério Público relatórios trimestrais de atividades, instruídos com até 10 (dez) trabalhos, abrangendo as diversas áreas de atuação, na forma que dispuser o regulamento respectivo.

§ 1° O Corregedor-Geral do Ministério Público, o Procurador de Justiça e o Promotor de Justiça designados na forma determinada pelo art. 170 poderão requisitar ao membro do Ministério Público em estágio probatório cópias de trabalhos referidos nos relatórios trimestrais e não encaminhados.

§ 2° O Corregedor-Geral do Ministério Público poderá, a qualquer tempo, de ofício ou mediante provocação dos membros do Ministério Público referidos no parágrafo anterior, impugnar, fundamentadamente, a permanência do Promotor de Justiça na carreira, observado o disposto nos arts. 33, VI, e 173, §§ 2°, 3° e 4°.

§ 3° Acolhida a impugnação pelo Conselho Superior do Ministério Público, o Promotor de Justiça será exonerado por ato do Procurador-Geral de Justiça, cabendo da decisão recurso à Câmara de Procuradores de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias.

§ 4° Rejeitada a impugnação, o membro do Ministério Público permanecerá em estágio probatório, na forma desta lei.

§ 5° Não sendo impugnado o estágio probatório, o Procurador de Justiça e o Promotor de Justiça designados poderão sugerir ao Corregedor-Geral do Ministério Público, até o quarto mês que antecede o vitaliciamento, a confirmação do membro do Ministério Público na carreira, servindo a manifestação como subsídio ao Conselheiro designado.

Art. 172. Fica suspenso, até definitivo julgamento, o período de vitaliciamento do membro do Ministério Público no caso de impugnação à sua permanência na carreira.

- *Vide* art. 60 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 39, XIX, e 181, parágrafo único. Enunciado CSMP n. 33.

Subseção II
Da Confirmação na Carreira

Art. 173. A conveniência da confirmação na carreira do membro do Ministério Público em estágio probatório será examinada por integrante do Conselho Superior do Ministério Público, designado mediante distribuição dos relatórios.

- *Vide* art. 15, VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 33, VI; 39, VI e XIX; 181, parágrafo único. Enunciados CSMP n. 11 e 30.

§ 1° O Conselheiro designado deverá, até o primeiro dia útil do trimestre que antecede o vitaliciamento, em exposição fundamentada e instruída com os documentos necessários, propor ou não a confirmação na carreira do membro do Ministério Público em estágio probatório.

§ 2° Impugnado o vitaliciamento, o Conselho Superior do Ministério Público ouvirá, no prazo de 5 (cinco) dias, o Promotor de Justiça interessado.

§ 3° O Conselho Superior do Ministério Público, na primeira reunião subsequente, decidirá acerca da proposta, pelo voto de 2/3 (dois terços) de seus membros, cabendo da decisão recurso à Câmara de Procuradores de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias.

- *Vide* art. 60, § 1°, da Lei n. 8.625/93.

§ 4° A intimação do interessado far-se-á por meio de publicação no órgão oficial do Estado.

Art. 174. Ficam suspensos, automaticamente, até definitivo julgamento, o exercício funcional e o período de vitaliciamento do membro do Ministério Público, quando houver impugnação pelo Conselheiro designado.

§ 1° Propondo o Conselheiro a confirmação na carreira do membro do Ministério Público em estágio probatório, suspende-se, automaticamente, o período de vitaliciamento, até definitivo julgamento pelo Conselho Superior do Ministério Público.

§ 2° O tempo de suspensão do exercício funcional será contado para todos os efeitos legais em caso de vitaliciamento.

- *Vide* art. 60, § 2°, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Enunciado CSMP n. 33.

Art. 175. Durante o período de estágio probatório, será aprofundada a investigação relativa aos aspectos moral, pessoal, profissional e familiar do membro do Ministério Público, valendo as conclusões como subsídio à decisão do Conselho Superior do Ministério Público.

Seção V
Da Vacância e das Formas de Provimento Derivado
Subseção I
Disposições Preliminares

Art. 176. Na existência de vaga a ser provida, o Conselho Superior do Ministério Público, por meio de seu Presidente, fará publicar, no órgão oficial, edital de inscrição dos candidatos.

§ 1° O regimento interno do Conselho Superior do Ministério Público disciplinará os requisitos do edital de promoção ou remoção e os critérios de votação, observado o disposto nesta lei.

§ 2° A data da abertura da vaga, para efeito de determinação do critério de provimento, será:

I – a do falecimento do membro do Ministério Público;

II – a da publicação do ato de aposentadoria ou de exoneração do membro do Ministério Público;

III – a da publicação do ato que decretar a perda do cargo, a remoção compulsória ou a que decretar a disponibilidade na forma prevista no art. 104;

IV – a da publicação do ato que decretar a disponibilidade compulsória, na forma prevista no art. 216;

V – aquela em que o membro do Ministério Público, promovido ou removido, assumir as funções do outro cargo.

§ 3° Havendo simultaneidade na data da ocorrência da vaga, a precedência de abertura será determinada pela ordem alfabética das Procuradorias ou Promotorias de Justiça e, em ordem numérica, no caso de vacância de Promotorias de Justiça da mesma comarca ou Procuradorias de Justiça.

Subseção II
Da Promoção

Art. 177. As promoções serão voluntárias e far-se-ão alternadamente, por antiguidade e merecimento, de uma para outra entrância, ou da entrância mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça, aplicando-se, por assemelhação, o disposto no art. 93, III e IV, da Constituição Federal, observando-se, ainda, os seguintes critérios:

- *Vide* art. 129, § 4°, da CF; art. 61 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XIII; 24, VII, "d"; 33, II, III e XVII; 131; 186; 216, parágrafo único; 217 e 218, § 3°. Enunciado CSMP n. 43. Resolução CNMP n. 02/2005.

I – operosidade, assiduidade e dedicação no exercício do cargo;

II – presteza e segurança nas manifestações processuais;

III – conduta pública e particular ilibada;

IV – conceito funcional constante em assentamentos da instituição ou apurado em inspeções, correições e informações idôneas;

V – referências em razão da atuação funcional;

VI – frequência a cursos, seminários, encontros e outras atividades similares de aprimoramento cultural;

VII – publicação de livros, teses, estudos e artigos jurídicos, inclusive premiação obtida;

VIII – atuação em Promotoria de Justiça que apresente dificuldade ao exercício das atribuições;

IX – contribuição à melhoria dos serviços da instituição e da Promotoria de Justiça;

X – número de vezes que tenha participado de listas de promoção.

- *Vide* art. 25 e segs. da Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/87 (Institui o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais).

§ 1° Ao membro do Ministério Público que permanecer na comarca elevada de entrância é assegurado, se promovido, o direito de retornar àquela, por remoção, por ato do Procurador-Geral de Justiça, independentemente da expedição de novo edital, desde que o requeira no ato de inscrição à promoção.[75]

- *Vide* art. 11, §1°, do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução PGJ n. 103/2001 (Dispõe sobre a permanência do Promotor promovido na comarca elevada por via de remoção). Enunciado CSMP n. 32 e 36.

§ 2° A hipótese referida no parágrafo anterior fica limitada a duas vezes consecutivas em relação ao mesmo cargo vago.[76]

- *Vide* Enunciado CSMP n. 36.

§ 3° Nas hipóteses previstas nos parágrafos anteriores, será mantido o critério de provimento para a Promotoria de Justiça da qual o membro do Ministério Público foi promovido.

§ 4° A alteração da classificação da comarca não implicará promoção nem rebaixamento do Promotor, que poderá nela permanecer ou ser removido.[77]

Art. 178. Sob pena de indeferimento, a inscrição para promoção por antiguidade ou merecimento será instruída com:

I – prova de residência na comarca, se titular;

- *Vide* art. 129, § 2°, da CF; art. 127, § 1°, da CE; art. 43, X, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 61 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução Conjunta PGJ e CGMP n. 02/2008 (Disciplina a residência na comarca pelos membros do Ministério Público). Resolução CNMP n. 26/2007.

II – declaração de regularidade de serviço, esclarecendo os motivos de atraso a que não houver dado causa;

III – informações sobre a próxima sessão do Tribunal do Júri e sobre outros feitos cujo andamento reclame prioridade.

§ 1° A declaração referida no inciso II não exclui a possibilidade de averiguação, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, das informações prestadas, inclusive por recomendação do Conselho Superior do Ministério Público, sobrestando-se, nesse caso, a respectiva lista.

§ 2° Constatada a irregularidade de serviço, será recusada a promoção do membro do Ministério Público ou revogado o ato que a concedeu, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

75 Parágrafo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 1° Ao membro do Ministério Público que permanecer na comarca elevada de entrância é assegurado, se promovido, o direito de retornar àquela, por remoção, desde que o requeira antes de findo o prazo para assunção de exercício na Promotoria de Justiça da comarca para a qual foi promovido.".

76 Parágrafo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 2° A remoção, neste caso, dar-se-á por ato do Procurador-Geral de Justiça, independentemente da expedição de edital.".

77 Parágrafo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 4° A elevação ou rebaixamento da comarca não altera a situação funcional ou de vencimento do titular da Promotoria de Justiça correspondente.".

§ 3° A renúncia à inscrição somente será admitida até os 3 (três) dias anteriores à elaboração das listas.

- *Vide* Enunciados CSMP n. 40 e 46.

§ 4° No prazo correspondente à entrada em exercício, é facultada a renúncia à promoção, ficando o membro do Ministério Público impedido, nesse caso, de concorrer a nova promoção pelo período de 1 (um) ano.

§ 5° A renúncia à promoção implica a manutenção do critério de preenchimento da vaga recusada.

§ 6° Ao entrar em exercício na Promotoria ou na Procuradoria de Justiça para a qual foi promovido ou removido, o membro do Ministério Público deverá encaminhar à Corregedoria-Geral do Ministério Público declaração acerca da regularidade de serviço afeto ao cargo assumido.

- *Vide* art. 3° do Ato CGMP n.01/2012.

Art. 179. Sem prejuízo do disposto nos artigos anteriores, somente poderão ser promovidos a Procurador de Justiça os membros do Ministério Público que, nos 2 (dois) anos anteriores à inscrição, tenham frequentado, com aproveitamento, curso de aprimoramento funcional para o exercício de atribuições na 2ª instância, realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

- *Vide* art. 129, § 4°, da CF; art. 125, I, "b", da CE; art. 61, II, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Enunciado CSMP n. 18.

Parágrafo único. O curso referido no "caput" deste artigo poderá ser realizado no período de férias coletivas e não dispensa o membro do Ministério Público do exercício de suas normais atribuições.

Art. 180. O membro do Ministério Público promovido ou removido entrará em exercício no prazo máximo de quinze dias.[78]

§ 1° O Procurador-Geral de Justiça poderá designar o membro do Ministério Público promovido ou removido voluntariamente para, no período de trânsito, que ficará suspenso, exercer suas atribuições na Promotoria de Justiça em que encerrou o exercício, visando assegurar a continuidade do serviço.

§ 2° Finda a designação prevista no parágrafo anterior, será restituído ao membro do Ministério Público o período de trânsito remanescente.

§ 3° Será considerado promovido o membro do Ministério Público que falecer no período de trânsito.

§ 4° O Promotor de Justiça promovido ou removido tomará posse na respectiva comarca, devendo lavrar o ato em livro próprio e remeter cópia para a Corregedoria-Geral do Ministério Público e para a Secretaria-Geral.[79]

78 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 180. O membro do Ministério Público promovido ou removido entrará em exercício no prazo de 5 (cinco) dias úteis.".

79 Parágrafo acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

- *Vide* Resolução PGJ n. 103/2001 (Dispõe sobre a permanência do Promotor promovido na comarca elevada por via de remoção). Art. 11 do Ato CGMP n. 01/2012.

Art. 181. A promoção por antiguidade ou merecimento pressupõe, além da observância dos critérios previstos no art. 177, o desempenho eficaz das funções previstas na Constituição Federal, na Constituição Estadual, nesta lei e em outras leis.

Parágrafo único. Para efeito de promoção, por antiguidade ou merecimento, do Promotor de Justiça em estágio probatório, somente serão consideradas preenchidas as condições previstas no "caput" deste artigo e no art. 169 se, até o trimestre que anteceder o vitaliciamento, não houver impugnação, e se o Conselheiro designado propuser a confirmação na carreira.

- *Vide* arts. 169 e 173 e segs. Enunciados CSMP n. 11, 30, 34 e 35.

Art. 182. Para cada vaga destinada ao preenchimento por promoção ou remoção, expedir-se-á edital correspondente, exceto no caso previsto no art. 177, § 2º.

- *Vide* arts. 62, e 63 da Lei n. 8.625/93.

Art. 183. A remoção precede a promoção, salvo no caso de provimento pelo critério de antiguidade.

Parágrafo único. A vaga decorrente de remoção será provida, obrigatoriamente, por promoção.

- *Vide* Enunciados CSMP n. 21, 32 e 42.

Art. 184. Não poderá concorrer à promoção, por antiguidade ou merecimento, o membro do Ministério Público:

I – em disponibilidade cautelar ou decorrente de punição;

- *Vide* art. 53, V, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 208, III.

II – que tenha sofrido penalidade disciplinar nos 12 (doze) meses anteriores à formação da respectiva lista ou esteja submetido a processo disciplinar administrativo;

III – que esteja respondendo a ação penal por infração cuja sanção cominada seja de reclusão, ou que esteja cumprindo pena imposta;

IV – afastado do exercício das funções nos últimos 2 (dois) anos, ressalvado o disposto nos arts. 133 e 137.

Subseção III
Da antiguidade

Art. 185. A antiguidade será determinada pelo efetivo exercício, observado o disposto nos arts. 121, V, e 142, § 5º.

Parágrafo único. Em caso de empate na antiguidade, terá preferência, sucessivamente:

I – o mais antigo na carreira do Ministério Público;

II – o mais antigo na entrância anterior;

III – o que tiver obtido melhor classificação no concurso de ingresso na carreira;

IV– o mais idoso;

V – o que tiver maior número de filhos;

VI – o mais antigo no serviço público estadual.

- *Vide* art. 61, II, da Lei n. 8.625/93.

Art. 186. Na promoção por antiguidade, o Conselho Superior do Ministério Público somente poderá recusar o candidato mais antigo pelo voto oral e motivado de 2/3 (dois terços) de seus integrantes.

- *Vide* art. 129, § 4º, da CF; art. 125, I, "b", da CE; art. 15, § 3º, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Enunciados CSMP n. 34 e 35.

§ 1º No caso da recusa prevista no "caput" deste artigo, será suspensa a indicação de promoção por antiguidade.

§ 2º O candidato recusado poderá, no prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da sessão de julgamento, interpor, fundamentadamente, o recurso previsto no art. 24, VII, "d".

- *Vide* art. 12, VIII, "e", da Lei n. 8.625/93.

§ 3º Interposto o recurso mencionado no parágrafo anterior, a indicação de promoção por antiguidade será sobrestada até a decisão da Câmara de Procuradores de Justiça.

Subseção IV
Do Merecimento

Art. 187. A promoção por merecimento pressupõe ter o Promotor de Justiça 2 (dois) anos de exercício na respectiva entrância e integrar a primeira quinta parte da lista de antiguidade, salvo se não houver, com tais requisitos, quem aceite o lugar vago ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação de lista tríplice, observado, ainda, o disposto nas subseções II e III desta seção.

- Vide art. 129, § 4º, da CF; art. 125, I, "b", da CE; art. 61, IV, da Lei n. 8.625/93.
- Vide Enunciados CSMP n. 12, 20, 31, 34, 35, 38, 44, 45, 46 e 47. Art. 74 do Ato CGMP n. 01/2012. Resolução Conjunta CGMP e CSMP n. 02/2005 (Especifica critérios para a fundamentação de voto na promoção ou remoção por merecimento na carreira de membro do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, observado o disposto no art. 129, § 4º, c.c. os arts. 93, II, "c", da Consti-

tuição Federal, 15, II, da Lei 8.625/93, 33, II, 177 e 193, da Lei Complementar n. 34/94). Resolução CNMP n. 02/2005.

Art. 188. Para a promoção por merecimento, o Conselho Superior do Ministério Público organizará lista tríplice, sempre que possível.

- *Vide* art. 15, II, da Lei n. 8.625/93.

Art. 189. A lista de merecimento resultará dos 3 (três) nomes mais votados, desde que obtida maioria de votos, procedendo-se, para alcançá-la, a tantas votações quantas forem necessárias, examinando-se em primeiro lugar os nomes remanescentes de lista anterior.

- *Vide* art. 61, V, da Lei n. 8.625/93.

Art. 190. É obrigatória a promoção de Promotor de Justiça que figure por 3 (três) vezes consecutivas ou 5 (cinco) alternadas em lista de merecimento, aplicando-se, em caso de empate, o disposto no art. 185, parágrafo único.

- *Vide* art. 61, III, da Lei n. 8.625/93.

Art. 191. Não sendo o caso de promoção obrigatória, a escolha recairá no membro do Ministério Público mais votado, considerada a ordem dos escrutínios, prevalecendo, em caso de empate, o disposto no art. 185, parágrafo único.

- *Vide* art. 61, VI, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Enunciado CSMP n. 46.

Subseção V
Da Remoção Voluntária

Art. 192. A remoção voluntária para outra comarca, por antiguidade ou merecimento, somente será deferida após 1 (um) ano de exercício na Promotoria de Justiça, salvo se não houver quem preencha o último requisito e aceite o cargo, mediante indicação do Conselho Superior do Ministério Público.[80]

- *Vide* Enunciados CSMP n. 21, 26, 27, 31, 34, 35, 38, 43, 44, 45, 46 e 47. Resolução CNMP n. 02/2005.

§ 1° A movimentação na carreira decorrente de remoção para outra comarca não impede a subsequente promoção do membro do Ministério Público.[81]

- *Vide* art. 186.

§ 2° A remoção voluntária na mesma comarca não impede a promoção subsequente e será deferida mediante indicação do Conselho Superior do Ministério Público.[82]

---

80 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 192. A remoção voluntária, por antigüidade ou merecimento, somente será deferida após 1 (um) ano de exercício na Promotoria de Justiça, mediante indicação do Conselho Superior do Ministério Público.".

81 Parágrafo acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

82 Parágrafo acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

- *Vide* Enunciados CSMP n. 41 e 49.

§ 3° Não se aplica o requisito temporal previsto no "caput" deste artigo à remoção voluntária ocorrida na mesma comarca.[83]

§ 4° Não se aplica o disposto no "caput" deste artigo à remoção voluntária ocorrida na mesma comarca e nas hipóteses relacionadas nos arts. 53, § 2°, e 177, § 1°.[84]

Art. 193. Aplica-se à remoção voluntária o disposto nas subseções II, III e IV desta seção.

Art. 194. A remoção voluntária para outra comarca não poderá ser renovada antes de um ano, salvo se não houver interessado no preenchimento da vaga.[85]

Subseção VI
Da Remoção por Permuta

Art. 195. Será permitida a remoção por permuta entre membros do Ministério Público da mesma entrância ou instância em razão de conveniência de serviço mediante requerimento escrito e fundamentado, formulado por ambos os pretendentes.

- *Vide* art. 64, I, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* Enunciados CSMP n. 14, 26 e 28.

§ 1° A remoção por permuta, que pressupõe a regularidade de serviço, não confere direito a ajuda de custo e somente poderá ser renovada após o decurso de 2 (dois) anos da remoção anterior, exceto na hipótese prevista no art. 53, § 2°.[86]

- *Vide* art. 64, II e III, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° A remoção por permuta, no caso da elevação da entrância da Promotoria de Justiça, somente será admitida entre Promotorias de mesma entrância.[87]

Art. 196. Presume-se inconveniente ao serviço a remoção mediante permuta quando um dos permutantes estiver às vésperas de aposentadoria, exoneração do cargo a pedido, promoção por antiguidade ou merecimento.

Parágrafo único. O Conselho Superior do Ministério Público revogará, obrigatoriamente, a remoção por permuta se, por qualquer motivo, não se verificar a conveniência do serviço indicada pelos permutantes, sem prejuízo de penalidade disciplinar.

83 Parágrafo acrescido pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.
84 Parágrafo renumerado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.
85 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 194. Em caso de remoção voluntária, o membro do Ministério Público ficará impedido de concorrer à promoção, por antigüidade ou merecimento, pelo prazo de 1 (um) ano.".
86 Parágrafo renumerado pelo art. 3° da Lei Complementar n. 61 de 12.07.2001.
87 Parágrafo acrescido pelo art. 3° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001.

Art. 197. Aplica-se à remoção por permuta o disposto nos arts. 192, parágrafo único, e 194.

Subseção VII
Da Reintegração

Art. 198. A reintegração, decorrente de decisão judicial transitada em julgado, é o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, com direito à contagem do tempo de serviço e aos vencimentos e às vantagens não percebidos em razão do afastamento, atualizados monetariamente.

- *Vide* art. 66 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 24, VII, "a"; 33, VI; 103, § 1°, e 140.

§ 1° Achando-se provido ou extinto o cargo no qual será reintegrado o membro do Ministério Público, o seu ocupante passará à disponibilidade até posterior aproveitamento.

- *Vide* art. 66, § 1°, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° O membro do Ministério Público reintegrado será submetido à inspeção médica por junta oficial e, se considerado incapaz, será aposentado compulsoriamente, com os vencimentos e as vantagens a que teria direito se efetivada a reintegração.

- *Vide* art. 66, § 2°, da Lei n. 8.625/93.

Subseção VIII
Do Aproveitamento

Art. 199. O aproveitamento é o retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional.

- *Vide* art. 68 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XVIII, e 33, XVI, e 104.

§ 1° O membro do Ministério Público será aproveitado no órgão de execução que ocupava quando posto em disponibilidade, salvo se aceitar outro de igual entrância ou se for promovido.

- *Vide* art. 68, § 1°, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° Ao retornar à atividade, será o membro do Ministério Público submetido à inspeção médica e, se julgado incapaz, será aposentado compulsoriamente, com os vencimentos e as vantagens do cargo.

- *Vide* art. 68, § 2°, da Lei n. 8.625/93.

§ 3° O disposto neste artigo não se aplica à disponibilidade decorrente de punição.

Seção VI
Das Substituições

Art. 200. Os membros do Ministério Público serão substituídos automaticamente uns pelos outros, mediante critérios fixados em ato do Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 45 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, LVII, "b"; 110, XVIII e 113. Resolução PGJ n. 15/2006 (Dispõe sobre férias e compensações por plantões de finais de semana e medidas urgentes).

§ 1° O substituído comunicará ao substituto e à Corregedoria-Geral do Ministério Público o início do exercício cumulativo de atribuições.

§ 2° Em caso de afastamento, licença, férias, remoção compulsória, disponibilidade e verificação de incapacidade física ou mental, o Procurador-Geral de Justiça designará outro membro do Ministério Público para, em substituição, exercer as funções do cargo.

§ 3° O integrante de órgão colegiado, em gozo de férias individuais, será substituído pelo suplente.

Capítulo IX
Do Regime Disciplinar
Seção I
Disposições Preliminares

Art. 201. Pelo exercício irregular da função pública, o membro do Ministério Público responde penal, civil e administrativamente.

- *Vide* art. 26, § 2°, da Lei n. 8.625/93.

Art. 202. A atividade funcional dos membros do Ministério Público está sujeita a:

- *Vide* art. 17, I, II e V, da Lei n. 8.625/93.

I – inspeções permanentes e extraordinárias;

II – correições ordinárias e extraordinárias;

III – processo disciplinar administrativo.

- *Vide* art. 50 e segs. da Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/87 (Institui o Regimento Interno da Corregedoria-Geral do Ministério Público de Minas Gerais.). Ato CGPM n. 02/2003 (Dispõe sobre o regulamento do processo disciplinar administrativo). Arts. 44 e 205 do Ato CGMP n. 01/2012.

Parágrafo único. Qualquer interessado poderá reclamar junto aos órgãos da administração superior do Ministério Público contra abusos, erros ou omissões de membros da instituição, observado o disposto no art. 235, I e II.

Art. 203. As inspeções permanentes serão exercidas pelos Procuradores de Justiça, na forma prevista no art. 73.

- *Vide* art. 19, § 2º da Lei n. 8.625/93.

Art. 204. As inspeções extraordinárias serão realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, independentemente de prévia designação.

Art. 205. As correições ordinárias serão realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, na forma do regimento interno, para verificar a regularidade do serviço, a eficiência, a pontualidade, o exercício das funções, o cumprimento dos deveres do cargo e a conduta pública e particular dos membros da instituição.

§ 1º A Corregedoria-Geral do Ministério Público realizará, anualmente, correições ordinárias em 1/3 (um terço) das Promotorias de Justiça, no mínimo.

§ 2º As inspeções ordinárias em Procuradorias de Justiça serão realizadas pelo Corregedor-Geral do Ministério Público ou pelos Subcorregedores-Gerais, na forma do regimento interno.

- *Vide* art. 50 e segs. da Resolução Conjunta CGMP e PGJ n. 01/87 (Regimento Interno da CGMP). Aviso CGMP n. 01/97 (Institui o novo formulário para as inspeções). Arts. 44 e 205 do Ato CGMP n. 01/2012.

Art. 206. As correições extraordinárias serão realizadas, de ofício, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público e por determinação dos órgãos da administração superior do Ministério Público.

Art. 207. O processo disciplinar administrativo será instaurado nos termos desta lei.

- *Vide* art. 227 e segs.

Seção II

Das Penalidades

Subseção I

Disposições Preliminares

Art. 208. Os membros do Ministério Público estão sujeitos às seguintes penalidades, que constarão em seus assentos funcionais:

I – advertência;

II – censura;

III – disponibilidade compulsória e cautelar;

IV – remoção compulsória;

V – exoneração.

- *Vide* arts. 39, § 1º, IV; 226; 244; 248 e 249.

Art. 209. As penas disciplinares serão aplicadas cumulativamente em caso de concurso de infrações, salvo quando, em razão de reincidência, esta implicar sanção mais grave.

§ 1° Aplica-se a pena de advertência às infrações disciplinares, previstas nesta lei, não punidas com sanção específica.

§ 2° A inobservância dos deveres do cargo, sem a cominação de expressa penalidade, ensejará a inscrição de nota desabonadora nos assentos funcionais do membro do Ministério Público.

§ 3° A habitualidade de conduta nos casos previstos no parágrafo anterior implicará pena de advertência, sem prejuízo de sanção mais grave na hipótese de reincidência.

§ 4° Os antecedentes do infrator e os danos acarretados ao serviço ou à instituição serão considerados para aplicação de penalidade, salvo se o fato imputado configurar expressa infração disciplinar.

Art. 210. O membro do Ministério Público que praticar infração punível com censura ou disponibilidade compulsória não poderá aposentar-se até o trânsito em julgado do procedimento disciplinar administrativo, salvo por implemento de idade.

- *Vide* art. 244.

Subseção II
Da Pena de Advertência

Art. 211. A pena de advertência será aplicada nos seguintes casos:

I – negligência no exercício da função;

II – inobservância das determinações e das instruções de caráter administrativo expedidas pelos órgãos da administração superior do Ministério Público;

III – prática de ato reprovável;

IV – utilização indevida das prerrogativas do cargo;

V – descumprimento do disposto no art. 110, IV, V, X, XI, XII, XIII, XVII, XVIII, XIX, XX, XXIII, XXIV, XXVI e XXXII;

VI – constatação de irregularidade em serviço afeto ao membro do Ministério Público, na forma prevista no art. 125, parágrafo único;

VII – afastamento injustificado do exercício das funções ou do local onde o membro do Ministério Público exerça suas atribuições;

VIII – desatendimento das convocações expedidas na forma determinada pelos arts. 18, LXI, e 39, XXVI.

- *Vide* art. 43 do Ato CGMP n. 01/2012.

Parágrafo único. A advertência será feita pelo Corregedor-Geral do Ministério Público e, supletivamente, pelo Procurador-Geral de Justiça, por escrito e de forma reservada.

Subseção III
Da Pena de Censura

Art. 212. A pena de censura será aplicada em caso de reincidência em infração punível com pena de advertência e nas seguintes hipóteses:

I – conduta incompatível com a dignidade do cargo, nos casos definidos no art. 110, II, III e XVI;

II – procedimento funcional incompatível com o desempenho das atribuições do cargo;

III – acumulação indevida de funções, ressalvado o disposto no art. 111, IV, e parágrafo único;

IV – descumprimento do disposto no art. 137, § 3°.

Art. 213. A pena de censura será aplicada pessoalmente pelo Procurador-Geral de Justiça em sessão pública do Conselho Superior do Ministério Público.

Subseção IV
Da Remoção Compulsória

Art. 214. A remoção compulsória de membro do Ministério Público, fundamentada em motivo de interesse público, será determinada pelo Conselho Superior do Ministério Público, por voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, em sessão secreta.

- *Vide* art. 15, VIII, da Lei n. 8.625/93.

Art. 215. Sem prejuízo da verificação em outros casos, será obrigatoriamente reconhecida a existência de interesse público determinador da remoção compulsória nas seguintes hipóteses:

I – reincidência em infração punível com pena de censura;

II – exposição de membro do Ministério Público a risco de descrédito quanto às prerrogativas do cargo ou da instituição;

III – recusa, por membro do Ministério Público, de atendimento ao Procurador-Geral de Justiça ou ao Corregedor-Geral do Ministério Público quando em visita, inspeção ou correição;

IV – descumprimento do disposto no art. 111, III, V e VI.

Art. 216. Decretada a remoção compulsória, o membro do Ministério Público ficará em disponibilidade, com vedações, vencimentos e vantagens do cargo, até oportuna designação do Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. A vaga decorrente de remoção compulsória será provida, obrigatoriamente, por promoção.

Art. 217. A remoção compulsória impede a promoção, por antiguidade ou merecimento, pelo prazo de 1 (um) ano.

Subseção V

Da Disponibilidade Compulsória

Art. 218. A disponibilidade compulsória de membro do Ministério Público, que perceberá vencimentos e vantagens proporcionais ao tempo de serviço, será fundamentada em motivo de interesse público e determinada pelo Conselho Superior do Ministério Público, por voto de 2/3 (dois terços) de seus integrantes, em sessão secreta.

- *Vide* art. 126, parágrafo único, da CE; art. 15, VIII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* art. 210.

§ 1° Será observado o mínimo de 1/3 (um terço) dos vencimentos e das vantagens do cargo se o membro do Ministério Público, à data da determinação de disponibilidade compulsória, possuir dependentes inscritos na Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 2° Consideram-se dependentes as pessoas referidas nos arts. 148, 150, 151, 152 e 157.

§ 3° A vaga decorrente de disponibilidade compulsória será, obrigatoriamente, provida por promoção.

- *Vide* art. 176, § 2°, IV.

Art. 219. Sem prejuízo da verificação em outros casos, será obrigatoriamente reconhecida a existência de interesse público determinador da disponibilidade compulsória nas seguintes hipóteses:

I – grave omissão nos deveres do cargo;

II – ocorrência de fatos que, envolvendo o membro do Ministério Público, resultem em perigo iminente ao prestígio da instituição;

III – capacidade de trabalho reduzida, produtividade escassa, atuação funcional comprometedora ou demonstração superveniente de insuficientes conhecimentos jurídicos;

IV – induzimento dos órgãos da administração superior do Ministério Público a erro, por meio reprovável;

V – inobservância da vedação prevista no art. 111, I.

Art. 220. Aplicam-se ao membro do Ministério Público em disponibilidade compulsória o disposto no art. 127, parágrafo único, e as vedações disciplinadas do art. 111.

Subseção VI
Da Disponibilidade Cautelar

Art. 221. Será decretada, como providência cautelar e por ato fundamentado do Procurador-Geral de Justiça, a disponibilidade do membro do Ministério Público, quando inconveniente o exercício das funções.

- *Vide* art. 184, I. Enunciado CSMP n. 33.

Parágrafo único. A disponibilidade prevista neste artigo assegura ao membro do Ministério Público a percepção de vencimentos e vantagens integrais do cargo.

Art. 222. A disponibilidade cautelar, que terá duração determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, pressupõe a instauração de sindicância ou procedimento disciplinar administrativo e não excederá o trânsito em julgado da decisão proferida neste.

§ 1° Aplica-se o disposto no art. 221 às hipóteses previstas nesta lei para a decretação de perda do cargo de membro do Ministério Público.

§ 2° No caso do parágrafo anterior, a disponibilidade cautelar não excederá o trânsito em julgado da decisão judicial.

Subseção VII
Da Exoneração

Art. 223. O membro do Ministério Público que não goze da garantia da vitaliciedade será exonerado por ato do Procurador-Geral de Justiça após decisão da maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público, no caso de cometimento das infrações disciplinadas nos arts. 212, 215 e 219, bem como nas hipóteses previstas no art. 103, § 1°.

- *Vide* art. 15, VII, da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XVIII; 24, VII, "a", e 33, VI.

Parágrafo único. No caso de vitaliciamento do membro do Ministério Público sem conclusão do procedimento disciplinar administrativo, aplicar-se-á a penalidade prevista nesta lei para a infração cometida.

- *Vide* art. 244.

Seção III
Da Reincidência

Art. 224. Considera-se reincidente o membro do Ministério Público que praticar nova infração antes de obtida a reabilitação ou verificada a prescrição de falta funcional anterior.

- *Vide* arts. 209; 212; 226 e 249.

Art. 225. Em caso de reincidência, contar-se-ão em dobro os prazos prescricionais.

Seção IV
Da Prescrição

Art. 226. Prescreverá:

I – em 1 (um) ano a infração punível com advertência;

II – em 2 (dois) anos a infração punível com censura;

III – em 4 (quatro) anos a infração punível com disponibilidade ou remoção compulsória.

§ 1° A infração disciplinar punida em lei como crime terá o prazo de prescrição deste.

§ 2° A instauração de processo disciplinar administrativo interrompe a prescrição.

§ 3° A verificação de incapacidade mental, no curso de processo disciplinar administrativo, suspende a prescrição.

- *Vide* art. 139.

§ 4° A prescrição não terá curso durante o período de estágio probatório.

Capítulo X
Do Processo Disciplinar Administrativo
Seção I
Disposições Preliminares

Art. 227. Para efeito de aplicação das penalidades previstas nesta lei, o processo disciplinar administrativo será dividido em sindicância e procedimento disciplinar administrativo.

- *Vide* Ato CGMP n. 02/2003 (Dispõe sobre o regulamento do processo disciplinar administrativo).

Art. 228. O processo disciplinar administrativo será conduzido por comissão composta de 3 (três) membros, designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 1° A comissão será constituída por Subcorregedores-Gerais do Ministério Público, cabendo a Presidência ao mais antigo na instância, em caso de processo disciplinar administrativo instaurado contra Procurador de Justiça.

§ 2° Serão assegurados à comissão todos os meios necessários ao desempenho de suas atribuições e especialmente o exercício das prerrogativas previstas no art. 67, I, "a", "b" e "d", e IX.

Art. 229. Será determinada a suspensão do feito se, no curso do processo disciplinar administrativo, houver indícios de incapacidade mental do membro do Ministério Público, aplicando-se o disposto nos arts. 139, 140 e 141 e observado o previsto no art. 226, § 3°.

Art. 230. Caberá das decisões condenatórias proferidas em processo disciplinar administrativo recurso à Câmara de Procuradores de Justiça no prazo de 15 (quinze) dias contados da intimação pessoal do membro do Ministério Público ou de seu defensor.

Art. 231. A Corregedoria-Geral do Ministério Público regulamentará o processo disciplinar administrativo, atendido o disposto nesta lei.

Art. 232. Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao processo disciplinar administrativo o disposto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado.

- *Vide* Lei Estadual n. 869/52.

Art. 233. O disposto neste capítulo aplica-se, no que couber, aos servidores do Ministério Público.

Seção II
Da Sindicância

Art. 234. A sindicância, de caráter sigiloso, tem por finalidade a aplicação da pena de advertência, mediante averiguação da conduta do membro do Ministério Público, podendo instruir, quando for o caso, o procedimento disciplinar administrativo.

Art. 235. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, de ofício, por provocação dos órgãos da administração superior do Ministério Público ou do Procurador-Geral de Justiça, bem como por representação escrita ou reduzida a termo de qualquer interessado, poderá instaurar sindicância, atendidos os seguintes requisitos:

- *Vide* art. 17, V, da Lei n. 8.625/93.

I – qualificação do representante;

II – exposição dos fatos e indicação das provas;

III – notificação pessoal do membro do Ministério Público sobre os fatos a ele imputados, para defesa em 5 (cinco) dias contados do efetivo recebimento;

IV – conclusão da sindicância no prazo máximo de 30 (trinta) dias, admitindo-se uma prorrogação;

V – plenitude de defesa.

Art. 236. O Corregedor-Geral do Ministério Público poderá determinar o arquivamento da representação se desatendidos os requisitos do artigo anterior ou se ela for manifestamente improcedente, dando-se ciência ao membro do Ministério Público e ao Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. O Procurador-Geral de Justiça poderá avocar a representação se considerar insubsistentes os motivos do arquivamento previsto no "caput" deste artigo, determinando a instauração da sindicância.

Art. 237. A notificação do membro do Ministério Público será feita mediante edital publicado no órgão oficial, com prazo de 5 (cinco) dias, se ele estiver em lugar incerto, ignorado, inacessível ou se se furtar à realização do ato.

Art. 238. A defesa poderá ser oferecida pessoalmente ou por intermédio de defensor constituído.

Art. 239. Em caso de revelia, a defesa será apresentada por Procurador ou Promotor de Justiça, este da mais elevada entrância, mediante designação do Presidente da comissão.

Art. 240. Em qualquer fase da sindicância, o membro do Ministério Público considerado revel poderá constituir defensor ou assumir, pessoalmente, a defesa.

Art. 241. A comissão, após colhidas as declarações do membro do Ministério Público, salvo na hipótese prevista no art. 239, determinará a oitiva de testemunhas arroladas, a juntada de documentos indicados e a realização de outras provas, nos 15 (quinze) dias subsequentes à apresentação da defesa.

§ 1° A comissão poderá indeferir as provas reputadas impertinentes ou meramente protelatórias.

§ 2° Concluída a instrução, o membro do Ministério Público ou seu defensor, nos 5 (cinco) dias subsequentes, poderá oferecer alegações finais escritas.

§ 3° A comissão, concluída a sindicância, apresentará relatório conclusivo, encaminhando os autos ao Corregedor-Geral do Ministério Público.

§ 4° O Procurador-Geral de Justiça poderá avocar os autos da sindicância se o Corregedor-Geral do Ministério Público, nos 30 (trinta) dias subsequentes à apresentação do relatório pela comissão, não proferir a decisão cabível.

§ 5° O membro do Ministério Público ou seu defensor, este no caso de revelia, será intimado pessoalmente da decisão proferida.

Art. 242. A comissão, a qualquer tempo e em exposição motivada, poderá representar ao Corregedor-Geral do Ministério Público pela conversão da sindicância em procedimento disciplinar administrativo, havendo indícios de infração mais grave.

Art. 243. A Corregedoria-Geral do Ministério Público somente fornecerá certidões relativas à sindicância ao membro do Ministério Público, ao seu defensor, ao Procurador-Geral de Justiça, aos órgãos da administração superior do Ministério Público ou, se for o caso, àquele que tenha representado sobre o fato.

- *Vide* art. 40, VI, da Lei n. 8.625/93.

Seção III
Do Procedimento Disciplinar Administrativo

Art. 244. O procedimento disciplinar administrativo será instaurado para a aplicação das penalidades previstas nesta lei, salvo a de advertência e para os fins previstos no art. 223.

Parágrafo único. O procedimento disciplinar administrativo poderá ser instaurado para instruir a ação de decretação da perda do cargo de membro do Ministério Público.

Art. 245. A Corregedoria-Geral do Ministério Público, de ofício, por provocação dos órgãos da administração superior do Ministério Público ou do Procurador-Geral de Justiça, determinará a instauração do procedimento disciplinar administrativo, observado o disposto no art. 235, I, II e V.

- *Vide* art. 17, V, da Lei n. 8.625/93.

Art. 246. O membro do Ministério Público será notificado pessoalmente dos fatos a ele imputados, para defesa em 10 (dez) dias contados do efetivo recebimento da notificação.

§ 1° Aplica-se ao procedimento disciplinar administrativo o disposto nos arts. 237, 238, 239, 240, 241, "caput", e §§ 1°, 2° e 5°, e 243.

§ 2° O procedimento disciplinar administrativo será concluído no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, admitindo-se uma prorrogação.

Art. 247. A comissão, concluído o procedimento disciplinar administrativo, apresentará relatório conclusivo, encaminhando os autos ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para os fins do disposto no art. 39, IX.

Seção IV
Da Revisão e da Reabilitação
Subseção I
Da Revisão

Art. 248. A qualquer tempo poderá ser requerida a revisão do processo disciplinar administrativo, na forma determinada pelo art. 24, IX, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de provar a inocência do infrator ou de justificar a imposição de pena disciplinar mais benéfica.

§ 1° A revisão será requerida pelo próprio interessado ou, se falecido ou interdito, por cônjuge, companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

§ 2° Julgada procedente a revisão, tornar-se-á sem efeito o ato punitivo ou será, se for o caso, aplicada a pena disciplinar adequada, restabelecendo-se os direitos atingidos pela punição.

Subseção II
Da Reabilitação

Art. 249. O membro do Ministério Público que houver sido punido disciplinarmente com advertência ou censura poderá obter do Conselho Superior do Ministério Público o cancelamento das respectivas notas nos assentos funcionais, decorridos 2 (dois) anos do trânsito em julgado da decisão condenatória, salvo se reincidente.

- *Vide* art. 224.

Capítulo XI
Das Disposições Finais e Transitórias

Art. 250. O Ministério Público encaminhará ao Poder Legislativo projeto de lei que ajuste as tabelas de vencimentos de seus membros e servidores ao disposto nesta lei.

- *Vide* art. 69 da Lei n. 8.625/93.

Art. 251. Ao membro ou servidor do Ministério Público é vedado manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o segundo grau civil.

- *Vide* art. 72 da Lei n. 8.625/93. Súmula Vinculante STF n. 13.
- *Vide* Resoluções PGJ n. 34/2001 (Veda, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a contratação, nomeação ou designação de cônjuge, companheiro ou parente, consangüíneo ou afim, até o terceiro grau, dos respectivos membros,

ativos ou inativos, para cargos em comissão e funções de confiança que compõem os Quadros de Pessoal dos Serviços Auxiliares, e dá outras providências) e 27/2005 (Dispõe sobre a proibição de contratação de cônjuge, companheiro ou parente consangüíneo ou afim, até o terceiro grau, de membro e servidor do Ministério Público por empresa prestadora de serviço terceirizado). Resolução CNMP n. 21/2007.

Parágrafo único. Considera-se chefia imediata, para os fins do disposto neste artigo, a subordinação administrativa direta ao membro do Ministério Público.

Art. 252. Para exercer as funções junto à Justiça Eleitoral, por solicitação do Procurador-Geral da República, os membros do Ministério Público do Estado serão designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 73 da Lei n. 8.625/93.
- *Vide* arts. 18, XXI, "h", e 74, III. Resolução PGJ n. 21/2008 (Dispõe sobre o exercício da função eleitoral).

§ 1° Não ocorrendo designação exclusivamente para os serviços eleitorais, na forma prevista no "caput" deste artigo, o Promotor Eleitoral será o membro do Ministério Público que oficie perante o juízo incumbido daqueles serviços.

- *Vide* art. 73, § 1°, da Lei n. 8.625/93.

§ 2° Havendo impedimento ou recusa justificável, o Procurador-Geral de Justiça designará o substituto.

- *Vide* art. 73, § 2°, da Lei n. 8.625/93.

Art. 253. No âmbito do Ministério Público, para os fins do disposto no art. 37, XI, da Constituição Federal, ficam estabelecidos como limite de remuneração os valores percebidos em espécie, a qualquer título, pelo Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 77 da Lei n. 8.625/93.

Art. 254. Fica autorizado o Poder Executivo a dotar a Procuradoria-Geral de Justiça de sede própria, com instalações compatíveis com as suas necessidades e com a relevância da instituição.

Art. 255. A Associação Mineira do Ministério Público, fundada em 1° de agosto de 1953, é reconhecida como entidade de representação da classe.

§ 1° O Ministério Público poderá firmar convênios com a associação de classe ou entidades congêneres e assemelhadas, objetivando a manutenção de serviços assistenciais e culturais a seus membros e servidores.

- *Vide* art. 78 da Lei n. 8.625/93.

§ 2° A Associação dos Servidores do Ministério Público, fundada em 16 de março de 1993, é reconhecida como entidade de representação de classe dos servidores do Ministério Público, aplicando-se-lhe, no que couber, o disposto no parágrafo anterior.

Art. 256. O Ministério Público, sem prejuízo de outras dependências, instalará as Promotorias de Justiça em salas sob sua administração, integrantes do conjunto arquitetônico dos Fóruns.

Art. 257. No conjunto arquitetônico dos Fóruns e dos Tribunais é obrigatória a inclusão de dependências exclusivas do Ministério Público, em condições adequadas ao exercício das funções da instituição, assegurando-se à Procuradoria-Geral de Justiça vista prévia dos projetos de construção e reforma dos prédios.

Parágrafo único. A modificação da destinação de dependências, salas, gabinetes e locais de trabalho do Ministério Público, em qualquer edifício pertencente ao Estado, deve ser previamente autorizada pelo Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* art. 72 do Ato CGMP n. 01/2012.

Art. 258. O disposto nesta lei não se aplica aos integrantes dos órgãos colegiados do Ministério Público, quanto às suas condições de elegibilidade e ao seu número, até o término dos respectivos mandatos.

Art. 259. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional poderá celebrar convênios ou manter outras formas de cooperação técnica com entidades mantidas pela Associação Mineira do Ministério Público, visando ao aprimoramento cultural e profissional dos membros e dos servidores do Ministério Público.

- *Vide* arts. 8°, III, 35 e 78 da Lei n. 8.625/93.

Art. 260. Os membros do Ministério Público junto à Justiça Militar e ao Tribunal de Contas integram o quadro único do Ministério Público.

- *Vide* art. 124 da CE.

Art. 261. Em cada Procuradoria e Promotoria de Justiça servirá, pelo menos, 1 (um) membro do Ministério Público.

Art. 262. As promoções na carreira do Ministério Público serão precedidas da adequação da lista de antiguidade aos critérios de desempate estabelecidos nesta lei.

- *Vide* art. 18, LVII, "a".

Art. 263. Os responsáveis pelo controle interno e externo dos atos dos Poderes do Estado e de entidades das administrações direta, indireta e fundacional, tomando conhecimento de qualquer infração penal ou ilícito civil público, deles darão ciência ao Ministério Público, para os fins do disposto no art. 73 da Constituição do Estado.

Art. 264. Fica criada a Medalha do Mérito do Ministério Público, cuja concessão será regulamentada em ato do Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* Resolução PGJ n. 42/2007 (Dispõe sobre a Medalha do Mérito do Ministério Público).

Art. 265. A Procuradoria-Geral de Justiça publicará a Revista do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, com a finalidade de divulgar os trabalhos jurídicos de interesse da instituição.

- *Vide* Resolução PGJ n. 45/2001 (Dispõe sobre a Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais).

Art. 266. (vetado)

Art. 267. Salvo disposição em contrário, os prazos previstos nesta lei serão computados excluindo-se o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil subsequente se o vencimento cair em sábado, domingo, feriado, ou em dia em que não haja expediente na Procuradoria-Geral de Justiça.

Art. 268. Em todo o Estado, servirão duzentos e dez Promotores de Justiça Substitutos, com sede na Capital e lotados na Procuradoria-Geral de Justiça, os quais exercerão as suas funções em qualquer Promotoria de Justiça do Estado.[88]

Art. 269. O quadro de carreira do Ministério Público é integrado pelos cargos relacionados no anexo desta lei.

- *Vide* Lei Complementar Estadual n. 118/2011 (Altera a Lei Complementar n°. 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado e dá outras providências).

Art. 270. Aos estagiários do Ministério Público com investidura no cargo até o ano anterior à vigência desta lei, aplica-se o disposto no art. 101, § 1°, desde que preenchido o requisito do art. 96.

Art. 271. Aplica-se ao Procurador-Geral de Justiça o disposto na Lei n. 10.228, de 12 de julho de 1990.

Art. 272. A Procuradoria-Geral de Justiça e os órgãos da administração superior da instituição adaptarão seus atos normativos aos preceitos desta lei, no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação.

Art. 273. As atividades do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor ficam transferidas para o Ministério Público e serão regulamentadas por ato do Procurador-Geral de Justiça.

- *Vide* arts. 121, II; 125, IV, e 233, § 3°, da CE; art. 14 do ADCT da CE.
- *Vide* arts. 22, 23 e 24 da LC 61/2001. Resolução PGJ n°. 11/2011 (Regulamenta o Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor - Procon-MG e o Sistema Estadual de Defesa do Consumidor - SEDC, nos termos previstos na Constituição do Estado de Minas Gerais, na Lei Complementar Estadual n. 34/94 e na Lei Complementar Estadual n. 61, de 12 de julho de 2001, alterada pela Lei Complementar Estadual n. 117, de 11 de janeiro de 2011, e estabelece as normas gerais do exercício do poder de polícia e de aplicação das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e dá outras providências.) Art. 191 do Ato CGMP n. 01/2012.

Art. 274. É vedado a membro do Ministério Público residir em imóvel locado por município ou receber auxílio do Poder Público municipal, a qualquer título.[89]

88 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 268. Em todo o Estado, servirão 50 (cinqüenta) Promotores de Justiça Substitutos, com sede na Capital e lotados na Procuradoria-Geral de Justiça, os quais exercerão as suas funções em qualquer Promotoria de Justiça do Estado, podendo tal número ser excedido se compensado com a quantidade de vagas existentes nas diversas entrâncias."

89 Artigo alterado pelo art. 1° da Lei Complementar n. 61, de 12.07.2001. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 274. Equipara-se à residência oficial o imóvel locado para esse fim pelo Poder Público, em decorrência de lei municipal, e destinado a membro do Ministério Público.".

Art. 275. A instalação de foros ou tribunais distritais ou regionais e de novas comarcas importará na criação dos correspondentes cargos do Ministério Público e serviços auxiliares.

Parágrafo único. A proposta de criação de cargos e serviços auxiliares será encaminhada à Assembleia Legislativa no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.

- *Vide* art. 2°, II.

Art. 276. A pensão por morte de membro do Ministério Público, anteriormente concedida, será adaptada aos preceitos desta lei, no que concerne ao reconhecimento de beneficiários, a requerimento do interessado.

Art. 277. Aplica-se o disposto nesta lei ao processo disciplinar administrativo em curso.

Art. 278. Fica mantido o dia 11 de setembro como o Dia do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, e comemora-se o dia 14 de dezembro como o Dia Nacional do Ministério Público.

Art. 279. Aplicam-se ao Ministério Público do Estado, subsidiariamente, a Lei Orgânica do Ministério Público da União e o Estatuto dos Funcionários Civis do Estado de Minas Gerais.

- *Vide* LC 75/93 e Lei Estadual n. 869/52.

Art. 280. As despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações próprias consignadas no orçamento vigente.

Art. 281. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 282. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei n. 8.222, de 2 de junho de 1982; e as Leis Complementares n. 18, de 22 de dezembro de 1988; 20, de 22 de julho de 1991, n. 22, de 8 de novembro de 1991; e n. 25, de 13 de novembro de 1992.

Dado no Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 12 de setembro de 1994.

Hélio Garcia
Evandro de Pádua Abreu
José Afonso Bicalho da Silva
Kildare Gonçalves Carvalho

QUADRO DE PESSOAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO[1]

I – CARGOS:

Promotor de Justiça Substituto 210
Promotor de Justiça de 1ª Entrância 261
Promotor de Justiça de 2ª Entrância 387
Promotor de Justiça de Entrância Especial 647
Procurador de Justiça 182

II – LOTAÇÃO DOS CARGOS:

II.1 – Entrância Especial - Número de Cargos

1. Barbacena 10
2. Belo Horizonte 264
3. Betim 25
4. Conselheiro Lafaiete 11
5. Contagem 43
6. Coronel Fabriciano 6
7. Divinópolis 18
8. Governador Valadares 20
9. Ipatinga 18
10. Juiz de Fora 37
11. Montes Claros 22
12. Patos de Minas 10
13. Poços de Caldas 11
14. Pouso Alegre 12
15. Ribeirão das Neves 14
16. Santa Luzia 12
17. São João del-Rei 7
18. Sete Lagoas 14
19. Teófilo Otoni 12
20. Timóteo 5
21. Uberaba 28
22. Uberlândia 38
23. Varginha 10

II.2 – Segunda Entrância - Número de Cargos

1. Abre-Campo 2
2. Além Paraíba 3
3. Alfenas 8
4. Almenara 4
5. Andradas 3
6. Araçuaí 2
7. Araguari 12
8. Araxá 8
9. Arcos 2
10. Boa Esperança 3
11. Bocaiuva 3
12. Bom Despacho 2
13. Brasília de Minas 2
14. Brumadinho 2

1 A que se refere o art. 1º da Lei Complementar n. 118, de 12 de janeiro de 2011.

15. Caeté 3
16. Cambuí 4
17. Capelinha 2
18. Campo Belo 6
19. Carangola 3
20. Caratinga 7
21. Cássia 2
22. Cataguases 8
23. Congonhas 2
24. Curvelo.....6
25. Diamantina 4
26. Formiga 6
27. Frutal.....5
28. Guanhães 2
29. Guaxupé 4
30. Ibirité.....8
31. Igarapé 4
32. Inhapim 2
33. Itabira 6
34. Itajubá.....8
35. Itambacuri.....2
36. Itaúna.....7
37. Ituiutaba 10
38. Iturama 4
39. Janaúba.....4
40. Januária.....4
41. João Monlevade 4
42. João Pinheiro.....4
43. Lagoa da Prata 2
44. Lagoa Santa.....4
45. Lavras.....7
46. Leopoldina 4
47. Machado 2
48. Manga 2
49. Manhuaçu.....7
50. Manhumirim 2
51. Mantena 3
52. Mariana 3
53. Mateus Leme 2
54. Matozinhos 3
55. Monte Carmelo.....3
56. Muriaé 8
57. Nanuque 4
58. Nova Lima 5
59. Nova Serrana 4
60. Oliveira 4
61. Ouro Fino 3
62. Ouro Preto 4
63. Pará de Minas.....8
64. Paracatu 5
65. Passos 9
66. Patrocínio.....7
67. Pedro Leopoldo.....5
68. Pirapora 4
69. Pitangui 2
70. Piumhi 2
71. Ponte Nova 5
72. Sabará 6
73. Sacramento.....2
74. Santa Rita do Sapucaí 3
75. Santos Dumont.....4
76. São Francisco.....2
77. São Gonçalo do Sapucaí..3
78. São João Nepomuceno 2
79. São Lourenço 7
80. São Sebastião do Paraíso .7
81. Três Corações.....7
82. Três Pontas 4
83. Ubá.....6
84. Unaí.....6
85. Várzea da Palma 2
86. Vespasiano 6
87. Viçosa 6
88. Visconde do Rio Branco....4

II.3 – Primeira Entrância - Número de Cargos

1. Abaeté 2
2. Açucena 1
3. Água Boa 1
4. Águas Formosas 1
5. Aimorés 1
6. Aiuruoca.....2
7. Alpinópolis.....2
8. Alto Rio Doce 1
9. Alvinópolis 1
10. Andrelândia 1
11. Areado.....1
12. Arinos 2
13. Baependi 2
14. Bambuí.....1
15. Barão de Cocais.....2
16. Barroso.....1
17. Belo Oriente.....1
18. Belo Vale 1
19. Bicas 1
20. Bom Jesus do Galho.....1
21. Bom Sucesso 1
22. Bonfim 1
23. Bonfinópolis de Minas 1
24. Borda da Mata.....1
25. Botelhos.....1
26. Brasópolis 1
27. Bueno Brandão.....1
28. Buenópolis 1
29. Buritis 2
30. Cabo Verde.....1
31. Cachoeira de Minas.....1
32. Caldas.....1
33. Camanducaia.....2
34. Cambuquira 1
35. Campanha.....1
36. Campestre 1
37. Campina Verde 1
38. Campos Altos.....1
39. Campos Gerais 2
40. Canápolis 1
41. Candeias 1
42. Capinópolis 1
43. Carandaí 1
44. Carlos Chagas 1
45. Carmo da Mata.....1
46. Carmo de Minas.....1
47. Carmo do Cajuru.....1
48. Carmo do Paranaiba.....2
49. Carmo do Rio Claro.....2
50. Carmópolis de Minas 1
51. Carneirinho.....1
52. Caxambu.....2
53. Cláudio 2
54. Conceição das Alagoas....2
55. Conceição do Mato dentro1
56. Conceição do Rio Verde ...1
57. Conquista 1
58. Conselheiro Pena.....2
59. Coração de Jesus.....1
60. Corinto 2
61. Coroaci 1
62. Coromandel 2
63. Cristina.....1
64. Cruzília 1
65. Divino.....1
66. Dores do Indaiá.....2
67. Elói Mendes 2
68. Entre-Rios de Minas.....1
69. Ervália.....1
70. Esmeraldas.....2
71. Espera Feliz 1
72. Espinosa 1
73. Estrela do Sul 1
74. Eugenópolis 1

75. Extrema 2
76. Ferros 1
77. Francisco Sá.....2
78. Fronteira 1
79. Galileia 1
80. Grão-Mogol 1
81. Guapé.....1
82. Guaranésia 1
83. Guarani.....1
84. Ibiá 2
85. Ibiraci.....1
86. Iguatama 1
87. Ipanema 1
88. Itabirinha de Mantena 1
89. Itabirito.....2
90. Itaguara.....1
91. Itamarandiba.....2
92. Itamoji 1
93. Itamonte.....1
94. Itanhandu.....1
95. Itanhomi.....1
96. Itaobim 1
97. Itapajipe 1
98. Itapecerica 2
99. Itumirim.....1
100. Jabuticatubas.....1
101. Jacinto 1
102. Jacuí.....1
103. Jacutinga 2
104. Jaíba 1
105. Jequeri.....1
106. Jequitinhonha 1
107. Joaíma.....1
108. Juatuba.....1
109. Lagoa Dourada 1
110. Lajinha 1
111. Lambari 2
112. Lima Duarte.....1
113. Luz 1
114. Malacacheta 1
115. Mar de Espanha 1
116. Martinho Campos 1
117. Matias Barbosa 2
118. Mato Verde 1
119. Medina.....2
120. Mercês 1
121. Mesquita.....1
122. Minas Novas.....2
123. Mirabela.....1
124. Miradouro.....1
125. Miraí 1
126. Montalvânia 1
127. Monte Alegre de Minas ..1
128. Monte Azul 1
129. Monte Belo.....1
130. Monte Santo de Minas ...2
131. Monte Sião 1
132. Morada Nova de Minas .1
133. Mutum 1
134. Muzambinho 2
135. Natércia 1
136. Nepomuceno.....2
137. Nova Era 1
138. Nova Ponte 2
139. Nova Resende 1
140. Novo Cruzeiro 1
141. Ouro Branco 2
142.Padre Paraíso 1
143. Pains 1
144. Palma 1
145. Papagaios.....1
146. Paraguaçu 2
147. Paraisópolis.....3
148. Paraopeba 2
149. Passa-Quatro 1
150. Passa-Tempo.....1

151. Peçanha 1
152. Pedra Azul 2
153. Pedralva 1
154. Perdizes.....1
155. Perdões 1
156. Piranga.....1
157. Pirapetinga 1
158. Poço Fundo 1
159. Pompéu 2
160. Porteirinha 2
161. Prados.....1
162. Prata 2
163. Pratápolis.....1
164. Presidente Olegário.....1
165. Raul Soares.....1
166. Resende Costa.....1
167. Resplendor.....1
168. Rio Casca 1
169. Rio Novo 1
170. Rio Paranaíba 1
171. Rio Pardo de Minas.....2
172. Rio Piracicaba 1
173. Rio Pomba 1
174. Rio Preto 1
175. Rio Vermelho 1
176. Rubim.....1
177. Sabinópolis 1
178. Salinas 2
179. Santa Bárbara 2
180. Santa Maria de Itabira ...1
181. Santa Maria do Suaçuí...1
182. Santa Rita de Caldas.....1
183. Santa Vitória 1
184. Santo Antônio do Amparo1
185. Santo Antônio do Monte.1
186. São Domingos do Prata..1
187. São Gonçalo do Abaeté.1
188. São Gonçalo do Pará.....1
189. São Gotardo 2
190. São João da Ponte 2
191. São João do Paraíso 1
192. São João Evangelista.....1
193. São Romão 1
194. São Roque de Minas 1
195. São Tomás de Aquino.....1
196. Senador Firmino 1
197. Serro 1
198. Silvianópolis.....1
199. Taiobeiras 1
200. Tarumirim 1
201. Teixeiras 1
202. Tiros 1
203. Tocantins.....1
204. Tombos 1
205. Três Marias 2
206. Tupaciguara 2
207. Turmalina 1
208. Vazante 2
209. Virginópolis.....1

LEI COMPLEMENTAR N. 61
DE 12 DE JULHO DE 2001

Altera dispositivos da Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado, e dá outras providências.

Os textos dos artigos 1° a 4° já estão incluídos no texto da Lei Complementar n. 34 de 1994, desta publicação.

Art. 5.° Os Promotores de Justiça classificados na entrância inicial e na entrância final na data de vigência desta Lei Complementar serão classificados, respectivamente, na primeira entrância e na segunda entrância, observada a ordem de antigüidade.

Art. 6.° Os Promotores de Justiça classificados na entrância intermediária na data de vigência desta Lei Complementar conservarão essa classificação até que sejam promovidos para a segunda entrância.

Art. 7.° Os Promotores de Justiça classificados na entrância intermediária na data de vigência desta Lei Complementar terão preferência sobre os Promotores de Justiça integrantes da primeira entrância e os Promotores de Justiça Substitutos para a promoção à segunda entrância.

Art. 8.° O Promotor de Justiça titular de Promotoria de Justiça de comarca que, por força desta Lei Complementar, tenha sido classificada em entrância mais elevada que nela permanecer receberá, enquanto se mantiver nessa situação, os subsídios referentes à entrância mais elevada.

Art. 9.° Em caso de vacância, em comarca com Promotorias de Justiça de entrância especial, fica assegurada a remoção interna aos Promotores de Justiça integrantes da comarca que possuam a mesma classificação da Promotoria a ser preenchida.

§ 1° Permanecendo a vacância prevista no "caput", a Promotoria de Justiça será provida por remoção ou promoção.

§ 2° Somente poderão concorrer à remoção os Promotores integrantes da mesma entrância.

§ 3° Procedimento igual ao descrito neste artigo será adotado para as comarcas com Promotorias de Justiça de primeira entrância e de segunda entrância.

Art. 10. O Promotor de Justiça de primeira entrância cuja Promotoria, por força desta Lei Complementar, tenha sido classificada na segunda entrância somente poderá pleitear remoção de uma Promotoria para outra da mesma comarca ou mediante permuta com Promotor de Justiça que esteja na mesma situação.

Art. 11. O Promotor de Justiça classificado na segunda entrância na data de vigência desta Lei Complementar e cuja comarca tenha Promotoria de Justiça classificada na entrância especial somente poderá pleitear remoção por permuta com Promotor de Justiça que se encontre na mesma situação.

Art. 12. O Promotor de Justiça classificado na entrância intermediária, extinta por esta Lei Complementar, cuja Promotoria tenha sido classificada na segunda entrância somente poderá pleitear remoção mediante permuta com Promotor de Justiça que se encontre na mesma situação.

Parágrafo único. O Promotor de Justiça classificado na entrância intermediária, extinta por esta Lei Complementar, poderá pleitear remoção para promotoria de primeira entrância que, até a data de vigência desta Lei, possuía aquela classificação.

Art. 13. Os Promotores de Justiça de entrância especial que sejam titulares e auxiliares da Promotoria de Justiça do Cidadão têm assegurada, na data de vigência desta Lei Complementar, a sua titularidade na Promotoria Especializada correspondente.

Art. 14. Os Promotores de Justiça auxiliares de entrância especial têm assegurado, na data de vigência desta Lei Complementar, o exercício de suas funções nas Promotorias de Justiça nas quais se encontram lotados.

Art. 15. As Promotorias de Justiça criadas por esta Lei Complementar serão instaladas e providas observando-se a conveniência do serviço.

Art. 16. A instalação das Promotorias de Justiça criadas por esta Lei Complementar dar-se-á por ato do Procurador-Geral de Justiça, lavrado em livro próprio do Ministério Público.

Art. 17. Até que, respeitado o disposto no inciso XXXVI do art. 5° da Constituição da República, seja implementado o subsídio a ser editado pela lei federal prevista no art. 48, XV, da Constituição da República, acrescentado pela Emenda à Constituição n. 19, de 4 de junho de 1998, a remuneração dos membros do Ministério Público será calculada nos termos dos arts. 24, § 1°, 32 e 125, I, "c", da Constituição do Estado, dos dispositivos da Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994, e da Lei Federal n. 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, e do disposto na Deliberação da Mesa da Assembléia Legislativa n. 183, de 23 de março de 1976, e alterações posteriores, observado o disposto na Lei n. 13.200, de 3 de fevereiro de 1999.

Art. 18. Os proventos de aposentadoria do membro e do servidor do Ministério Público serão pagos pela Tesouraria do Ministério Público.

Art. 19. As Promotorias que, em razão do aumento do número de Promotores, passarem à segunda entrância permanecerão classificadas como de primeira entrância até a instalação das promotorias criadas por esta Lei Complementar.

Art. 20. Casos omissos de movimentação e classificação de membros do Ministério Público decorrentes das modificações introduzidas por esta Lei Complementar serão resolvidos pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 21. No caso de desmembramento de comarca no qual a originária e a derivada sejam da mesma entrância, poderá o Promotor de Justiça titular da comarca desmembrada concorrer a remoção para a comarca derivada, tendo preferência sobre os demais.

Art. 22. Fica criado o Programa Estadual de Proteção ao Consumidor – PROCON-MG –, na estrutura do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 14 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado, para fins de aplicação das normas relativas às relações de consumo, especialmente as estabelecidas na Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e no Decreto Federal n. 2.181, de 20 de março de 1997.

Art. 23. Compete ao Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Procon- MG –, órgão de administração do Ministério Público, exercer, no Estado, a coordenação da política do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor – SEDC –, cabendo-lhe:[1]

I – planejar, elaborar e coordenar a política estadual de proteção e defesa do consumidor;[2]

II – receber, analisar, avaliar e apurar consultas, reclamações e denúncias apresentadas por entidades representativas, por grupo, categoria ou classe de pessoas, por pessoas jurídicas de direito público ou privado ou por consumidores individuais, processando aquelas que noticiarem lesão ou ameaça de lesão a interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos;[3]

III – dar orientação permanente aos consumidores sobre seus direitos e deveres;[4]

IV – informar, conscientizar, educar e motivar o consumidor, por diversos meios;[5]

V – fiscalizar as relações de consumo e aplicar as sanções e penalidades administrativas previstas na Lei Federal n° 8.078, de 11 de setembro de 1990, e em outras normas relativas à defesa do consumidor;

1 Artigo alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o artigo alterado: "Art. 23. Compete ao Programa Estadual de Proteção ao Consumidor, órgão vinculado diretamente à Procuradoria-Geral de Justiça, exercer, por meio de sua Secretaria Executiva, a coordenação da política do Sistema Estadual de Defesa do Consumidor – SEDC, com competência, atribuições e atuação em todo o Estado, cabendo-lhe:"

2 Inciso alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o artigo inciso alterado: "I – planejar, elaborar, propor, coordenar e executar a política estadual de proteção e defesa do consumidor;"

3 Inciso alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o artigo inciso alterado: "II – receber, analisar, avaliar e apurar consultas e denúncias apresentadas por entidades representativas ou pessoas jurídicas de direito público ou privado ou por consumidores individuais;"

4 Inciso alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o artigo inciso alterado: "III – dar atendimento e orientação permanente aos consumidores sobre seus direitos e garantias, processando regularmente as reclamações fundamentadas;"

5 Inciso alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o artigo inciso alterado: "IV – informar, conscientizar e motivar o consumidor, por intermédio dos diferentes meios de comunicação;"

VI – atuar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência, observado o disposto na Lei Federal n° 8.078, de 1990, e na legislação complementar;[6]

VII – elaborar e divulgar, na forma da lei, o cadastro estadual de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, nos termos do art. 44 da Lei Federal n° 8.078, de 1990, e remeter cópia ao órgão federal incumbido da coordenação política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor, bem como fomentar, por diversos meios, a criação e a divulgação de cadastros municipais;[7]

VIII – propor a celebração de convênios e celebrar termos de ajustamento de conduta, na forma da lei;[8]

IX – elaborar e divulgar a relação complementar de cláusulas contratuais consideradas abusivas nas relações de consumo no âmbito do Estado e divulgar a relação elaborada pelo órgão federal competente; e[9]

X – exercer as demais atividades previstas pela legislação relativa à defesa do consumidor e desenvolver outras compatíveis com suas finalidades.

§ 1° A direção do Procon-MG será exercida por coordenador, escolhido livremente pelo Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais entre os Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça da mais elevada entrância.[10]

§ 2° Integram o Procon-MG os Promotores de Justiça de Defesa do Consumidor do Estado de Minas Gerais.[11]

---

6 Inciso alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o artigo inciso alterado: "VI – funcionar, no processo administrativo, como instância de instrução e julgamento, no âmbito de sua competência, dentro das regras fixadas pela Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e pela legislação complementar;"

7 Inciso alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o artigo inciso alterado: "VII – elaborar e divulgar anualmente o cadastro estadual de reclamações fundamentadas contra fornecedores de produtos e serviços, de que trata o art. 44 da Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, e remeter cópia ao órgão federal incumbido da coordenação política do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor;"

8 Inciso alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o artigo inciso alterado: "VIII – celebrar convênios e termos de ajustamento de conduta, na forma do § 6° do art. 5° da Lei Federal n. 7.347, de 24 de julho de 1985;"

9 Inciso alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o artigo inciso alterado: "IX – elaborar e divulgar o elenco complementar de cláusulas contratuais consideradas abusivas nas relações de consumo no âmbito do Estado e divulgar o elenco elaborado pelo órgão federal competente;"

10 Parágrafo alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 1° A Secretaria Executiva do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor será integrada pelos Promotores de Justiça com atribuições na Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor da Capital e será dirigida por Secretário Executivo designado pelo Procurador-Geral de Justiça."

11 Parágrafo alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 2° A distribuição de serviços e as atividades do Programa Estadual de Proteção ao Consumidor serão regulamentadas por ato conjunto dos integrantes da Secretaria Executiva."

§ 3° As atividades do Procon-MG serão regulamentadas por ato do Procurador-Geral de Justiça de Minas Gerais.[12]

§ 4° Das decisões proferidas pelas autoridades julgadoras integrantes do Procon-MG nos processos administrativos, caberá, no prazo de dez dias contados da data da intimação, recurso voluntário, sem efeito suspensivo, ou, caso haja a cominação de pena de multa, com efeito suspensivo.[13]

§ 5° Da decisão que, em processo administrativo, julgar insubsistente a infração recorrerá, de ofício, a autoridade julgadora que o presidiu.[14]

§ 6° Fica criada a Junta Recursal do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – Jurdecon –, composta por, no mínimo, três Procuradores de Justiça designados pelo Procurador- Geral de Justiça, à qual compete proferir, por maioria de seus membros, decisão administrativa fundamentada e definitiva no julgamento dos recursos voluntários e necessários, interpostos contra as decisões das autoridades julgadoras nos processos administrativos.[15]

§ 7° Fica autorizada, mediante regulamentação em Regimento Interno, aprovado pela Câmara de Procuradores de Justiça, a competência da JURDECON para elaborar súmulas ou enunciados que propiciem a otimização da atividade finalística do Procon-MG.[16]

Art. 24. As multas aplicadas nos termos dos arts. 56, I, e 57, "caput", da Lei Federal n. 8.078, de 11 de setembro de 1990, reverterão ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor, na forma prevista em lei.

Art. 25. A implementação dos dispositivos desta Lei Complementar que acarretem aumento de despesa fica condicionada ao estrito cumprimento da Lei Complementar Federal n. 101, de 4 de maio de 2000, e à prévia abertura de crédito adicional, que será feita em dois exercícios financeiros, na proporção de 40% (quarenta por cento) no primeiro e 60% (sessenta por cento) no segundo.

Parágrafo único. Para atender às despesas decorrentes da aplicação desta Lei Complementar no primeiro exercício financeiro de sua execução, fica

12 Parágrafo alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 3° Das decisões proferidas pelas autoridades julgadoras integrantes da Secretaria Executiva nos processos administrativos caberá, no prazo de dez dias contados da data da intimação, recurso voluntário sem efeito suspensivo."

13 Parágrafo alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 4° Na hipótese da cominação de pena de multa, o recurso será recebido com efeito suspensivo."

14 Parágrafo alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 5° Da decisão que, em processo administrativo, julgar insubsistente a infração recorrerá de ofício a autoridade julgadora que o presidiu."

15 Parágrafo alterado pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 6° Fica criada a Junta Recursal do Programa Estadual n. 117, de 11.01.2011. Assim dispunha o parágrafo alterado: Procuradores de Justiça designados pelo Procurador-Geral de Justiça, à qual compete proferir decisão administrativa definitiva em julgamento dos recursos voluntários e necessários interpostos contra as decisões das autoridades julgadoras nos processos administrativos."

16 Parágrafo acrescido pelo art. 2° da Lei Complementar Estadual n. 117, de 11.01.2011.

o Poder Executivo autorizado a abrir crédito especial para o Ministério Público no valor de até R$19.700.000, 00 (dezenove milhões e setecentos mil reais), correspondentes a 40% (quarenta por cento) do total previsto para sua completa imple¬mentação, observado o disposto no art. 43 da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 26. A hipótese prevista no § 2° do art. 18 da Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994, modificado por esta lei, compreende também as situações anteriores à vigência desta Lei Complementar.

Art. 27. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o art. 129 e o § 2.° do art. 143 da Lei Complementar n. 34, de 12 de setembro de 1994.

Palácio da Liberdade, em Belo Horizonte, aos 12 de julho de 2001.

Itamar Franco
Henrique Eduardo Ferreira Hargreaves
Mauro Santos Ferreira
José Augusto Trópia Reis
José Pedro Rodrigues de Oliveira

Publicada no "Minas Gerais" de 13 de julho de 2001.

Publicados no "Minas Gerais" de 29 de setembro de 2001 os vetos ao inciso II do art. 119 e ao art. 147, rejeitados pela Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais.

LEI COMPLEMENTAR N. 99
DE 14 DE AGOSTO DE 2007

Altera a Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, que dispõe sobre a organização do Ministério Público do Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

O povo do Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou, e eu, em seu nome, nos termos do § 8º do art. 70 da Constituição do Estado de Minas Gerais, promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º O § 2º do art. 18 da Lei Complementar nº 34, de 12 de setembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 18 - (...)

§ 2º - Resolução do Procurador-Geral de Justiça disciplinará o pagamento da indenização decorrente da designação prevista no inciso XLIV do "caput" deste artigo.".

Art. 2.º O inciso XIX do "caput" do art. 33 da Lei Complementar nº 34, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescentado ao artigo o seguinte § 7º:

"Art. 33 - (...)

XIX - determinar a suspensão do exercício funcional de membro do Ministério Público, em caso de verificação de incapacidade física ou mental ou por participação em atividade político-partidária, salvo quando em decorrência de suas funções institucionais;

(...)

§ 7º - O convênio com os Poderes Executivo ou Legislativo do Estado ou de Município que envolva a cessão de bens ou de servidores desses poderes será firmado pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante aprovação prévia do Conselho Superior do Ministério Público."

Art. 3.º Ficam acrescentados ao art. 39 da Lei Complementar nº 34, de 1994, os seguintes incisos XXVIII a XXXII, renumerando-se o inciso XXVIII como XXXIII, e os seguintes §§ 3º e 4º, ficando a lei acrescida dos Anexos II e III, na forma do Anexo desta lei, e passando o Anexo da Lei Complementar nº 34, de 1994, a vigorar como Anexo I:

"Art. 39 - (...)

XXVIII - examinar em até noventa dias as informações e os relatórios encaminhados por Comissão da Assembléia Legislativa relativos a denúncia ou reclamação apresentada por qualquer pessoa sobre irregularidade ou abuso cometido por membro do Ministério Público, dando o encaminhamento que for de direito e instaurando, se for o caso, o devido processo disciplinar, cujo ato de abertura será publicado no órgão oficial do Estado;

XXIX - receber denúncia ou reclamação fundamentada apresentada por qualquer pessoa sobre irregularidade ou abuso cometido por membro do Ministério Público, dando o encaminhamento que for de direito e instaurando, se for o caso, o devido processo disciplinar, cujo ato de abertura será publicado no órgão oficial do Estado;

XXX - publicar no órgão oficial do Estado e manter disponível na internet, a partir do dia 15 de cada mês, a relação dos inquéritos civis e dos procedimentos investigatórios não concluídos no prazo de cento e vinte dias contados da data de sua instauração, com os respectivos número, data de abertura e nome do membro do Ministério Público responsável;

XXXI - manter disponível na internet, a partir do dia 15 de março de cada ano, relatório contendo as ações ajuizadas por membro do Ministério Público no ano anterior e informações sobre sua tramitação processual, conforme o Anexo II desta lei, e o resumo do dispositivo das sentenças prolatadas no ano anterior relativas a ações propostas pelo Ministério Público em anos anteriores, na forma do Anexo III, bem como o percentual de ações impetradas por membros do Ministério Público julgadas procedentes e improcedentes, em cada Comarca;

XXXII - manter disponível na internet a relação dos processos em andamento em todas as Comarcas que, nos termos do art. 74, XV, e do art. 72, VIII, não tenham sido devolvidos no prazo legal, com pareceres ou manifestações cabíveis, identificando a espécie e o número do feito, o nome das partes, salvo nos casos de segredo de justiça, e a data de recebimento dos autos;

(...)

§ 3° - Decorrido o prazo de noventa dias previsto no inciso XXVIII do "caput" deste artigo sem decisão final do Corregedor-Geral, a denúncia e o respectivo processo disciplinar serão encaminhados, na situação em que se encontrarem, ao Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 4° - Serão encaminhados ao Conselho Nacional do Ministério Público:

I - o processo disciplinar instaurado em razão das denúncias e reclamações a que se referem os incisos XXVIII e XXIX, após a sua conclusão;

II - as denúncias e reclamações a que se referem os incisos XXVIII e XXIX que não tenham ensejado a abertura de processo disciplinar.".

Art. 4.° O art. 61 da Lei Complementar n° 34, de 1994, fica acrescido dos seguintes §§ 4° e 5°:

"Art. 61 - (...)

§ 4° - As Promotorias de Justiça mencionadas no art. 59 e neste artigo serão exercidas por membro do Ministério Público pelo prazo de um ano, prorrogável uma vez por igual período, por determinação expressa do Procurador-Geral de Justiça, por meio de portaria publicada no órgão oficial do Estado.

§ 5° - O membro do Ministério Público somente poderá exercer novamente Promotoria já exercida na mesma Comarca após o exercício de todos os membros daquela Comarca na mesma Promotoria.".

Art. 5.° Ficam acrescentados ao art. 66 da Lei Complementar n° 34, de 1994, os seguintes §§ 2° a 4°, passando seu parágrafo único a vigorar como § 1°:

"Art. 66 - (...)

§ 2° - Nas hipóteses do inciso VI do "caput" deste artigo, poderá o Ministério Público propor a celebração de Compromisso de Ajustamento de Conduta.

§ 3° - O Compromisso de Ajustamento de Conduta firmado será publicado na íntegra no órgão oficial do Estado e produzirá efeitos após a sua publicação.

§ 4° - O pagamento das despesas com a publicação da matéria a que se refere o § 3° será feito pelo Ministério Público, com recurso orçamentário próprio, observadas as tabelas de cobrança da Imprensa Oficial e vedada a transferência do ônus para o compromitente.".

Art. 6.° Os incisos VII e IX do "caput" do art. 67 da Lei Complementar n° 34, de 1994, e os §§ 1° e 9° do mesmo artigo passam a vigorar com a seguinte redação, ficando acrescentados ao artigo os §§ 10 a 13 a seguir:

"Art. 67 - (...)

VII - solicitar, fundamentadamente, meios materiais e servidores públicos, por prazo não superior a noventa dias, para o exercício de atividades técnicas ou especializadas, nos procedimentos administrativos afetos à sua área de atuação;

(...)

IX - requisitar, no exercício de suas atribuições, a proteção de força policial em caso de ameaça de violência física;

(...)

§ 1° - As notificações e requisições previstas neste artigo, quando tiverem como destinatários exclusivos para a prática do ato o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo estadual, os Magistrados, o Vice-Governador do Estado, os Conselheiros do Tribunal de Contas, os Secretários de Estado, o Advogado-Geral do Estado ou o Defensor Público-Geral serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça, mediante requerimento de membro do Ministério Público.

(...)

§ 9° - Na hipótese do inciso XIV do "caput" deste artigo, as notificações e requisições, quando tiverem como destinatários exclusivos para a prática do ato o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo estadual, os Magistrados, o Vice-Governador do Estado, os Conselheiros do Tribunal de Contas, os Secretários de Estado, o Advogado-Geral do Estado ou o Defensor Público-Geral serão requeridas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 10 - Os inquéritos civis e os procedimentos investigatórios terão início após a publicação, no órgão oficial do Estado, da portaria de abertura, contendo o respectivo número, a data de abertura e o nome do membro do Ministério Público responsável.

§ 11 - Os inquéritos civis e os procedimentos investigatórios serão autuados e receberão numeração seqüencial.

§ 12 - Nos procedimentos previstos nas alíneas "a", "b" e "c" do inciso I do "caput" o membro do Ministério Público portará cópia da publicação, no órgão oficial do Estado, da portaria de abertura do respectivo inquérito civil ou procedimento investigatório.

§ 13 - O não cumprimento do previsto no § 12 implicará falta grave e afastamento imediato do membro do Ministério Público do respectivo inquérito civil ou procedimento investigatório.".

Art. 7.° Fica acrescentado à Lei Complementar n° 34, de 1994, o seguinte art. 68-A:

"Art. 68-A - Nas causas em que for vencido o Ministério Público, as despesas processuais que o órgão for condenado a ressarcir, na forma da legislação processual civil, correrão por conta de dotação orçamentária específica do orçamento do Ministério Público.

Parágrafo único - Nos casos de dolo ou culpa de membro do Ministério Público, este responderá pelas despesas a que se refere o "caput" deste artigo, nos termos da Lei n° 11.813, de 26 de janeiro de 1995.".

Art. 8.° Ficam acrescentados ao "caput" do art. 69 da Lei Complementar n° 34, de 1994, os seguintes incisos XIII, XIV e XV, passando seus incisos XIII e XIV a vigorar, respectivamente, como incisos XVI e XVII:

"Art. 69 - (...)

XIII - instaurar procedimentos investigatórios e promover o inquérito civil nas hipóteses previstas no art. 129, II, da Constituição Federal, e para a defesa do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, quando a responsabilidade for decorrente de ato praticado pelo Vice-Governador do Estado, pelo Advogado-Geral do Estado, pelo Defensor Público-Geral ou por Secretário de Estado, membro da Assembléia Legislativa, Magistrado, membro do Ministério Público ou Conselheiro do Tribunal de Contas, em razão de suas funções;

XIV - informar ao Presidente da Assembléia Legislativa as providências adotadas, no prazo de trinta dias contados do recebimento de relatório final de Comissão Parlamentar de Inquérito que indique a prática de atos de sua competência;

XV - informar ao Presidente da Assembléia Legislativa as providências adotadas, no prazo de trinta dias contados do recebimento de solicitação de apuração e investigação formulada por comissão permanente ou comissão especial da Assembléia Legislativa;".

Art. 9.º Fica acrescentado ao art. 72 da Lei Complementar n° 34, de 1994, o seguinte inciso XII, passando seu inciso XII a vigorar como inciso XIII:

"Art. 72 - (...)

XII - informar, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para efeito de publicação no órgão oficial, a relação dos inquéritos civis e dos procedimentos investigatórios não concluídos no prazo de cento e vinte dias contados da data de sua instauração, identificando a espécie, o número, a data de abertura e o nome do membro do Ministério Público responsável;".

Art. 10 - Os incisos VIII, IX, XI e XXIII do art. 74 da Lei Complementar n° 34, de 1994, passam a vigorar com a seguinte redação, ficando o artigo acrescido do inciso XXXI que segue e passando seu inciso XXXI a vigorar como inciso XXXII:

"Art. 74 - (...)

VIII - expedir notificações e requisições e instaurar procedimentos investigatórios nos casos afetos à sua área de atuação, salvo os que tenham como destinatárias as autoridades a que se referem os §§ 1° e 9° do art. 67 e o inciso XIII do art. 69;

IX - inspecionar e fiscalizar cadeias públicas, manicômios judiciários, estabelecimentos prisionais de qualquer natureza, hospitais públicos ou conveniados e locais que abriguem idosos, crianças, adolescentes, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência, mediante comunicação fundamentada ao dirigente da instituição, adotando as medidas cabíveis;

(...)

XI - fiscalizar e inspecionar as fundações privadas e as instituídas pelo poder público, mediante comunicação fundamentada ao dirigente da instituição, adotando as medidas cabíveis;

(...)

XXIII - inspecionar, periodicamente, estabelecimentos e órgãos de tratamento e amparo à criança ou ao adolescente, públicos ou privados, mediante comunicação fundamentada ao dirigente da instituição, adotando as medidas cabíveis;

(...)

XXXI - informar, mensalmente, ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para efeito de publicação no órgão oficial, a relação dos inquéritos civis e dos procedimentos investigatórios não concluídos no prazo de cento e vinte

dias contados da data de sua instauração, identificando a espécie, o número, a data de abertura e o nome do membro do Ministério Público responsável;".

Art. 11. Ficam acrescentados ao § 1° do art. 103 da Lei Complementar n° 34, de 1994, os seguintes incisos IV a IX:

"Art. 103 - (...)

§ 1° - (...)

IV - lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio nacional ou de bens confiados a sua guarda;

V - improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4°, da Constituição Federal;

VI - condenação por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a administração pública, quando a pena aplicada for superior a dois anos;

VII - incontinência pública e escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade da instituição;

VIII - revelação de assunto de caráter sigiloso, que conheça em razão do cargo ou da função, comprometendo a dignidade de suas funções ou da justiça;

IX - aceitação ilegal de cargo ou função pública.".

Art. 12. Fica acrescentado ao art. 111 da Lei Complementar n° 34, de 1994, o seguinte inciso VII:

"Art. 111 - (...)

VII - fiscalizar as finanças e a contabilidade de pessoa jurídica de direito privado que não receba recurso público, ressalvadas as fundações privadas, as entidades públicas constituídas na forma do direito privado e as prestadoras de serviço público.".

Art. 13. O art. 119 da Lei Complementar n° 34, de 1994, passa a vigorar acrescido dos seguintes incisos XV e XVI e §§ 5°, 6° e 7°:

"Art. 119 - (...)

XV - gratificação por cumulação de atribuições;

XVI - indenização por plantões exercidos em finais de semana, em feriados ou em razão de medidas urgentes.

(...)

§ 5° - Resolução do Procurador-Geral de Justiça disciplinará o pagamento da gratificação por cumulação de atribuições, no valor de até 15% (quinze por cento) do valor do subsídio, ao membro do Ministério Público que for designado, nos termos do art. 200 desta lei, para atender, concomitantemente, em substituição, mais de uma Procuradoria de Justiça ou Promotoria de Justiça na mesma Comarca em que for titular.

§ 6° - O membro do Ministério Público que integrar a escala de plantão em finais de semana, em feriados ou em razão de medidas urgentes poderá fazer jus a indenização fixada por resolução do Procurador-Geral de Justiça.

§ 7° - O servidor do Quadro de Pessoal dos Serviços Auxiliares do Ministério Público que prestar serviço de apoio ao membro do Ministério Público durante o plantão mencionado no § 6° poderá fazer jus a gratificação fixada por resolução do Procurador-Geral de Justiça.".

Art. 14. O quadro de carreira do Ministério Público, constante no Anexo I da Lei Complementar n° 34, de 1994, passa a vigorar com as seguintes modificações:

I - a Comarca de Sabará passa a ter três Promotorias de Justiça, ficando o item "89 - Sabará - 2", constante na relação "B - Segunda Entrância", alterado para "89 - Sabará - 3" ;

II - (Vetado);

III - (Vetado).

Art. 15. As despesas decorrentes da aplicação desta lei complementar correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Ministério Público.

Art. 16. A implementação do disposto nesta lei complementar observará o estabelecido no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar Federal n° 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 17. Fica revogado o inciso VI do art. 67 da Lei Complementar n° 34, de 1994.

Art. 18. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, 14 de agosto de 2007; 219° da Inconfidência Mineira e 186° da Independência do Brasil.

Deputado Alberto Pinto Coelho
Presidente

Deputado Dinis Pinheiro
1° Secretário

Deputado Tiago Ulisses
2° Secretário

ANEXO I
(a que se refere o art. 3° da Lei Complementar n° 99, de 14 de agosto de 2007)

ANEXO II
(a que se refere o inciso XXXI do art. 39 da Lei Complementar n° 34, de 1994)

TRAMITAÇÃO DAS AÇÕES AJUIZADAS POR MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO							
ANO DE REFERÊNCIA							
COMARCA							
VARA							
PROMOTOR							
Data da distribuição	N.° do processo	Tipo de ação	Motivo que ensejou a ação	Tipo penal (nas ações penais)	Sentença em 1.° instância	Recurso (sim ou não)	Situação atual do processo

ANEXO III
(a que se refere o inciso XXXI do art. 39 da Lei Complementar nº 34, de 1994)

RESULTADO DAS AÇÕES PROLATADAS AJUIZADAS POR MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO					
ANO DE REFERÊNCIA					
COMARCA					
VARA					
PROMOTOR					
Sentença de 1.º instância (prolatadas no ano de referência)	Data da distribuição	Número do processo	Motivo que ensejou a ação	Tipo penal (nas ações penais)	Recurso (sim ou não)

Enunciados de Súmulas do Conselho Superior do Ministério Público de Minas Gerais

Enunciado n. 1[1]**:** O Compromisso de Ajustamento de conduta, firmado entre o Ministério Público e o autor dos fatos, põe termo ou suspende o Inquérito Civil ou o procedimento preparatório. Dá-se o primeiro caso quando, eficazmente, o acordo se cumpre de imediato, sendo desnecessário tempo para o seu adimplemento. Na segunda hipótese, deve-se aguardar o prazo nele estipulado para o pleno cumprimento das cláusulas pactuadas, quando então, mediante perícia de constatação, verificar-se-á a implementação e a eficácia ou não das medidas reparatórias. Se restarem cumpridas e eficazes, arquiva-se o inquérito, remetendo-o, após relatório, ao Conselho Superior do Ministério Público. Se não, promovem-se as medidas necessárias. (novo acordo ou ação civil pública).

- Aprovado na 2ª Sessão Ordinária/1996 (publicado no Diário Oficial em 12/03/1996). Reformado na 22ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 12/11/2008).

Enunciado n. 2[2]**:** A suspensão do Inquérito Civil ou do procedimento preparatório de que trata o enunciado n. 1, é ato do Promotor de Justiça que o preside, não dependendo de apreciação do Conselho Superior do Ministério Público. Cumpre, entretanto, ao órgão promovente da suspensão registrar no Sistema Único de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios - SRU, o prazo da mesma.

- Aprovado na 2ª Sessão Ordinária/1996 (publicado no Diário Oficial em 12/03/1996). Reformado na 22ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 12/11/2008).

Enunciado n. 3: O arquivamento do procedimento de averiguação oficiosa de paternidade, instituído pela Lei n. 8.560/92, não está sujeito à revisão pelo Conselho Superior do Ministério Público. Sendo o referido expediente, na forma da Lei, originário do juízo, ainda que complementado pelo Promotor de Justiça, deve ser restituído ao órgão de origem no caso de não ser intentada a investigatória de paternidade pelo *Parquet*.

1 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "O Compromisso de Ajustamento de conduta, firmado entre o Ministério Público e o autor dos fatos, põe termo ou suspende o Inquérito Civil. Dá-se o primeiro caso quando, eficazmente, o acordo se cumpre de imediato, sendo desnecessário tempo para o seu adimplemento. Na segunda hipótese, deve-se aguardar o prazo nele estipulado para o pleno cumprimento das cláusulas pactuadas, quando então, mediante perícia de constatação, verificar-se-á a implementação e a eficácia ou não das medidas reparatórias. Se restarem cumpridas e eficazes, arquiva-se o inquérito, remetendo-o, após relatório, ao Conselho Superior do Ministério Público. Se não, promovem-se as medidas necessárias. (novo acordo ou ação civil pública)."

2 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "A suspensão do Inquérito Civil de que trata o enunciado nº 1, é ato do Promotor de Justiça que o preside, não dependendo de apreciação do Conselho Superior do Ministério Público. Cumpre, entretanto, ao órgão promovente da suspensão informar, mediante ofício à Procuradoria-Geral de Justiça, o prazo da mesma."

- Aprovado na 2ª Sessão Ordinária/1996 (publicado no Diário Oficial em 23/03/1996).

Enunciado n. 4: A regularização documental de pessoa, física ou jurídica, que exerce atividade que exige registro ou licença junto aos órgãos públicos competentes não é atribuição do Ministério Público, de vez que configura atividade de polícia administrativa, afeta aos respectivos órgãos.

- Aprovado na 4ª Sessão Ordinária/1996 (publicado no Diário Oficial em 29/03/1996).

Enunciado n. 5[3]**:** O acordo firmado entre o autor dos fatos e os órgãos de fiscalização não impossibilita e nem substitui o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Este tem força executiva (art. 5°, § 6° da Lei 7.347/85 e 585, II, do CPC), o que torna mais seguro o escopo da atuação ministerial.

- Aprovado na 4ª Sessão Ordinária/1996 (publicado no Diário Oficial em 29/03/1996). Reformado na 21ª Sessão Ordinária/2004 (publicado no Diário Oficial em 16/02/2005).

Enunciado n. 6: Havendo conexão ou continência entre fatos diversos, convém sejam objeto de um único procedimento investigatório.

- Aprovado, por maioria de votos, na 8ª Sessão Ordinária/1996 (publicado no Diário Oficial em 31/05/1996).

Enunciado n. 7: O compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público e o infrator dos direitos difusos e coletivos, além de prever a plena reparação de todos os danos constatados, deve exigir indenização por vantagens indevidas eventualmente auferidas pelo infrator com o produto do ilícito, tais como apropriação de material lenhoso no desmatamento ou de qualquer matéria-prima ilegalmente extraída.

- Aprovado na 17ª Sessão Ordinária/1996 (publicado no Diário Oficial em 31/10/1996).

Enunciado n. 8: Regenerada naturalmente a área degradada, compete ao órgão do Ministério Público a propositura de ação civil pública, ou firmar ajustamento de conduta, com o objetivo indenizatório, coibindo-se o enriquecimento ilícito.

- Aprovado na 18ª Sessão Ordinária/1997 (publicado no Diário Oficial em 08/11/1997).

Enunciado n. 9[4]**:** Revogado.

3 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "O acordo firmado entre o agente infrator e os órgãos de fiscalização não impossibilita e nem substitui o Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta. Este tem força executiva (art. 5°, § 6° da Lei 7.347/85 e 585, II, do CPC), o que torna mais seguro o escopo da atuação ministerial."

4 O Enunciado n. 9, aprovado na 21ª Sessão Ordinária, realizada em 11/12/1997, e revogado na 22ª Sessão Ordinária, realizada em 10/11/2008, tinha a seguinte redação: "Somente os arquivamentos de peças de informação, documentos, expedientes, inquéritos civis e procedimentos administrativos, preliminares ou não, relativos a direitos difusos e coletivos, ou a interesses individuais homogêneos, devem ser previamente submetidos à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, por força das disposições contidas na Resolução n° 12/90 bem como na Lei Federal n° 7.347/85."

Enunciado n. 10: Os atos de improbidade praticados na vigência da Lei nº 8.429/92, embora não causadores de efetivo dano ao erário, devem ser objeto de ação própria, para a responsabilização do seu gestor, com o fim de aplicação das sanções previstas no mencionado diploma legal.

- Aprovado na 21ª Sessão Ordinária/1997 (publicado no Diário Oficial em 07/02/1998).

Enunciado n. 11[5]**:** Revogado.

Enunciado n. 12[6]**:** Revogado.

Enunciado n. 13[7]**:** Ao propor o arquivamento de inquérito civil ou do procedimento preparatório, antes da remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público, o Promotor de Justiça deverá dar ciência de sua decisão à parte interessada, tanto a que levou o fato ao conhecimento do Promotor de Justiça, quanto a que foi investigada. Na notificação pessoal dessa decisão, deverá ser explicitado que os interessados poderão, no prazo de dez dias, apresentar razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos do inquérito civil ou anexados às peças informativas até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público na qual será apreciada a promoção de arquivamento. A inclusão em pauta do inquérito civil ou do procedimento preparatório dar-se-á, no mínimo, após quinze dias da data de protocolo na Procuradoria-Geral de Justiça da promoção de arquivamento.

- Aprovado na 12ª Sessão Ordinária/1999 (publicado no Diário Oficial em 13/08/1999). Reformado na 22ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 12/11/2008).

Enunciado n. 14[8]**:** Revogado.

Enunciado n. 15: Na elaboração de compromisso de ajustamento de conduta, firmado perante o Ministério Público, deve haver expressa previsão de cláusula relativa à aplicação de pena pecuniária diária, em caso de descumprimento dos termos e prazos acertados.

5 O Enunciado n. 11, aprovado na 3ª Sessão Ordinária, realizada em 08/03/1999, e revogado na 3ª Sessão Ordinária, realizada em 14/03/2005, tinha a seguinte redação: "É admissível a inscrição de Promotor de Justiça em estágio probatório, para fins de promoção ou remoção, observados os critérios legais de preferência."

6 O Enunciado n. 12, aprovado na 3ª Sessão Ordinária, realizada em 08/03/1999, e revogado na 15ª Sessão Ordinária, realizada em 03/10/2005, tinha a seguinte redação: "O requisito do interstício na comarca ou cargo não será exigível para fins de promoção ou remoção do Promotor de Justiça, nos casos de candidato único, ou para fins de complementação de lista tríplice, observados os critérios legais de preferência."

7 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "Ao propor o arquivamento de inquérito civil ou das peças de informação, antes da remessa dos autos ao Conselho Superior do Ministério Público, o Promotor de Justiça deverá dar ciência de sua decisão à parte interessada, tanto a que levou o fato ao conhecimento do Promotor de Justiça, quanto a que foi investigada. Na notificação dessa decisão, deverá ser explicitado que os interessados poderão apresentar razões escritas ou documentos que serão juntados aos autos do inquérito civil ou anexados às peças informativas até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público na qual será apreciada a promoção de arquivamento."

8 O Enunciado n. 14, aprovado na 12ª Sessão Ordinária, realizada em 09/08/1999, e revogado na 20ª Sessão Ordinária, realizada em 29/11/2004, tinha a seguinte redação: "Não se aplica à remoção por permuta a exigência prevista no artigo 192, da L.C. nº 34/94, no sentido de ser deferida a membro do Ministério Público somente após um ano de exercício na Promotoria de Justiça."

- Aprovado na 21ª Sessão Ordinária/1999, (publicado no Diário Oficial em 04/02/2000).

Enunciado n. 16[9]**:** As peças de informação registradas no SRU pelo órgão de execução do Ministério Público, no exercício da atribuição de atendimento ao público (arts. 32, II, da Lei 8.625/93, e 74, II, da Lei Complementar nº 34/94), não se submetem a arquivamento homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, nos casos relativos à verificação de eventual lesão a interesse individual cujo titular seja identificável e o objeto divisível. Observar-se-á o disposto no art. 7º da Resolução Conjunta PGJ/CGMP n.º 03/2007.

- Aprovado na 16ª Sessão Ordinária/2000 (publicado no Diário Oficial em 20/10/2000). Reformado na 22ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 12/11/2008).

Enunciado n. 17[10]**:** O Compromisso de Ajustamento de Conduta, firmado entre o Ministério Público e o autor dos fatos, deve sempre ser precedido de Procedimento Administrativo ou Inquérito Civil Público, agindo ulteriormente o Curador, nos termos dos enunciados nºs. 01 e 02 do Conselho Superior do Ministério Público.

- Aprovado na 17ª Sessão Ordinária/2000 (publicado no Diário Oficial em 01/11/2000). Reformado na 21ª Sessão Ordinária/2004 (publicado no Diário Oficial em 16/02/2005).

Enunciado n. 18: A freqüência a curso de aprimoramento funcional para o exercício de atribuições na segunda instância, previsto no artigo 179, da Lei Complementar nº 34/94, somente será exigível para fins de promoção por merecimento.

- Aprovado na 5ª Sessão Ordinária/2001 (publicado no Diário Oficial em 18/04/2001).

Enunciado n. 19[11]**:** Convertido o julgamento em diligência, após o cumprimento da mesma, reabre-se ao Promotor de Justiça que tinha promovido o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação a oportunidade de reapreciar o caso, pelo prazo de 30 (trinta) dias, podendo manter sua posição favorável ao arquivamento ou propor a ação civil pública, como lhe pareça mais adequado. No último caso, deve-se comunicar o ajuizamento da ação ao

9 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "O procedimento administrativo e as peças de investigação preliminar instaurados pelo órgão de execução do Ministério Público, no exercício da atribuição de atendimento ao público (arts. 32, II, da Lei 8.625/93, e 74, II, da Lei Complementar nº 34/94), não se submetem a arquivamento homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público, nos casos relativos a verificação de eventual lesão a interesse individual cujo titular seja identificável e o objeto divisível. Explicitação da súmula nº 9 do CSMP, aprovada em 11/12/97 e publicada no órgão oficial em 07/02/98."

10 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "O compromisso de ajustamento de conduta, firmado entre o Ministério Público e o agente infrator, deve sempre ser precedido de procedimento administrativo ou inquérito civil público, agindo ulteriormente o curador, nos termos das súmulas nºs. 01 e 02 do Conselho Superior do Ministério Público."

11 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "Convertido o julgamento em diligência, reabre-se ao Promotor de Justiça que tinha promovido o arquivamento do inquérito civil ou das peças de informação a oportunidade de reapreciar o caso, podendo manter sua posição favorável ao arquivamento ou propor a ação civil pública, como lhe pareça mais adequado. No último caso, deve-se comunicar o ajuizamento da ação ao Conselho Superior."

Conselho Superior. Caso não seja possível o cumprimento das diligências no prazo estabelecido, o Promotor de Justiça deverá informar ao Conselho Superior do Ministério Público acerca da necessidade de prorrogação do referido prazo.

- Aprovado na 9ª Sessão Ordinária/2001 (publicado no Diário Oficial em 12/06/2001). Reformado na 21ª Sessão Ordinária/2004 (publicado no Diário Oficial em 16/02/2005).

Enunciado n. 20[12]**:** Para efeito de promoção ou remoção por merecimento, entender-se-á como a primeira quinta parte da lista de antigüidade aquele 1/5 (um quinto) dos cargos efetivamente providos na entrância.

- Aprovado na 13ª Sessão Ordinária/2001 (publicado no Diário Oficial em 04/09/2001). Reformado na 20ª Sessão Ordinária/2011 (publicado no Diário Oficial em 08/10/2011).

Enunciado n. 21[13]**:** 1 – Para fins de movimentação na carreira, averiguar-se-á os direitos dos candidatos inscritos, observado o termo final para a inscrição.

2 – A remoção voluntária para outra Comarca não será deferida àqueles Promotores de Justiça que não possuam 1 (um) ano de exercício na Comarca de origem, observados os artigos 192 e 194 da Lei Complementar.

3 – Preferindo a remoção à promoção, nos termos do artigo 183, da L. C. nº 34/94, pelo critério de merecimento, a exceção contida no artigo 192, alterado pela L. C. nº 61/2001, aplicar-se-á quando não houver candidato, sem qualquer impedimento, inscrito à promoção.

4 – Não existe preferência de remoção à promoção no critério de antigüidade, conforme exceção descrita no artigo 183, da L. C. nº 34/94.

5 – Conjugando-se o caput do artigo 192, alterado pela L. C. nº 61/2001 com o seu § 3º, tem-se que eventual remoção interna do Promotor de Justiça, não interrompe o prazo ânuo para a aquisição do direito à remoção voluntária para outras Comarcas.

6 - O enunciado do artigo 7º da Lei Complementar nº 61/2001 não comporta interpretação extensiva à remoção.

12 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "Para efeito de promoção ou remoção por merecimento, entender-se-á como a primeira quinta parte da lista de antiguidade aquele 1/5 (um quinto) dos cargos efetivamente providos, limitado, na remoção interna, aos cargos da respectiva comarca."

13 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "1 – Para fins de movimentação na carreira, averiguar-se-á os direitos dos candidatos inscritos, observado o termo final para a inscrição. 2 - A remoção voluntária para outra Comarca não será deferida àqueles Promotores de Justiça que não possuam 1 (um) ano de exercício na Comarca de origem, observados os artigos 192 e 194 da Lei Complementar. 3 – Preferindo a remoção à promoção, nos termos do artigo 183, da L. C. nº 34/94, pelo critério de merecimento, a exceção contida no artigo 192, alterado pela L. C. nº 61/2001, aplicar-se-á quando não houver candidato, sem qualquer impedimento, inscrito à promoção. 4 – Não existe preferência de remoção à promoção no critério de antigüidade, conforme exceção descrita no artigo 183, da L. C. nº 34/94. 5 – Conjugando-se o caput do artigo 192, alterado pela L. C. nº 61/2001 com o seu § 3º, tem-se que eventual remoção interna do Promotor de Justiça, não interrompe o prazo ânuo para a aquisição do direito à remoção voluntária para outras Comarcas. 6 - O candidato remanescente que venha a se inscrever em todas as listas formadas e que não tenha o seu nome apreciado em razão de critérios de preferência constitucional não perderá a sua consecutividade. 7 - O enunciado do artigo 7º da Lei Complementar nº 61/2001 não comporta interpretação extensiva à remoção."

- Aprovado na 3ª Sessão Ordinária/2002 (publicado no Diário Oficial em 14/03/2002 e 19/03/2002). Reformado na 17ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 22/11/2008).

Enunciado n. 22: Como forma de inibir práticas prejudiciais ao meio ambiente, nas hipóteses de não ter havido concurso do agente para a regeneração ou recuperação do recurso natural degradado, deve o Promotor de Justiça, independentemente de outras medidas, exigir a reparação do dano causado ao meio ambiente por meio de indenização ou medida compensatória (inteligência do artigo 225, § 3°, Constituição Federal c/c artigo 3° da Lei n° 7.347/85).

- Aprovado na 10ª Sessão Ordinária/2002 (publicado no Diário Oficial em 14/08/2002).

Enunciado n. 23: Não será apreciado pelo Conselho Superior do Ministério Público o Compromisso de Ajustamento de Conduta promovido no curso de Ação Civil Pública ou Coletiva.

- Aprovado na 19ª Sessão Ordinária/2002 (publicado no Diário Oficial em 15/11/2002).

Enunciado n. 24[14]**:** Rejeitada a promoção de arquivamento de Inquérito Civil ou do procedimento preparatório, o membro do Ministério Público designado para a realização de diligências, prosseguimento do inquérito civil ou do procedimento preparatório ou aforamento de Ação Civil Pública age por delegação do Conselho Superior do Ministério Público, exercendo, nesta condição, a *opinio actio*, do Colegiado.

- Aprovado, por maioria de votos, na 17ª Sessão Ordinária/2003 (publicado no Diário Oficial em 24/10/2003 e 29/10/2003). Reformado na 22ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 12/11/2008).

Enunciado n. 25[15]**:** Rejeitada a promoção de arquivamento de Inquérito Civil ou outro procedimento administrativo por insuficiência probatória, o membro do Ministério Público deverá, sem prejuízo da coleta de informações complementares vislumbradas, cumprir as diligências apontadas em deliberação singular ou colegiada do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de 30 (trinta) dias, elaborando relatório suplementar não sendo o caso de aforamento de Ação Civil Pública, que deverá ser comunicada ao Conselho Superior do Ministério Público, ou informando acerca da necessidade de prorrogação do prazo para o cumprimento da diligência.

14 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "Rejeitada a promoção de arquivamento de Inquérito Civil ou outro procedimento administrativo, o membro do Ministério Público designado para o aforamento de Ação Civil Pública age por delegação do Conselho Superior do Ministério Público, exercendo, nesta condição, a *opinio actio*, do Colegiado."

15 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "Rejeitada a promoção de arquivamento de Inquérito Civil ou outro procedimento administrativo por insuficiência probatória, o membro do Ministério Público deverá, sem prejuízo da coleta de informações complementares vislumbradas, cumprir as diligências apontadas em deliberação singular ou colegiada do Conselho Superior do Ministério Público, elaborando relatório suplementar não sendo o caso de aforamento de ação civil pública."

- Aprovado, por maioria de votos, na 17ª Sessão Ordinária/2003 (publicado no Diário Oficial em 24/10/2003 e 29/10/2003). Reformado na 21ª Sessão Ordinária/2004 (publicado em 16/02/2005).

Enunciado n 26: Presume-se inconveniente ao serviço público a remoção, quando o candidato estiver às vésperas de aposentadoria ou exoneração do cargo, a pedido, aplicando-se, *in casu*, a regra contida no art. 196 da Lei Complementar n° 34/94.

- Aprovado, por unanimidade, na 3ª Sessão Ordinária/2004 (publicado no Diário Oficial em 11/03/2004).

Enunciado n. 27: Para fins de movimentação na carreira através de remoção voluntária, terá preferência o candidato que, além de preencher a exigência de um ano de exercício na Promotoria de Justiça, prevista no artigo 192, da Lei Complementar n° 34/94, preencha os critérios insculpidos no artigo 187 no mesmo ditame, por força do que dispõe o artigo 193 da Lei Complementar n° 34/94.

- Aprovado, por unanimidade, na 18ª Sessão Ordinária/2004 (publicado no Diário Oficial em 12/11/2004).

Enunciado n. 28[16]**:** Nos termos dos arts. 195 a 197 da Lei Complementar n° 34/94 e dos arts. 93, VIII a, e 129, § 4° da Constituição Federal, estes com as redações dadas pela Emenda Constitucional n° 45/2004, a remoção por permuta entre membros do Ministério Público da mesma comarca, entrância ou instância será permitida, mediante aprovação, por maioria, do Conselho Superior do Ministério Público, atendidos os critérios objetivos de desempenho, presteza e produtividade dos interessados, observada, ainda, a conveniência de serviço.

I – Os critérios de desempenho, presteza e produtividade serão aferidos a partir das informações e subsídios apresentados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público na respectiva sessão de julgamento, cabendo ao Procurador-Geral de Justiça manifestar-se acerca da conveniência de serviço.

II – O membro do Conselho Superior, em voto oral e fundamentado, decidirá sobre o cumprimento das exigências contidas no inciso anterior por ambos os permutantes, acolhendo ou recusando o pedido de remoção.

III – No caso de indeferimento, o pedido de remoção por permuta não poderá ser renovado, pelos mesmos interessados e para as mesmas Promotorias de Justiça, antes do decurso de um ano e observados os incisos anteriores.

IV – Ressalvada a aplicação do disposto no art. 196 da Lei Complementar n° 34/94 em outras hipóteses, presumir-se-á inconveniente ao serviço e passível de revogação a permuta no caso de promoção, aposentadoria voluntária ou exoneração do cargo de um dos permutantes antes do decurso de seis meses da aprovação, ou remoção voluntária no mesmo período.

16 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "Para o deferimento de remoção por permuta exige-se o prazo de um ano de efetivo exercício na Promotoria de Justiça, aplicando-se por analogia o artigo 194 da Lei Complementar n° 34/94."

V – Observado o disposto no inciso IV, a remoção por permuta não impede a remoção ou a promoção subseqüentes.

- Aprovado, por maioria de votos, na 20ª Sessão Ordinária/2004 (publicado no Diário Oficial em 28/12/2004). Reformado na 1ª Sessão Extraordinária/2005 (publicado no Diário Oficial em 10/03/2005).

Enunciado n. 29[17]**:** Ao analisar a promoção de arquivamento de peças de informação, procedimentos preparatórios ou inquéritos civis, se houver insuficiência de elementos de convicção mínimos para a formação da *opinio actio*, o membro do Conselho Superior do Ministério Público poderá, após relatório, invocar, *per relationem*, como fundamento de sua decisão, a motivação exposta pelo Promotor de Justiça.

- Aprovado, por unanimidade, na 1ª Sessão Extraordinária/2005 (publicado no Diário Oficial em 10/03/2005). Reformado na 4ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 08/03/2008).

Enunciado n. 30[18]**:** A inscrição de Promotor de Justiça detentor de vitaliciedade prefere à de Promotor de Justiça em estágio probatório, ressalvada a hipótese de número insuficiente de inscritos para a formação da lista.

- Aprovado, por unanimidade, na 3ª Sessão Ordinária/2005 (publicado no Diário Oficial em 16/03/2005).

Enunciado n. 31: Na promoção ou remoção por merecimento, o provimento do cargo se dará pelo requisito da antiguidade na entrância, no caso de simultaneidade de candidatos com número suficiente de listas para o preenchimento da vaga. Persistindo o empate, aplicar-se-á o disposto no parágrafo único do art. 185, da Lei Complementar n° 34/94.

- Aprovado, por unanimidade, na 3ª Sessão Ordinária/2005 (publicado no Diário Oficial em 30/03/2005).

Enunciado n. 32: Para os fins do exercício do direito assegurado no § 1°, do artigo 177, da Lei Complementar n° 34/94, a vaga decorrente da remoção posterior será provida segundo os idênticos critérios e preferências legais estabelecidos originariamente, não se aplicando o disposto no parágrafo único do artigo 183 do mencionado diploma legal.

- Aprovado, por unanimidade, na 2ª Sessão Extraordinária/2005 (publicado no Diário Oficial em 30/06/2005).

Enunciado n. 33[19]**:** No caso de impugnação à permanência de mem-

17 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "No procedimento administrativo externo ou no inquérito civil público, é facultado ao membro do Conselho Superior do Ministério Público, no reexame da promoção de arquivamento, a invocação *per relationem* dos fundamentos do Promotor de Justiça, quando a análise do relatório circunstanciado final, descrevendo os fatos, a qualificação do indiciado, as provas produzidas e as diligências ultimadas, evidenciar a insuficiência de elementos de convicção mínimos para a formação da *opinio actio*.".

18 O Conselho Superior do Ministério Público, na 6ª Sessão Ordinária/2006, realizada em 06/04/2006 e publicada em 31/05/2006, restringiu a aplicação desta súmula à movimentação na carreira pelo critério de merecimento.

19 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "No caso de impugnação à permanência de membro

bro do Ministério Público em estágio probatório e seu vitaliciamento, cessa, por ato do Procurador-Geral de Justiça, a cautelaridade ensejadora do afastamento do exercício funcional, desde quando atingida a maioria absoluta na rejeição da impugnação, ainda que pendente, por qualquer motivo, o julgamento definitivo do feito.

- Aprovado, por maioria de votos, na 2ª Sessão Extraordinária/2005 (publicado no Diário Oficial em 30/06/2005). Reformado na 24ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 13/12/2008).

Enunciado n. 34[20]**:** Revogado.

Enunciado n. 35[21]**:** Revogado.

Enunciado n. 36[22]**:** Nos casos de promoção e sucessiva remoção, previstos no artigo 177 §§ 1° e 2° da Lei Complementar n° 34, de 1994, com a redação que lhe fora dada pela Lei Complementar n° 61, de 2001, e, respeitado o critério da antiguidade, será possível a promoção de tantos candidatos quantos forem os inscritos nessa condição, para um único edital, na mesma sessão do Conselho Superior do Ministério Público, aplicando-se a limitação prevista no § 2° nas hipóteses em que tal movimentação resultar na manutenção do cargo vago sem provimento. A lista dos inscritos será confeccionada de maneira a destacar os candidatos cujas comarcas tenham sido classificadas em entrância mais elevada e nelas desejarem permanecer.

- Aprovado, por unanimidade, na 19ª Sessão Ordinária/2006 (publicado no Diário Oficial em 27/10/2006). Reformado, por maioria de votos, na 5ª Sessão Ordinária/2009 (publicado no Diário Oficial em 19/03/2009).

---

do Ministério Público em estágio probatório e seu vitaliciamento, cessa, por ato do Procurador-Geral de Justiça, a cautelaridade ensejadora do afastamento do exercício funcional, quando não atingido o quorum qualificado para a decisão prevista no art. 33, VI da LC 34/94, ainda que pendente, por qualquer motivo, o julgamento definitivo a que se reporta o art. 174 da LC 34/94."

20 O Enunciado n. 34, aprovado na 14ª Sessão Ordinária, realizada em 19/09/2005, e revogado na 16ª Sessão Ordinária, realizada em 28/08/2006, tinha a seguinte redação: "A inscrição do Promotor de Justiça Substituto para promoção ou remoção, por merecimento ou antiguidade, pressupõe a conclusão do primeiro relatório trimestral apresentada pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, para fins de atendimento do disposto nos artigos 93, II, "c" e 129, § 4° da Constituição Federal e nos artigos 181 e 193, da Lei Complementar n° 34/94."

21 O Enunciado n. 35, aprovado na 16ª Sessão Ordinária, realizada em 17/10/2005, e revogado na 8ª Sessão Ordinária, realizada em 07/05/2007, tinha a seguinte redação: "Na situação funcional descrita no enunciado da súmula n° 34 do Conselho Superior do Ministério Público e havendo equivalência de conceitos apontados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, subsiste, no critério de merecimento, a presunção relativa do interesse institucional na indicação do candidato inscrito que se encontre em exercício como órgão de execução na respectiva Promotoria de Justiça, ressalvada a hipótese de promoção ou remoção obrigatória."

22 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "Considerando o disposto no artigo 177, § 1°, da Lei Complementar n° 34, de 12 de setembro de 1994, será possível a promoção de tantos candidatos quantos forem os inscritos nessa condição, para um único edital, na mesma sessão do Conselho Superior do Ministério Público, desde que respeitado o limite de duas vezes em relação ao cargo vago, conforme imposto pelo § 2° do mesmo artigo. A lista dos inscritos será confeccionada de maneira a destacar os candidatos cujas comarcas tenham sido classificadas em entrância mais elevada e nelas desejarem permanecer."

Enunciado n. 37[23]**:** Antes de promover o arquivamento de inquérito civil ou procedimento preparatório relativo a direito ambiental que envolva propriedade ou posse rural, deverá o membro do Ministério Público verificar o cumprimento da legislação relativa à reserva legal (averbação para a propriedade, demarcação e recomposição), ainda que não seja esta a causa de instauração do procedimento.

- Aprovado, por unanimidade, na 19ª Sessão Ordinária/2006 (publicado no Diário Oficial em 27/10/2006). Reformado na 22ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 12/11/2008).

Enunciado n. 38[24]**:** Revogado.

Enunciado n. 39[25]**:** A duplicidade de procedimentos acerca do mesmo tema não dá ensejo ao arquivamento de um deles. Se detectada tal circunstância na fase preparatória (PP ou IC), deverá o membro do Ministério Público promover o apensamento dos autos, objetivando viabilizar uma decisão uniforme. Na hipótese de haver sido ajuizada ação civil pública, por qualquer dos legitimados, a providência a ser adotada será a sua juntada ou apensamento ao feito principal.

- Aprovado, por unanimidade, na 10ª Sessão Ordinária/2007 (publicado no Diário Oficial em 02/06/2007). Reformado na 22ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 12/11/2008).

Enunciado n. 40: Nos termos do artigo 178, § 3°, da Lei Complementar n° 34, de 12 de setembro de 1994, a renúncia à inscrição à promoção ou remoção somente será admitida até o 3° (terceiro) dia útil anterior à elaboração das listas, sendo incabível a desistência da referida renúncia.

- Aprovado, por unanimidade, na 12ª Sessão Ordinária/2007 (publicado no Diário Oficial em 20 e 21/06/2007.

Enunciado n. 41: A remoção voluntária de membro da Instituição na mesma Comarca, pelo critério de antiguidade ou se constatada a inscrição de candidato único para vaga pelo critério de merecimento, dar-se-á por ato do Presidente do Conselho Superior do Ministério Público, *ad referendum* do respectivo Órgão Colegiado, na sessão subseqüente.

23 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "Antes de promover o arquivamento de procedimento administrativo ambiental que envolva propriedade ou posse rural, deverá o membro do Ministério Público verificar o cumprimento da legislação relativa à reserva legal (averbação para a propriedade, demarcação e recomposição), ainda que não seja esta a causa de instauração do procedimento."

24 O Enunciado n. 38, aprovado por maioria de votos na 8ª Sessão Ordinária, realizada em 07/05/2007, e revogado na 16ª Sessão Ordinária, realizada em 19/08/2008, tinha a seguinte redação: "Na promoção ou remoção por merecimento, não havendo candidatos com os requisitos obrigatórios, definidos em lei ou em enunciados do Conselho Superior do Ministério Público, a formação da lista para o provimento do cargo se dará pelo requisito do maior número de listas, no caso de simultaneidade de candidatos com o mesmo conceito. Persistindo o empate, aplicar-se-á o requisito de antiguidade na entrância."

25 O Enunciado anterior tinha a seguinte redação: "A duplicidade de procedimentos acerca do mesmo tema não dá ensejo ao arquivamento de um deles. Se detectada tal circunstância na fase preparatória (PAE ou ICP), deverá o membro do Ministério Público promover o apensamento dos autos, objetivando viabilizar uma decisão uniforme. Na hipótese de haver sido ajuizada ação civil pública, por qualquer dos legitimados, a providência a ser adotada será a sua juntada ou apensamento ao feito principal."

- Aprovado, por unanimidade, na 12ª Sessão Ordinária/2007 (publicado no Diário Oficial em 20 e 21/06/2007).

Enunciado n. 42: Quando a vaga decorrente de remoção for provida por remoção interna e for esgotada a respectiva seqüência de remoções internas, a vaga remanescente será preenchida conforme o critério do parágrafo único do art.183 da Lei Complementar n° 34/94.

- Aprovado, por unanimidade, na 12ª Sessão Ordinária/2007 (publicado no Diário Oficial em 20 e 21/06/2007).

Enunciado n. 43: A indicação de candidato inscrito à promoção ou remoção, pelo critério de antiguidade ou merecimento, implicará na supressão de sua condição de remanescente alcançada no âmbito da modalidade de movimentação na carreira correspondente.

- Aprovado, por unanimidade, na 12ª Sessão Ordinária/2007 (publicado no Diário Oficial em 20 e 21/06/2007).

Enunciado n. 44: Na promoção ou remoção pelo critério de merecimento, não havendo candidatos que possuam, simultaneamente, dois anos de exercício na respectiva entrância e integrem a primeira quinta parte da lista de antiguidade, serão examinados, os demais candidatos inscritos, respeitadas as sucessivas quintas partes da lista de antiguidade.

- Aprovado, por unanimidade, na 17ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 03/09/2008).

Enunciado n. 45: Os candidatos remanescentes da quinta parte em disputa serão examinados em primeiro lugar, consoante dispõe o art. 61, V, da Lei n°. 8.625/93, e o Conselho Superior, em voto fundamentado, poderá ou não confirmá-los em lista, devendo, em qualquer caso, ser analisado o conceito que ostenta o candidato remanescente em relação aos demais inscritos no respectivo quinto.

- Aprovado, por unanimidade, na 17ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 03/09/2008).

Enunciado n. 46: 1 – Havendo publicação de renúncia de candidato indicado à promoção ou remoção, pelo critério de merecimento, para determinado cargo, serão promovidos ou removidos, em seqüência, os candidatos que complementarem a lista pertinente, desde que não tenham sido indicados à promoção ou remoção posteriores.

2 - O Procurador-Geral de Justiça, após proclamar o resultado da votação da lista, indicará o Promotor de Justiça promovido ou removido. Após, objetivando viabilizar a aplicabilidade do disposto no item n° 1 deste enunciado de súmula, dará ciência da condição de preferência dos demais integrantes na lista em foco, para fins de eventual publicação dos atos subseqüentes, se o for o caso.

3 - Os atos de promoção ou remoção, seguidos das respectivas renúncias, serão publicados do Diário Oficial do Estado, para fins do impedimento previsto no § 4°, artigo 178, da Lei Complementar n° 34/94.

4 – No caso de renúncia expressa de todos os candidatos integrantes de lista indicados à promoção ou remoção para o mesmo cargo, haverá republicação do edital atinente, computando-se a lista então formada para os efeitos relativos à consecutividade de remanescências.

5 – Havendo publicação de renúncia de candidato promovido ou removido, pelo critério de antiguidade, será indicado o Promotor de Justiça inscrito na ocasião, para a mesma vaga e assim sucessivamente, observado o critério de antiguidade, desde que já não tenham sido indicados à promoção ou remoção subseqüentes.

6 – Aplicar-se-á às indicações de candidatos previstas nos itens anteriores o enunciado de Súmula nº 43, do Órgão Colegiado.

7 – Havendo indícios de desvio de finalidade nas inscrições de candidatos que concorrem pelo critério de merecimento, será facultado a qualquer Membro da Instituição comunicar ao Conselho Superior tal circunstância, devendo fazê-lo nos dois dias úteis subseqüentes ao término do prazo de desistência. O Conselho Superior procederá, entretanto, a votação para a vaga pertinente, suspendendo as votações posteriores diretamente afetadas, até exaurimento do procedimento previsto nos itens 1 e 3 deste Enunciado.

- Aprovado, por unanimidade, na 17ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 03/09/2008).

Enunciado n. 47: Na promoção ou remoção pelo critério de merecimento, não sendo possível o registro de número inteiro para a definição das quintas partes da lista de antiguidade, haverá o arredondamento, para o primeiro número inteiro posterior.

- Aprovado, por unanimidade, na 17ª Sessão Ordinária/2008 (publicado no Diário Oficial em 03/09/2008).

Enunciado n. 48[26]**:** Revogado.

Enunciado n. 49: Para fins de movimentação na carreira, por meio de remoção interna, não será deferida a inscrição de membro da Instituição que se encontre titularizado na Promotoria de Justiça objeto do edital, por se tratar de cargos com a mesma natureza jurídica.

- Aprovado, por unanimidade, na 23ª Sessão Ordinária/2011 (publicado no Diário Oficial em 16/12/2011).

26 O Enunciado n. 48, aprovado na 23ª Sessão Ordinária, realizada em 23/11/2009, e revogado na 13ª Sessão Ordinária, realizada em 12/07/2010, tinha a seguinte redação: "I - Para fins de movimentação na carreira, através de remoção interna, a antiguidade dos membros da Instituição será determinada pelo efetivo exercício na Comarca. Persistindo o empate, aplicar-se-á o disposto no parágrafo único do art. 185, da Lei Complementar n. 34/94. II - A publicação do ato de remoção interna, no Diário Oficial do Estado, implicará no imediato exercício do membro da Instituição."

Ato CGMP n.º 1
de 26 de abril de 2012

Aprova a revisão e a atualização da Consolidação dos Atos Normativos e Orientadores expedidos pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram outorgadas pelo artigo 39, VII e XXIV, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 12 de setembro de 1994, delibera:

Art. 1.º Fica aprovada a revisão e a atualização da Consolidação dos Atos Normativos e Orientadores expedidos pela Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 2.º Continuam em vigor os atos expedidos em conjunto com órgãos da Administração Superior do Ministério Público, os emanados do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, bem como os baixados com os entes públicos alheios a esta Instituição.

Art. 3.º Esta Consolidação encontra-se disponível para download na página eletrônica da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, podendo ser acessada por meio do link Pasta n.º 2/Ato CGMP n.º 1/2012.

Art. 4.º As Resoluções emanadas do Conselho Nacional do Ministério Público integram a presente Consolidação.

Art. 5.º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 26 de abril de 2012.

Luiz Antônio Sasdelli Prudente
Corregedor-Geral do Ministério Público

CONSOLIDAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS
TÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
CAPÍTULO I
DAS NORMAS GERAIS

Art. 1.º Esta Consolidação, norteada pelos princípios da unidade, da indivisibilidade, da independência funcional, da eficiência e da organicidade correcional, estatui os atos normativos e orientadores emanados da Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, sendo cogente o conhecimento de seu conteúdo por parte de todos os membros da Instituição.

Art. 2.º O sistema normativo que compõe os atos da Corregedoria-Geral do Ministério Público destina-se à regulamentação das matérias e dos institutos de natureza disciplinar e administrativa, além das recomendações e orientações dotadas de relevância institucional.

§ 1.º Atos normativos são deliberações de caráter obrigatório que, destinadas aos órgãos de execução, abrangem disciplinamentos de natureza administrativa e organizacional afetos aos membros do Ministério Público e aos órgãos de administração, cuja inobservância repercute na esfera disciplinar (art. 110, XV, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 12 de setembro de 1994) e serão editados mediante:

I - avisos, destinados à ciência aos membros do Ministério Público de procedimentos funcionais ou administrativos, com o escopo de disciplinar e padronizar a atuação dos órgãos de execução e de administração;

II - portarias, destinadas à instauração de processos disciplinares administrativos e de procedimentos correcionais (correições extraordinárias e ordinárias, inspeções extraordinárias e ordinárias), assim como à designação de membros da Corregedoria-Geral para a efetividade de tais assuntos ou de outras atividades específicas;

III – comunicações, destinadas a veicular informações, de caráter público ou reservado, visando à cientificação aos interessados de datas, locais e outras circunstâncias relevantes para a feitura de procedimentos de natureza correcional;

IV - instruções normativas, destinadas exclusivamente aos servidores, constituídas de ordens escritas e gerais a respeito da execução de determinado serviço ou expediente interno.

§ 2.º Recomendações são deliberações destinadas aos órgãos de execução, objetivando otimização e padronização da atuação finalística (art. 39, VII, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994).

§ 3.° Orientações são provimentos oriundos da Corregedoria-Geral decorrentes da análise de determinado caso concreto, ressalvada a não substituição do Promotor Natural pelo Órgão Correcional em casos de eventuais consultas dirigidas à Corregedoria-Geral.

§ 4.° Os ofícios circulares objetivam encaminhar aos órgãos de execução orientações relacionadas ao desempenho de atribuições em circunstâncias especiais.

§ 5.° O Corregedor-Geral, de ofício, por sugestão de sua assessoria ou de seus subcorregedores, ou por representação que lhe tiver sido endereçada por qualquer órgão da administração superior, de administração ou de execução, avaliará a conveniência da publicação de matéria de repercussão geral, com caráter abstrato funcional, para conhecimento da classe.

§ 6.° O Corregedor-Geral poderá editar comunicados com a finalidade de levar ao conhecimento dos membros da Instituição ou de destinatários da atuação ministerial posicionamentos, providências ou procedimentos relevantes à atuação correcional, dando-se publicidade no órgão oficial.

CAPÍTULO II
DA ENTRADA EM EXERCÍCIO E DO DESLIGAMENTO NA PROMOTORIA DE JUSTIÇA

Art. 3.° O órgão de execução, ao tomar posse na Promotoria de Justiça, formalizará o ato com o lançamento de anotações no livro de que trata o artigo 11 desta Consolidação.

§ 1.° O órgão de execução, cumprida a providência de que trata o caput deste artigo, remeterá ao Corregedor-Geral do Ministério Público, no prazo de cinco dias, declaração referente ao quantitativo de inquéritos policiais, processos criminais, processos cíveis, termos circunstanciados de ocorrência, procedimentos da infância e juventude, procedimentos administrativos, inquéritos civis e ações civis públicas que estejam com vista ou em tramitação no âmbito do respectivo órgão de administração, bem como informará acerca da regularidade dos livros e pastas obrigatórios e, ainda, emitirá comunicado respeitante à conferência do inventário patrimonial (artigo 110, inciso XIX, da Lei Complementar n.° 34, de 1994).

§ 2.° A mesma providência referida no § 1° deste artigo deverá ser adotada em relação a documentos e papéis avulsos encontrados no acervo da unidade administrativa, sem prejuízo da adoção das providências previstas nas Resoluções Conjuntas PGJ CGMP n.°s 2 e 3, ambas de 20 de agosto de 2009, devendo, após regular registro no SRU, imprimir vazão a eles, observadas as prioridades estabelecidas em lei.

§ 3.° O órgão de execução regularmente empossado deverá comunicar a assunção do cargo, pessoalmente, ao Juiz de Direito e, mediante ofício, ao Delegado de Polícia, ao Prefeito Municipal, ao Presidente da Câmara Muni-

cipal, ao Presidente da Subseção da Ordem dos Advogados do Brasil, ao Defensor Público e às outras autoridades civis e militares dos municípios que integram a comarca, franqueando aos destinatários contato pessoal, visando à otimização das atribuições ministeriais.

§ 4.º Caso o órgão de execução, ao assumir a Promotoria de Justiça, constate a existência de manifestações de seu antecessor exaradas no sentido de devolver os feitos desprovidos de efetivas providências processuais, em razão de sua remoção ou promoção, deverá, imediatamente, comunicar o fato à Corregedoria-Geral, enumerando todos os processos e procedimentos encontrados nessa condição.

§ 5.º A entrada em exercício dos órgãos de execução designados para exercício de função, cooperação ou substituição, salvo por período inferior a 30 (trinta) dias, será anotada no livro de que trata o artigo 11 desta Consolidação, com indicação do ato que o designou e especificação do caráter provisório do provimento, devendo o desligamento também ser alvo de registro, na mesma página em que tiver sido anotado o início do exercício. As designações por prazo superior a 30 (trinta) dias implicarão o cumprimento das providências dos §§ 1.º e 2.º deste artigo.

§ 6.º A providência estipulada no § 4.º deste artigo diz respeito a todos os órgãos de execução, independentemente do período em que atuem na respectiva unidade administrativa.

§ 7.º Deve o órgão de execução, em decorrência de promoção ou remoção, atualizar os serviços da Promotoria de Justiça, evitando deixar processos ou inquéritos pendentes de manifestação.

§ 8.º É vedada ao órgão de execução a devolução de autos pendentes de manifestação à Secretaria do Juízo, em especial quando do término do exercício na Promotoria de Justiça respectiva, para fins do cumprimento do disposto no artigo 110, inciso XX, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994.

§ 9.º Ao desvincular-se da Promotoria de Justiça, o órgão de execução, salvo nos casos de cooperação, exercício de função ou substituição por prazo inferior a 30 (trinta) dias, deixará a seu sucessor relatório circunstanciado acerca da existência de eventuais procedimentos, processos ou outras circunstâncias que mereçam destaque, remetendo cópia de tal documento à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Seção I
Das Pastas Obrigatórias

Art. 4.º O órgão de execução, respeitadas as atribuições pertinentes, deve formalizar e manter atualizadas, no âmbito do órgão de administração oficiado, as seguintes pastas (Ato Conjunto PGJ/CGMP n.º 3, de 22 de agosto de 1980):

I - Pasta n.° 1 - para correspondências expedidas e recebidas;

II - Pasta n.° 2 - para atos, avisos, comunicações, resoluções, recomendações, orientações, portarias, circulares, instruções normativas da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério Público, bem como súmulas e enunciados do Conselho Superior do Ministério Público;

III - Pasta n.° 3 - para cópias de trabalhos referentes à matéria penal;

IV - Pasta n.° 4 - para cópias de trabalhos referentes à matéria cível;

V - Pasta n.° 5 - para cópias de relatórios mensais e de recesso;

VI – Pasta n.° 6 - para inclusão das videoaulas de treinamento sobre a utilização do Sistema de Registro Único (SRU);

§ 1.° Os acervos relativos às pastas referidas nos incisos deste artigo devem ser mantidos, preferencialmente, em arquivo eletrônico, à exceção da Pasta n.° 1, no que tange às correspondências recebidas e às expedidas que contenham anotações de protocolo.

§ 2.° A substituição referida no § 1° deste artigo dispensará a formalização da respectiva pasta e somente será admitida caso disponha o órgão de administração de equipamentos patrimoniados de informática, com registros compatíveis com os equipamentos instalados, e programas fixados como padrão ou de utilização admitida pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, providenciadas cópias de segurança (backup) dos assentamentos efetuados.

§ 3.° As pastas funcionais integram o acervo da Promotoria de Justiça, não podendo ser retiradas pelo órgão de execução removido, promovido ou designado, sendo-lhe facultada a feitura de cópias, para arquivo pessoal, de pronunciamentos processuais e procedimentais de sua autoria intelectual.

§ 4.° Toda Promotoria de Justiça com acesso às redes eletrônicas de informação e dados (internet e intranet) deverá manter atualizada em seus próprios arquivos a Pasta n.° 2 mediante download (baixa de arquivos) do link próprio da Corregedoria-Geral do Ministério Público, disponibilizado no site da Procuradoria-Geral de Justiça, cabendo ao respectivo órgão de execução fiscalizar periodicamente as providências adotadas, em atendimento ao disposto no artigo 46, parágrafo único, desta Consolidação.

§ 5.° As pastas destinadas ao arquivamento de peças procedimentais e processuais (Pastas n.os 3 e 4) podem ser subdivididas por espécies, conforme metodologia empregada pelo órgão de execução, de acordo com seus próprios critérios otimizadores da facilitação do controle, consulta, estatística e desempenho da atividade correcional.

§ 6.° O rol obrigatório das pastas não impede o órgão de execução de criar outras que entender úteis para a racionalização dos arquivos.

Seção II
Dos Livros
Subseção I
Dos Livros Obrigatórios

Art. 5.° O órgão de execução deve formalizar e manter atualizados os livros destinados às anotações necessárias ao controle de expedientes e providências adotadas nos órgãos de administração oficiados, observadas as atribuições pertinentes, arquivando-os nas dependências do órgão da administração em que oficiar.

Art. 6.° São de presença obrigatória na Promotoria de Justiça os seguintes livros:

I - Livro de Controle e Combate à Evasão Escolar;

II - Livro de Controle de Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados de Ocorrências;

III - Livro de Carga e Descarga de Autos;

IV - Livro de Registro de Inspeções nos Estabelecimentos Penais (Resoluções n.°s 56, de 22 de junho de 2010, e 80, de 18 de outubro de 2011, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público);

V - Livro para Lavratura de Termos de Posse e Exercício dos Promotores de Justiça;

VI - Livro para Cadastro de Casos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher;

VII - Livro de Registro de Termo de Posse de Estagiário;

VIII - Livro de Controle de Procedimentos de Habilitação de Casamento;

IX - Livro de Controle de Procedimentos de Retificação de Registro Civil;

X - Livro de Cadastro de Casos de Violação de Direitos da Criança e do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência;

XI - Livro de Controle de Entidades de Acolhimento Institucional e Programas de Acolhimento Familiar (Resoluções n.°s 71, de 15 de junho de 2011, e 83, de 28 de fevereiro de 2012, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público);

XII - Livro de Registro de Inspeção nos Centros de Internação e Semiliberdade (Resoluções n.°s 67, de 16 de março de 2011, e 84, de 28 de fevereiro de 2012, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público);

XIII - Livro de Controle de Entidades de Abrigamento de Idosos e de Pessoas com Deficiência.

§ 1.° Os livros mencionados nos incisos deste artigo devem ser abertos, autenticados e encerrados pelo órgão de execução, devendo ser priorizada

sua manutenção em meio eletrônico, à exceção do Livro para Lavratura de Termos de Posse e Exercício dos Promotores de Justiça e do Livro de Registro de Termo de Posse de Estagiário.

§ 2.° Aplica-se à substituição referida no § 1° deste artigo o disposto no artigo 4.°, § 2.°, desta Consolidação.

Livro de Controle e Combate à Evasão Escolar.

Art. 7.° A Promotoria de Justiça com atribuição relacionada à infância e à juventude deve possuir o Livro de Controle e Combate à Evasão Escolar, que, necessariamente, conterá as providências adotadas pelo órgão de execução em relação a cada uma das anotações nele consignadas (arts. 4°, 8°, 12, 13 e 30 da Resolução PGJ n.° 5, de 30 de janeiro de 1998).

Livro de Controle de Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados de Ocorrências. Procedimento nas anotações. Atribuição do controle em comarcas com mais de uma Promotoria de Justiça Criminal. Peças informativas.

Art. 8.° O Livro de Controle de Inquéritos Policiais e Termos Circunstanciados de Ocorrências destina-se ao registro do recebimento e da tramitação dos procedimentos e das peças de informações investigativas oriundas da Polícia Judiciária.

§ 1.° O órgão de execução deve abrir um livro específico para cada circunscrição policial afeta a sua área de atribuição, fazendo constar dos assentamentos, obrigatoriamente:

a) a numeração sequencial dos inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência segundo a autuação da Delegacia de Polícia respectiva;
b) as datas das instaurações e dos efetivos recebimentos, no órgão de administração, dos inquéritos;
c) as referências aos tipos penais ou indiciamentos elencados pela autoridade policial;
d) as providências adotadas pelo dominus litis (promoção de arquivamento, conflito de atribuições ou declinação de competência, requisição de diligências ou oferecimento de denúncia)
e) as datas das descargas dos autos.

§ 2.° Ressalvada a existência de resolução própria acerca da distribuição dos serviços que disponha de forma diversa, em comarca onde houver dois ou mais órgãos de execução com atribuições na área criminal, o cadastro de tramitação de inquéritos policiais e termos circunstanciados de ocorrência incumbirá a cada um deles, cabendo ao Coordenador dessa área o controle unificado, mediante inserção mensal de dados que lhe forem enviados eletronicamente pelos respectivos órgãos postos sob sua coordenação.

§ 3.° Cadernos inquisitórios não autuados como inquéritos policiais ou termos circunstanciados de ocorrências, não presididos por órgão de execução, assim como documentos avulsos que objetivem a emissão de opinio delicti

deverão ser anotados no livro de que trata o caput deste artigo, em campos específicos, observado o disposto no § 1.º deste artigo.

§ 4.º Na hipótese do § 2º deste artigo, o Coordenador das Promotorias Criminais deverá disponibilizar meios adequados à centralização do registro de recebimento e tramitação dos inquéritos policiais e das peças de informação, bem como do controle de dados recebidos, na frequência mínima ali estipulada.

Livro de Carga e Descarga de Autos. Controle das descargas.

Art. 9.º O Livro de Carga e Descarga de Autos visa materializar a efetiva entrega e recebimento dos expedientes processuais e procedimentais encaminhados a cada uma das Promotorias de Justiça, servindo, outrossim, para viabilizar conferência com as baixas correlatas nos livros oficiais das secretarias judiciais ou serventias extrajudiciais detentoras do acervo remetido e devolvido.

§ 1.º Em comarcas onde houver o controle informatizado dos feitos judiciais e extrajudiciais em tramitação, poderão ser aproveitados os impressos de carga recebidos das respectivas secretarias judiciais e cartorárias, mantendo-os em arquivo próprio.

§ 2.º Na hipótese do § 1.º deste artigo, o órgão de execução certificará, com auxílio de servidor do Ministério Público, a baixa respectiva, quando da devolução, exigindo a aposição de recibo no documento pertinente, recomendando-se que, ao menos mensalmente, seja solicitada, para conferência, relação extraída dos assentos eletrônicos da serventia, devendo os conferentes identificar-se mecanicamente, sem se descurar da aposição de suas assinaturas.

§ 3.º Havendo divergência entre a descarga consignada no livro ministerial e a averbada no controle oficial, o órgão de execução deverá proceder a diligências para esclarecer a questão, peticionando ao magistrado, se for o caso, no sentido de efetivar correição na serventia pertinente, sem prejuízo de comunicação à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Livro de Registro de Inspeções nos Estabelecimentos Penais.

Art. 10. O Livro de Registro de Inspeções nos Estabelecimentos Prisionais e de Internação por Medida de Segurança destina-se à lavratura dos termos de visita a presídios, às cadeias públicas, assim como a estabelecimentos destinados ao recolhimento de presos definitivos e provisórios, e à internação de pessoas submetidas ao regime de medida de segurança.

§ 1.º As inspeções nos estabelecimentos penais devem ser efetivadas com periodicidade mensal (art. 68, parágrafo único, da Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984, art. 163, VII, da Lei Estadual n.º 11.404, de 25 de janeiro de 1994 e arts. 1.ºe 2.º da Resolução n.º 56, de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público), cabendo ao órgão de execução fiscalizar a regularidade das constrições cautelares, eventuais incidentes na execução da pena, as condições físicas e sanitárias dos prédios, assim como outros aspectos relevantes à tutela da dignidade da pessoa humana, lavrando-se, em termos circuns-

tanciados, as aferições e os incidentes ocorridos, bem como as providências adotadas em face destes.

§ 2.° As inspeções referidas neste dispositivo observarão integral cumprimento às disposições das Resoluções n.os 56/2010, 67/2011 e 80/2011, todas do Conselho Nacional do Ministério Público, e à Resolução Conjunta n.° 1/2009, do Conselho Nacional do Ministério Público e do Conselho Nacional de Justiça, devendo as informações colhidas ser, obrigatoriamente, consignadas nos relatórios cujos modelos foram elaborados pelo Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 3.° Os formulários de avaliação dos estabelecimentos mencionados neste artigo, incluindo-se as carceragens instaladas em delegacias de Polícia, têm como padrão o termo de inspeção em estabelecimentos penais, constante da página eletrônica da Procuradoria-Geral de Justiça, no link Criminal/Material de Apoio/Roteiros Práticos e Relatórios/Modelo de Relatório de Visitação a Estabelecimentos Prisionais – CAO-Crim.

§ 4.° Os formulários de avaliação dos estabelecimentos penais referidos no § 3.° deste artigo aplicam-se aos estabelecimentos elencados no Título IV da Lei n.° 7.210, de 11 de julho de 1984, e aos presos militares naquilo em que couber, na forma da lei específica, ainda que custodiados em quartéis ou outras unidades administrativas militares.

§ 5.° Cópia do relatório de visita aos estabelecimentos penais a que se refere o § 3.° deste artigo deverá ser remetida ao CAO-Crim até o último dia 5 do mês seguinte às inspeções realizadas. (art. 2.° da Resolução n.° 56, de 2010, do Conselho Nacional do Ministério Público).

§ 6.° O órgão de execução com atribuições nas Auditorias Militares comunicará ao órgão de execução oficiante em comarcas do interior a presença de militar preso, a qualquer título, nas unidades referidas no parágrafo § 5.°, indicando-lhe a data de ingresso, o estabelecimento, o nome e a patente de seu Comandante (art. 104 desta Consolidação).

§ 7.° O órgão de execução orientará a direção dos estabelecimentos que inspecionar a providenciar abertura e manutenção de livro de visita de autoridades naqueles que ainda não o possuírem, devendo lançar sua assinatura no referido livro sempre que visitar o respectivo estabelecimento.

Livro para Lavratura de Termos de Posse e Exercício de Promotores de Justiça.

Art. 11. As Promotorias de Justiça devem possuir livro destinado à lavratura de termos de posse e exercício dos Promotores de Justiça promovidos e removidos. (Art. 180, § 4°, Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994; Resolução PGJ n.° 103, de 30 de outubro de 2001)

§ 1.° Os órgãos de execução removidos por permuta, ou entre cargos da mesma Promotoria de Justiça ou em razão da opção prevista no artigo 177, § 1°, da Lei Complementar n.° 34, de 1994, devem lavrar o termo de posse e exercício, no livro de que cuida o caput deste artigo, no mesmo dia da publicação do ato de remoção.

§ 2.º Os órgãos de execução deverão encaminhar cópia do referido termo à Corregedoria-Geral do Ministério Público e ao Departamento de Pessoal da Procuradoria-Geral de Justiça imediatamente após sua lavratura, sem prejuízo das demais providências previstas no artigo 3.º e §§ desta Consolidação.

Livro para Cadastro de Casos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher. Lei n.º 11.340, de 7 de agosto de 2006.

Art. 12. O Livro para Cadastro de Casos de Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher destina-se ao registro, na Promotoria de Justiça com a respectiva atribuição, dos casos de violência contra a mulher, nos termos da Lei n.º 11.340, de 2006.

§ 1.º Ressalvada a existência de resolução própria que disponha de forma diversa acerca da distribuição dos serviços, em comarca onde houver dois ou mais órgãos de execução com atribuições na área criminal, o cadastro de casos de violência doméstica e familiar contra a mulher incumbirá a cada um deles, cabendo ao Coordenador dessa área o controle unificado, mediante inserção mensal de dados que lhe forem enviados eletronicamente pelos respectivos órgãos postos sob sua coordenação.

§ 2.º O formulário com os dados a serem registrados no livro de que cuida o caput deste artigo encontra-se disponível para download na página da Corregedoria-Geral do Ministério Público, no link Formulários/Livro de Controle de Violência Doméstica.

Livro de Registro de Termo de Posse de Estagiário. Posse e exercício.

Art. 13. A posse do estagiário, com imediato exercício efetivar-se-á perante o órgão de execução respectivo, constando, no livro de que trata este artigo, o Termo de Compromisso de regular desempenho da função, conforme estabelece o art. 28 da Resolução PGJ n.º 73, de 5 de dezembro de 2008, com a redação dada pela Resolução PGJ n.º 59, de 5 de novembro de 2009.

Parágrafo único. Sem prejuízo da observância dos atos expedidos pela Procuradoria-Geral de Justiça e pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, a concessão de estágio a estudantes, no âmbito do Ministério Público, atenderá ao disposto nas Resoluções n.os 42/2009, 52/2010 e 62/2010, todas do Conselho Nacional do Ministério Publico.

Livro de Controle de Procedimentos de Habilitação de Casamento.

Art. 14. O controle dos procedimentos de habilitação de casamento recebidos dos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais abarcará todos os cartórios existentes na comarca, contendo:

a) a identificação do cartório;

b) a numeração sequencial dos procedimentos conforme autuação do cartório;

c) os nomes dos nubentes;

d) as datas de efetivo recebimento e devolução dos expedientes.

§ 1.º O controle de carga e descarga dos expedientes será efetuado no Livro de Carga e Descarga, devendo ser adotadas as providências do artigo 9.º, § 3.º, desta Consolidação, quando necessário.

§ 2.º Ressalvada a existência de resolução própria dispondo de forma diversa acerca da distribuição dos serviços, em comarca onde houver dois ou mais órgãos de execução com atribuições para emitir parecer em procedimentos de habilitação de casamento, o cadastro de tramitação dos respectivos expedientes incumbirá a cada um deles, cabendo ao Coordenador dessa área o controle unificado, mediante inserção mensal de dados que lhe forem eletronicamente, pelos respectivos órgãos postos sob sua coordenação.

Livro de Controle de Procedimentos de Retificação de Registro Civil.

Art. 15. O controle dos procedimentos de retificação de registro recebidos dos cartórios de Registro Civil de Pessoas Naturais deverá ser feito em termos idênticos ao previsto para o Livro de Controle de Procedimentos de Habilitação de Casamento, na forma do art. 14 desta Consolidação.

Livro de Cadastro de Casos de Violação de Direitos da Criança e do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência.

Art. 16. O Livro de Cadastro de Casos de Violação de Direitos da Criança e do Adolescente, do Idoso e da Pessoa com Deficiência será de instituição obrigatória em toda Promotoria de Justiça que detiver atribuição funcional afeta aos temas.

§ 1.º No livro referido no caput deste artigo deverão constar os seguintes registros:

I - qualificação da pessoa detentora dos direitos violados;

II - qualificação dos supostos autores;

III – a identificação da forma como ocorreu a violação de direitos, notadamente em caso de agressões físicas, com a especificação da natureza e gravidade das lesões;

IV - eventual recorrência das agressões, com demarcação de suas datas;

V - modo como o órgão de execução tomou conhecimento dos fatos;

VI - notícia acerca de procedimento criminal instaurado e de seu desfecho;

VII - comunicação do fato ao órgão de execução com atribuição criminal, caso não existam informações a respeito da instauração de procedimento dessa natureza;

VIII - informação acerca da providência adotada pelo órgão ministerial na seara cível;

IX - necessidade de acompanhamento multidisciplinar;

X - outros dados que o órgão de execução entender relevantes.

§ 2.° Uma vez constatado que a situação de violação de direitos é de natureza grave ou ocorre de forma recorrente, o órgão de execução acompanhará a evolução do caso, preferencialmente através de enfoque multidisciplinar, na forma do inciso IX do § 1° deste artigo, ressalvada a necessidade de adoção de providência que implique imediata ruptura de vínculo entre autor e vítima.

§ 3.° Para o acompanhamento multidisciplinar referido no § 2° deste artigo, o órgão de execução se valerá de seu poder de expedir requisições e, não sendo possível o atendimento imediato de suas ordens, solicitará aos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais o auxílio que o caso demandar.

Livro de Controle de Entidades de Acolhimento Institucional e Programas de Acolhimento Familiar.

Art. 17. O Livro de Controle de Entidades de Acolhimento Institucional e Programas de Acolhimento Familiar atenderá ao disposto nas Resoluções n.°s 71, de 15 de junho de 2011, e 83, de 28 de fevereiro de 2012, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive no que diz respeito à periodicidade mínima das inspeções realizadas, ao preenchimento de seus respectivos formulários e ao prazo de envio dos respectivos relatórios à Corregedoria-Geral.

Livro de Registro de Inspeção nos Centros de Internação e Semiliberdade.

Art. 18. O Livro de Registro de Inspeção nos Centros de Internação e Semiliberdade atenderá ao disposto nas Resoluções n.°s 67, de 16 de março de 2011, e 84, de 28 de fevereiro de 2012, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive no que diz respeito à periodicidade mínima das inspeções realizadas, ao preenchimento de seus respectivos formulários e ao prazo de envio dos respectivos relatórios à Corregedoria-Geral.

Livro de Controle de Entidades de Abrigamento de Idosos e de Pessoas com Deficiência.

Art. 19. O Livro de Controle de Entidades de Abrigamento de Idosos e de Pessoas com Deficiência consubstanciará o registro das inspeções nos estabelecimentos que abriguem idosos, pessoas incapazes ou pessoas portadoras de deficiências, as quais ocorrerão trimestralmente, observado, no que couber, o disposto nos artigos 10, 16, 17 e 18 desta Consolidação. (art. 110, XXVII, Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

§ 1.° Cópias dos relatórios confeccionados a partir das inspeções tratadas no caput deste artigo serão remetidos à Corregedoria-Geral do Ministério Público até o dia 5 do mês seguinte às inspeções realizadas.

§ 2.° No Livro de Controle de Entidades Abrigamento de Idosos e de Pessoas com Deficiência serão lançados:

I - a identificação do estabelecimento;

II - a data e o horário da realização da inspeção;

III - o nome das pessoas com quem o órgão de execução se entrevistou;

III - o registro dos incidentes eventualmente ocorridos durante a inspeção;

IV - as providências adotadas para o equacionamento das reclamações recebidas e solução das irregularidades constatadas;

V - a data da remessa da cópia dos relatórios de que trata o § 1° deste artigo à Corregedoria-Geral;

VI - outras anotações que o órgão de execução entender relevantes.

Subseção II
Dos Livros Facultativos

Livro de Registro de Ocorrências Relevantes. Anotações.

Art. 20. O Livro de Registro de Ocorrências Relevantes, de abertura facultativa, poderá ser formalizado eletronicamente e se prestará compilar as anotações sobre incidentes fáticos operados no âmbito do órgão de administração que, ao arbítrio do órgão de execução, demandem registro.

Falta de obrigatoriedade do Livro de Controle de Inquéritos Civis e Procedimentos Administrativos. Lançamento das anotações no SRU.

Art. 21. Com a implantação do Sistema de Registro Único (SRU) em todas as Promotorias de Justiça do Estado de Minas Gerais, quaisquer anotações relativas a inquéritos civis e procedimentos administrativos deverão ser lançadas no referido sistema, dispensando-se o registro em livros (Aviso Conjunto PGJ CGMP n.° 2/2008).

Subseção III
Do Sistema de Registro Único

Inquéritos civis e procedimentos administrativos. Controle.

Art. 22. O ato de instauração de inquérito civil, de procedimento preparatório e notícia de fato deverá ser precedido, obrigatoriamente, de registro inaugural no Sistema de Registro Único de Inquéritos Civis e Procedimentos Preparatórios (SRU), conforme disposto no art. 5° da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.° 3, de 2007, com respectivas alterações.

Parágrafo único. Aplica-se o disposto na Resolução Conjunta PGJ CGMP n.° 3, de 2007, e suas respectivas alterações aos inquéritos civis eleitorais e procedimentos preparatórios eleitorais, no que lhes for compatível, bem como as disposições constantes nas Resoluções n.os 23/2007, 35/2009, 59/2010,

todas do Conselho Nacional do Ministério Público, e na Resolução Conjunta n.° 02/2011, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Inquéritos civis e procedimentos administrativos. Instauração até 31.12.2006. Informação à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 23. Os Promotores de Justiça, mediante ofício, deverão informar à Corregedoria-Geral do Ministério Público, até o dia 10 (dez) de cada mês, o quantitativo de inquéritos civis e demais procedimentos extrajudiciais remanescentes relativos aos feitos instaurados até 31.12.2006 (Resolução Conjunta PGJ/CGMP/CSMP n.° 1, de 17 de dezembro de 2009).

Procedimentos Investigatórios Criminais. Controle.

Art. 24. O procedimento investigatório criminal é instrumento de natureza administrativa e inquisitória, instaurado e presidido pelo Ministério Público, e terá por fim a obtenção dos esclarecimentos necessários à apuração de infrações penais de ação penal pública (Art. 1.° da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.° 2, de 20 de agosto de 2009, republicada aos 19.01.2010, com alterações).

§ 1.° O ato de instauração de procedimento investigatório criminal será precedido, obrigatoriamente, de registro inaugural no Sistema de Registro Único (SRU). (Art. 5.° da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.° 2, de 2009, republicada aos 19.01.2010, com alterações).

§ 2.° Fica dispensado o lançamento manual em livros da Promotoria ou Procuradoria de Justiça, bem como o envio e a manutenção de cópias de atos cuja ocorrência e teor tenham sido devidamente lançados no Sistema de Registro Único (§ 1.° do art. 5.° da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.° 2, 2009, republicada aos 19.01.2010, com alterações).

§ 3.° A conclusão do procedimento investigatório criminal será obrigatoriamente cadastrada no Sistema de Registro Único (SRU), que dará ciência, automaticamente, ao Procurador-Geral de Justiça; se for o caso, a denúncia será oferecida no prazo legal contado dessa data (Art. 19 da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.° 2, de 2009, republicada aos 19.01.2010, com alterações).

§ 4.° A promoção de arquivamento será apresentada ao Juízo competente, na forma do art. 28 do Código de Processo Penal (Parágrafo único do art. 19 da Resolução Conjunta PGJ CGMP n.° 2, de 2009, republicada aos 19.01.2010, com alterações).

§ 5.° Aplicam-se ao presente controle as disposições constantes na Resolução n.° 13/2006 do Conselho Nacional do Ministério Público.

CAPÍTULO IV
DO ACOMPANHAMENTO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Seção I
Disposições Gerais

Art. 25. Compete à Corregedoria-Geral do Ministério Público acompanhar o estágio probatório dos membros do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 26. Considera-se como sendo de estágio probatório os 2 (dois) primeiros anos de efetivo exercício na carreira, findos os quais a Corregedoria-Geral do Ministério Público opinará pelo vitaliciamento ou não do membro do Ministério Público, observados os seguintes requisitos:

I - idoneidade moral, no âmbito pessoal, profissional e familiar;

II - conduta pública e particular compatível com a dignidade do cargo;

III - dedicação e exação no cumprimento dos deveres e funções do cargo;

IV - eficiência, pontualidade e assiduidade no desempenho de suas funções;

V - presteza e segurança nas manifestações processuais;

VI - referências em razão da atuação, inseridas em ficha funcional;

VII - publicação de livros, teses, estudos e artigos jurídicos, inclusive premiação obtida;

VIII - atuação em Promotoria de Justiça que apresente dificuldade no exercício das atribuições;

IX - contribuição à melhoria dos serviços da instituição e da Promotoria de Justiça;

X - integração comunitária no que estiver afeto às atribuições do cargo;

XI - frequência a cursos de aperfeiçoamento realizados pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

§ 1.° Durante o biênio a que se refere o caput deste artigo, a atuação do membro do Ministério Público será, ainda, acompanhada e avaliada pela Corregedoria-Geral do Ministério Público por meio de inspeções, correições, análise de trabalhos remetidos e outros instrumentos ao seu alcance.

§ 2.° A verificação dos atributos morais, no âmbito pessoal e familiar, dar-se-á, sem prejuízo de outros direitos e garantias fundamentais, conforme previsto no art. 5°, X, da Constituição Federal, quando envolver a pesquisa da intimidade e da vida privada do órgão de execução em estágio probatório.

Seção II
Do Estágio de Orientação e Preparação

Art. 27. Ao assumir suas funções na Promotoria de Justiça para a qual tiver sido designado, o órgão de execução substituto fará imediata comunicação à Corregedoria-Geral do Ministério Público, acompanhada de declaração sobre a situação dos serviços que lhe forem afetos, na forma do Capítulo II desta Consolidação.

§ 1.°. Aplica-se o disposto no caput deste artigo em caso de nova designação do órgão de execução substituto.

§ 2.° Nova designação que importar em desligamento de Promotoria de Justiça acarretará ao órgão de execução o cumprimento das obrigações pertinentes estabelecidas no Capítulo II desta Consolidação.

Art. 28. Para todos os efeitos legais, o período de estágio probatório compreende o de orientação e preparação.

Art. 29. Verificado aproveitamento insuficiente no estágio de orientação e preparação por parte do órgão de execução no período referido no artigo 26 desta Consolidação, a Corregedoria Geral opinará por seu acompanhamento a cargo do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional, por prazo não superior a 60 (sessenta) dias.

Seção III
Do Acompanhamento do Estágio Probatório

Art. 30. O Corregedor-Geral do Ministério Público, para os fins do disposto no artigo 25 desta Consolidação, designará, no mínimo, um Procurador de Justiça e um Promotor de Justiça de entrância especial para acompanhamento e avaliação individual do estágio probatório do membro do Ministério Público.

Parágrafo único. Ficam isentos dessa atribuição os Procuradores de Justiça e os Promotores de Justiça que ocupam cargos de confiança nos Órgãos de Assessoramento da Procuradoria-Geral de Justiça e na Corregedoria-Geral do Ministério Público e os que integram o Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 31. A designação prevista no artigo 30 desta Consolidação será precedida de sorteio entre Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça de entrância especial, vinculando-os aos órgãos de execução em estágio probatório.

§ 1.° Os Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça referidos no caput deste artigo contarão com respectivos suplentes, sorteados quando necessário.

§ 2.° Ocorrendo o sorteio de Procurador de Justiça com atuação na área cível, será providenciada a indicação de Promotor de Justiça de entrância especial com exercício na área criminal, e vice-versa.

§ 3.º A Corregedoria-Geral do Ministério Público designará os membros do Ministério Público escolhidos para orientar os órgãos de execução em estágio probatório, observada a necessária rotatividade.

§ 4.º Conhecidos os responsáveis pela orientação do órgão de execução em estágio probatório, deverão ambos, de imediato, designar reunião com o membro do Ministério Público para as orientações iniciais.

Seção IV
Dos Relatórios Trimestrais

Art. 32. O membro do Ministério Público deverá encaminhar à Corregedoria-Geral do Ministério Público, no prazo de 10 (dez) dias, contados do vencimento de cada trimestre, relatórios de atividades abrangendo as diversas áreas de atuação.

§ 1.º O relatório trimestral será instruído com até 10 (dez) trabalhos selecionados pelo Promotor de Justiça, entre as seguintes peças processuais, presumindo-se estarem elas dentre sua melhor produção intelectual:

I - Matéria Criminal:

a) denúncias e aditamentos;
b) requerimento de diligências, manifestações da fase do artigo 422 do Código de Processo Penal e aditamentos;
c) pedidos de arquivamento de inquérito policial;
d) pareceres e requerimentos gerais;
e) alegações finais, inclusive as reduzidas a termo;
f) razões recursais;
g) contrarrazões recursais;
h) pareceres recursais em feitos cujo processamento se dá por iniciativa privada;
i) manifestações processuais lançadas em feitos relativos à Justiça da Infância e da Juventude;
j) manifestações processuais lançadas em feitos relativos ao Juizado Especial Criminal;
k) manifestações exaradas em feitos relativos à Execução Penal.

II - Matéria Cível:

a) petições iniciais;
b) impugnações à contestação;
c) pareceres interlocutórios;
d) pareceres finais;
e) requerimentos;
f) razões recursais;
g) contrarrazões recursais;
h) pareceres recursais.

§ 2.° O relatório trimestral contemplará, ainda, menção às atividades extrajudiciais, mediante o encaminhamento das seguintes peças:

a) cópias de portarias inaugurais e número de inquéritos civis e/ou procedimentos administrativos em andamento, termos de ajustamento de conduta e número de ações civis públicas em andamento;

b) relação de números de manifestações exaradas em procedimentos de habilitação para casamento;

c) relação de número de rescisões de contrato de trabalho homologadas;

d) trabalhos jurídicos publicados no trimestre;

e) informações sobre o atendimento ao público, atuação junto à comunidade, situação dos livros e pastas da Promotoria de Justiça, controle externo da atividade policial e sistema penitenciário local, atuação protetiva do meio ambiente, do consumidor, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, do patrimônio público e da probidade administrativa, da saúde e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, consignando eventual falta de atribuição em alguma dessas matérias;

f) cópias das atas das sessões de julgamento pelo Tribunal do Júri, acompanhadas das decisões proferidas pelo Juiz-Presidente;

g) cópias de todos os ofícios dirigidos às autoridades.

§ 3.° O órgão de execução em estágio probatório enviará à Corregedoria-Geral do Ministério Público, ao Procurador de Justiça e ao Promotor de Justiça orientadores 6 (seis) relatórios trimestrais.

§ 4.° O relatório trimestral abrangerá os meses de efetivo exercício, excluindo-se a contagem do prazo dos períodos de afastamento, previstos no art. 121 da Lei Complementar n.° 34, de 1994.

Art. 33. Os relatórios serão organizados e numerados conforme a ordem prevista no artigo 32 desta Consolidação, com índice que contenha o nome do Promotor de Justiça, as comarcas onde exerceu e exerce as suas funções, a data da nomeação e dos exercícios, o trimestre a que se referem e a quantidade de cada espécie nela relacionadas, bem como seu endereço residencial atualizado e eventual exercício de magistério, nos termos dos artigos 61 e 62 desta Consolidação.

Art. 34. A inobservância dos artigos 32 e 33 desta Consolidação implicará anotação na ficha funcional do órgão de execução em estágio, sem prejuízo de verificação da necessidade de inserção de nota desabonadora.

Art. 35. O Corregedor-Geral do Ministério Público poderá requisitar ao órgão de execução em estágio probatório cópias de trabalhos referidos nos relatórios trimestrais e não encaminhados, inclusive mediante extração de peças providenciada diretamente dos autos a que se referem.

Art. 36. A Secretaria da Corregedoria-Geral controlará o recebimento das pastas de trabalhos trimestrais até ao encerramento do estágio probatório, comunicando ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para as providências

pertinentes, quando o órgão de execução deixar de proceder à remessa no prazo estabelecido.

Parágrafo único. O membro do Ministério Público que não enviar o pertinente relatório trimestral sujeitar-se-á à sua imediata requisição pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, sem prejuízo da anotação na ficha funcional e da instauração de processo administrativo disciplinar para apuração de falta funcional.

Art. 37. Recebido o relatório trimestral pela Secretaria da Corregedoria-Geral do Ministério Público, este será imediatamente autuado e distribuído, de acordo com critérios estabelecidos pelo Corregedor-Geral, entre um ou mais Promotores de Justiça que lhe sirvam de Assessores, os quais, no prazo de 10 (dez) dias úteis, emitirão parecer, analisando:

I - os aspectos técnico-jurídicos dos trabalhos, com menção a eventuais imperfeições, falhas, omissões, vícios ou erros encontrados e indicação sintética da solução ou orientação sugeridas;

II - a utilização do vernáculo, a apresentação gráfica, a qualidade da redação e a lógica no desenvolvimento do raciocínio;

III - as atividades extrajudiciais;

IV - a observância às recomendações da Administração Superior do Ministério Público;

§ 1.º Escoado o prazo mencionado no caput deste artigo, o Promotor de Justiça Assessor encaminhará o parecer ao crivo do Corregedor-Geral do Ministério Público e, em sendo aprovado, o respectivo expediente, instruído com os elementos probatórios pertinentes, será imediatamente encaminhado ao Conselho Superior do Ministério Público, observando-se, no caso do sexto relatório trimestral, seu encaminhamento até o quarto mês que antecede o vitaliciamento.

§ 2.º O Corregedor-Geral, havendo recomendação para a frequência a curso de aperfeiçoamento funcional, promoverá a inclusão do tema na pauta da sessão subsequente do Conselho Superior, comunicando-se a medida ao Relator do procedimento.

§ 3.º Sempre que possível, o órgão de execução em estágio probatório receberá visita de inspeção, a ser realizada independentemente de prévio aviso.

Seção V
Das Disposições Finais

Art. 38. A impugnação à permanência e ao vitaliciamento do órgão de execução em estágio probatório obedecerá ao disposto na Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994, e ao contido no Regimento Interno do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 39. O órgão de execução em estágio probatório será informado dos termos desta Consolidação.

Art. 40. Toda correspondência referente ao estágio probatório tem caráter reservado, e o expediente ou processo respectivo deverá ser mantido sob regime confidencial.

Art. 41. Os trabalhos que instruírem os relatórios trimestrais de estágio probatório serão incinerados 6 (seis) meses após a data da confirmação na carreira do órgão de execução, feitas as anotações necessárias.

Parágrafo único. Mediante aviso a ser publicado no Diário Oficial do Estado, será conferido o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam retirar os trabalhos mencionados no caput deste artigo.

CAPÍTULO V
DA POSTURA FUNCIONAL DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO NOS ASPECTOS ADMINISTRATIVOS EM GERAL

Seção I
Disposições Gerais

Fatos atentatórios às garantias e prerrogativas institucionais. Comunicação ao Procurador-Geral de Justiça e ao Corregedor-Geral.

Art. 42. Sem prejuízo da imediata adoção de todas as medidas cabíveis, o órgão de execução deve submeter à apreciação do Procurador-Geral de Justiça e do Corregedor-Geral do Ministério Público qualquer fato que atente contra as garantias e prerrogativas institucionais.

Convocação do Procurador-Geral de Justiça ou do Corregedor-Geral do Ministério Público. Autorização para afastamento da comarca.

Art. 43. A convocação, ato excepcional emanado do Procurador-Geral de Justiça ou do Corregedor-Geral do Ministério Público para atender a interesses da Instituição, prevalece sobre as demais atribuições dos órgãos de execução.

§ 1.° O não atendimento à convocação sem justificativa válida acarretará a atuação da Corregedoria-Geral do Ministério Público, para os fins previstos no art. 211, VIII, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994.

§ 2.° Autorizado pelo Procurador-Geral de Justiça, o órgão de execução poderá ausentar-se da comarca para participar de solenidades ou eventos de interesse institucional, desde que sua ausência não acarrete prejuízo para as atribuições do Ministério Público.

§ 3.º A ausência do órgão de execução convocado será suprida pela atuação de seu substituto legal, que será comunicado pelo primeiro assim que este tiver conhecimento da ordem de chamamento.

§ 4.º Na hipótese de não haverem substitutos automáticos disponíveis, o órgão de execução comunicará o fato ao órgão que expediu a ordem de chamamento, em ofício que contenha informações quanto à pauta de trabalhos referente aos dias relativos à convocação.

§ 5.º Na hipótese de verificação do disposto no § 4 º deste artigo, a Corregedoria-Geral – quando autora da ordem de convocação – intervirá junto à Procuradoria-Geral para a designação de substituto ao órgão de execução cuja presença é reclamada.

Correições Ordinárias. Providências. Possibilidade de acompanhamento pela CGMP. Correições Extraordinárias. Inspeções.

Art. 44. Após ser comunicado, por meio de ofício da Corregedoria-Geral do Ministério Público, acerca da realização de correição ordinária nos serviços afetos à Promotoria de Justiça em que atua, o órgão de execução diligenciará para que sejam tomadas todas as providências relativas ao bom andamento do trabalho correcional, competindo-lhe:

I - oficiar às autoridades locais da comarca, noticiando-lhes a realização da correição;

II - divulgar a correição através da imprensa local;

III - solicitar à Direção do Foro a afixação do edital no quadro de avisos/editais do fórum e, em se tratando de órgão de administração instalado fora das dependências do fórum local, o referido edital deverá ser afixado no prédio da Promotoria de Justiça, em lugar visível e acessível ao público;

IV - providenciar espaço físico adequado para os trabalhos da comissão;

V - recepcionar a comissão para os contatos iniciais e acompanhar os trabalhos;

VI - apresentar as pastas e os livros obrigatórios ou os sistemas eletrônicos correspondentes;

VII - disponibilizar o seguinte material para análise da comissão:

a) dez inquéritos policiais arquivados nos últimos doze meses;

b) dez processos criminais findos nos últimos doze meses e dez em andamento;

c) dez processos cíveis findos nos últimos doze meses e dez em andamento;

d) dez inquéritos civis ou procedimentos administrativos em andamento, termos de ajustamento de conduta e ações civis propostas;

VIII - providenciar previamente cópia do relatório de movimento forense da Secretaria Judicial relativo ao mês anterior à realização da correição ordinária;

IX - providenciar previamente cópias do demonstrativo consolidado de feitos extrajudiciais, bem como do relatório de pesquisa unificada de movimentação de todos os feitos extrajudiciais, ambos do SRU, relativos ao ano imediatamente anterior à correição.

§ 1.º A própria Corregedoria-Geral se incumbirá de expedir comunicação aos Juízos nos quais oficiem os órgãos correcionados, assim como aos Presidentes das respectivas Subseções da Ordem dos Advogados do Brasil;

§ 2.º A comissão poderá examinar outros trabalhos se assim entender necessário.

§ 3.º A comissão poderá entrevistar-se reservadamente com o órgão de execução, oportunidade em que o orientará, se for o caso, ou enaltecerá eventuais práticas merecedoras de encômios.

§ 4.º O órgão de execução correcionado cuja qualidade técnica dos trabalhos for considerada ineficiente poderá submeter-se a acompanhamento pela Corregedoria-Geral do Ministério Público por até seis meses, prorrogável por igual período.

§ 5.º No prazo a que se refere o § 4.º deste artigo, o órgão de execução deverá encaminhar à Corregedoria-Geral do Ministério Público cópia dos trabalhos definidos pela comissão.

§ 6.º O acompanhamento a que se refere o § 4º deste artigo poderá ser suspenso a qualquer momento pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, desde que afastadas as razões motivadoras do monitoramento.

§ 7.º Esgotado o prazo mencionado no § 4.º deste artigo e persistindo a ineficiência, a Corregedoria-Geral do Ministério Público adotará as medidas que se fizerem necessárias.

§ 8.º O acompanhamento previsto no § 4.º deste artigo não impede, se a gravidade do caso assim reclamar, a adoção imediata da medida correcional exigida na espécie.

§ 9.º Todos os apontamentos da comissão relativos à conduta funcional do órgão de execução constarão do respectivo Termo de Correição, que registrará, inclusive, se existentes, as recomendações convenientes à regularidade do serviço.

§ 10 Cópia do Termo de Correição descrito no § 9.º deste artigo será encaminhada, em trinta dias, ao órgão de execução correcionado.

§ 11. As inspeções extraordinárias serão realizadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, independentemente de prévia designação (art. 204 da Lei Complementar n.º 34, de 1994).

§ 13. As correições extraordinárias serão realizadas, de ofício, pela Corregedoria-Geral do Ministério Público e por determinação dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público (art. 206 da Lei Complementar n.º 34, de 1994).

§ 14. As correições ordinária e extraordinária, bem como as inspeções, observarão os termos das Resoluções n.°s 43/2009 e 61/2010, ambas do Conselho Nacional do Ministério Público.

Prestação de informações à Ouvidoria do Ministério Público. Requisição. Dever funcional do membro do Ministério Público.

Art. 45. A prestação de informações à Ouvidoria do Ministério Público, quando requisitadas, constitui dever funcional do Órgão de Execução. (Art. 110, XII, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994; art. 7°, III, da Resolução PGJ n.° 27, de 2008)

§ 1.° A omissão injustificada no atendimento poderá ser comunicada à Corregedoria-Geral do Ministério Público, mediante representação do Senhor Ouvidor.

§ 2.° Tratando-se de matéria disciplinar, poderá o órgão de execução comunicar à Ouvidoria que prestará as informações pertinentes somente à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

§ 3.° A Ouvidoria do Ministério Público atenderá às disposições da Resolução n.° 64/2010 do Conselho Nacional do Ministério Público.

Leitura do diário oficial.

Art. 46. O órgão de execução tem o dever de inteirar-se dos atos institucionais veiculados no expediente próprio do diário oficial (Minas Gerais).

Parágrafo único. Mensalmente, o órgão de execução revisará a atualização da pasta n.° 2 (artigo 4.°, inciso II, desta Consolidação).

Seção II
Da atividade forense

Recebimento de autos.

Art. 47. O recebimento de autos pelo órgão de execução deve ocorrer em consonância com as cargas promovidas pelas serventias judiciais ou extrajudiciais, vedada a manutenção de processos, inquéritos e expedientes outros paralisados – mormente aqueles com termos de vista formalizados e depositados em escaninhos ou armários do Cartório Judicial – por recusa de recepção.

§ 1.° O órgão de execução velará pela efetividade dos termos do artigo 106, III, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994, adotando as medidas processuais cabíveis, providenciando imediatamente as comunicações aludidas no artigo 42 desta Consolidação, na eventual verificação de seu descumprimento.

§ 2.° Ressalvada a existência de acordos estabelecidos entre órgãos de execução e juízes de direito, a prerrogativa de entrega dos autos, pessoalmen-

te, ao membro do Parquet será efetivada mediante a apresentação dos procedimentos na sala indicada por ele à Secretaria do Juízo, inclusive em recintos não integrantes da estrutura física do prédio do fórum quando não se utilizar de espaço algum dele. (Procedimento de Controle Administrativo 0008280-38.2010.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça)

§ 3.° O recebimento de autos de processo enviados pelas serventias judiciais, na forma descrita no § 1.° deste artigo, poderá ser empreendido por servidor responsável pela carga e descarga de feitos, indicado pelo órgão de execução.

§ 4°. Será considerada como data da ciência da decisão judicial aquela em que ocorrida a entrega de autos de processo na forma preconizada nos parágrafos deste artigo.

Audiências. Comparecimento.

Art. 48. O órgão de execução deverá comparecer às audiências para as quais o Ministério Público tiver sido regularmente intimado, quando obrigatória ou conveniente sua presença (art. 110, VI, da Lei Complementar n.° 34, de 1994).

§ 1.° Quando impossibilitado, em razão de afastamentos regularmente autorizados, o Promotor de Justiça intimado para a audiência deverá comunicar formalmente, tão logo tomar conhecimento do fato impeditivo, ao órgão de execução que tiver atribuições para substituí-lo ou, não o existindo, ao Procurador-Geral de Justiça, para a necessária designação de substituto.

§ 2.° Ao tomar conhecimento da designação de atos judiciais com data e horário coincidentes, deverá o órgão de execução requerer ao magistrado competente seja redesignado o ato que não tiver preferência legal ou aquele marcado por último, adotando as providências processuais pertinentes, em caso de indeferimento.

§ 3.° Em caso da realização de atos judiciais sem a presença do órgão de execução, ainda que as providências previstas nos §§ 1° e 2° deste artigo tenham sido adotadas, o membro do Ministério Público comunicará o fato ao Corregedor-Geral do Ministério Público, circunstanciando-o e instruindo-o com cópias dos pedidos de adiamento do ato irregularmente realizado, sem prejuízo da adoção imediata das medidas processuais cabíveis, as quais também deverão ser comunicadas.

§ 4.° Os incidentes ocorridos em audiência, máxime aqueles que impliquem inobservância à lei, em desrespeito às prerrogativas institucionais do Parquet, ou que noticiem crimes, contravenções, atos de improbidade administrativa ou atentados aos direitos transindividuais e a outras áreas de atuação ministerial, deverão ser objeto de requerimento de inserção em ata.

§ 5.° Em caso de negativa de inserção em ata dos incidentes apontados pelo órgão de execução, este, imediatamente, comunicará o ocorrido, em relatório circunstanciado, na forma do artigo 42 desta Consolidação, e adotará todas as medidas cabíveis à solução da irregularidade enfrentada.

Expediente forense. Atendimento ao público. Estabelecimento de horários. Casos urgentes.

Art. 49. O órgão de execução comparecerá diariamente ao fórum ou à sede da Promotoria de Justiça, onde houver, para recebimento da carga cartorária, atendimento aos interessados, assistência aos atos judiciais ou extrajudiciais de intervenção obrigatória, assim como para as demais providências afetas ao cargo, permanecendo na respectiva unidade administrativa das 13 às 17 horas ou, fora desse horário, quando necessário ou conveniente ao desempenho das funções, salvo nos casos de realização de diligência indispensável ao exercício de suas atribuições. (Art. 110, VI, Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

§ 1.° O órgão de execução atenderá aos interessados, podendo, excepcionalmente, segundo critérios de racionalidade e eficiência, estabelecer horários para o contato com o público, sem, com isso, estar dispensado de comunicar o teor da deliberação à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

§ 2.° O atendimento far-se-á em qualquer momento nos casos de urgência. (Art. 43, XIII, da Lei n.° 8.625, de 12 de fevereiro de 1993; art. 110, XIV, Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

§ 3.° O órgão de execução velará pela observância dos atendimentos prioritários, assim discriminados na forma da lei.

Peças processuais. Identificação do caso.

Art. 50. O órgão de execução mencionará, no cabeçalho das peças elaboradas, visando identificar o caso a que se refere:

a) o Juízo ou Tribunal a que está se dirigindo;
b) o número de autuação do feito;
c) a comarca;
d) o nome das partes;
e) a natureza do pronunciamento.

Utilização de impressos oficiais. Identificação do membro ministerial.

Art. 51. O órgão de execução deverá utilizar em seus trabalhos, exclusivamente, os impressos e papéis confeccionados segundo modelo oficial existente na Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 1.° Informações complementares ao modelo oficial somente serão admitidas se se restringirem à identificação da Promotoria de Justiça e à indicação do respectivo endereço e telefone, sendo vedadas, notadamente, a utilização de efeitos visuais como "marcas d´água" e, em cabeçalhos ou rodapés permanentes, a inserção de frases de cunho religioso ou de outra natureza que violem os princípios do Estado laico e da impessoalidade da Administração Pública.

§ 2.° Cabe ao órgão de execução inserir, nas manifestações de qualquer natureza, seu nome e o cargo ocupado, por meio de impressão ou mediante carimbo. (Art. 110, inciso XIII, Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

Formatação de peças. Utilização de "chapas". Datilografia, digitação e lançamento de cotas manuscritas. Elaboração de relatórios. Cumprimento e fiscalização de prazos.

Art. 52. O órgão de execução deve digitar os trabalhos produzidos, de modo a elaborar peças de bom padrão estético, evitando-se o oferecimento de manifestações padronizadas ou reprografadas, conhecidas como "chapas", ressalvados os documentos gerados pelo Sistema de Registro Único.

§ 1.º Lançamentos manuscritos devem ser restritos a breves intervenções por cota nos autos, primando o órgão de execução pela sua legibilidade.

§ 2.º Nas manifestações finais e recursais, o órgão de execução elaborará relatórios que conterão a história relevante do processo (Art. 110, inciso IV, Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994).

§ 3.º O órgão de execução atenderá, ao exarar suas manifestações processuais, os respectivos prazos assinalados para o cumprimento de cada uma delas.

§ 4.º O disposto no § 3º deste artigo também se aplica ao órgão de execução que atuar na condição de custos legis.

§ 5.º A aferição da estrita observância do prazo estabelecido no art. 185 do Código de Processo Civil, desde que não haja outro previsto em lei, nas manifestações processuais dos membros do Ministério Público que atuarem na condição de custos legis, será efetivada mormente quando da realização de correições ordinárias nos serviços afetos à respectiva Promotoria de Justiça. (Recomendação CNMP n.º 8, de 7 de abril de 2008).

Atuação do Ministério Público junto à 2ª Instância. Emissão de parecer escrito e fundamentado. Prequestionamento.

Art. 53. O prequestionamento de questão federal ou constitucional para fins de interposição de recursos especial e extraordinário pode ser provocado por meio de parecer recursal do órgão do Ministério Público atuante junto ao Tribunal Estadual.

Parágrafo único. Essa possibilidade não afasta o dever funcional do órgão de execução oficiante em primeira instância de esgotar todas as teses jurídicas possíveis, legais e jurisprudenciais, sobretudo para fins do mesmo prequestionamento, em suas manifestações de razões ou contrarrazões de recurso.

Requisições e notificações. Autoridades elencadas na Lei n.º 8.625, de 1993. Remessa ao Procurador-Geral de Justiça. Redação e supedâneo legal.

Art. 54. O órgão de execução, ao expedir as notificações e requisições previstas no art. 26, § 1º, da Lei n.º 8.625, de 1993, e no art. 67, §§ 1º e 9º, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994, dirigidas ao Presidente da República, Vice-Presidente da República, Governadores de Estado, Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Distritais, Ministros de Estado, Ministros de Tribunais Superiores, Procurador-Geral da República, Conselheiros do

Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Conselheiros dos Tribunais de Contas, Desembargadores, Juízes do Tribunal de Justiça Militar, Secretários de Estado e chefes de missão diplomática de caráter permanente, deverá encaminhar os comandos por meio do Procurador- Geral de Justiça. (Resolução PGJ n.° 61, de 13 de dezembro de 2007, republicada no Minas Gerais de 24.01.2008, em virtude de alterações no caput do art. 1°)

§ 1.° Nas iniciativas de natureza requisitória dirigidas às autoridades, recomenda-se a utilização de terminologia legal e técnica, valendo-se do termo "requisitar" (em vez de ordenar, mandar, determinar, exigir), fazendo constar ainda de cada comando o supedâneo legal, com expressa menção às normas adequadas ao caso, e a natureza do expediente investigatório ou procedimental, atentando-se, outrossim, para os prazos mínimos de atendimento prelecionados pela legislação adjetiva (art. 8°, § 1°, da Lei n.° 7.347, de 24 de julho de 1985).

§ 2.° Nas requisições de instauração de inquéritos policiais ou termos circunstanciados de ocorrência, o órgão de execução cuidará para que a Autoridade Policial destinatária comunique, em contraofício, o número do procedimento e a data em que fora instaurado.

§ 3.° Nos ofícios destinados a comunicações para providências, o órgão de execução solicitará resposta, em prazo razoável, acerca das eventuais medidas tomadas por parte do destinatário.

§ 4.° Nas notificações destinadas à colheita de depoimento ou esclarecimento, o órgão de execução deve consignar a suma do objeto apurado, o supedâneo legal, a natureza do expediente administrativo, assim como observar eventual incidência de prerrogativas previstas em lei (art. 26, I, "a", Lei n.° 8.625, de 1993; art. 67, I, "a", Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994), mormente quanto ao agendamento de data, horário e local para a oitiva, tratando-se de autoridades constantes de legislações adjetivas e orgânicas (membros do Ministério Público, magistrados, entre outras).

Manutenção da regularidade dos serviços

Art. 55. Todo membro do Ministério Público deverá manter seus serviços em dia.

§ 1.° Não serão considerados em dia os serviços que estiverem regulares somente do ponto de vista formal, revelando situação de atraso ou omissão de atuação funcional do ponto de vista material. A devolução de autos à Secretaria do Juízo desprovida de manifestação ou formalizada com mero pedido de reabertura de prazo a outro órgão de execução, seja pela aproximação de férias ou de licenças, que não sejam médicas, e pelo advento de remoções ou de promoções configura situação de atraso material, malgrado a induzida regularidade formal constatada.

§ 2.° A verificação da situação de que trata o § 1° deste artigo deverá ser comunicada à Corregedoria-Geral por qualquer órgão de execução, assim que tomar conhecimento de tal.

§ 3.º A impossibilidade de manutenção da atualidade dos serviços deverá ser comunicada no relatório mensal, nos termos do artigos 80 usque 85 desta Consolidação, devendo as justificativas do atraso ser explicitadas no campo "Observações Gerais" do referido documento.

§ 4.º A frequente situação de atraso poderá implicar realização de correição extraordinária e, eventualmente, instauração de procedimento disciplinar administrativo.

Trajes dos membros ministeriais.

Art. 56. O órgão de execução deve trajar-se adequadamente e em conformidade com as tradições forenses quando do comparecimento à Procuradoria-Geral de Justiça ou a solenidades promovidas pela Instituição, bem como, no exercício da função, em audiências e repartições públicas quando necessária sua presença. (art. 110, XXXII, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994; Resolução CAM PJ n.º 26, de 11 de maio de 1993)

Parágrafo único. O órgão de execução deverá usar, em reuniões solenes, ordinárias e extraordinárias dos órgãos colegiados, nos julgamentos perante os tribunais, inclusive o Tribunal do Júri, as vestes talares do Ministério Público. (Art. 110, XXV, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994)

Seção III
Dos órgãos auxiliares

Atuação de estagiário. Nomeação. Investidura formal. Limites na atuação.

Art. 57. O órgão de execução só deverá permitir atuação de estagiário após a formal nomeação pelo Procurador-Geral de Justiça, implementando-se a respectiva investidura mediante a posse e o exercício, lavrados em livro próprio, e tomando-se na assunção o compromisso de bem desempenhar suas funções, as quais se restringem ao preconizado na legislação orgânica (Arts. 97 e seguintes da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994; Resolução PGJ n.º 73, de 2008; Resolução PGJ n.º 59, de 2009).

Parágrafo único. O órgão de execução determinará ao estagiário, antes do início efetivo de suas atividades, o conhecimento dos termos desta Consolidação.

Servidores do Ministério Público. Vedação de prática de atos privativos de membro do Ministério Público.

Art. 58. O membro do Ministério Público não deverá permitir que servidores da Instituição pratiquem ato privativo de órgão de execução, seja este de natureza processual ou extrajudicial.

§ 1.º Consideram-se atos privativos de órgão de execução:

I - a subscrição de manifestações processuais e procedimentais de qualquer natureza;

II - a participação em audiências;

III - a feitura de alegações ou sustentações orais em instruções judiciais ou plenários do Júri;

IV - a subscrição de ofícios requisitórios e de notificação;

V - o exercício de fiscalização cartorária;

VI - a realização de inspeções em estabelecimentos que, por determinação normativa, exijam a sua participação;

VII - o oferecimento dos benefícios previstos na Lei n.° 9.099, de 26 de setembro de 1995;

VIII - outros definidos em lei (Art. 25, I a IX, Lei n.° 8.625, de 1993; arts. 66, I a XII, e 67, I a XIV, Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994).

§ 2.° A subscrição de peças processuais em conjunto com servidores não será permitida nem mesmo para comprovação de prática forense.

§ 3.° A avaliação de desempenho dos servidores será realizada pelo respectivo órgão de execução, na forma das Resoluções PGJ n.°s 60, de 2007, e 9, de 2009.

§ 4.° O membro do Ministério Público distribuirá tarefas dotadas de pertinência institucional somente aos servidores lotados na respectiva Promotoria de Justiça que digam respeito exclusivamente a ela, sendo-lhe vedado:

I - o encaminhamento de atividades da Promotoria de Justiça em que está originariamente lotado aos servidores daquela em que exerce função, cooperação e/ou substituição;

II - o encaminhamento de tarefas da Promotoria de Justiça em que exerce função, coopera e/ou substitui aos servidores daquela em que está originariamente lotado;

III - deslocar servidores de uma Promotoria de Justiça em que está ou não lotado para outra.

§ 5.° O § 4° deste artigo comportará flexibilização mediante autorização expressa da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério Público, ouvidos os demais membros do Ministério Público lotados nas Unidades Administrativas envolvidas.

§ 6.° O órgão de execução determinará aos servidores lotados em sua unidade administrativa o conhecimento dos termos desta Consolidação.

Servidores do Ministério Público. Vedação do exercício da advocacia. Lei n.° 16.180, de 16 de junho de 2006.

Art. 59. O órgão de execução comunicará, imediatamente, à Corregedoria-Geral e à Procuradoria-Geral de Justiça Adjunta Administrativa o exercício da advocacia, bem como de qualquer outra atividade jurídica remunerada, por servidores do Ministério Público (art. 7º da Lei Estadual n.º 16.180, de 2006, e Resolução n.º 27/2008 do Conselho Nacional do Ministério Público).

Seção IV
Das Vedações

Cláusula Geral.

Art. 60. Os membros do Ministério Público primarão pela estrita observância dos deveres elencados no artigo 110 da Lei Complementar n.º 34, de 1994, e se absterão das práticas enumeradas no artigo 111 do mesmo diploma legal.

Residência na comarca ou na sede do tribunal oficiado.

Art. 61. É obrigatória a residência do membro do Ministério Público na comarca, nos termos da Resolução n.º 26, de 17 de dezembro de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, e Resolução Conjunta PGJ CGMP n.º 2, de 3 de abril de 2008, ressalvadas as hipóteses excepcionais assinaladas nos referidos atos normativos.

Atividades docentes e discentes. Compatibilidade de horários (Resolução n.º 73, de 15 de junho de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público).

Art. 62. Ao membro do Ministério Público, ainda que em disponibilidade, é defeso o exercício de outro cargo ou função pública, ressalvado o magistério, público ou particular, por, no máximo, 20 (vinte) horas-aula semanais, consideradas como tais as efetivamente prestadas em sala de aula.

§ 1.º A coordenação de ensino ou de curso é considerada compreendida no magistério e poderá ser exercida pelo membro do Ministério Público se houver compatibilidade de horário com as funções ministeriais.

§ 2.º Consideram-se atividades de coordenação de ensino ou de curso, para os efeitos do § 1º deste artigo, as de natureza formadora e transformadora, como o acompanhamento e a promoção do projeto pedagógico da instituição de ensino, a formação e orientação de professores, a articulação entre corpo docente e discente para a formação do ambiente acadêmico participativo, a iniciação científica, a orientação de acadêmicos, a promoção e a orientação da pesquisa e outras ações relacionadas diretamente com o processo de ensino e aprendizagem.

§ 3.º O cargo ou função de direção nas entidades de ensino não é considerado exercício de magistério, sendo vedado aos membros do Ministério Público.

§ 4.º Somente será permitido ao membro do Ministério Público o exercício da docência, em qualquer hipótese, se houver compatibilidade de horário com o exercício das funções ministeriais e desde que o faça em seu município de lotação.

§ 5.º Haverá compatibilidade de horário quando o exercício da atividade docente não conflitar com o período em que o membro do Ministério Público deverá estar disponível para o exercício de suas funções institucionais, especialmente perante o público e o Poder Judiciário.

§ 6.º O Procurador-Geral de Justiça poderá autorizar, motivadamente e em caráter excepcional, o exercício do magistério fora da comarca ou da localidade onde o membro do Ministério Público exercer a titularidade de seu cargo, ouvindo previamente o Corregedor-Geral do Ministério Público.

§ 7.º O exercício do magistério, na hipótese do § 6º deste artigo, observará, entre outros requisitos previstos em ato normativo conjunto da Procuradoria-Geral de Justiça e da Corregedoria-Geral do Ministério Público, a distância de 100 (cem) quilômetros, admitido o acréscimo de até 10% (dez por cento), entre a sede da comarca onde o interessado exercer sua titularidade e a sede do município onde pretender exercer o magistério.

§ 8.º Não estão compreendidas nas atividades previstas no § 2.º deste artigo as de natureza administrativo-institucional e outras atribuições relacionadas à gestão da instituição de ensino.

§ 9.º Não se incluem nas vedações referidas neste dispositivo as funções exercidas em curso ou escola de aperfeiçoamento do próprio Ministério Público ou aqueles mantidos por associações de classe ou fundações a ele vinculadas estatutariamente, desde que essas atividades não sejam remuneradas.

§ 10. O exercício de docência, ainda que em caráter temporário, deverá ser comunicado até os dias 28 de fevereiro e 31 de julho de cada ano, pelo membro do Ministério Público, ao Corregedor-Geral, ocasião em que informará o nome da entidade de ensino, sua localização e os horários das aulas que ministrará.

§ 11. A comunicação de que cuida o § 10 deste artigo deverá ser realizada § 12. O Corregedor-Geral informará anualmente à Corregedoria Nacional do Ministério Público os nomes dos membros que exercerem atividades de docência e os casos em que tiver sido autorizado pela unidade o exercício da docência fora do município de lotação.

§ 12. O exercício do magistério em desacordo com os termos desta Consolidação, da Resolução n.º 73, de 15 de junho de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público, da Resolução n.º 6, de 13 de fevereiro de 2006, da Câmara de Procuradores de Justiça, caracterizará infração funcional, sujeita a processo disciplinar administrativo, nos termos do art. 212, II, da Lei Complementar nº 34, de 1994.

§ 13. As atividades discentes desempenhadas por membros do Ministério Público também observarão as regras de compatibilidade de horários estabelecidas neste artigo e seus parágrafos.

Atualização de Dados

Art. 63. Compete aos membros do Ministério Público atualizar, sempre que houver alteração da situação jurídica, seus dados pessoais, bem como os atinentes ao exercício do magistério e à residência fora da comarca, na forma dos artigos 61 e 62, § 10, desta Consolidação. (artigo 4.°, parágrafo único, da Resolução n.° 78/2011 do Conselho Nacional do Ministério Público)

Vedação quanto ao exercício de cargos de Direção e Administração em Cooperativas de Crédito. Resolução n.° 18, de 21 de maio de 2007, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 64. Aos órgãos de execução é defeso o exercício de cargo de Direção e Administração em Cooperativas de Crédito, exceto aquelas constituídas para prestar serviços aos membros do Ministério Público.

Parágrafo único. A vedação estabelecida no caput deste artigo engloba o recebimento de remuneração, através de honorários ou jetons, aos membros do Ministério Público integrantes de Cooperativa de Crédito.

Participação em programas. Abstenção. Órgãos de imprensa clandestinos. Contato com a mídia. Cautelas.

Art. 65. O órgão de execução deve abster-se de participar de programas veiculados em emissoras radiofônicas, televisivas ou em qualquer outro meio de comunicação que, por sua forma ou natureza, possam comprometer a respeitabilidade de seu cargo ou o prestígio institucional.

§ 1.° O órgão de execução deve abster-se de se pronunciar em órgãos de imprensa que não detenham autorização administrativa de funcionamento oriunda do ente governamental exercente do poder de polícia, evitando, assim, estimular o funcionamento de veículos irregularmente instalados, mormente estações radiofônicas alcunhadas de "piratas".

§ 2.° Os contatos dos órgãos de execução com os veículos de comunicação de qualquer natureza devem objetivar sempre o esclarecimento à opinião pública da importância, do alcance e da destinação das funções institucionais.

§ 3.° O órgão de execução deve evitar emitir, por meio da mídia, conceitos pessoais acerca de fatos e situações pendentes de apreciação judicial ou apurações extrajudiciais, sendo dever seu resguardar o estado de presunção de inocência das pessoas investigadas ou processadas.

§ 4.° O órgão de execução deve abster-se de emitir manifestações à mídia em relação a casos concretos em que não tiver atribuição para atuar, salvo na hipótese de anuência do Promotor Natural.

§ 5.° Não deve o órgão de execução antecipar a veiculação de notícias de medidas a serem adotadas, cuja execução possa vir a ser frustrada, evitando dar exclusividade a qualquer órgão de imprensa.

§ 6.° Deverá o órgão de execução, mormente em casos de maior repercussão, recorrer à Assessoria de Imprensa da Procuradoria-Geral de Justiça,

evitando, com tal procedimento, exposição pessoal, inconveniente ao caráter de impessoalidade da atuação ministerial, e observando as orientações expedidas pela Chefia da Instituição (Guia de Relacionamento com a Imprensa).

§ 7.° O órgão de execução se absterá de promover, editar, dirigir, apresentar ou participar sob qualquer forma, reiteradamente, mesmo que de modo voluntário ou gratuito, em programas cujo conteúdo estiver desprovido de alcance institucional ou de valor científico e que puderem ser capazes de induzir opinião no sentido de sua autopromoção para quaisquer fins, sejam eles veiculados no rádio, na internet ou na televisão, em canais abertos ou por assinatura, ou em colunas escritas de periódicos.

Encargo de depositário. Vedação.

Art. 66. É vedado ao órgão de execução aceitar encargo de depositário, a qualquer título, de bens à disposição da Justiça.

Retenção de valores.

Art. 67. O órgão de execução evitará a retenção de papéis, dinheiro ou qualquer outro bem que representar valor, confiados à sua guarda, promovendo sua imediata destinação legal.

§ 1.° Havendo, por força de flagrante delito, a apreensão de valores, documentos, substâncias, armas, objetos encaminhados à Promotoria de Justiça, cabe ao órgão de execução providenciar, imediatamente, a lavratura dos respectivos termos, encaminhando à Delegacia de Polícia os objetos nele descritos, com a respectiva requisição de instauração de inquérito policial, ou adotar as medidas cabíveis para a formalização de depósito judicial.

§ 2.° Não sendo possível a adoção das providências referidas no § 1° deste artigo, o órgão de execução emitirá, em 48 (quarenta e oito) horas, relatório fundamentado à Corregedoria-Geral, no qual constarão as razões que geraram o impedimento à observância da regra geral, a ele anexando a relação dos bens retidos, havidos sob sua responsabilidade, devidamente descritos.

§ 3.° Cópias de documentos, papéis, títulos de crédito e cédulas de moeda nacional ou estrangeira instruirão o relatório referido no § 2° deste artigo, nas hipóteses em que tais ficarem retidos na Promotoria de Justiça.

Seção V
Dos Impedimentos e das Suspeições

Suspeição. Comunicação. Procedimento.

Art. 68. O órgão de execução que se declarar suspeito por motivo de foro íntimo não é obrigado a externar nos autos os motivos que o levaram a assim se considerar.

§ 1.° Sempre que ocorrer a declaração de suspeição por foro íntimo e no prazo de cinco dias, deverá o órgão de execução, em expediente reservado, comunicar o fato ao Corregedor-Geral do Ministério Público, para o necessário controle e exame dos motivos da suspeição invocada, sem prejuízo de eventuais deliberações correcionais, no caso de ocorrência de suspeições frequentes. (arts. 39, XVIII, e 110, VIII, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

§ 2.° No caso de não ser acolhida a suspeição pelo Corregedor-Geral do Ministério Público, o órgão de execução será imediatamente cientificado da decisão, para que continue oficiando no feito.

§ 3.° Após comunicar a declaração de suspeição por motivo de foro íntimo à Corregedoria-Geral do Ministério Público, o órgão de execução deverá informar ao órgão jurisdicional dirigente do feito o cumprimento das determinações orgânicas, sendo desnecessário o requerimento solicitando designação à Chefia da Instituição, cabendo à Corregedoria-Geral do Ministério Público, acolhido o afastamento, oficiar ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para a lavratura do ato designatório de outro órgão de execução.

§ 4.° As demais hipóteses de declaração de suspeição, por serem típicas, devem ser declinadas nos autos e submetidas ao órgão jurisdicional, com pedido de vista ao órgão de execução substituto ou solicitação de expedição de ofício ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça para lavratura de ato de designação, conforme o caso, sem prejuízo da comunicação do declarante acerca do incidente à Corregedoria-Geral do Ministério Público, no prazo de cinco dias.

§ 5.° Efetivado o afastamento do feito, o órgão do Ministério Público suspeito se sujeitará à compensação do serviço, nos termos de regulamentação da Administração Superior do Ministério Público.

§ 6.° Nas hipóteses de a suspeição incidir sobre expedientes administrativos instaurados no âmbito do órgão de administração (inquéritos civis, procedimentos administrativos diversos) ou sujeitos à sua intervenção, a comunicação e os motivos do afastamento devem ser externados à Corregedoria-Geral do Ministério Público, no prazo de cinco dias, para registro e controle.

§ 7.° Nas hipóteses do § 6.° deste artigo, caberá à Corregedoria-Geral do Ministério Público, acolhido o afastamento, solicitar ato designatório ao Gabinete do Procurador-Geral de Justiça.

Declaração de suspeição ou impedimento. Curadoria de Fundações. Instituição de ensino.

Art 69. O órgão de execução com atribuições na curadoria de fundações que exercer atividade de magistério nos termos do art. 128, § 5.°, II, "d", da Constituição da República deverá declarar-se impedido ou suspeito nos procedimentos em que for parte a instituição de ensino à qual estiver vinculado a qualquer título.

Parágrafo único. A declaração de que trata o caput deste artigo deverá ser comunicada ao Corregedor-Geral do Ministério Público no prazo de cinco dias.

Impedimento. Comunicação. Procedimento.

Art. 70. O órgão de execução que se declarar impedido deve externar a tipificação legal nos autos, viabilizando apreciação jurisdicional, comunicando reservadamente o incidente, no prazo de cinco dias, ao Corregedor-Geral do Ministério Público. (art. 110, VIII, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

§ 1.° A comunicação referida no caput deste artigo deve ser encaminhada após deliberação judicial acolhedora, recomendando-se ao órgão de execução que solicite ao magistrado que oficie ao Procurador-Geral de Justiça com vistas à designação de membro ministerial para oficiar no feito, caso ausente substituição automática.

§ 2.° O Corregedor-Geral do Ministério Público procederá à anotação circunstanciada do incidente nos assentos funcionais respectivos, sem prejuízo de eventuais deliberações correcionais, no caso de ocorrência de impedimentos frequentes, diligenciando, inclusive, em relação à compensação do serviço, nos termos do § 5° do art. 68 desta Consolidação.

§ 3.° Nas hipóteses de impedimentos decorrentes de atribuição extrajudicial, aplicam-se as cautelas consignadas nos §§ 6.° e 7.° do art. 68 desta Consolidação.

Impedimento. Suspeição. Encaminhamento de autos ao substituto designado pela Administração Superior. Prévio acolhimento pela CGMP.

Art. 71. Os órgãos de execução que se declararem impedidos ou suspeitos deverão aguardar, respectivamente, o acolhimento judicial ou desta Corregedoria-Geral dos fundamentos do alegado impedimento ou suspeição e a consequente comunicação ao Procurador-Geral de Justiça para, somente após, remeter os respectivos autos ao substituto designado pela Administração Superior.

Seção VI
Disposições Finais

Alteração do espaço físico destinado ao Ministério Público. Prédios públicos. Cientificação do Procurador-Geral de Justiça.

Art. 72. O órgão de execução, em caso de alteração do espaço físico destinado ao Ministério Público, deve cientificar o Procurador-Geral de Justiça acerca do fato, visando à necessária deliberação da Chefia Institucional (art. 257, parágrafo único, Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994).

Parágrafo único. A decoração dos gabinetes institucionais, pautada no atendimento ao princípio da impessoalidade, deve primar pela sobriedade e pelo respeito às tradições forenses.

Instauração de Procedimentos. Processo Disciplinar Administrativo.

Art. 73. A instauração de procedimentos no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público dar-se-á, preferencialmente, pelo recebimento de manifestação escrita por parte do interessado.

Parágrafo único. O processo disciplinar administrativo observará ao disposto no Ato CGMP n.° 2, de 18 de setembro de 2003.

Promoção ou remoção. Critérios: atuação funcional, participação institucional e aperfeiçoamento da formação jurídica e profissional.

Art. 74. A Corregedoria-Geral informará ao Conselho Superior os dados constantes na ficha funcional do candidato à remoção ou promoção, para análise dos critérios envolvidos na formação do conceito funcional e dos impedimentos à movimentação na carreira.

Férias e Compensações. Licenças e Afastamentos.

Art. 75. Os requerimentos de afastamentos por férias e compensações por plantões de membros do Ministério Público deverão observar os termos da Resolução PGJ n.° 15, de 15 de março de 2006.

Gozo de férias. Declaração de regularidade de serviço. Informação do local de permanência.

Art. 76. O órgão de execução deverá apresentar à Corregedoria-Geral do Ministério Público, no início do gozo de férias individuais, declaração de regularidade de serviço – observado, no que couber, o disposto no artigo 3.°, § 8.°, desta Consolidação – e informações acerca dos locais em que puder ser encontrado. (art. 110, XVII, Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

Parágrafo único. As ausências dos membros do Ministério Público observarão os regimes estabelecidos pelos arts. 18, XLII e XLIII, 133 a 138 e 142 da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994.

TÍTULO II
DOS DADOS ESTATÍSTICOS
CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 77. Cumpre ao membro do Ministério Público informar à Corregedoria-Geral do Ministério Público os dados necessários à compilação das estatísticas relativas à sua atuação.

§ 1.° Os dados quantitativos relacionados à atuação processual dos Procuradores de Justiça serão colhidos através dos relatórios mensais encaminhados pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico. (art. 89, § 1°, IV, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

§ 2.° Os dados relativos à atuação dos órgãos de execução que compõem a Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça serão colhidos no relatório geral confeccionado anualmente pelo Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico, ficando os componentes daquele órgão eximidos de confeccionar relatórios individuais. (art. 89, § 1°, V, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

§ 3.° As atividades desenvolvidas pela Assessoria do Corregedor-Geral do Ministério Público serão compiladas em históricos específicos acerca da gestão correcional, ficando os Subcorregedores-Gerais e os Promotores de Justiça Assessores dispensados de apresentar relatórios individuais.

§ 4.° Os dados relativos à atuação dos ocupantes de cargos de coordenação e subcoordenação de Centros de Apoio Operacional, dos coordenadores das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente das Comarcas Integrantes da Bacia do Rio São Francisco, bem como daqueles designados pelo Procurador-Geral de Justiça para o exercício de funções delegadas, não serão aferidos por meio do envio de relatórios mensais individuais quando os encargos aludidos forem ultimados com prejuízo das atribuições afetas aos cargos titularizados.

§ 5.° Em caso de atribuições plurais, deverá o órgão de execução, na qualidade de titular, substituto (exceto substituição automática), cooperador ou auxiliar, elaborar um relatório para cada designação específica.

§ 6.° Não será exigida a confecção do Relatório Mensal de Atividades nas hipóteses especiais de "mutirão", que serão reguladas por resolução própria.

§ 7.° Os órgãos de execução designados para exercer funções especializadas junto aos Centros de Apoio Operacional prestarão ao coordenador do órgão as informações necessárias à feitura do relatório estatuído pelo art. 75, IV, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994, ficando dispensados do preenchimento de Relatório Mensal concernente à mencionada designação.

§ 8.° Entendem-se por funções especializadas, entre outras, aquelas afetas à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico, ao Grupo Especial de Promotores de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Habitação e Urbanismo da Região Metropolitana de Belo Horizonte, às Promotorias Regionais da Infância e da Juventude, bem como à Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente das Comarcas Integrantes das Bacias dos Rios São Francisco, Jequitinhonha e Pardo de Minas.

§ 9.° Os exercentes das funções de Coordenador de Centro de Apoio Operacional deverão confeccionar, com periodicidade anual, relatório específico acerca da atuação desenvolvida. (artigo 75, inciso IV, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

Art. 78. A Corregedoria-Geral do Ministério Público disponibilizará em sua página na internet formulários-modelo dos relatórios vigentes, procedendo

às atualizações que se mostrarem necessárias ao enfeixamento de todas as atividades relevantes à estatística laborativa ministerial, dando ampla publicidade às modificações implementadas.

§ 1.º Os dados colhidos, armazenados em arquivos de natureza pública, no âmbito da Corregedoria-Geral do Ministério Público, destinam-se à aferição do cumprimento das metas estipuladas nos Planos Gerais de Atuação, servindo também para averiguar a operosidade, a dedicação e a eficiência na atuação funcional.

§ 2.º A Corregedoria-Geral do Ministério Público dará publicidade no órgão oficial, regularmente, aos dados estatísticos compilados, disponibilizando-os na internet e na intranet, procurando fazê-lo de forma a ressaltar a atuação regionalizada, conforme divisão geográfica empreendida por ato da Procuradoria-Geral de Justiça.

§ 3.º A coleta, a organização e a publicidade dos dados estatísticos serão realizadas em conformidade com as Resoluções n.ºs 25/2007, 33/2008, e 63/2010, todas do Conselho Nacional do Ministério Público.

Art. 79. Constatada a divergência, fraudulenta ou não, dos dados estatísticos fornecidos por membro do Ministério Público à Corregedoria-Geral, ao órgão de execução será facultada a oportunidade de prestar explicações e proceder às retificações necessárias, sem prejuízo da possibilidade de deflagração de todas as medidas administrativas cabíveis, inclusive aquelas de natureza disciplinar.

Parágrafo único. Qualquer pessoa poderá representar à Corregedoria-Geral a suspeita de fornecimento adulterado de estatísticas.

CAPÍTULO II
DO RELATÓRIO MENSAL

Art. 80. Constitui dever funcional do órgão de execução o preenchimento do Relatório Mensal de Atividades (art. 110, XII, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994), cujo formulário pode ser acessado na página da Corregedoria-Geral, no link Relatório Mensal/Formulário do Relatório Mensal, onde também está disponível o respectivo manual de preenchimento.

§ 1.º O Relatório Mensal de Atividades deverá ser encaminhado à Corregedoria-Geral do Ministério Público, via intranet, do primeiro ao décimo dia do mês subsequente ao de referência.

§ 2.º O disposto no § 1º deste artigo aplica-se aos relatórios mensais de atividades referentes a dezembro (dias 1º a 19) e janeiro (dias 7 a 31).

§ 3.º Impossibilitada, por qualquer motivo, a remessa on-line, as informações poderão ser transmitidas por e-mail (rmensal@mp.mg.gov.br) ou encaminhadas por disquetes ou impressos personalizados.

§ 4.° O recebimento dos dados será confirmado pela Corregedoria-Geral do Ministério Público através de resposta eletrônica ou outro meio hábil de comunicação.

§ 5.° A exatidão dos dados constantes dos relatórios encaminhados será objeto de análise, inclusive, por ocasião das correições ordinárias, ressalvada a permanente possibilidade de instauração de correições extraordinárias para sua checagem, nas hipóteses em que houver suspeita das divergências apontadas no artigo 79 desta Consolidação.

§ 6.° O dever de preencher e enviar o Relatório Mensal de Atividades estende-se aos órgãos de execução oficiantes perante a segunda instância, devendo os respectivos dados estatísticos ser remetidos à Corregedoria-Geral até o dia 10 do mês subsequente, na forma do artigo 77, caput, desta Consolidação.

§ 7.° O formulário de preenchimento do Relatório Mensal de Atividades dos órgãos de execução oficiantes perante a segunda instância está disponível na página eletrônica da Corregedoria-Geral, em link próprio, podendo ser acessado por meio de login e senha individuais.

§ 8.° Em se tratando de Procuradorias de Justiça Especializadas, o preenchimento e o envio do Relatório de que cuida o § 6° deste artigo cabem ao respectivo Coordenador, incumbindo-se tal mister à Superintendência Judiciária no que se refere às demais Procuradorias de Justiça.

§ 9.° Faculta-se a adoção, pelos órgãos de execução oficiantes perante a segunda instância, do disposto no art. 81 e parágrafos desta Consolidação.

Art. 81. No preenchimento do Relatório, as manifestações processuais ou extraprocessuais que contiverem assinatura conjunta deverão ser computadas por todos os signatários.

Art. 82. Os órgãos de execução manterão, em pasta própria, cópias dos Relatórios e respectivos recibos emitidos pela Corregedoria-Geral do Ministério Público, permitindo-se o controle eletrônico das informações enviadas. (artigo 4.°, V, desta Consolidação)

Art. 83. Faculta-se a anotação, a compilação e o encaminhamento dos dados do Relatório Mensal de Atividades por servidor do Ministério Público lotado no Órgão de Administração, mediante autorização expressa do órgão de execução, desde que tal servidor seja ocupante dos cargos de Analista do Ministério Público na especialidade Direito ou Oficial do Ministério Público com formação em Direito.

§ 1.° Aos servidores que não tiverem formação jurídica somente poderão ser delegadas as funções de anotação e encaminhamento do relatório, mediante fornecimento prévio dos dados compilados.

§ 2.° A autorização referida no caput deste artigo efetivar-se-á através de prévio credenciamento no sistema de preenchimento on-line ou, no caso da remessa regulada pelo § 3° do art. 80 desta Consolidação, de indicação do servidor no corpo do Relatório.

§ 3.° O órgão de execução que delegar a servidor do Ministério Público lotado no Órgão de Administração o preenchimento e encaminhamento do Relatório Mensal de Atividades deverá autorizá-lo expressamente, através de menu próprio constante no sistema.

§ 4.° Uma vez autorizado o servidor do Ministério Público a preencher e encaminhar o Relatório Mensal de Atividades em conformidade com o disposto no § 2° deste artigo, deverá fazê-lo por meio de seu próprio login e senha.

Art. 84. Constitui dever funcional apenas do Promotor de Justiça com atribuições perante a Justiça Eleitoral o preenchimento do Relatório Mensal de Atividades Eleitorais, consoante modelo disponibilizado no sítio eletrônico da Procuradoria-Geral de Justiça, na página da Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Parágrafo único. O encaminhamento do relatório de que cuida o caput deste artigo deverá ocorrer na forma e prazo previstos nos §§ 1° e 2° do artigo 80 desta Consolidação.

Art. 85. As atividades desempenhadas durante o recesso forense deverão ser relatadas à Corregedoria-Geral em formulário simplificado.

§ 1.° Mesmo que escalado para oficiar, no período referido no caput deste artigo, em Promotorias de Justiça diversas, toda a atividade desempenhada pelo órgão de execução plantonista deverá constar de um único Relatório, o qual será encaminhado até o dia 10 de fevereiro, na forma do artigo 80 desta Consolidação.

§ 2.° Na seara criminal, serão objeto de manifestação, durante o período referido no caput deste artigo, todos os procedimentos relativos a feitos envolvendo réus presos, habeas corpus, pedidos que envolvam análise de status libertatis, mandados de segurança em matéria criminal e medidas cautelares, sem prejuízo da necessidade de apreciação dos casos que, independentemente de previsão legal, por suas peculiaridades reclamem posicionamento pautado pelo atendimento à urgência. Nos mesmos termos, deverá ser a atuação em âmbito cível, notadamente quanto aos feitos referentes às pretensões relativas a mandado de segurança, alimentos, guarda, tutela, curatela, interdição, possessórias, alvarás, pessoas em situação de vulnerabilidade (em especial menores e idosos), bem como apreciação de pedidos de tutela de urgência (liminares, cautelares e antecipação de efeitos de tutela).

TÍTULO III
DAS RECOMENDAÇÕES E ORIENTAÇÕES DESTINADAS AO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE-FIM
CAPÍTULO I - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 86. A função orientadora da Corregedoria-Geral do Ministério Público (art. 38 da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994) manifesta-se,

notadamente, por meio da expedição de recomendações e orientações aos órgãos de execução quanto a aspectos inerentes ao exercício das atribuições ministeriais, na forma do artigo 2.°, §§ 2.° e 3.°, desta Consolidação.

Parágrafo único. As recomendações e orientações editadas pela Corregedoria-Geral do Ministério Público compreendem não só aspectos jurídico-processuais, mas também questões praxistas, coexistindo com as recomendações e diretrizes emanadas de outros órgãos da Administração Superior, oriundas do Plano Geral de Atuação do Ministério Público, assim como as advindas de dinâmicas adotadas no âmbito das coordenadorias, devendo primar pela sua harmonização com as metas estabelecidas no planejamento estratégico institucional. (arts. 19, parágrafo único, XXIV e XXV, 33, IX, e 24, III, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

CAPÍTULO II
DAS RECOMENDAÇÕES

Seção I
Das disposições comuns

Testemunha. Tomada de compromisso.

Art. 87. Ao proceder à oitiva de testemunha para instruir procedimentos administrativos, o órgão de execução deverá atentar-se para a necessidade de tomar o respectivo compromisso.

Determinações judiciais. Órgãos subordinados ao Banco Central do Brasil. Acesso ao BACEN-JUD.

Art. 88. O órgão de execução, no exercício de seu mister, observada a conveniência e oportunidade, deverá requerer ao Juízo perante o qual oficiar que sejam realizadas por meio do sistema BACEN-JUD todas as determinações judiciais destinadas aos órgãos subordinados ao Banco Central, como desbloqueio de contas e ativos financeiros, comunicação de decretação e extinção de falências, solicitações de informações sobre a existência de contas correntes e aplicações financeiras, saldos, extratos e endereços de clientes.

Parágrafo único. Para obter maiores informações sobre o sistema a que se refere o caput deste artigo, o órgão de execução deverá acessar o endereço eletrônico www.bcb.gov.br/BCJUDINTRO.

Seção II
Da matéria penal

Controle externo da atividade policial. Autos paralisados na Delegacia de Polícia. Providências.

Art. 89. Recomenda-se aos órgãos de execução com atuação criminal, especificamente os que tiverem atribuições concernentes ao controle externo da atividade policial, que periodicamente solicitem ao Judiciário a relação de feitos paralisados além do prazo, via SISCOM, mormente os procedimentos que tramitem em Delegacias de Polícia, a fim de que tomem as providências cabíveis.

Parágrafo único. O controle externo das atividades policiais será efetivado nos termos das Resoluções 20, de 2007, 36, de 2009 (artigo 11, § 2.º), e 65, de 2011, todas do Conselho Nacional do Ministério Público.

Mandados de prisão. Levantamento. Encaminhamento à Polícia Militar.

Art. 90. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na área criminal a realização de levantamento dos processos em que presentes hipóteses de condenação ao cumprimento de penas privativas de liberdade, decretação de prisão preventiva – inclusive as lastreadas no art. 366 do Código de Processo Penal – e evasão durante execução de pena privativa de liberdade com mandados prisionais sem cumprimento por parte da Polícia Judiciária, para que, após análise individualizada, requeiram ao magistrado a remessa de segunda via ou cópia reprográfica das ordens de constrição à Polícia Militar, à Polícia Civil, à Polícia Federal e à Polinter, se cabível, objetivando soma de esforços para a efetividade dos comandos prisionais.

§ 1.º Se, depois de efetuado o levantamento, percebida hipótese de multiplicidade de processos criminais instaurados em face de determinado réu, ausente deliberação sobre prisão preventiva ou temporária em detrimento do criminoso contumaz ou de alta periculosidade, orienta-se ao órgão de execução postular, se presentes os requisitos e pressupostos legais, medida constritiva de natureza cautelar.

§ 2.º Nas hipóteses de frustração no cumprimento dos mandados, orienta-se no sentido de que sejam instadas as Autoridades Policiais envolvidas, para que, mediante prazo razoável, venham a esclarecer os motivos da impossibilidade da exação das ordens, a serem externados quando das remessas dos expedientes pertinentes aos Juízos respectivos.

Recebimento de Comunicação de Flagrante Delito. Fundamentação de Manutenção do Cárcere Provisório. Lei 12.403, de 2011.

Art. 91. Ao receber expedientes referentes à comunicação de autuação em flagrante delito, o órgão de execução deverá se pronunciar, fundamentadamente, acerca da manutenção ou não da custódia provisória, bem como se posicionar acerca da substituição da cautela máxima por outra menos gravosa (Lei 12.403, de 2011).

Parágrafo único. A mesma atitude será adotada na emissão de:

I – pareceres referentes à análise de pedidos de decretação ou de revogação de prisões processuais;

II - pedidos visando à decretação de prisões processuais;

III - alegações finais, inclusive as articuladas na fase do sumário, nos casos em que o réu houver permanecido preso ao longo da instrução processual.

Arquivamento de inquérito policial. Arquivamento indireto.

Art. 92. Recomenda-se ao órgão de execução que ressalve, por expresso, a possibilidade de reabertura do inquérito policial cujo arquivamento requerer, nos termos do artigo 18 do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. O órgão de execução, na hipótese que entender pela absoluta incompetência do Juízo, deverá requerer o encaminhamento dos autos ao Juízo competente, sendo-lhe permitido, na mesma manifestação, formular requerimento de envio dos autos, em caso de indeferimento do pleito pelo magistrado que firmar a competência, ao Procurador-Geral de Justiça para a designação de outro membro para oficiar no feito.

Crime de competência federal. Inquérito policial ou ação penal. Imediata declinação de atribuição. Remessa dos autos à Justiça Federal.

Art. 93. Os órgãos de execução com atribuições na seara criminal deverão promover a imediata declinação de atribuição ou competência, na primeira vista que tiverem do inquérito policial ou da ação penal, quando constatado crime de competência federal, com pedido de imediata remessa dos autos à Justiça Federal.

Parágrafo único. O requerimento de declínio de competência será formulado em observância ao disposto no artigo 91, parágrafo único, desta Consolidação.

Grupo Especial de Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais que Gozam de Foro por Prerrogativa de Função e Apoio às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público. Remessa de peças de informação ou inquérito policial envolvendo agentes políticos municipais com foro especial. Competência do Tribunal de Justiça. Emissão, pelo Grupo, da opinio delicti.

Art. 94. O órgão de execução que receber peças de informação ou inquérito policial envolvendo agentes políticos municipais com foro especial decorrente de prerrogativa de função deverá requerer a declinação da competência e o encaminhamento dos autos ao Egrégio Tribunal de Justiça para posterior remessa ao Grupo Especial de Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais que Gozam de Foro por Prerrogativa de Função e Apoio às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público, evitando-se, assim, a manutenção da carga em aberto na comarca.

Oferecimento da denúncia. Diligências mínimas a serem requeridas em cota.

Art. 95. Sem prejuízo do disposto no artigo 41 do Código de Processo Penal, a denúncia deverá ser formalizada de modo a contemplar, entre seus requerimentos de estilo, tópico expresso relativo à reparação dos danos causados pela infração, de modo a propiciar que a sentença penal condenatória a estabeleça, nos termos do artigo 387, inciso IV, do Código de Processo Penal. (TJMG, precedentes n.°s 1.0083.07.010954-7/001(1), 1.0024.09.718151-5/001(1), entre outros)

§ 1.° Na cota de oferecimento de denúncia, o órgão de execução requererá, ao menos, a juntada das Folhas de Antecedentes Criminais das pessoas que constarem no polo passivo da ação criminal, bem como as Certidões de Antecedentes Criminais delas, na comarca em que a inicial acusatória for ajuizada.

§ 2.° De posse dos registros extraídos da análise dos documentos referidos no § 1.° deste artigo, o órgão de execução requererá as Certidões de Antecedentes Criminais em todos os Juízos em que forem detectados apontamentos, comunicando-lhes, inclusive aos de Execuções Penais, a existência da denúncia e do despacho judicial de seu recebimento, para conhecimento e providências cabíveis.

§ 3.° Recomenda-se a diligência de que trata o § 1.° deste artigo em relação a todas as localidades noticiadas pelos autos como relevantes à vida das pessoas denunciadas, notadamente os sítios de nascimento e de exercício de atividades laborais, quando diversos dos domicílios fornecidos ou conhecidos.

Citação por edital. Observância de Súmula do STF.

Art. 96. Antes de requerer a citação editalícia, o órgão de execução deverá esgotar as possibilidades de localização do réu, requerendo tentativas de sua citação pessoal em todos os endereços constantes dos respectivos autos.

Parágrafo único. Esgotadas todas as possibilidades de citação pessoal, o órgão de execução requererá, nos autos, o atendimento à Súmula n.° 351 do Supremo Tribunal Federal, para, somente depois, pleitear a citação do réu por edital, caso não seja localizado.

Citação pessoal de réu preso. Entrevista reservada com o defensor. Obrigatoriedade. Lei n.° 10.792, de 1° de dezembro de 2003.

Art. 97. Em se tratando de ação penal com réu preso, o órgão de execução deverá exercer especial fiscalização no que se refere ao fiel cumprimento da Lei n.° 10.792, de 2003, a fim de que não se configurem as nulidades decorrentes da ausência da citação pessoal do acusado sob custódia para comparecer a interrogatório ou da falta de entrevista prévia com o defensor, velando pela efetiva realização do devido processo legal, com a plenitude do contraditório e da ampla defesa.

Incidente de Sanidade Mental de Acusado. Inadmissibilidade de prova emprestada.

Art. 98. Cada processo penal de acusado semi-imputável ou inimputável ensejará a confecção do respectivo incidente de sanidade mental, sendo inadmissível a inserção de laudo psiquiátrico havido em outro feito como forma de demonstração de sua parcial ou total incapacidade de entendimento ou de autodeterminação.

Infrações Penais que deixam vestígios. Inserção dos respectivos laudos aos processos penais de cognição.

Art. 99. À comprovação da materialidade das infrações penais que deixam vestígios, o órgão de execução diligenciará, sempre que possível, no

sentido da inserção dos respectivos laudos, elaborados de forma direta ou indireta, na forma dos artigos 158 e seguintes do Código de Processo Penal.

Palavra da vítima. Relevante valor probatório. Arrolamento. Tratamento dispensado ao ofendido.

Art. 100. Considerando-se o relevante valor probatório da palavra do ofendido (art. 201, caput, do Código de Processo Penal), recomenda-se aos órgãos de execução oficiantes na seara criminal o arrolamento daquele junto ao elenco da prova oral delineado no âmbito da denúncia.

§ 1°. O ofendido não é computado como testemunha, podendo ser incluído no rol de pessoas a serem ouvidas, com a indicação de seu qualificativo de vítima, mesmo nas hipóteses em que o número máximo de testemunhas coincidir com o máximo legal permitido.

§ 2.°. Revelando-se imprescindível a oitiva do ofendido recomenda-se requerimento de aplicação do disposto no artigo 201, § 1.°, do Código de Processo Penal e, por analogia, do disposto no artigo 220 do mesmo diploma legal.

§ 3.° O órgão de execução oficiante na seara criminal velará pela integral efetividade de todo o disposto nos parágrafos do artigo 201 do Código de Processo Penal.

Proteção a vítimas e testemunhas. Atuação do Ministério Público.

Art. 101. Recomenda-se aos órgãos de execução com atuação criminal que, em se tratando de inquéritos policiais, procedimentos investigatórios ou processos em que formalizados pedidos de inclusão de vítimas e testemunhas no PROVITA/MG, observem a necessária celeridade no processamento de tais feitos, especialmente no que tange ao parecer mencionado no artigo 3° da Lei n.° 9.807, de 1999, procedendo a contato com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário (CAO-DH) e com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais (CAO-Crim).

Pedido de interceptação telefônica. Prorrogação à revelia do Ministério Público. Fato que atenta contra as prerrogativas ministeriais.

Art. 102. Recomenda-se aos órgãos de execução que diligenciem no sentido de que eventuais pedidos de interceptação telefônica, bem como de suas respectivas prorrogações, encontrem-se em conformidade com os termos da Lei n.° 9.296, de 24 de julho de 1996, observando a regularidade de eventuais e sucessivas prorrogações da medida.

Procedimento de interceptação telefônica. Resolução CNMP n.° 36, de 6 de abril de 2009, com a redação dada pela Resolução CNMP n.° 51, de 9 de março de 2010.

Art. 103. O órgão de execução responsável pela investigação criminal ou instrução penal deverá atentar-se para a necessidade da observância e do cumprimento do disposto na Resolução CNMP n.° 36, de 2009, com a redação

dada pela Resolução n.º 51, de 2010, mormente quanto à obrigatoriedade de comunicar, mensalmente, à Corregedoria-Geral a quantidade de interceptações em andamento – requeridas ou acompanhadas – e o número de investigados que tiveram seus sigilos telefônico, telemático ou informático quebrados.

§ 1.º A comunicação a que se refere o caput deste artigo deverá ser feita via Relatório Mensal de Atividades (item 1.13 da Área Criminal).

§ 2.º Não será comunicado o nome dos investigados ou terminais telefônicos interceptados, mas apenas o número mensal totalizado.

§ 3.º Não são considerados, para fins da comunicação a que se refere o caput deste artigo, os procedimentos que se destinam exclusivamente a obter dados cadastrais, extratos de ligações, número de protocolos de comunicação, extratos de comunicação de terminais móveis, "extratos reversos" e similares, desde que não tenham por concomitante objeto o acompanhamento e/ou a captação do teor das comunicações.

§ 4.º Recomenda-se ao órgão de execução que necessitar de procedimentos de interceptação telefônica que, precedentemente ao requerimento de que tais interceptações sejam conduzidas pelo CAO-CRIMO, mantenha contato com o Coordenador desse Centro de Apoio, com o fim de averiguar a disponibilidade ou não nos terminais destinados à incidência de tais medidas.

§ 5.º Recomenda-se ao órgão de execução, no manejo das informações que lhe advierem da adoção das medidas tratadas neste artigo, especial zelo na execução das providências tomadas, com vistas a garantir efetividade quanto ao seu dever de primar pela segurança dos dados coletados e pelo sigilo legal referente a elas (artigo 8.º da Resolução n.º 36, de 6 de abril de 2009, do Conselho Nacional do Ministério Público).

Pretensão indenizatória em favor do ofendido.

Art. 104. A apuração do valor mínimo reparatório a que se refere o artigo 95, caput, desta Consolidação deverá ser buscada durante a instrução processual, devendo o órgão de execução sustentar a fixação do valor apurado, por ocasião das alegações finais.

Parágrafo único. Com o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, o órgão de execução velará para o atendimento no disposto no artigo 107 desta Consolidação.

Interposição de apelação. Aspecto restritivo.

Art. 105. Recomenda-se aos órgãos de execução, na hipótese de aviamento de recurso de apelação em sede criminal, a consignação detalhada, na petição de interposição, dos aspectos do decisório que pretendem atacar, esclarecendo ainda os casuísmos legais pertinentes à irresignação, elencados no art. 593 do Código de Processo Penal.

Parágrafo único. A conveniência da orientação elencada no caput deste artigo deriva do caráter restritivo no tocante ao recebimento e conhecimento

das irresignações ministeriais, mormente na seara das decisões emanadas do Tribunal do Júri.

Recurso do Ministério Público na seara criminal. Necessidade de apresentação das razões. Impossibilidade. Comunicação à Corregedoria-Geral.

Art. 106. O órgão de execução, ao recorrer em processo penal, deverá velar pessoalmente pela apresentação das respectivas razões.

Parágrafo único. Caso impossibilitado, por motivo de força maior, de apresentar as razões de que cuida o caput deste artigo, o órgão de execução deverá comunicar à Corregedoria-Geral os motivos da não apresentação.

Ação civil ex delicto.

Art. 107. Recomenda-se aos órgãos de execução que orientem as vítimas de infrações penais, ou seus familiares, sobre a possibilidade e o alcance da ação civil de reparação dos danos causados pelo crime, esclarecendo-lhes quanto ao ajuizamento da referida ação e, na hipótese do art. 68 do Código de Processo Penal, diligenciando a respectiva propositura.

Parágrafo único. Transitada em julgado a sentença penal condenatória, a reparação civil ex delicto poderá ser efetuada pelo valor fixado nos termos do inciso IV do caput do artigo 387 do Código de Processo Penal, sem prejuízo à liquidação para a apuração do dano efetivamente sofrido.

Efeitos da condenação. Perda do cargo, função pública ou mandato eletivo. Art. 92, I, "a" e "b", do CP. Observância pelo MP.

Art. 108. Em pedidos condenatórios, ao apresentar suas alegações finais, o órgão de execução deverá atentar-se para os efeitos da condenação previstos no art. 92, I, "a" e "b", do Código Penal, requerendo a perda do cargo, função pública ou mandato eletivo quando possível a aplicação de pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração, ou pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos nos demais casos.

Parágrafo único. Ao fiscalizar o cumprimento de sentenças que tiverem aplicado pena privativa de liberdade por tempo igual ou superior a um ano, nos crimes praticados com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, ou pena privativa de liberdade por tempo superior a quatro anos nos demais casos, o órgão de execução deverá velar pela estrita observância do disposto no inciso I do art. 92 do Código Penal, interpondo os devidos recursos, caso apropriado.

Destinação de objetos apreendidos.

Art. 109. O órgão de execução com atribuição na seara criminal velará para o atendimento integral dos termos do Provimento Conjunto n.º 01/2003, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

§ 1.° O órgão de execução diligenciará para que a destinação de objetos não se verifique:

I - antes do trânsito em julgado para todos os réus envolvidos no processo;

II - nas hipóteses de arquivamento determinado à falta de provas, enquanto não transcorrido o lapso prescricional do crime apurado.

§ 2.° Os pedidos de devolução de armas e equipamentos, veiculados pelo Comando da Polícia Militar, deverão observar as restrições tratadas neste dispositivo.

Apreensão dos objetos do crime. Arma de fogo.

Art. 110. Recomenda-se aos órgãos de execução que não encaminhem ao Exército brasileiro objetos de crime, devidamente apreendidos, diversos de armas de fogo, acessórios e munições, uma vez que a norma insculpida no art. 25 da Lei n.° 10.826, de 2003, com a redação que lhe foi dada pela Lei n.° 11.706, de 2008, faz referência apenas ao envio de tais objetos.

Parágrafo único. O Comando da 4ª Região Militar do Exército designou as seguintes organizações militares para receber as armas oriundas da Justiça: 4° Depósito de Suprimentos, localizado na Praça Presidente Antônio Carlos, s/n.°, Centro, Juiz de Fora - MG, e 55° Batalhão de Infantaria, localizado na Avenida do Exército, s/n°, Bairro Santo Antônio II, Montes Claros - MG.

Execução da pena de multa. Atribuição da Fazenda Pública.

Art. 111. Não havendo adimplemento voluntário da pena de multa, a execução por quantia certa deve ser empreendida pela Procuradoria da Fazenda Pública, em face do caráter de dívida de valor, conforme entendimento que se encontra sedimentado tanto no âmbito do Superior Tribunal de Justiça quanto do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Parágrafo único. Em que pese o posicionamento anterior desta Corregedoria-Geral apontar para a necessidade de que a pena de multa fosse executada pelo órgão do Ministério Público, os reiterados julgados em sentido contrário potencializam a perspectiva de que as execuções promovidas pelo Parquet nessa seara possam gerar extinções processuais por ilegitimidade do polo ativo.

Multas decorrentes de sentenças condenatórias. Aplicação da Lei n.° 9.099, de 26 de setembro de 1995. Recolhimento ao Fundo Penitenciário Estadual.

Art. 112. Os órgãos de execução oficiantes no Juízo Criminal e no Juizado Especial Criminal deverão fiscalizar a destinação das receitas originárias das multas provenientes das sentenças penais condenatórias transitadas em julgado e daquelas impostas em decorrência da aplicação da Lei n.° 9.099, de 1995, de modo a garantir que sejam recolhidas ao Fundo Penitenciário Estadual. (Lei n.° 11.402, de 14 de janeiro de 1994)

Crimes dolosos contra a vida de vítimas civis perpetrados por militares. Comunicação do flagrante.

Art. 113. Ao receber a comunicação do flagrante de militar que tenha, em tese, cometido crime doloso contra a vida de vítima civil, o órgão de execução com atribuição perante as auditorias militares requererá o imediato encaminhamento dos autos ao Tribunal do Júri, em observância à competência absoluta para a apreciação da matéria, nos termos do artigo 125, § 4.º, da Constituição Federal.

§ 1.º Na hipótese veiculada no caput deste artigo, o órgão de execução com atribuições perante as auditorias militares se absterá, na comunicação de flagrante confeccionada por autoridades militares em desfavor de indiciado militar, de emitir parecer acerca da soltura ou não desse último, devendo requerer a imediata remessa dos autos ao Juízo competente à apreciação do tema, onde será analisada, inclusive, a presença ou não, na espécie, de causas excludentes de antijuridicidade ou de culpabilidade.

§ 2.º Caso o Juiz da Auditoria Militar já tenha decidido pela soltura do indiciado militar em hipótese de prisão em flagrante por prática de crime doloso contra a vida de vítima civil, remetendo os autos somente para a ciência do órgão de execução oficiante perante as auditorias militares do Estado de Minas Gerais, deverá esse último recorrer da decisão, ante a manifesta incompetência do Juízo para a adoção da medida.

Inquérito policial militar versando sobre apuração de crime doloso contra a vida de vítima civil.

Art. 114. É facultado ao órgão de execução com atribuição perante o Tribunal do Júri que receber autos de inquérito policial militar destinados à apuração de prática, por militar, de crime doloso contra a vida de vítima civil, oriundos das auditorias militares, tomá-los como peças de informação e, com base nelas:

I - adotar as providências processuais que entender cabíveis ao enfrentall - remetê-las à Polícia Civil, requisitando a instauração de Inquérito Policial.

II - remetê-las à Polícia Civil, requisitando a instauração de Inquérito Policial.

Expedientes penais. Crime militar. Remessa à Justiça Castrense.

Art. 115. O órgão de execução com atribuição criminal deve remeter às auditorias militares do Estado de Minas Gerais os expedientes penais nos quais haja indícios de ilícitos de natureza militar, em face do caráter absoluto da competência da Justiça Militar.

Parágrafo único. O órgão de execução com atribuição perante as auditorias militares, detectando a prática de crimes da Justiça Comum, seja por parte de militares, seja por parte de civis, pleiteará a remessa de cópia dos autos ao Juízo competente.

Presos Militares. Necessidade de comunicações internas.

Art. 116. O órgão de execução com atribuição perante as auditorias militares do Estado de Minas Gerais comunicará a prisão de militar acautelado em unidade situada além dos limites da Comarca da Capital ao membro do Parquet lotado na Promotoria de Justiça da localidade na qual a restrição do status libertatis se efetivar.

§ 1.° A comunicação de que trata o caput deste artigo será endereçada:

I - ao órgão de execução com atribuições junto à Curadoria de Defesa dos Direitos Humanos, quando a custódia tiver natureza cautelar;

II - ao órgão de execução com atribuições perante as execuções penais, quando a prisão for definitiva.

§ 2.° Sempre que houver indícios de cumprimento irregular de custódia de natureza castrense, o órgão de execução com atribuição perante as auditorias militares solicitará apoio ao membro do Parquet com atribuição criminal ou de execução, conforme o caráter provisório ou definitivo da prisão, devendo esses últimos prestar-lhe as informações necessárias no prazo máximo de cinco dias.

§ 3.° O órgão de execução que receber a comunicação referida no caput deste artigo, ressalvada a hipótese do artigo 2.°, parágrafo único, da Lei de Execuções Penais, somente ingressará em recinto militar em que o policial ou bombeiro militares estaduais estiverem custodiados quando houver fundada suspeita de desrespeito aos direitos humanos e práticas de crimes contra tais pessoas cuja competência extrapole aquelas típicas da Justiça Militar.

Condenação. Pena privativa de liberdade superior a dois anos. Comunicação à Justiça Castrense. Exclusão de militar.

Art. 117. Considerando-se que, por força do disposto no art. 125, § 4°, da Constituição Federal e no art. 39, §§ 7.° e 8.°, da Constituição Estadual, o militar condenado pela Justiça Comum à pena privativa de liberdade superior a dois anos, após o trânsito em julgado da decisão condenatória, sujeitar-se-á à exclusão das fileiras militares, recomenda-se aos órgãos de execução oficiantes na seara criminal que, diante de casuísticas da espécie, requeiram ao Juízo da condenação a remessa da respectiva decisão, acompanhada da certidão de trânsito em julgado, ao Egrégio Tribunal de Justiça Militar, para que se dê início ao procedimento de exclusão do militar assim definitivamente condenado. (art. 111 da Constituição Estadual)

Transação penal. Valor pecuniário. Interesse difuso ou coletivo.

Art. 118. Os órgãos de execução com atribuições para atuar perante o Juizado Especial Criminal deverão zelar para que os valores pecuniários, referentes à transação penal em caso de crime ou contravenção em detrimento de interesses coletivos ou difusos protegidos pela Lei Federal n.° 7.347, de 1985, sejam revertidos ao Fundo Estadual de Defesa de Direitos Difusos, ressalvados os recursos destinados ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa ao Consumidor. (Lei Estadual n.° 14.086, de 6 de dezembro de 2001).

Atuação no Juizado Especial Criminal. Arquivamento de Termo Circunstanciado de Ocorrência. Presidência de audiências preliminares. Propositura de transação penal e suspensão condicional do processo. Medidas processuais cabíveis em casos de violação de prerrogativas.

Art. 119. A convicção pelo arquivamento de Termo Circunstanciado de Ocorrência precede à proposta de transação penal.

Parágrafo único. O arquivamento de Termo Circunstanciado de Ocorrência observará o disposto no artigo 91 desta Consolidação.

Art. 120. Recomenda-se aos órgãos de execução, especialmente àqueles oficiantes no Juizado Especial Criminal, a observância dos ditames processuais da Lei n.° 9.099, de 1995, notadamente no que diz respeito à necessidade de a audiência ser presidida por Magistrado togado, uma vez que a atuação do conciliador restringe-se à fase de composição de danos civis.

Art. 121. Recomenda-se aos órgãos de execução que velem efetivamente pela prerrogativa ministerial no tocante às iniciativas das propostas de transação penal e de suspensão condicional do processo, não as admitindo por órgãos estranhos ao Parquet, nem mesmo a estagiários do Ministério Público tampouco aos de outras instituições.

Art. 122. Diante da verificação das hipóteses dos arts. 120 e 121 desta Consolidação, o órgão de execução manejará o recurso cabível, com o indispensável prequestionamento, sem prejuízo à observância do disposto no artigo 42 desta Consolidação.

Juizado Especial Criminal. Proposta de transação. Destinatário.

Art. 123. Recomenda-se aos órgãos de execução, quando da formalização da proposta de transação penal de caráter pecuniário, privilegiar, em detrimento da multa, a pena restritiva de direito definida no artigo 43, I, do Código Penal, especificando-se, em seu bojo, o destinatário da benesse.

Transação penal e oferecimento de denúncia. Eventos esportivos ou culturais. Estatuto do Torcedor (Lei n.° 10.671, de 15 de maio de 2003).

Art. 124. Recomenda-se aos órgãos de execução designados para atuar em plantões junto ao Juizado Especial Criminal, principalmente quando em funcionamento no Estádio Governador Magalhães Pinto, que, configurando-se a situação de mau torcedor, nos termos do § 2° do art. 39 da Lei n.° 10.671, de 2003 (Estatuto do Torcedor), ofereçam transação penal para que o autor do fato fique impedido de comparecer nos eventos esportivos subsequentes, em qualquer local de sua realização, bem como nas suas proximidades, durante o prazo e nas condições fixadas na medida despenalizadora, obrigando-se o torcedor a firmar termo na data e horário dos respectivos eventos na secretaria do Juizado Especial Criminal.

Parágrafo único. Na eventualidade de não ser possível o oferecimento da transação penal na forma como estabelece o caput deste artigo, o órgão de execução deverá ofertar outra transação penal cabível e adequada ou, não sendo o caso e presentes todos os elementos de convicção, deverá oferecer denúncia, de imediato.

Suspensão condicional do processo. Diligências para averiguação dos requisitos subjetivos. Fundamentação.

Art. 125. Recomenda-se aos órgãos de execução oficiantes no âmbito criminal que, na tramitação do inquérito policial ou do procedimento inquisi-

tório similar, ordenem, quando possível, a realização de diligências visando a apurar, adequadamente, a existência dos requisitos subjetivos mencionados no art. 89, parte final, da Lei n.° 9.099, de 1995.

Art. 126. A pena mínima referente ao requisito objetivo à concessão da proposta de suspensão condicional do processo é de um ano, e não dois, inexistindo qualquer simetria ou possibilidade de adequação analógica entre tal aspecto e o quantum máximo sancionatório definidor da competência dos Juizados Especiais Criminais.

Art. 127. Oferecida a denúncia, devem ser externados, por cota nos autos, os motivos que ensejam ou não a proposta de suspensão condicional do processo.

Parágrafo único. Aos órgãos de execução oficiantes no âmbito dos Juizados Especiais Criminais recomenda-se, além do disposto no caput deste artigo, que decline os motivos de não apresentação de proposta de transação penal, quando do oferecimento de denúncia.

Juizados Especiais Criminais. Atuação em Segunda Instância.

Art. 128. Ao elaborar as razões de apelação, o órgão de execução irresignado deverá requerer, em cota, a remessa dos autos ao Ministério Público para a emissão de parecer recursal.

Parágrafo único. O artigo 61 da Instrução n.° 1, de 11 de outubro de 2011, da lavra do Presidente do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais deverá ser objeto de prequestionamento.

Art. 129. O órgão de execução incumbido do exercício de funções em segunda instância dos Juizados Especiais Criminais deverá, invariavelmente, expedir o respectivo parecer, velando, inclusive, pelo acesso dos autos para tais fins mesmo nas hipóteses em que o Ministério Público for o recorrente.

Parágrafo único. Em caso de sucumbência verificada perante a Turma Recursal e ensejando a espécie o manejo de recurso, a eventual aplicação da disposição referida no parágrafo único do artigo 125 desta Consolidação deverá ser objeto dos motivos da irresignação, em tópico preliminar.

Tribunal do Júri. Decisão manifestamente contrária à prova dos autos. Negativa de autoria ou de participação. Inocentação declinada com base no quesito absolutório genérico.

Art. 130. Nos casos em que a absolvição, durante a votação dos quesitos, ocorrer em resposta ao quesito previsto no artigo 483, inciso III e § 2.°, do Código de Processo Penal, depois do envolvimento do réu haver sido reconhecido pelos jurados no quesito pertinente, recomenda-se ao órgão de execução que estiver sustentando a acusação pleitear a aplicação do disposto no artigo 490, caput, do mesmo diploma legal, desde que a tese de negativa de autoria ou de participação tenha sido a única empenhada pelo próprio réu, em autodefesa, e/ou pela Defesa técnica, tanto durante a fase de sumário quanto ao longo dos trabalhos realizados em plenário de julgamento, fazendo constar o incidente em ata.

§ 1.º Indeferida a providência referida no caput deste artigo, recomenda-se ao órgão de execução o manejo de apelação, estribada no artigo 593, inciso III, alínea "d", do Código de Processo Penal.

§ 2.º. Recomenda-se a interposição do recurso tratado no § 1º deste artigo, pelos mesmos fundamentos, nas hipóteses em que, deferida a repetição da votação dos quesitos, os jurados insistirem na postura absolutória, referida no caput deste artigo.

Suspensão dos direitos políticos. Condenação criminal.

Art. 131. Recomenda-se aos órgãos de execução que, ao elaborarem as alegações finais no processo penal cognitivo e sendo cabível a imposição de condenação criminal, postulem a oportuna comunicação do trânsito em julgado à Justiça Eleitoral, para efeito de anotação da suspensão dos direitos políticos, efeito automático da condenação (art. 15, III, da Constituição Federal), no Cadastro Geral de Eleitores, efetivando-se o impedimento ao exercício dos direitos de votar e ser votado.

Inelegibilidade. Condenação criminal.

Art. 132. Recomenda-se aos órgãos de execução que, ao elaborarem as alegações finais nas ações penais pelos crimes mencionados no art. 1º, inciso I, alínea "e", da Lei Complementar n.º 64, de 1990, com a redação dada pela Lei Complementar n.º 135/2010, e sendo cabível a imposição de condenação, postulem a oportuna comunicação da decisão condenatória colegiada à Justiça Eleitoral, para efeito de sua anotação no Cadastro Geral de Eleitores, na forma do art. 51 da Resolução-TSE n.º 21.538, de 2003, efetivando-se o impedimento ao exercício da capacidade eleitoral passiva.

Execução penal. Emissão de atestado anual de pena a ser cumprida. Pena privativa de liberdade. Omissão judiciária. Comunicação ao CAO-Crim.

Art. 133. Os órgãos de execução com atribuição para atuar perante a execução penal deverão promover a fiscalização quanto ao fiel cumprimento do prelecionado na norma cogente inserta no artigo 41, inciso XVI, da Lei n.º 7.210, de 1984, aferindo a emissão dos atestados anuais de pena a ser cumprida, até o último dia do mês de março de cada ano, para o acusado que já estiver cumprindo pena privativa de liberdade, e, verificando hipótese de omissão judiciária, deverão adotar as providências cabíveis, entre as quais a imprescindível comunicação ao CAO-Crim, objetivando acompanhamento.

Parágrafo único. O órgão de execução velará para que os atestados de pena ou medida de internação a cumprir também sejam emitidos na forma do artigo 3.º da Resolução Conjunta n.º 1, de 29 de setembro de 2009, do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Execução Penal. Negativa injustificada ao trabalho ou ao estudo por parte do Reeducando. Configuração de falta grave.

Art. 134. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições perante as Varas de Execução Penal atenção às disposições contidas nos artigos 50, inciso VI, e 39, inciso V, ambos da Lei n.° 7.210, de 1984, observada a dicção do artigo 31 do mesmo diploma legal, e à ressalva contida no parágrafo único dessa mesma norma.

Atribuição do Ministério Público para atuar nos casos de crimes envolvendo Prefeitos. Procuradoria de Justiça de Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais (PJCCAP).

Art. 135. A Procuradoria de Justiça de Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais, por seus integrantes, ao receber as notícias de fatos, em tese, criminosos envolvendo Prefeitos municipais, oriundas do Poder Legislativo Municipal, Ministério Público local, Poder Judiciário e outros órgãos, ou de cidadãos comuns, iniciará as respectivas apurações, com base na Resolução Conjunta PGJ CGMP n.° 2, de 14 de setembro de 2004, que regulamenta o art. 67, I, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994, disciplinando, no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, a instauração e a tramitação do procedimento investigatório criminal.

Ordem Econômica e Tributária. Cuidados Especiais contra a Prescrição.

Art. 136. Recomenda-se ao órgão de execução com atribuição na Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária a efetivação de medidas cabíveis nos procedimentos sob seus cuidados antes da ocorrência do prazo prescricional, tendo em vista as consequências sociais e orçamentárias referentes à recuperação de ativos.

Exploração florestal. Obrigatória autorização do órgão fiscalizador competente. Infrações à legislação ambiental. Medidas judiciais e extrajudiciais. Instrumentos e produtos do crime. Transação penal e suspensão condicional do processo. Critérios para a formulação de propostas.

Art. 137. Recomenda-se aos órgãos de execução com atuação no controle da exploração, comércio, transporte e consumo de produtos de origem florestal, especialmente o carvão vegetal destinado à siderurgia, que exijam, no âmbito de suas comarcas, a firme atuação dos órgãos fiscalizadores no combate às práticas ilícitas de desmatamento, atividades de carvoaria e transporte de produtos de origem florestal, especialmente com a aplicação das sanções administrativas pertinentes, nos termos do Decreto Federal n.° 6.514, de 2008.

§ 1.° Eventual doação decorrente da apreensão de produtos de origem florestal deverá beneficiar, preferencialmente, instituições que tenham entre seus objetivos estatutários a defesa do meio ambiente e que se comprometam, quando da comercialização daqueles produtos e instrumentos, a respeitar seu valor de mercado.

§ 2.° O membro do Ministério Público com atuação no controle da exploração, comércio, transporte e consumo de produtos de origem florestal, especialmente o carvão vegetal destinado à indústria siderúrgica, deve manter

contato permanente com as autoridades ambientais e os juízes das comarcas em que oficiem para que estabeleçam mecanismos capazes de agilizar os procedimentos que envolvam infrações ambientais com carga de origem florestal apreendida, visando sobretudo à efetividade no combate à "máfia do carvão".

§ 3.º A elaboração de proposta de transação penal nos crimes de transporte ilegal de produtos florestais deverá utilizar critérios uniformes e coerentes com a necessidade de repressão a esse tipo de delito.

Conflitos agrários. Conhecimento de notitia criminis.

Art. 138. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições em direitos humanos, apoio comunitário e conflitos agrários (art. 61, IV, da Lei Complementar n.º 34, de 1994) comunicarem ao Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários a existência de ocorrências policiais, notitia criminis, termos circunstanciados de ocorrências, inquéritos policiais e/ou ações penais concernentes a infrações penais em tese perpetradas em razão de conflitos coletivos pela posse da terra rural.

Parágrafo único. Para conferir efetividade à presente recomendação devem os órgãos de execução encaminhar cópia dos respectivos documentos ao Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários.

Combate ao abuso e à exploração sexual infantojuvenis. Área Criminal.

Art. 139. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuição na área criminal especial atenção ao efetivo combate ao abuso e à exploração sexual infantojuvenis, priorizando o andamento de inquéritos e processos.

Combate ao abuso e à exploração sexual infantojuvenis.

Parágrafo único. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuição na área da infância e juventude que demandem dos municípios integrantes da comarca em que oficiem serviço socioassistencial específico para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual (abuso ou exploração sexual), preferencialmente prestado pelo CREAS, admitindo-se na modalidade regional.

Apreensão de Menores.

Art. 140. O órgão de execução deve encetar esforços, junto à Polícia Civil e à Assistência Social do Município, para que a obrigação de comunicação de apreensão de menores em conflito com a lei seja, primeiramente, empreendida pela Polícia, que pode vir a ter apoio daquele último órgão.

§ 1.º O órgão de execução deve primar para que o acompanhamento de adolescentes apreendidos em Delegacias de Polícia seja feito, primordialmente, por seus familiares, em respeito ao princípio da responsabilidade parental.

§ 2.º Diante da impossibilidade de localização da família ou de sua locomoção até a unidade policial em que estiver apreendido o adolescente acusado da prática de ato infracional, o acompanhamento desse último, sua

condução até a residência e a localização de seus pais são atribuições do Serviço de Assistência Social do local em que tiver ocorrido a apreensão, podendo a Polícia Civil apoiar aquele órgão no desempenho de tal tarefa.

§ 3.º Nenhum adolescente privado de sua liberdade poderá, sob hipótese alguma, permanecer custodiado em companhia de outros do sexo oposto ou com presos provisórios ou definitivos que já tenham alcançado a maioridade penal.

§ 4.º O órgão de execução, detectando situação de risco, poderá solicitar o envolvimento do Conselho Tutelar, que, a seu critério, poderá envolver-se na efetividade das disposições constantes neste artigo.

Infância e Juventude. Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Alternativas viáveis à internação.

Art. 141. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na defesa dos direitos da infância e juventude que velem para que a implantação, a ampliação e/ou a reavaliação de programas de atendimento à infância e à juventude, principalmente os referentes às ações protetivas e socioeducativas em meio aberto, correspondentes às medidas previstas nos arts. 101, II, IV, V e VI, 112, III e IV, e 129, I, II, III e IV, todos da Lei n.º 8.069, de 1990, as quais sirvam, inclusive, de intervenção preventiva e protetiva à família do adolescente, constituindo-se em alternativas viáveis à internação, sejam garantidas junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, onde houver, e perante o Executivo Municipal.

Parágrafo único. Em sendo inviável a negociação, deverão ser empregadas as medidas judiciais cabíveis, compelindo-se o poder público a garantir o atendimento à criança e ao adolescente em cada município. (Recomendação Conjunta CGMP CAOIJ n.º 1, de 19 de agosto de 2008)

Infância e Juventude. Excepcionalidade da medida socioeducativa de privação de liberdade. Estudo psicossocial interdisciplinar.

Art. 142. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na defesa dos direitos da infância e juventude que, em sendo detectada a necessidade de aplicação de medida socioeducativa de privação de liberdade, a qual somente será cabível se se mostrar impossível a aplicação de medidas que possam ser cumpridas em meio aberto, requeiram a elaboração de estudo psicossocial, realizado por equipe técnica interprofissional, com a participação de psicólogo, pedagogo e assistente social, profissionais esses disponíveis na comarca ou em comarca contígua ou eventualmente a serviço da municipalidade, para que seja aferida eventual periculosidade e a necessidade de privação de liberdade.

Parágrafo único. Não deve ser admitida a intervenção de membros do Conselho Tutelar na elaboração de pareceres técnicos e/ou realização de estudos sociais para os quais não tenham a necessária formação técnica profissional. (Recomendação Conjunta CGMP CAOIJ n.º 1, de 19 de agosto de 2008)

Infância e Juventude. Permanência de adolescentes em delegacias de polícia. Prazo máximo de cinco dias. Inobservância. Art. 235 do ECA.

Art. 143. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na defesa dos direitos da infância e juventude que velem pela efetiva aplicação do preceituado nos arts. 123 e 185, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, segundo os quais o prazo máximo para a permanência de adolescente em delegacias de polícia é de cinco dias, período durante o qual deve ser providenciada, se possível, a transferência para a entidade de atendimento em localidade mais próxima, visto que a permanência injustificada do adolescente naquele estabelecimento prisional além desse prazo pode configurar o crime previsto no art. 235 do ECA, observado, sempre, o disposto no artigo 140, § 3º, desta Consolidação. Para tanto, deverá o Promotor de Justiça, nos autos do procedimento para aplicação de medida socioeducativa, quando do oferecimento da representação e quando da apresentação das alegações finais, requerer ao Juiz que proceda nos termos do disposto nos artigos 327/330 do Provimento n.º 161 da Corregedoria-Geral de Justiça, que disciplinam a forma como o Juiz de Direito encaminhará ao Estado o pedido de vaga no sistema socioeducativo.

Parágrafo único. Deve ser observado pelo órgão de execução o cumprimento do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, determinado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, para a condução da ação socioeducativa, estando o adolescente privado de liberdade, visto que o descumprimento do referido prazo pode configurar o crime previsto no art. 235 do ECA. (Recomendação Conjunta CGMP CAOIJ n.º 1, de 19 de agosto de 2008)

Infância e Juventude. Apuração de ato infracional. Medidas socioeducativas. Políticas públicas.

Art. 144. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na defesa dos direitos da infância e juventude que, nas comarcas em que atuem, verifiquem a existência de programas específicos de execução de medidas socioeducativas, bem como fiscalizem a situação de adolescentes na cadeia pública local, assegurando-se-lhes, conforme for o caso, a efetivação do cumprimento das medidas socioeducativas em meio aberto (prestação de serviços à comunidade e liberdade assistida), podendo ser empregados para tanto os meios extrajudiciais e judiciais cabíveis. (Recomendação Conjunta CGMP CAOIJ n.º 1, de 19 de agosto de 2008)

Infância e Juventude. Código Civil e a aplicação excepcional de medida socioeducativa ao maior de 18 anos.

Art. 145. A fixação da maioridade civil a partir dos dezoito anos completos (art. 5º do Código Civil) não impede o cumprimento de medida socioeducativa de internação do agente que tenha idade superior a 18 e inferior a 21 anos, haja vista prevalecer, na espécie, a especificidade do disciplinamento inserto na legislação específica. (art. 2º, parágrafo único, e art. 121, § 5º, da Lei n.º 8.069, de 1990)

Infância e Juventude. Venda de produtos explosivos a adolescentes. Fiscalização. Repressão.

Art. 146. Orienta-se aos órgãos de execução militantes na área da infância e juventude a efetivação de diligências visando impedir, em dinâmica preventiva, a destinação – a título oneroso ou gratuito – de armas, munições e materiais de natureza explosiva a crianças e adolescentes, dando publicidade às normas proibitivas, sugerindo ainda gestões no sentido de se promover afixação do texto das capitulações criminais nos estabelecimentos que exercem o comércio dos objetos potencialmente lesivos, sem embargo do encetamento de outras medidas cíveis, criminais e administrativas cabíveis à espécie. (arts. 201, VIII, 242 e 244 da Lei n.° 8.069, de 1990)

Seção III

Da matéria cível e dos interesses difusos e coletivos

Enunciados do Conselho Superior do Ministério Público

Art. 147. Recomenda-se o integral atendimento aos enunciados do Conselho Superior do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Nos procedimentos preparatórios ou inquéritos civis em que sejam realizadas perícias, deve-se buscar o recebimento dos custos despendidos à realização da diligência, bem como os honorários dos expertos, no Termo de Ajustamento de Conduta que neles eventualmente for celebrado ou na respectiva Ação Civil Pública, nos termos do artigo 20, § 2.°, do Código de Processo Civil, inclusive quando órgãos do poder público celebrarem tais acordos ou figurarem como réus, visto que estes são isentos do adiantamento de custas, mas não do reembolso das despesas adiantadas. (TJMG. APCV-RN 3181938-98.2009.8.13.0105. Governador Valadares. Sexta Câmara Cível. Rel. Des. Maurício Barros. Julg. 31.01.2012. DJEMG 10.02.2012)

Procuradoria de Justiça de Direitos Difusos e Coletivos. Ações civis públicas ajuizadas pelo Ministério Público. Órgão do Ministério Público em segundo grau. Atuação como parte, e não como fiscal da lei.

Art. 148. A atuação do Procurador de Justiça, representante do Ministério Público em segundo grau – como parte ou fiscal da lei –, é determinada pela forma como ocorreu a intervenção ministerial em primeiro grau. Sua participação, portanto, não é exclusivamente de fiscal da lei.

Processo Civil. Custos legis. Processos com presença de interesse público. Inteligência do art. 82 do Código de Processo Civil.

Art. 149. A intervenção ministerial nas causas relativas a processos e procedimentos cíveis de qualquer natureza recebidos dos órgãos da Justiça ou de cartórios de registros se dará pelo órgão de execução que receber o feito, no uso de suas prerrogativas legais.

§ 1.º Ainda que verifique não se tratar de causa que justifique a intervenção, o órgão de execução deverá consignar concisamente a sua conclusão, sem se esquecer dos respectivos fundamentos que a embasaram, com arrimo nos elementos contidos nos autos, sob pena de não ser considerada efetiva a sua atuação funcional.

§ 2.º A avaliação da necessidade ou não de intervenção no processo civil deverá ser feita exclusivamente pelos membros do Ministério Público, mediante vista dos autos.

§ 3.º É vedada qualquer solicitação genérica de não remessa de feitos.

§ 4.º É desnecessária a atuação, no mesmo grau de jurisdição, de mais de um órgão do Ministério Público em ações individuais ou coletivas, propostas ou não por membro da Instituição.

§ 5.º Em se tratando de recurso interposto pelas partes nas situações em que a intervenção do Ministério Público é obrigatória, poderá o órgão de execução que atua perante o primeiro grau manifestar-se somente sobre os requisitos de admissibilidade recursal.

§ 6.º Se, nas razões ou contrarrazões de recurso, forem suscitadas preliminares ao julgamento pela superior instância ou deduzidas questões novas, a manifestação do membro do Ministério Público será obrigatória.

§ 7.º O membro do Ministério Público pode ingressar em qualquer causa na qual reconheça motivo para sua intervenção.

§ 8.º A intervenção do Ministério Público será obrigatória nas causas em que o objeto da ação, pela relevância das questões econômicas, sociais, políticas ou jurídicas nela discutidas, ultrapasse a esfera dos interesses das partes e possa ter especial repercussão nas esferas municipal ou estadual.

Prazo para emissão de pareceres em retificação de registro civil (Lei n.º 12.100, de 27 de novembro de 2009) e habilitação de casamento (Lei n.º 12.133, de 17 de dezembro de 2009).

Art. 150. Nos procedimentos que versarem sobre retificação de registro civil e habilitação de casamento, o órgão de execução emitirá seu parecer em até 5 (cinco) dias, a contar do recebimento dos respectivos expedientes.

Área de reserva legal. Averbação no registro de imóveis. Imposição legal.

Art. 151. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na área de meio ambiente e de registros públicos que fiscalizem os atos registrais concernentes à averbação da área de reserva legal a serem efetivados perante os Cartórios de Registro de Imóveis, inspecionando os livros pertinentes e apontando outras providências capazes de tornar efetivas as normas insertas no art. 16 da Lei n.º 4.771, de 1965, bem como na Lei n.º 10.267, de 2001.

Parágrafo único. O cumprimento da legislação relativa à reserva legal deverá ser verificado pelo órgão de execução antes de promover o arquivamen-

to de procedimento administrativo ambiental, mesmo que esta não seja a causa da instauração do procedimento. (Enunciado de Súmula CSMP n.º 37/2006)

Meio ambiente. Celebração de termo de ajustamento de conduta e empreendimentos não licenciados. Inviabilidade.

Art. 152. Recomenda-se aos órgãos de execução com atuação na área de defesa do meio ambiente a não celebração de termos de ajustamento de conduta que possibilitem o funcionamento de empreendimentos cujas atividades se encontrem embargadas pela Administração Pública, assim como a não firmação de compromissos de ajuste que permitam o funcionamento de empresas que não possuam licenciamento ambiental, sem a interveniência do órgão ambiental competente.

Meio ambiente. Dano ambiental. Transação penal e composição civil. Termo de ajustamento de conduta.

Art. 153. A composição do dano ambiental, que é requisito legal para a admissibilidade da aplicação imediata da pena, nos termos do art. 27 da Lei n.º 9.608, de 12 de fevereiro de 1998, deve ser firmada preferencialmente mediante termo de ajustamento de conduta, em conformidade com o art. 5º, § 6º, da Lei n.º 7.347, de 1985.

Bens ou ambientes de valor natural, urbanístico, histórico-cultural, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico. Transação penal. Medidas compensatórias e penas pecuniárias. Destinação ao FUNDIF.

Art. 154. Os recursos financeiros decorrentes das medidas compensatórias e das penas pecuniárias ajustadas em transação penal, aplicadas em razão de danos causados a bens ou ambientes de valor natural, artificial (urbanístico), histórico-cultural, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico e científico, devem ser destinados, prioritariamente, ao Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (FUNDIF), gerido pelo Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Difusos (CEDIF), tendo em vista a efetiva reconstituição dos bens lesados, conforme a Lei Federal n.º 7.347, de 1985, e a Lei Estadual n.º 14.086, de 2001.

§ 1.º A destinação dos valores ao FUNDIF deve ser feita via SRU no momento em que o órgão de execução registrar o(s) termo(s) de ajustamento de conduta nesse Sistema, que, automaticamente, gerará o Documento de Arrecadação Estadual (DAE) e expedirá as certidões de quitação ou débito, garantindo a identificação do local do dano e o retorno prioritário dos recursos a esses locais.

§ 2.º Os recursos provenientes das multas por descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer (astreintes), previstas em TACs ou impostas por sentenças condenatórias, poderão ser destinados ao FUNDIF ou ao Fundo Especial do Ministério Público de Minas Gerais (FUNEMP), a critério do órgão de execução.

§ 3.º Os valores relativos ao ressarcimento de despesas realizadas pela Procuradoria-Geral de Justiça com perícias, laudos e pareceres devem ser destinados ao FUNEMP.

Patrimônio cultural arquivístico. Preservação.

Art. 155. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na defesa do patrimônio cultural que fiscalizem o estado de acondicionamento, conservação, organização e preservação dos livros, processos e demais papéis sob a guarda dos serviços notariais e de registro, bem como autos processuais findos existentes na comarca, principalmente aqueles que remontam aos séculos XVIII, XIX e XX.

Parágrafo único. Recomenda-se aos órgãos de execução envidarem esforços junto aos magistrados para a implantação do "Projeto de Gestão Documental da Memória do Judiciário Mineiro", segundo diretrizes técnicas estabelecidas pelo TJMG.

Patrimônio cultural e turístico. Legislação municipal de proteção do patrimônio cultural.

Art. 156. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na defesa do patrimônio cultural e turístico que verifiquem se o município apresenta legislação protetiva que contemple os diversos instrumentos e órgãos de defesa e promoção do patrimônio cultural, tais como registros, inventários, tombamentos, gestão documental, poder de polícia, educação patrimonial, Conselho e Fundo Municipal de Patrimônio Cultural, tomando as medidas administrativas e judiciais cabíveis em caso de eventual omissão do poder público.

Municípios. Elaboração do plano diretor. Esgotamento do prazo legal fixado.

Art. 157. Recomenda-se aos órgãos de execução que adotem as medidas legais pertinentes em face dos municípios que, enquadrados nas obrigações previstas na Lei n.° 10.257, de 10 de julho de 2001, nos termos do art. 50, com a redação dada pela Lei n.° 11.673, de 8 de maio de 2008, não tenham plano diretor aprovado pelo Legislativo Municipal até o dia 30 de junho de 2008.

Conflitos Agrários. Atribuição da Promotoria Especializada. Comunicações

Art. 158. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições em direitos humanos, apoio comunitário e conflitos agrários (art. 61, IV, da Lei Complementar n.° 34, de 1994) velarem pela atribuição da Promotoria de Justiça Especializada em Conflitos Agrários de Belo Horizonte e pela competência ratione materiae da Vara Agrária Estadual, nos conflitos coletivos sobre a posse da terra rural, nas ações discriminatórias de terras devolutas estaduais e nas respectivas ações conexas, nos termos dos arts. 126 da Constituição Federal, 82, III, do Código de Processo Civil e da Resolução n.° 438, de 2004, alterada pela Resolução n.° 620, de 2009, ambas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. Para dar efetividade à presente recomendação, devem os órgãos de execução peticionar ao Juízo no qual tramita o feito, requerendo sua remessa à Vara Agrária Estadual, com a revogação de eventuais atos decisórios, de tudo informando o Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários.

Art. 159. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições em direitos humanos, apoio comunitário e conflitos agrários (art. 61, IV, da Lei

Complementar n.º 34, de 1994) informarem ao Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários a existência e/ou instauração de procedimentos/ações atinentes aos vetores de cumprimento da função social de imóveis rurais, nos termos do art. 186 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Para tanto, imperativo o encaminhamento de portarias inaugurais, petições iniciais e outros documentos pertinentes ao Centro de Apoio Operacional de Conflitos Agrários.

Projeto Conciliação. Resolução n.º 460, de 28 de fevereiro de 2005, da Corte Superior do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Atuação do Ministério Público.

Art. 160. Inexiste obrigatoriedade de participação do órgão de execução nas sessões de conciliação definidas no art. 26 da Resolução n.º 460, de 2005, da Corte Superior do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, facultando-se ao membro do Ministério Público acompanhar os juízes orientadores na supervisão das referidas sessões.

Parágrafo único. A manifestação do Ministério Público, na qualidade de fiscal da lei, ocorrerá, criteriosamente, após a entabulação de eventual acordo firmado na sessão de conciliação e antes da prolação da respectiva sentença.

Expedientes oriundos do Tribunal de Contas. Autos originais. Feitura de cópias.

Art. 161. O órgão de execução com atribuição na defesa do patrimônio público, na hipótese de recebimento de autos originais oriundos de procedimento afeto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais versando sobre prestação de contas de qualquer natureza, encaminhados ou não pelo Ministério Público oficiante naquela Corte, deve proceder à imediata análise dos expedientes, diligenciando a extração de cópias suficientes para instrução de procedimento administrativo, inquérito civil ou ajuizamento de ação civil pública visando à tutela do erário e da probidade administrativa, providenciando devolução daqueles autos à sua origem.

§ 1.º A devolução dos autos originais visa preservar o acervo processual da Corte de Contas, recomendando-se o prazo de trinta dias a contar de seu recebimento, para devido controle e baixa.

§ 2.º A providência prevista no caput deste artigo deve ser empreendida nos casos em que os autos originais estiverem instruindo procedimentos administrativos ou inquéritos civis.

§ 3.º Na hipótese de os autos originais estarem instruindo ação civil pública ajuizada pelo órgão de execução, recomenda-se-lhe solicitar ao magistrado, no âmbito do contraditório, o desentranhamento dos expedientes, após feitura das cópias pertinentes, comunicando qualquer deliberação jurisdicional ao Ministério Público oficiante no Tribunal de Contas, para controle.

Improbidade Administrativa. Investigação. Indícios de crime.

Art. 162. O membro do Ministério Público, ao tomar conhecimento da existência de ilícito civil apto a configurar ato de improbidade administrativa, deve instaurar investigação preliminar ou, havendo elementos suficientes, inquérito civil, com o escopo de se elucidarem devidamente os fatos.

§ 2.º Se, no curso da apuração, surgirem indícios de prática criminosa por parte do agente público, deverão ser extraídas cópias dos respectivos autos para envio ao Grupo Especial de Combate aos Crimes Praticados por Agentes Políticos Municipais que gozam de Foro por Prerrogativa de Função e Apoio às Promotorias de Defesa do Patrimônio Público.

Fiscalização da destinação de verbas públicas.

Art. 163. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuição na defesa do patrimônio público que busquem conhecer, no âmbito de suas respectivas comarcas, as entidades públicas e privadas beneficiadas com verbas dos orçamentos federal, estadual e municipal, fiscalizando a destinação dada a estas e adotando as medidas civis e penais de sua alçada em caso de qualquer irregularidade.

Parágrafo único. Não sendo atribuição do órgão de execução nenhuma providência a respeito das irregularidades verificadas, estas deverão ser comunicadas à Procuradoria-Geral de Justiça, visando ao encaminhamento devido.

Interesses difusos e coletivos. Dano patrimonial a órgãos e entidades públicas. Valores pecuniários decorrentes de compromisso de ajustamento de conduta. Destinação. Órgão lesado.

Art. 164. O órgão de execução com atribuição na defesa dos interesses difusos e coletivos deve velar para que os valores econômicos, a título reparatório, decorrentes de compromisso de ajustamento de conduta por dano patrimonial a órgãos e entidades públicas estaduais e municipais, sejam destinados ao órgão ou à entidade que tiverem sofrido a lesão patrimonial, e não ao Fundo Especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais (FUNEMP).

Estatuto das Pequenas e Microempresas. Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006. Tomada de providências para a regulamentação e aplicação no âmbito municipal. Inércia da Administração Pública. Descumprimento de determinação legal por omissão. Ato de improbidade administrativa.

Art. 165. O órgão de execução com atribuições para atuar na tutela do patrimônio público e na defesa da ordem econômica e tributária deve adotar as providências pertinentes para a regulamentação e aplicação, no âmbito municipal, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

Parágrafo único. A inércia da Administração Pública municipal poderá configurar ato de improbidade administrativa, demandando a atuação do órgão de execução.

Patrimônio Público. Calamidade pública e estado de emergência. Fiscalização do objeto dos contratos firmados sob o permissivo da inexigibilidade de licitação.

Art. 166. Recomenda-se aos órgãos de execução que, quando decretado estado de emergência e/ou calamidade pública nas comarcas em que atuem, atentem para a necessidade de se observar, nos contratos celebrados pelas administrações municipais com inexigibilidade de licitação fundamentada no inciso IV do art. 24 da Lei n.° 8.666, de 21 de junho de 1993, a pertinência do objeto contratado com a situação emergencial ou calamitosa que ensejou a decretação.

Patrimônio Público. Número de vereadores empossados nas Câmaras Municipais. Fiscalização.

Art. 167. Recomenda-se aos órgãos de execução com atuação na defesa do patrimônio público que apurem se o número de vereadores empossados nas Câmaras Municipais das comarcas está previsto na respectiva Lei Orgânica e se não ultrapassa os limites postos no art. 29 da Constituição Federal, na redação dada pela Emenda Constitucional n.° 58, de 2009.

Parágrafo único. Na hipótese de não se constatar a correspondência referida no caput deste artigo e, em sendo o número de vereadores superior ao previsto na Lei Orgânica Municipal e ao permitido na Constituição Federal, recomenda-se aos órgãos de execução a propositura de ação civil fulcrada na Lei n.° 8.429, de 2 de junho de 1992, visando ao ressarcimento ao erário municipal e à aplicação das demais penalidades previstas nessa Lei aos envolvidos nos atos de improbidade.

Suspensão dos direitos políticos. Improbidade Administrativa.

Art. 168. Recomenda-se aos órgãos de execução que, ao elaborarem as alegações finais nas ações de improbidade administrativa e sendo cabível a imposição de suspensão dos direitos políticos, postulem a oportuna comunicação do trânsito em julgado à Justiça Eleitoral, para efeito de sua anotação no Cadastro Geral de Eleitores, efetivando-se o impedimento ao exercício dos direitos de votar e ser votado.

Inelegibilidade. Improbidade Administrativa.

Art. 169. Recomenda-se aos órgãos de execução que, ao elaborarem as alegações finais nas ações de improbidade administrativa que resultem de lesão ao erário ou enriquecimento ilícito e sendo cabível a imposição de suspensão dos direitos políticos, postulem a oportuna comunicação da decisão colegiada condenatória à Justiça Eleitoral, para efeito de sua anotação no Cadastro Geral de Eleitores, na forma do art. 51 da Resolução TSE n.° 21.538, de 2003, efetivando-se o impedimento ao exercício da capacidade eleitoral passiva.

Inelegibilidade. Abuso de Poder.

Art. 170. Recomenda-se aos órgãos de execução que, ao elaborarem as alegações finais ou parecer final nas ações de investigação judicial eleitoral por abuso de poder e sendo cabível a procedência, postulem a oportuna anotação da decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral no Cadastro Geral de Eleitores, na forma do art. 51 da

Resolução TSE n.º 21.538, de 2003, efetivando-se o impedimento ao exercício da capacidade eleitoral passiva.

Inelegibilidade. Arts. 23, 30-A, 41-A, 73, 75, 77 e 81, todos da Lei das Eleições.

Art. 171. Recomenda-se aos órgãos de execução que, ao elaborarem as alegações finais ou pareceres finais nas Representações por corrupção eleitoral, captação ilícita de sufrágio, doação ilícita, captação ou gastos ilícitos de recursos de campanha ou por conduta vedada aos agentes públicos em campanhas eleitorais, e sendo cabível a procedência, postulem a oportuna anotação da decisão transitada em julgado ou proferida por órgão colegiado da Justiça Eleitoral no Cadastro Geral de Eleitores, na forma do art. 51 da Resolução TSE n.º 21.538, de 2003, efetivando-se o impedimento ao exercício da capacidade eleitoral passiva.

Defesa da Saúde. Urgência e Emergência. Internação hospitalar. Regulação. Compra de leitos. Vaga zero.

Art. 172. Recomenda-se aos órgãos de execução se atentarem para o fato de que compete ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado da Saúde (Gestor SUS Estadual), a responsabilidade pela regulação dos serviços de urgência e emergência médicas, de média e alta complexidades, atenção hospitalar, devendo garantir o efetivo acesso dos usuários àqueles leitos. (Interpretação que se extrai do Enunciado n.º 17, de 27.07.2011, Fórum Permanente de Direito à Saúde de Minas Gerais – TJMG, MPMG e SES/MG)

Art. 173. Recomenda-se aos órgãos de execução se atentarem para o fato de que compete ao Estado de Minas Gerais, através da Secretaria de Estado de Saúde (Gestor SUS Estadual), nas situações de urgência e emergência médicas, no nível hospitalar, de média e alta complexidades, garantir a compra de leitos privados para os usuários, regularmente cadastrados no sistema oficial do SUS, sempre que constatada a insuficiência de seus leitos na rede pública ou privada contratada, na forma da Lei Estadual n.º 15.474, de 2005, e Nota Técnica SES/MG n.º 026/2010. (Interpretação que se extrai do Enunciado n.º 18, de 07.12.2011, de 27.07.2011, do Fórum Permanente de Direito à Saúde de Minas Gerais - TJMG, MPMG e SES/MG)

Art. 174. Recomenda-se aos órgãos de execução se atentarem para o fato de que as unidades de atendimentos pré-hospitalares (UPA, PAM e outras) destinadas às situações de urgência e emergência médicas, atenção ambulatorial, não têm natureza de unidade hospitalar, sendo, portanto, inadequada a "internação" de pacientes em seus complexos, quando for caso de remoção para regular internação (leito) hospitalar. Nesse caso, constatada a irregularidade técnica, com violação do direito de acesso dos usuários aos serviços de saúde, no nível hospitalar, deverá o órgão de execução adotar as providências judiciais ou extrajudiciais cabíveis. (Interpretação que se extrai do Enunciado n.º 20, de 27.07.2011, do Fórum Permanente de Direito à Saúde de Minas Gerais - TJMG, MPMG e SES/MG)

Defesa da Saúde. Ministério Público. Atuação funcional. Priorização. Enunciado n.° 16, de 07.12.2011. Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG).

Art. 175. O Ministério Público deve priorizar sua atuação coletiva nas questões de saúde pública, sem prejuízo de sua atribuição para as demandas individuais, com fundamento no art. 127, caput, da Constituição Federal.

Defesa da Saúde. Ministério Público. Atuação funcional. Divisão de competência entre os entes.

Art. 176. Recomenda-se aos órgãos de execução que, em ajuizamentos de ações envolvendo a Saúde Pública, observem a divisão de competências dos entes no Sistema Único de Saúde (SUS), desde que tal observância não constitua óbice para a garantia do direito à saúde. (Interpretação que se extrai do Enunciado n.° 17, de 07.12.2011, Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG)

Art. 177. Para garantia do planejamento e do orçamento, assegurar-se-á ao ente gestor, quando da realização de despesas de saúde para outra esfera governamental, não previstas no seu orçamento ou no plano de saúde, o ressarcimento por esse atendimento, na forma do artigo 35, VII, da Lei Federal n.° 8.080/90. (Enunciado n.° 10, de 18.11.2010, Fórum Permanente de Direito à Saúde de Minas Gerais – TJMG, MPMG e SES/MG)

Defesa da Saúde. Ministério Público. Atuação funcional. Garantia do acesso às ações e aos serviços de saúde.

Art. 178. Sempre que possível, dar-se-á preferência aos medicamentos disponibilizados pelo ente público, ressalvada sua ineficácia no tratamento de doença específica, mediante comprovação técnica, inclusive pericial, apontando-se, concretamente, a eficácia do fármaco indicado. (Enunciado n.° 05, de 09.08.2010, do Fórum Permanente de Direito à Saúde de Minas Gerais – TJMG, MPMG e SES/MG)

Art. 179. Em razão da necessidade de eficiência da Administração Pública, devem ser preservadas as políticas públicas de saúde, com a utilização de medidas excepcionais não padronizadas apenas no caso de ineficiência ou ausência daquelas. (Enunciado n.° 13, de 18.11.2010, Fórum Permanente de Direito à Saúde de Minas Gerais – TJMG, MPMG e SES/MG)

Art. 180. O acesso universal e igualitário às ações e aos serviços de saúde será ordenado pela atenção primária, devendo se iniciar, preferencialmente, pelo SUS e se completar na rede regionalizada e hierarquizada, de acordo com a complexidade do serviço. (Enunciado n.° 25, de 28.11.2011, Fórum Permanente de Direito à Saúde de Minas Gerais – TJMG, MPMG e SES/MG)

Art. 181. Deve o Ministério Público observar, como referência, os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas, a Relação Nacional das Ações e

Serviços de Saúde (RENASES) e a Relação Nacional de Medicamentos (RENAME), atento à BEM - Medicina Baseada em Evidências –, devendo observar ainda que a Lei Federal n.º 8.080, de 1990, e o Decreto n.º 7.508, de 2011, organizam ações e serviços no âmbito do SUS, mas não restringem direitos, segundo a diretriz da integralidade do direito à saúde, estabelecida no art. 198, II, da Constituição Federal, cujo conteúdo foi explicado pelo Supremo Tribunal Federal na Suspensão de Tutela Antecipada n.º 175. (Enunciado n.º 18, de 07.12.2011, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS, do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG)

Art. 182. Recomenda-se aos órgãos de execução que, em casos de solicitação de medicamentos e procedimentos não relacionados nas padronizações do Ministério da Saúde, do Estado ou do Município, requisitem que o médico prescritor justifique, fundamentadamente, as prescrições não constantes das listas oficiais (através de laudo com história clínica do paciente, anexando exames de diagnósticos e cópias de estudos baseados em evidências, por exemplo), devendo eles, ainda, justificar a prescrição como primeira escolha, em detrimento dos medicamentos padronizados. (Interpretação que se extrai do Enunciado n.º 19, de 07.12.2011, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG)

Art. 183. O Ministério Público exigirá da Secretaria Municipal de Saúde a elaboração e atualização da Relação Municipal de Medicamentos da Atenção Básica (REMUME). (Enunciado n.º 20, de 07.12.2011, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG)

Defesa da Saúde. Ministério Público. Atuação funcional. Acervo mínimo da Promotoria de Justiça.

Art. 184. Recomenda-se aos órgãos de execução com atuação na esfera da Saúde Pública possuírem como acervo mínimo da Promotoria de Justiça:

a) lei local atualizada de criação do Conselho de Saúde e do Fundo de Saúde;

b) regimento interno atualizado do Conselho de Saúde;

c) plano de saúde local em vigor;

d) programação anual de saúde local em vigor;

e) relatório anual de gestão local do ano anterior, aprovado pelo Conselho de Saúde local;

f) Relação Municipal de Medicamentos da Atenção Básica (REMUME) em vigor;

g) relação estadual de medicamentos do componente especializado;

h) Contrato Organizativo de Ação Pública de Saúde (COAPS), se houver;

i) relatório resumido do primeiro semestre e anual do Sistema de Informação de Orçamento Público em Saúde (SIOPS), verificando o percentual investido em saúde pública e o valor, em moeda nacional, por habitante;

j) lei orçamentária anual do Município, de forma a destacar a aplicação em saúde pública. (Interpretação que se extrai do Enunciado n.° 23, de 07.12.2011, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG)

Defesa da Saúde. Ministério Público. Atuação funcional. Orçamento e aplicação de recursos nas ações e serviços de saúde. Prestação de contas.

Art. 185. Prevendo a Lei Orçamentária Anual (LOA) percentual inferior ao previsto na Emenda Constitucional n.° 29, de 2000, regulamentada pela Lei Complementar n.° 141, de 13 de janeiro de 2012, o Ministério Público ajuizará Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADIn) na instância competente. (Enunciado n.° 24, de 07.12.2011, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG)

Art. 186. Recomenda-se aos órgãos de execução a adoção de providências nos casos em que o ente público investir em Saúde Pública percentual inferior ao que fora previsto na respectiva lei orçamentária anual, para a devida compensação nos exercícios subsequentes. (Interpretação que se extrai do Enunciado n.° 25, de 07.12.2011, da Comissão Permanente de Defesa da Saúde (COPEDS) do Grupo Nacional de Direitos Humanos (GNDH) do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União - CNPG)

Art. 187. Recomenda-se aos órgãos de execução fiscalizar a exigência de o gestor do SUS, em cada esfera de governo, apresentar, trimestralmente, ao Conselho de Saúde correspondente e, respectivamente, em audiência pública, às câmaras de vereadores e às assembleias legislativas relatório circunstanciado referente a sua atuação naquele período. O relatório deverá destacar, entre outras, informações sobre montante e fonte de recursos aplicados, auditorias concluídas ou iniciadas no período e oferta e produção de serviços na rede assistencial própria, contratada ou conveniada. (Interpretação que se extrai do artigo 12 da Lei Federal n.° 8.689, de 27.07.1993, alterada pela Lei Federal n.° 12.438, de 2011)

Defesa da Saúde. Ministério Público. Atuação funcional. Saúde Mental.

Art. 188. Constitui atribuição do Gestor Municipal a organização,o acesso e o controle da porta de entrada da atenção psicossocial em seu território. O fato de inexistirem, no município, os serviços, organizados em rede de saúde mental, não afasta sua responsabilidade no atendimento territorial àquele serviço, notadamente no nível da atenção primária à saúde. (Enunciado n.° 27, de 28.11.2011, Fórum Permanente de Direito à Saúde de Minas Gerais – TJMG, MPMG e SES/MG).

Art. 189. Recomenda-se aos órgãos de execução se atentarem para o fato de que a internação psiquiátrica é exceção legal, devendo, em qualquer de suas modalidades (voluntária, involuntária e compulsória), ser indicada somente quando os recursos extra-hospitalares se mostrarem insuficientes, uma

vez que o tratamento tem como finalidade permanente a reinserção social do paciente. (Interpretação que se extrai da Lei Federal n.º 10.216, de 2001, e da Lei Estadual n.º 12.684, de 1997).

§ 1.º A internação psiquiátrica será utilizada após a exclusão das demais possibilidades terapêuticas e sua duração máxima corresponderá ao período necessário para que possa ser iniciado, em ambiente extra-hospitalar, o processo de reinserção social da pessoa portadora de transtorno mental.

§ 2.º A internação em leitos públicos ou conveniados com o poder público terá encaminhamento exclusivo dos centros de referência de saúde mental públicos ou dos serviços públicos de emergência psiquiátrica e ocorrerá, preferencialmente, em estabelecimento escolhido pelo paciente.

§ 3.º Inexistindo serviço psiquiátrico na localidade em que tiver sido atendido, o paciente será encaminhado pelo médico responsável pelo atendimento para o Centro de Referência de Saúde Mental ou para o serviço de urgência psiquiátrica mais próximo, às expensas do SUS.

Art 190. Recomenda-se aos órgãos de execução adotarem as providências necessárias que visem à implantação do Serviço Hospitalar de Referência para Atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades de saúde decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, junto ao Gestor SUS, nos municípios ou Regiões de Saúde, com existência de ações de saúde mental na Atenção Básica e Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de referência. (Interpretação extraída da Portaria MS n.º 148, de 31.01.2012)

Parágrafo único. O Serviço Hospitalar de Referência deve ser implantado em Hospitais Gerais, preferencialmente de natureza pública ou filantrópica.

Defesa do Consumidor. Arrecadação de multas. Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor.

Art. 191. O órgão de execução com atuação na área de defesa do consumidor (Procon Estadual) deverá velar para que as multas arrecadadas nos procedimentos administrativos sejam revertidas exclusivamente ao Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei Complementar Estadual n.º 66, de 22 de janeiro de 2003), conforme determina o art. 57 do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 11 de setembro de 1990) e o art. 29 do Decreto Federal n.º 2.181, de 20 de março de 1997.

Defesa do Consumidor. Venda de combustíveis e GLP.

Art. 192. O órgão de execução com atuação na área de defesa do consumidor velará pela regularidade da estocagem e comercialização de combustíveis e gás liquefeito de petróleo, sem prejuízo das medidas administrativas eventualmente adotadas pelo Procon Estadual.

Parágrafo único. A constatação das irregularidades referidas no caput deste artigo deverá ser comunicada ao órgão de execução com atribuições criminais. (Lei n.º 8.176, de 1991)

Defesa do Consumidor. Projeto "Multiplicadores do Programa Procon Mirim".

Art. 193. Dada a relevância dos temas tratados no projeto "Treinamento Regional de Multiplicadores do Programa Procon Mirim", recomenda-se aos Promotores de Justiça com atribuições na defesa do consumidor sua implantação em todas as comarcas do Estado, por ser medida salutar para a orientação de alunos de escolas públicas e particulares de ensino.

Parágrafo único. Para a efetividade do disposto no caput deste artigo, os órgãos de execução podem contatar a Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Defesa do Consumidor.

Estatuto do Idoso. Lide envolvendo idoso em situação de risco. Intervenção obrigatória do Ministério Público.

Art. 194. Recomenda-se aos órgãos de execução, como forma de legitimar a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos dos idosos, a interpretação conjunta dos arts. 75 e 43 da Lei Federal n.° 10.741, de 1° de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso), atentando-se para a obrigatoriedade da atuação ministerial somente nas hipóteses em que o idoso encontrar-se em situação de risco.

Ação de guarda. Pedido formulado por avós. Nítido objetivo previdenciário.

Art. 195. Recomenda-se aos órgãos de execução que, quando de suas manifestações em pedidos de guarda formulados por avós, apurem, no caso concreto, se o pleito realmente visa ao atendimento dos interesses indisponíveis da criança e do adolescente.

Parágrafo único. Na análise do caso concreto, deverá o órgão de execução velar para que a guarda não seja deferida caso a pretensão dos avós vise exclusivamente à obtenção de benefício previdenciário em favor do menor, uma vez que tal circunstância apresenta nítido caráter econômico, afastando-se, pois, dos postulados que regem a matéria.

Infância e Juventude. Implementação dos conselhos e do fundo municipal previstos nos arts. 88, II e IV, e 132 da Lei n.° 8.069, de 13 de julho de 1990.

Art. 196. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na defesa dos direitos da infância e juventude que promovam a instauração de inquéritos civis para apuração de responsabilidades relativamente aos municípios que, após conscientizados e advertidos, não implementaram ou protelaram a implantação dos conselhos e do fundo municipal previstos nos arts. 88, II e IV, e 132 da Lei n.° 8069, de 1990, visando à formalização de termos de ajustamento de conduta ou, em caso de recusa, ao ajuizamento das competentes ações civis públicas.

Parágrafo único. Recomenda-se a instauração de inquéritos civis para que sejam aferidas as condições de funcionamento dos Conselhos Tutelares e do Conselho Municipal de Direitos, averiguando os seguintes itens:

I - constitucionalidade da lei municipal que instituiu os referidos Conselhos e sua compatibilidade com o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.° 8.069, de 1990);

II - proporção de um Conselho para cada 100 mil habitantes, nos termos do disposto no § 1.º do inciso III do art. 2.º da Resolução n.º 139, de 17 de março de 2010, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA);

III - apresentação de dotação específica, na lei orçamentária municipal, para criação, manutenção e custeio do Conselho Tutelar e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, incluindo-se:

a) custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax e outros;

b) formação continuada para os membros do Conselho Tutelar e de Direitos;

c) custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições;

d) espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, com sala exclusiva e reservada para entrevista;

e) transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção.

Infância e Juventude. Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente. Fiscalização.

Art. 197. Recomenda-se a permanente participação dos órgãos de execução com atribuições na defesa dos direitos da infância e juventude nas reuniões – ordinárias e extraordinárias – dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios que integram a comarca, sem embargo do exercício da contínua fiscalização dos trabalhos de tais conselhos, cobrando-se a efetiva formulação de políticas de atendimento à criança e ao adolescente, estabelecendo-se o rol de prioridades a serem enfrentadas no âmbito municipal e a elaboração de projetos que viabilizem a adoção de medidas de prevenção, proteção especial e socioeducativas, nos moldes previstos nos arts. 101, 129 e 112 (notadamente em seus incisos III e IV) da Lei n.º 8.069, de 1990.

Parágrafo único. Recomenda-se ao órgão de execução manter, em arquivo próprio da Promotoria de Justiça, cópias de todas as atas de reuniões dos Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente dos municípios que integram a comarca – consignando a presença e a participação do membro ministerial – bem como de documentos outros relacionados ao seu funcionamento, para fins de controle e acompanhamento, passando tal acervo a integrar o rol de dados aferíveis por ocasião da realização de correições ordinárias. (arts. 204, II, e 227, § 7º, da Constituição Federal; art. 17, IV, da Lei n.º 8.625, de 1993; art. 39, VII, da Lei Complementar Estadual n.º 34, de 1994; art. 88, I, da Lei n.º 8.069, de 1990)

Infância e Juventude. Direito à convivência familiar e comunitária.

Art. 198. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na defesa dos direitos da infância e juventude que verifiquem a existência, nas comarcas em que atuem, de programas e/ou serviços de atenção à família, bem como de serviço de acolhimento e cadastro de famílias interessadas na adoção.

§ 1.º Recomenda-se, depois de requisitada ao Conselho Municipal dos Direitos da Infância e Juventude e ao Conselho Municipal de Assistência Social a lista das entidades que apresentam inscritos nos programas de acolhimento institucional, que os órgãos de execução as inspecionem, nos termos do que dispõem o inciso XI do Estatuto da Criança e do Adolescente e a Resolução n.º 71, de 2011, do Conselho Nacional do Ministério Público, encaminhando-se relatório a esta Casa, por meio eletrônico.

§ 2.º Recomenda-se que verifiquem a existência dos serviços prestados por CRAS e CREAS e se eles correspondem ao tipificado pela Resolução n.º 109 do Conselho Nacional de Assistência Social.

§ 3.º Recomenda-se que, no caso de acolhimento, institucional ou familiar, empreendido pelo Juiz de Direito ou pelo Conselho Tutelar, o órgão de execução diligencie pela imediata expedição de Guia de Acolhimento pela Vara da Infância e Juventude, que deverá se seguir da elaboração de estudo psicossocial por parte da equipe interprofissional do mesmo Juízo, como determina a Resolução n.º 93, de 2009, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

§ 4.º Recomenda-se que os órgãos de execução fiscalizem a estrita observância, pelo Juiz de Direito, do cadastro de adoção, nos termos do disposto no art. 50 da Lei 8.069, de 1990, sobretudo se as adoções são deferidas a postulantes já inscritos e se a chamada respeita a ordem de habilitação.

Infância e Juventude. Fiscalização do trabalho infantil.

Art. 199. Recomenda-se aos órgãos de execução com atribuições na defesa da criança e do adolescente que encetem diligências no sentido de que os menores de catorze anos não trabalhem sob nenhuma hipótese, admitindo-se a atividade laboral para a faixa compreendida entre 14 e 16 anos apenas na condição de aprendiz.

§ 1.º Os órgãos de execução também deverão zelar para que nenhum menor de dezoito anos desempenhe qualquer uma das atividades arroladas no Decreto Federal n.º 6481, de 12 de junho de 2008, que traz o rol das piores formas de trabalho, que, por sua natureza insalubre e perigosa, são-lhes absolutamente proibidas.

§ 2.º Os órgãos de execução ainda deverão atentar para que nenhuma tarefa desempenhada por adolescente contenha resquício de atividade insalubre ou perigosa, devendo respeitar, de forma plena, sua frequência à escola.

Infância e Juventude. Medidas de Proteção.

Art. 200. O órgão de execução deverá primar para que as medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente, com exceção das arroladas nos incisos VII, VIII e IX, venham a ser ordinariamente aplicadas pelo Conselho Tutelar.

§ 1.º Recomenda-se, extraordinariamente, para a aplicação das medidas referidas no caput deste artigo, o manejo judicial de procedimento iniciado

por ação do Ministério Público, ao qual se imprimirá o rito ordinário do Código de Processo Civil. Não é recomendável, para os fins deste dispositivo, a utilização de "pedidos de providência", desprovidos de previsão legal quanto a sua ritualística, potencialmente sujeitos a questionamentos judiciais posteriores (por alegação de inobservância aos princípios da ampla defesa e do contraditório) e desnecessários prolongamentos.

§ 2.º A aplicação das medidas de proteção providas de contenciosidade presumida não deve ser descurada, máxime nas hipóteses em que sirva de base ao exercício de direitos.

§ 3.º No caso da colocação em acolhimento ou na família extensa, seja por decisão do Conselho Tutelar, seja por decisão do Judiciário, a situação de fato deverá ser regularizada por meio da ação de afastamento do convívio familiar, também de litigiosidade presumida, a ser ajuizada pelo Ministério Público obrigatoriamente.

§ 4.º À medida referida no § 3º deste artigo será imprimido o rito previsto nos artigos 796 a 798 do Código de Processo Civil, considerando tanto seu caráter cautelar quanto sua natureza preparatória à colocação em família substituta por meio da adoção/destituição do poder familiar.

Infância e Juventude. Curatela de interesses do menor.

Art. 201. Recomenda-se aos órgãos de execução que, nos processos e procedimentos da infância e juventude, assumam suas atribuições exclusivas de curadores dos interesses das crianças e adolescentes, afastando a intervenção de qualquer outro órgão ou pessoa a título de "curadores especiais", "assistentes inominados", "defensores especiais" ou a qualquer outro título. (Recomendação Conjunta n.º 01/CGJ/CGMP/2012)

Participação de membro do Ministério Público em fundos, conselhos, comissões ou organismos estatais. Impossibilidade.

Art. 202. Recomenda-se aos órgãos de execução que não participem da composição de fundo municipal voltado à recepção de verbas indenizatórias judiciais oriundas de ações civis públicas ou coletivas e que atentem para a inconstitucionalidade de norma municipal versando sobre a matéria, comunicando a existência do ato ao Procurador-Geral de Justiça.

Audiências Públicas no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais.

Art. 203. As audiências públicas realizadas no âmbito do Ministério Público do Estado de Minas Gerais observarão as diretrizes traçadas pela Resolução n.º 82, de 29 de fevereiro de 2012, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Homologações de rescisão de contrato de trabalho. Atuação do Ministério Público. Atribuição supletiva.

Art. 204. A assistência ministerial às rescisões de contrato de trabalho deve ser prestada somente quando presente a situação prevista no art. 477, §

3°, da Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, quando, no município-sede da comarca, não existir sindicato da categoria, órgão do Ministério do Trabalho ou ainda representação do Ministério Público do Trabalho.

§ 1.° Para fins dessa assistência, o órgão de execução poderá promover as homologações mediante prévio agendamento, em data e período que não comprometam o exercício das atribuições típicas da Promotoria de Justiça.

§ 2.° O órgão de execução, ao proceder à homologação de rescisão de contrato de trabalho, deverá, em sua manifestação, cingir-se à chancela da quitação dos valores recebidos que presenciar, ressalvando a possibilidade de existência de eventuais débitos trabalhistas não saldados no momento do pagamento diante de si procedido.

§ 3.° Excepcionalmente, a fim de se evitarem maiores prejuízos ao trabalhador, a homologação exarada nos termos do § 4° deste artigo poderá ser procedida mesmo sem o pagamento efetivo das verbas descritas no respectivo termo, desde que alegada a insuficiência econômica pelo empregador, devendo haver ressalva expressa de que a manifestação ministerial está sendo formalizada tão somente para possibilitar a habilitação do trabalhador ao levantamento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o recebimento do seguro desemprego, cabendo aos órgãos competentes a verificação do preenchimento dos requisitos legais para tanto.

TÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 205. As inspeções permanentes, exercidas pelos Procuradores de Justiça em face das manifestações processuais dos Promotores de Justiça, serão efetivadas por meio de modelo de formulário aprovado pela egrégia Câmara dos Procuradores de Justiça do Estado de Minas Gerais. (art. 39, §§ 1°, II, e 2°, e art. 73 da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994)

Art. 206. A Corregedoria-Geral do Ministério Público promoverá, anualmente, a revisão e a atualização desta Consolidação (artigo 39, inciso XXIV, da Lei Complementar Estadual n.° 34, de 1994), integrando ao texto compilado os atos normativos, as recomendações e as orientações baixados ulteriormente à sua publicação.

§ 1.° A atualização de que trata o caput deste artigo será procedida à luz da legislação vigente, primando por manter simetria com as Resoluções do Conselho Nacional do Ministério Público.

§ 2.° Os atos normativos e as recomendações expedidas ulteriormente à vigência desta Consolidação serão editados em deliberações avulsas do Corregedor-Geral do Ministério Público e, na oportunidade da atualização anual, serão devidamente consolidados.

§ 3.º A adequação dos atos normativos e das recomendações efetivados pela Corregedoria-Geral do Ministério Público em conjunto com Órgãos da Administração Superior, dos emanados do Conselho Nacional dos Corregedores-Gerais dos Ministérios Públicos dos Estados e da União, bem como dos expedidos com entes de outras esferas públicas, em face desta Consolidação, efetivar-se-á após deliberação bilateral com os órgãos intervenientes.

Art. 207. A Corregedoria-Geral do Ministério Público poderá editar compêndio que enfeixará a Consolidação e os anexos pertinentes, a ser reeditada anualmente, em períodos coincidentes com as atualizações periódicas.

Parágrafo único. Sem prejuízo da edição mencionada no caput deste artigo, a Corregedoria-Geral do Ministério Público disponibilizará o teor dos atos consolidados, com seus respectivos anexos, e das deliberações avulsas em arquivo eletrônico inserido em link da página oficial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais, acessível aos usuários da internet e da intranet.

Art. 208. Esta Consolidação observa, no que cabe, os preceitos cominados na Lei Complementar n.º 95, de 26 de fevereiro de 1998, alterada pela Lei Complementar n.º 107, de 26 de abril de 2001, no Decreto n.º 4.176, de 28 de março de 2002, e na Lei Complementar Estadual n.º 78, de 9 de julho de 2004, alterada pela Lei Complementar Estadual n.º 82, de 30 de dezembro de 2004.

Art. 209. Revogam-se o Ato CGMP n.º 1, de 23 de março de 2011, e os Avisos CGMP n.ºs 5, de 9 de agosto de 2004, 6, de 8 de abril de 2011, e 9, de 25 de agosto de 2011, uma vez que consolidados neste Ato.

Art. 210. Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, exceto quanto ao disposto nos artigos 4.º a 18, os quais deverão ser implementados no prazo de 60 (sessenta) dias.

Luiz Antônio Sasdelli Prudente
Corregedor-Geral do Ministério Público

LEI FEDERAL N. 8.625
DE 12 DE FEVEREIRO DE 1993

Institui a Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, dispõe sobre normas gerais para a organização do Ministério Público dos Estados, e dá outras providências.

O Presidente da República,
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo único. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 2.º Lei Complementar, denominada Lei Orgânica do Ministério Público, cuja iniciativa é facultada aos Procuradores-Gerais de Justiça dos Estados, estabelecerá, no âmbito de cada uma dessas unidades federativas, normas específicas de organização, atribuições e estatuto do respectivo Ministério Público.

Parágrafo único. A organização, atribuições e estatuto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios serão objeto da Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Art. 3.º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

I – praticar atos próprios de gestão;

II – praticar atos e decidir sobre a situação funcional e administrativa do pessoal, ativo e inativo, da carreira e dos serviços auxiliares, organizados em quadros próprios;

III – elaborar suas folhas de pagamento e expedir os competentes demonstrativos;

IV – adquirir bens e contratar serviços, efetuando a respectiva contabilização;

V – propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus membros;

VI – propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção dos cargos de seus serviços auxiliares, bem como a fixação e o reajuste dos vencimentos de seus servidores;

VII – prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção e demais formas de provimento derivado;

VIII – editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos de carreira e dos serviços auxiliares, bem como os de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;

IX – organizar suas secretarias e os serviços auxiliares das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

X – compor os seus órgãos de administração;

XI – elaborar seus regimentos internos;

XII – exercer outras competências dela decorrentes.

Parágrafo único. As decisões do Ministério Público fundadas em sua autonomia funcional, administrativa e financeira, obedecidas as formalidades legais, têm eficácia plena e executoriedade imediata, ressalvada a competência constitucional do Poder Judiciário e do Tribunal de Contas.

Art. 4.° O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, encaminhando-a diretamente ao Governador do Estado, que a submeterá ao Poder Legislativo.

§ 1° Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias próprias e globais, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês, sem vinculação a qualquer tipo de despesa.

§ 2° A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, será exercida pelo Poder Legislativo, mediante controle externo e pelo sistema de controle interno estabelecido na Lei Orgânica.

CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SEÇÃO I – DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 5.° São órgãos da Administração Superior do Ministério Público:

I – a Procuradoria-Geral de Justiça;

II – o Colégio de Procuradores de Justiça;

III – o Conselho Superior do Ministério Público;

IV – a Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 6º São também órgãos de Administração do Ministério Público:

I – as Procuradorias de Justiça;

II – as Promotorias de Justiça

SEÇÃO II – DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

Art. 7.º São órgãos de execução do Ministério Público:

I – o Procurador-Geral de Justiça;

II – o Conselho Superior do Ministério Público;

III – os Procuradores de Justiça;

IV – os Promotores de Justiça.

SEÇÃO III – DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

Art. 8.º São órgãos auxiliares do Ministério Público, além de outros criados pela Lei Orgânica:

I – os Centros de Apoio Operacional;

II – a Comissão de Concurso;

III – o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional;

IV – os órgãos de apoio administrativo;

V – os estagiários.

CAPÍTULO III – DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I – DA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 9.º Os Ministérios Públicos dos Estados formarão lista tríplice, dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

§ 1° A eleição da lista tríplice far-se-á mediante voto plurinominal de todos os integrantes da carreira.

§ 2° A destituição do Procurador-Geral de Justiça, por iniciativa do Colégio de Procuradores, deverá ser precedida de autorização de um terço dos membros da Assembléia Legislativa.

§ 3º Nos seus afastamentos e impedimentos o Procurador-Geral de Justiça será substituído na forma da Lei Orgânica.

§ 4º Caso o Chefe do Poder Executivo não efetive a nomeação do Procurador-Geral de Justiça, nos quinze dias que se seguirem ao recebimento da lista tríplice, será investido automaticamente no cargo o membro do Ministério Público mais votado, para exercício do mandato.

Art. 10. Compete ao Procurador-Geral de Justiça:

I – exercer a chefia do Ministério Público, representando-o judicial e extrajudicialmente;

II – integrar, como membro nato, e presidir o colégio de Procuradores de Justiça e o Conselho Superior do Ministério Público;

III – submeter ao Colégio de Procuradores de Justiça as propostas de criação e extinção de cargos e serviços auxiliares e de orçamento anual;

IV – encaminhar ao Poder Legislativo os projetos de lei de iniciativa do Ministério Público;

V – praticar atos e decidir questões relativas à administração geral e execução orçamentária do Ministério Público;

VI – prover os cargos iniciais da carreira e dos serviços auxiliares, bem como nos casos de remoção, promoção, convocação e demais formas de provimento derivado;

VII – editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores;

VIII – delegar suas funções administrativas;

IX – designar membros do Ministério Público para:

a) exercer as atribuições de dirigente dos Centros de Apoio Operacional;
b) ocupar cargo de confiança junto aos órgãos da Administração Superior;
c) integrar organismos estatais afetos a sua área de atuação;
d) oferecer denúncia ou propor ação civil pública nas hipóteses de não confirmação de arquivamento de inquérito policial ou civil, bem como de quaisquer peças de informação;
e) acompanhar inquérito policial ou diligência investigatória, devendo recair a escolha sobre o membro do Ministério Público com atribuição para, em tese, oficiar no feito, segundo as regras ordinárias de distribuição de serviços;
f) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição de titular de cargo, ou com consentimento deste;
g) por ato excepcional e fundamentado, exercer as funções processuais afetas a outro membro da instituição, submetendo sua decisão previamente ao Conselho Superior do Ministério Público;[1]

1 Argüida a inconstitucionalidade – Adin 2854.

h) oficiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, ou junto ao Procurador-Regional Eleitoral, quando por este solicitado.

X – dirimir conflitos de atribuições entre membros do Ministério Público, designando quem deva oficiar no feito;

XI – decidir processo disciplinar contra membro do Ministério Público, aplicando as sanções cabíveis;

XII – expedir recomendações, sem caráter normativo, aos órgãos do Ministério Público, para o desempenho de suas funções;

XIII – encaminhar aos Presidentes dos Tribunais as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, caput, e 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal;

XIV – exercer outras atribuições previstas em lei.

Art. 11. O Procurador-Geral de Justiça poderá ter em seu Gabinete, no exercício de cargo de confiança, Procuradores ou Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou categoria, por ele designados.

SEÇÃO II – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Art. 12. O Colégio de Procuradores de Justiça é composto por todos os Procuradores de Justiça, competindo-lhe:

I – opinar, por solicitação do Procurador-Geral de Justiça ou de um quarto de seus integrantes, sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como sobre outras de interesse institucional;

II – propor ao Procurador-Geral de Justiça a criação de cargos e serviços auxiliares, modificações na Lei Orgânica e providências relacionadas ao desempenho das funções institucionais;

III – aprovar a proposta orçamentária anual do Ministério Público, elaborada pela Procuradoria-Geral de Justiça, bem como os projetos de criação de cargos e serviços auxiliares;

IV – propor ao Poder Legislativo a destituição do Procurador-Geral de Justiça, pelo voto de dois terços de seus membros e por iniciativa da maioria absoluta de seus integrantes em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, assegurada ampla defesa;

V – eleger o Corregedor-Geral do Ministério Público;

VI – destituir o Corregedor-Geral do Ministério Público, pelo voto de dois terços de seus membros, em caso de abuso de poder, conduta incompatível ou grave omissão nos deveres do cargo, por representação do Procurador-Geral de Justiça ou da maioria de seus integrantes, assegurada ampla defesa;

VII – recomendar ao Corregedor-Geral do Ministério Público a instauração de procedimento administrativo disciplinar contra membro do Ministério Público;

VIII – julgar recurso contra decisão:

a) de vitaliciamento, ou não, de membro do Ministério Público;
b) condenatória em procedimento administrativo disciplinar;
c) proferida em reclamação sobre o quadro geral de antigüidade;
d) de disponibilidade e remoção de membro do Ministério Público, por motivo de interesse público;
e) de recusa prevista no § 3° do artigo 15 desta Lei.

IX – decidir sobre pedido de revisão de procedimento administrativo disciplinar;

X – deliberar por iniciativa de um quarto de seus integrantes ou do Procurador-Geral de Justiça, que este ajuíze ação cível de decretação de perda do cargo de membro vitalício do Ministério Público nos casos previstos nesta Lei;

XI – rever, mediante requerimento de legítimo interessado, nos termos da Lei Orgânica, decisão de arquivamento de inquérito policial ou peças de informação determinada pelo Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – desempenhar outras atribuições que lhe forem conferidas por lei.

Parágrafo único. As decisões do Colégio de Procuradores de Justiça serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes.

Art. 13. Para exercer as atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça com número superior a quarenta Procuradores de Justiça, poderá ser constituído Órgão Especial, cuja composição e número de integrantes a Lei Orgânica fixará.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às hipóteses previstas nos incisos I, IV, V e VI do artigo anterior, bem como a outras atribuições a serem deferidas à totalidade do Colégio de Procuradores de Justiça pela Lei Orgânica.

SEÇÃO III – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 14. Lei Orgânica de cada Ministério Público disporá sobre a composição, inelegibilidade e prazos de sua cessação, posse e duração do mandato dos integrantes do Conselho Superior do Ministério Público, respeitadas as seguintes disposições:

I – o Conselho Superior terá como membros natos apenas o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público;

II – são elegíveis somente Procuradores de Justiça que não estejam afastados da carreira;

III – o eleitor poderá votar em cada um dos elegíveis até o número de cargos postos em eleição, na forma da lei complementar estadual.

Art. 15. Ao Conselho Superior do Ministério Público compete:

I – elaborar as listas sêxtuplas a que se referem os artigos 94, caput, e 104, parágrafo único, II, da Constituição Federal;

II – indicar ao Procurador-Geral de Justiça, em lista tríplice, os candidatos a remoção ou promoção por merecimento;

III – eleger, na forma da Lei Orgânica, os membros do Ministério Público que integrarão a Comissão de Concurso de ingresso na carreira;

IV – indicar o nome do mais antigo membro do Ministério Público para remoção ou promoção por antigüidade;

V – indicar ao Procurador-Geral de Justiça Promotores de Justiça para substituição por convocação;

VI – aprovar os pedidos de remoção por permuta entre membros do Ministério Público;

VII – decidir sobre vitaliciamento de membros do Ministério Público;

VIII – determinar por voto de dois terços de seus integrantes a disponibilidade ou remoção de membros do Ministério Público, por interesse público, assegurada ampla defesa;

IX – aprovar o quadro geral de antigüidade do Ministério Público e decidir sobre reclamações formuladas a esse respeito;

X – sugerir ao Procurador-Geral a edição de recomendações, sem caráter vinculativo, aos órgãos do Ministério Público para o desempenho de suas funções e a adoção de medidas convenientes ao aprimoramento dos serviços;

XI – autorizar o afastamento de membro do Ministério Público para freqüentar curso ou seminário de aperfeiçoamento e estudo, no País ou no exterior;

XII – elaborar seu regimento interno;

XIII – exercer outras atribuições previstas em lei.

§ 1° As decisões do Conselho Superior do Ministério Público serão motivadas e publicadas, por extrato, salvo nas hipóteses legais de sigilo ou por deliberação da maioria de seus integrantes.

§ 2° A remoção e a promoção voluntária por antigüidade e por merecimento, bem como a convocação, dependerão de prévia manifestação escrita do interessado.

§ 3° Na indicação por antigüidade, o Conselho Superior do Ministério Público somente poderá recusar o membro do Ministério Público mais antigo pelo voto de dois terços de seus integrantes, conforme procedimento próprio, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação, após o julgamento de eventual recurso interposto com apoio na alínea e do inciso VIII do artigo 12 desta Lei.

SEÇÃO IV – DA CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 16. O Corregedor-Geral do Ministério Público será eleito pelo Colégio de Procuradores, dentre os Procuradores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

Parágrafo único. O Corregedor-Geral do Ministério Público é membro nato do Colégio de Procuradores de Justiça e do Conselho Superior do Ministério Público.

Art. 17. A Corregedoria-Geral do Ministério Público é o órgão orientador e fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, dentre outras atribuições:

I – realizar correições e inspeções;

II – realizar inspeções nas Procuradorias de Justiça, remetendo relatório reservado ao Colégio de Procuradores de Justiça;

III – propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica, o não vitaliciamento de membro do Ministério Público;

IV – fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução;

V – instaurar, de ofício ou por provocação dos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público, processo disciplinar contra membro da instituição, presidindo-o e aplicando as sanções administrativas cabíveis, na forma da Lei Orgânica;

VI – encaminhar ao Procurador-Geral de Justiça os processos administrativos disciplinares que, na forma da Lei Orgânica, incumba a este decidir;

VII – remeter aos demais órgãos da Administração Superior do Ministério Público informações necessárias ao desempenho de suas atribuições;

VIII – apresentar ao Procurador-Geral de Justiça, na primeira quinzena de fevereiro, relatório com dados estatísticos sobre as atividades das Procuradorias e Promotorias de Justiça, relativas ao ano anterior.

Art. 18. O Corregedor-Geral do Ministério Público será assessorado por Promotores de Justiça da mais elevada entrância ou categoria, por ele indicados e designados pelo Procurador-Geral de Justiça.

Parágrafo único. Recusando-se o Procurador-Geral de Justiça a designar os Promotores de Justiça que lhe foram indicados, o Corregedor-Geral do Ministério Público poderá submeter a indicação à deliberação do Colégio de Procuradores.

SEÇÃO V – DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

Art. 19. As Procuradorias de Justiça são órgãos de Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas pela Lei Orgânica.

§ 1° É obrigatória a presença de Procurador de Justiça nas sessões de julgamento dos processos da respectiva Procuradoria de Justiça.

§ 2° Os Procuradores de Justiça exercerão inspeção permanente dos serviços dos Promotores de Justiça nos autos em que oficiem, remetendo seus relatórios à Corregedoria-Geral do Ministério Público.

Art. 20. Os Procuradores de Justiça das Procuradorias de Justiça civis e criminais, que oficiem junto ao mesmo Tribunal, reunir-se-ão para fixar orientações jurídicas, sem caráter vinculativo, encaminhando-as ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 21. A divisão interna dos serviços das Procuradorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios objetivos definidos pelo Colégio de Procuradores, que visem à distribuição eqüitativa dos processos por sorteio, observadas, para esse efeito, as regras de proporcionalidade, especialmente a alternância fixada em função da natureza, volume e espécie dos feitos.

Parágrafo único. A norma deste artigo só não incidirá nas hipóteses em que os Procuradores de Justiça definam, consensualmente, conforme critérios próprios, a divisão interna dos serviços.

Art. 22. À Procuradoria de Justiça compete, na forma da Lei Orgânica, dentre outras atribuições:

I – escolher o Procurador de Justiça responsável pelos serviços administrativos da Procuradoria;

II – propor ao Procurador-Geral de Justiça a escala de férias de seus integrantes;

III – solicitar ao Procurador-Geral de Justiça, em caso de licença de Procurador de Justiça ou afastamento de suas funções junto à Procuradoria de Justiça, que convoque Promotor de Justiça da mais elevada entrância ou categoria para substituí-lo.

SEÇÃO VI – DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

Art. 23. As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público com pelo menos um cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhe forem cometidas pela Lei Orgânica.

§ 1° As Promotorias de Justiça poderão ser judiciais ou extrajudiciais, especializadas, gerais ou cumulativas.

§ 2° As atribuições das Promotorias de Justiça e dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão fixadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

§ 3° A exclusão, inclusão ou outra modificação nas atribuições das Promotorias de Justiça ou dos cargos dos Promotores de Justiça que a integram serão efetuadas mediante proposta do Procurador-Geral de Justiça, aprovada por maioria absoluta do Colégio de Procuradores.

Art. 24. O Procurador-Geral de Justiça poderá, com a concordância do Promotor de Justiça titular, designar outro Promotor para funcionar em feito determinado, de atribuição daquele.

CAPÍTULO IV – DAS FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO

SEÇÃO I – DAS FUNÇÕES GERAIS

Art. 25. Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

I – propor ação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, face à Constituição Estadual;

II – promover a representação de inconstitucionalidade para efeito de intervenção do Estado nos Municípios;

III – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

IV – promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei:

a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;

b) para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à moralidade administrativa do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem.

V – manifestar-se nos processos em que sua presença seja obrigatória por lei e, ainda, sempre que cabível a intervenção, para assegurar o exercício de suas funções institucionais, não importando a fase ou grau de jurisdição em que se encontrem os processos;

VI – exercer a fiscalização dos estabelecimentos prisionais e dos que abriguem idosos, menores, incapazes ou pessoas portadoras de deficiência;

VII – deliberar sobre a participação em organismos estatais de defesa do meio ambiente, neste compreendido o do trabalho, do consumidor, de política penal e penitenciária e outros afetos à sua área de atuação;

VIII – ingressar em juízo, de ofício, para responsabilizar os gestores do dinheiro público condenados por tribunais e conselhos de contas;

IX – interpor recursos ao Supremo Tribunal Federal e ao Superior Tribunal de Justiça;

X – (Vetado).

XI – (Vetado).

Parágrafo único. É vedado o exercício das funções do Ministério Público a pessoas a ele estranhas, sob pena de nulidade do ato praticado.

Art. 26. No exercício de suas funções, o Ministério Público poderá:

I – instaurar inquéritos civis e outras medidas e procedimentos administrativos pertinentes e, para instruí-los:

a) expedir notificações para colher depoimento ou esclarecimentos e, em caso de não comparecimento injustificado, requisitar condução coercitiva, inclusive pela Polícia Civil ou Militar, ressalvadas as prerrogativas previstas em lei;

b) requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da administração direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

c) promover inspeções e diligências investigatórias junto às autoridades, órgãos e entidades a que se refere a alínea anterior.

II – requisitar informações e documentos a entidades privadas, para instruir procedimentos ou processo em que oficie;

III – requisitar à autoridade competente a instauração de sindicância ou procedimento administrativo cabível;

IV – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, observado o disposto no artigo 129, inciso VIII, da Constituição Federal, podendo acompanhá-los;

V – praticar atos administrativos executórios, de caráter preparatório;

VI – dar publicidade dos procedimentos administrativos não disciplinares que instaurar e das medidas adotadas;

VII – sugerir ao Poder competente a edição de normas e a alteração da legislação em vigor, bem como a adoção de medidas propostas, destinadas à prevenção e controle da criminalidade;

VIII – manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do juiz, da parte ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção.

§ 1° As notificações e requisições previstas neste artigo, quando tiverem como destinatários o Governador do Estado, os membros do Poder Legislativo e os desembargadores, serão encaminhadas pelo Procurador-Geral de Justiça.

§ 2° O membro do Ministério Público será responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar, inclusive nas hipóteses legais de sigilo.

§ 3° Serão cumpridas gratuitamente as requisições feitas pelo Ministério Público às autoridades, órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 4° A falta ao trabalho, em virtude de atendimento à notificação ou requisição, na forma do inciso I deste artigo, não autoriza desconto de venci-

mentos ou salário, considerando-se de efetivo exercício, para todos os efeitos, mediante comprovação escrita do membro do Ministério Público.

§ 5º Toda representação ou petição formulada ao Ministério Público será distribuída entre os membros da instituição que tenham atribuições para apreciá-la, observados os critérios fixados pelo Colégio de Procuradores.

Art. 27. Cabe ao Ministério Público exercer a defesa dos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual, sempre que se cuidar de garantir-lhe o respeito:

I – pelos poderes estaduais ou municipais;

II – pelos órgãos da Administração Pública Estadual ou Municipal, direta ou indireta;

III – pelos concessionários e permissionários de serviço público estadual ou municipal;

IV – por entidades que exerçam outra função delegada do Estado ou do Município ou executem serviço de relevância pública.

Parágrafo único. No exercício das atribuições a que se refere este artigo, cabe ao Ministério Público, entre outras providências:

I – receber notícias de irregularidades, petições ou reclamações de qualquer natureza, promover as apurações cabíveis que lhes sejam próprias e dar-lhes as soluções adequadas;

II – zelar pela celeridade e racionalização dos procedimentos administrativos;

III – dar andamento, no prazo de trinta dias, às notícias de irregularidades, petições ou reclamações referidas no inciso I;

IV – promover audiências públicas e emitir relatórios, anual ou especiais, e recomendações dirigidas aos órgãos e entidades mencionadas no caput deste artigo, requisitando ao destinatário sua divulgação adequada e imediata, assim como resposta por escrito.

Art. 28. (Vetado).

SEÇÃO II – DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 29. Além das atribuições previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, compete ao Procurador-Geral de Justiça:

I – representar aos Tribunais locais por inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais, em face da Constituição Estadual;

II – representar para fins de intervenção do Estado no Município, com o objetivo de assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual ou prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial;

III – representar o Ministério Público nas sessões plenárias dos Tribunais;

IV – (Vetado);

V – ajuizar ação penal de competência originária dos Tribunais nela oficiando;

VI – oficiar nos processos de competência originária dos Tribunais, nos limites estabelecidos na Lei Orgânica;

VII – determinar o arquivamento de representação, notícia de crime, peças de informação, conclusão de comissões parlamentares de inquérito ou inquérito policial, nas hipóteses de suas atribuições legais;

VIII – exercer as atribuições do artigo 129, II e III, da Constituição Federal, quando a autoridade reclamada for o Governador do Estado, o Presidente da Assembléia Legislativa ou os Presidentes de Tribunais, bem como quando contra estes, por ato praticado em razão de suas funções, deva ser ajuizada a competente ação;

IX – delegar a membro do Ministério Público suas funções de órgão de execução.

SEÇÃO III – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 30. Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento de inquérito civil, na forma da lei.

SEÇÃO IV – DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA

Art. 31. Cabe aos Procuradores de Justiça exercer as atribuições junto aos Tribunais, desde que não cometidas ao Procurador-Geral de Justiça, e inclusive por delegação deste.

SEÇÃO V – DO PROMOTORES DE JUSTIÇA

Art. 32. Além de outras funções cometidas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e demais leis, compete aos Promotores de Justiça, dentro de suas esferas de atribuições:

I – impetrar habeas corpus e mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante os Tribunais locais competentes;

II – atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis;

III – oficiar perante à Justiça Eleitoral de primeira instância, com as atribuições do Ministério Público Eleitoral previstas na Lei Orgânica do Ministério Público da União que forem pertinentes, além de outras estabelecidas na legislação eleitoral e partidária.

CAPÍTULO V – DOS ÓRGÃOS AUXILIARES

SEÇÃO I – DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Art. 33. Os Centros de Apoio Operacional são órgãos auxiliares da atividade funcional do Ministério Público competindo-lhes, na forma da Lei Orgânica:

I – estimular a integração e o intercâmbio entre órgãos de execução que atuem na mesma área de atividade e que tenham atribuições comuns;

II – remeter informações técnico-jurídicas, sem caráter vinculativo, aos órgãos ligados à sua atividade;

III – estabelecer intercâmbio permanente com entidades ou órgãos públicos ou privados que atuem em áreas afins, para obtenção de elementos técnicos especializados necessários ao desempenho de suas funções;

IV – remeter, anualmente, ao Procurador-Geral de Justiça relatório das atividades do Ministério Público relativas às suas áreas de atribuições;

V – exercer outras funções compatíveis com suas finalidades, vedado o exercício de qualquer atividade de órgão de execução, bem como a expedição de atos normativos a estes dirigidos.

SEÇÃO II – DA COMISSÃO DE CONCURSO

Art. 34. À Comissão de Concurso, órgão auxiliar de natureza transitória, incumbe realizar a seleção de candidatos ao ingresso na carreira do Ministério Público, na forma da Lei Orgânica e observado o artigo 129, § 3.°, da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orgânica definirá o critério de escolha do Presidente da Comissão de Concurso de ingresso na carreira, cujos demais integrantes serão eleitos na forma do artigo 15, inciso III, desta Lei.

SEÇÃO III – DO CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL

Art. 35. O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional é órgão auxiliar do Ministério Público destinado a realizar cursos, seminários, congressos, simpósios, pesquisas, atividades, estudos e publicações visando ao aprimoramento profissional e cultural dos membros da instituição, de seus auxiliares e funcionários, bem como a melhor execução de seus serviços e racionalização de seus recursos materiais.

Parágrafo único. A Lei Orgânica estabelecerá a organização, funcionamento e demais atribuições do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional.

SEÇÃO IV – DOS ÓRGÃOS DE APOIO ADMINISTRATIVO

Art. 36. Lei de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça disciplinará os órgãos e serviços auxiliares de apoio administrativo, organizados em quadro próprio de carreiras, com os cargos que atendam às suas peculiaridades e às necessidades da administração e das atividades funcionais.

SEÇÃO V – DOS ESTAGIÁRIOS

Art. 37. Os estagiários do Ministério Público, auxiliares das Promotorias de Justiça, serão nomeados pelo Procurador-Geral de Justiça, para período não superior a três anos.

Parágrafo único. A Lei Orgânica disciplinará a seleção, investidura, vedações e dispensa dos estagiários, que serão alunos dos três últimos anos do curso de bacharelado de Direito, de escolas oficiais ou reconhecidas.

CAPÍTULO VI – DAS GARANTIAS E PRERROGATIVAS DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 38. Os membros do Ministério Público sujeitam-se a regime jurídico especial e têm as seguintes garantias:

I – vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público;

III – irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição Federal.

§ 1° O membro vitalício do Ministério Público somente perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, proferida em ação civil própria, nos seguintes casos:

I – prática de crime incompatível com o exercício do cargo, após decisão judicial transitada em julgado;

II – exercício da advocacia;

III – abandono do cargo por prazo superior a trinta dias corridos.

§ 2.° A ação civil para a decretação da perda do cargo será proposta pelo Procurador-Geral de Justiça perante o Tribunal de Justiça local, após autorização do Colégio de Procuradores, na forma da Lei Orgânica.

Art. 39. Em caso de extinção do órgão de execução, da Comarca ou mudança da sede da Promotoria de Justiça, será facultado ao Promotor de Justiça remover-se para outra Promotoria de igual entrância ou categoria, ou obter a disponibilidade com vencimentos integrais e a contagem do tempo de serviço como se em exercício estivesse.

§ 1° O membro do Ministério Público em disponibilidade remunerada continuará sujeito às vedações constitucionais e será classificado em quadro especial, provendo-se a vaga que ocorrer.

§ 2° A disponibilidade, nos casos previstos no caput deste artigo outorga ao membro do Ministério Público o direito à percepção de vencimentos e vantagens integrais e à contagem do tempo de serviço como se em exercício estivesse.

Art. 40. Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, além de outras previstas na Lei Orgânica:

I – ser ouvido, como testemunha ou ofendido, em qualquer processo ou inquérito, em dia, hora e local previamente ajustados com o Juiz ou a autoridade competente;

II – estar sujeito a intimação ou convocação para comparecimento, somente se expedida pela autoridade judiciária ou por órgão da Administração Superior do Ministério Público competente, ressalvadas as hipóteses constitucionais;

III – ser preso somente por ordem judicial, escrita, salvo em flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará, no prazo máximo de vinte e quatro horas, a comunicação e a apresentação do membro do Ministério Público ao Procurador-Geral de Justiça;

IV – ser processado e julgado originariamente pelo Tribunal de Justiça de seu Estado, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada exceção de ordem constitucional;

V – ser custodiado ou recolhido à prisão domiciliar ou à sala especial de Estado Maior, por ordem e à disposição do Tribunal competente, quando sujeito a prisão antes do julgamento final;

VI – ter assegurado o direito de acesso, retificação e complementação dos dados e informações relativos à sua pessoa, existentes nos órgãos da instituição, na forma da Lei Orgânica.

Art. 41. Constituem prerrogativas dos membros do Ministério Público, no exercício de sua função, além de outras previstas na Lei Orgânica:

I – receber o mesmo tratamento jurídico e protocolar dispensado aos membros do Poder Judiciário junto aos quais oficiem;

II – não ser indiciado em inquérito policial, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

III – ter vista dos autos após distribuição às Turmas ou Câmaras e intervir nas sessões de julgamento, para sustentação oral ou esclarecimento de matéria de fato;

IV – receber intimação pessoal em qualquer processo e grau de jurisdição, através da entrega dos autos com vista;

V – gozar de inviolabilidade pelas opiniões que externar ou pelo teor de suas manifestações processuais ou procedimentos, nos limites de sua independência funcional;

VI – ingressar e transitar livremente:

a) nas salas de sessões de Tribunais, mesmo além dos limites que separam a parte reservada aos Magistrados;

b) nas salas e dependências de audiências, secretarias, cartórios, tabelionatos, ofícios da justiça, inclusive dos registros públicos, delegacias de polícia e estabelecimento de internação coletiva;

c) em qualquer recinto público ou privado, ressalvada a garantia constitucional de inviolabilidade de domicílio.

VII – examinar, em qualquer Juízo ou Tribunal, autos de processos findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

VIII – examinar, em qualquer repartição policial, autos de flagrante ou inquérito, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos;

IX – ter acesso ao indiciado preso, a qualquer momento, mesmo quando decretada a sua incomunicabilidade;

X – usar as vestes talares e as insígnias privativas do Ministério Público;

XI – tomar assento à direita dos Juízes de primeira instância ou do Presidente do Tribunal, Câmara ou Turma.

Parágrafo único. Quando no curso de investigação, houver indício da prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar remeterá, imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.

Art. 42. Os membros do Ministério Público terão carteira funcional, expedida na forma da Lei Orgânica, valendo em todo o território nacional como cédula de identidade, e porte de arma, independentemente, neste caso, de qualquer ato formal de licença ou autorização.

CAPÍTULO VII – DOS DEVERES E VEDAÇÕES DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 43. São deveres dos membros do Ministério Público, além de outros previstos em lei:

I – manter ilibada conduta pública e particular;

II – zelar pelo prestígio da Justiça, por suas prerrogativas e pela dignidade de suas funções;

III – indicar os fundamentos jurídicos de seus pronunciamentos processuais, elaborando relatório em sua manifestação final ou recursal;

IV – obedecer aos prazos processuais;

V – assistir aos atos judiciais, quando obrigatória ou conveniente a sua presença;

VI – desempenhar, com zelo e presteza, as suas funções;

VII – declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

VIII – adotar, nos limites de suas atribuições, as providências cabíveis em face da irregularidade de que tenha conhecimento ou que ocorra nos serviços a seu cargo;

IX – tratar com urbanidade as partes, testemunhas, funcionários e auxiliares da Justiça;

X – residir, se titular, na respectiva Comarca;

XI – prestar informações solicitadas pelos órgãos da instituição;

XII – identificar-se em suas manifestações funcionais;

XIII – atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes;

XIV – acatar, no plano administrativo, as decisões dos órgãos da Administração Superior do Ministério Público.

Art. 44. Aos membros do Ministério Público se aplicam as seguintes vedações:

I – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

II – exercer advocacia;

III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

IV – exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de Magistério;

V – exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e as exceções previstas em lei.[2]

Parágrafo único. Não constituem acumulação, para os efeitos do inciso IV deste artigo, as atividades exercidas em organismos estatais afetos à área de atuação do Ministério Público, em Centro de Estudo e Aperfeiçoamento de Ministério Público, em entidades de representação de classe e o exercício de cargos de confiança na sua administração e nos órgãos auxiliares.

2 Argüida a inconstitucionalidade da expressão "ressalvada a filiação" – ADIn 1377-7. Julgada parcialmente procedente em 03.06.1998.

CAPÍTULO VIII – DOS VENCIMENTOS, VANTAGENS E DIREITOS

Art. 45. O membro do Ministério Público, convocado ou designado para substituição, terá direito à diferença de vencimento entre o seu cargo e o que ocupar.

Art. 46. A revisão da remuneração dos membros do Ministério Público far-se-á na forma da lei estadual.

Art. 47. Os vencimentos dos membros do Ministério Público serão fixados com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra entrância ou categoria, ou da entrância mais elevada para o cargo de Procurador-Geral de Justiça, garantindo-se aos Procuradores de Justiça não menos de noventa e cinco por cento dos vencimentos atribuídos ao Procurador-Geral.

Art. 48. A remuneração dos membros dos Ministérios Públicos dos Estados observará, como limite máximo, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, pelos membros do Poder Judiciário local.

Art. 49. Os vencimentos do Procurador-Geral de Justiça, em cada Estado, para efeito do disposto no § 1° do artigo 39 da Constituição Federal, guardarão equivalência com os vencimentos dos Desembargadores dos Tribunais de Justiça.[3]

Art. 50. Além dos vencimentos, poderão ser outorgadas, a membro do Ministério Público, nos termos da lei, as seguintes vantagens:

I – ajuda de custo, para despesas de transporte e mudança;

II – auxílio-moradia, nas Comarcas em que não haja residência oficial condigna para o membro do Ministério Público;

III – salário-família;

IV – diárias;

V – verba de representação de Ministério Público;

VI – gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral, equivalente àquela devida ao Magistrado ante o qual oficiar;

VII – gratificação pela prestação de serviço à Justiça do Trabalho, nas comarcas em que não haja Junta de Conciliação e Julgamento;

VIII – gratificação adicional por ano de serviço, incidente sobre o vencimento básico e a verba de representação, observado o disposto no § 3° deste artigo e no inciso XIV do artigo 37 da Constituição Federal;

IX – gratificação pelo efetivo exercício em Comarca de difícil provimento, assim definida e indicada em lei ou em ato do Procurador-Geral de Justiça;

X – gratificação pelo exercício cumulativo de cargos ou funções;

XI – verba de representação pelo exercício de cargos de direção ou de confiança junto aos órgãos da Administração Superior;

3 Argüida a inconstitucionalidade – ADIn 1274-6. Julgada procedente em 11.09.2002.

XII – outras vantagens previstas em lei, inclusive as concedidas aos servidores públicos em geral.

§ 1° Aplicam-se aos membros do Ministério Público os direitos sociais previstos no artigo 7° incisos VIII, XII, XVII, XVIII e XIX, da Constituição Federal.

§ 2° Computar-se-á, para efeito de aposentadoria disponibilidade e adicionais por tempo de serviço, o tempo de exercício da advocacia, até o máximo de quinze anos.

§ 3° Constitui parcela dos vencimentos, para todos os efeitos, a gratificação de representação de Ministério Público.

Art. 51. O direito a férias anuais, coletivas e individuais, do membro do Ministério Público, será igual ao dos Magistrados, regulando a Lei Orgânica a sua concessão e aplicando-se o disposto no artigo 7°, inciso XVII, da Constituição Federal.

Art. 52. Conceder-se-á licença:

I – para tratamento de saúde;

II – por motivo de doença de pessoa da família;

III – à gestante;

IV – paternidade;

V – em caráter especial;

VI – para casamento, até oito dias;

VII – por luto, em virtude de falecimento do cônjuge, ascendente, descendente, irmãos, sogros, noras e genros, até oito dias;

VIII – em outros casos previstos em lei.

Parágrafo único. A Lei Orgânica disciplinará as licenças referidas neste artigo, não podendo o membro do Ministério Público, nessas situações, exercer qualquer de suas funções.

Art. 53. São considerados como de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para vitaliciamento, os dias em que o membro do Ministério Público estiver afastado de suas funções em razão:

I – de licença prevista no artigo anterior;

II – de férias;

III – de cursos ou seminários de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior, de duração máxima de dois anos e mediante prévia autorização do Conselho Superior do Ministério Público;

IV – de período de trânsito;

V – de disponibilidade remunerada, exceto para promoção, em caso de afastamento decorrente de punição;

VI – de designação do Procurador-Geral de Justiça para:

a) realização de atividade de relevância para a instituição;

b) direção de Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público.

VII – de exercício de cargos ou de funções de direção de associação representativa de classe, na forma da Lei Orgânica;

VIII – de exercício das atividades previstas no parágrafo único do artigo 44 desta Lei;

IX – de outras hipóteses definidas em lei.

Art. 54. O membro do Ministério Público será aposentado, com proventos integrais, compulsoriamente, por invalidez ou aos setenta anos de idade, e, facultativamente, aos trinta anos de serviço, após cinco anos de efetivo exercício na carreira.

Art. 55. Os proventos da aposentadoria, que corresponderão à totalidade dos vencimentos percebidos no serviço ativo, a qualquer título, serão revistos na mesma proporção e na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos membros do Ministério Público em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos àqueles, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria.

Parágrafo único. Os proventos dos membros do Ministério Público aposentados serão pagos na mesma ocasião em que o forem os vencimentos dos membros do Ministério Público em atividade, figurando em folha de pagamento expedida pelo Ministério Público.

Art. 56. A pensão por morte, igual à totalidade dos vencimentos ou proventos percebidos pelos membros em atividade ou inatividade do Ministério Público, será reajustada na mesma data e proporção daqueles.

Parágrafo único. A pensão obrigatória não impedirá a percepção de benefícios decorrentes de contribuição voluntária para qualquer entidade de previdência.

Art. 57. Ao cônjuge sobrevivente e, em sua falta, aos herdeiros ou dependentes de membro do Ministério Público, ainda que aposentado ou em disponibilidade, será pago o auxílio-funeral, em importância igual a um mês de vencimentos ou proventos percebidos pelo falecido.

Art. 58. Para os fins deste Capítulo, equipara-se à esposa a companheira, nos termos da lei.

CAPITULO IX – DA CARREIRA

Art. 59. O ingresso nos cargos iniciais da carreira dependerá de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, organizado e realizado pela Procuradoria-Geral de Justiça, com participação da Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 1° É obrigatória a abertura do concurso de ingresso quando o número de vagas atingir a um quinto dos cargos iniciais da carreira.

§ 2° Assegurar-se-ão ao candidato aprovado a nomeação e a escolha do cargo, de acordo com a ordem de classificação no concurso.

§ 3° São requisitos para o ingresso na carreira, dentre outros estabelecidos pela Lei Orgânica:

I – ser brasileiro;

II – ter concluído o curso de bacharelado em Direito, em escola oficial ou reconhecida;

III – estar quite com o serviço militar;

IV – estar em gozo dos direitos políticos.

§ 4° O candidato nomeado deverá apresentar, no ato de sua posse, declaração de seus bens e prestar compromisso de desempenhar, com retidão, as funções do cargo e de cumprir a Constituição e as leis.

Art. 60. Suspende-se, até definitivo julgamento, o exercício funcional de membro do Ministério Público quando, antes do decurso do prazo de dois anos, houver impugnação de seu vitaliciamento.

§ 1° A Lei Orgânica disciplinará o procedimento de impugnação, cabendo ao Conselho Superior do Ministério Público decidir, no prazo máximo de sessenta dias, sobre o não vitaliciamento e ao Colégio de Procuradores, em trinta dias, eventual recurso.

§ 2° Durante a tramitação do procedimento de impugnação, o membro do Ministério Público perceberá vencimentos integrais, contando-se para todos os efeitos o tempo de suspensão do exercício funcional, no caso de vitaliciamento.

Art. 61. A Lei Orgânica regulamentará o regime de remoção e promoção dos membros do Ministério Público, observados os seguintes princípios:

I – promoção voluntária, por antigüidade e merecimento, alternadamente, de uma para outra entrância ou categoria e da entrância ou categoria mais elevada para o cargo de Procurador de Justiça, aplicando-se, por assemelhação, o disposto no artigo 93, incisos III e VI, da Constituição Federal;

II – apurar-se-á a antigüidade na entrância e o merecimento pela atuação do membro do Ministério Público em toda a carreira, com prevalência de critérios de ordem objetiva, levando-se inclusive em conta sua conduta, operosidade e dedicação no exercício do cargo, presteza e segurança nas suas manifestações processuais, o número de vezes que já tenha participado de listas, bem como a freqüência e o aproveitamento em cursos oficiais, ou reconhecidos, de aperfeiçoamento;

III – obrigatoriedade de promoção do Promotor de Justiça que figure por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento;

IV – a promoção por merecimento pressupõe dois anos de exercício na respectiva entrância ou categoria e integrar o Promotor de Justiça a primeira quinta parte da lista de antigüidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago, ou quando o número limitado de membros do Ministério Público inviabilizar a formação de lista tríplice;

V – a lista de merecimento resultará dos três nomes mais votados, desde que obtida maioria de votos, procedendo-se para alcançá-la, a tantas votações quantas necessárias, examinados em primeiro lugar os nomes dos remanescentes de lista anterior;

VI – não sendo caso de promoção obrigatória, a escolha recairá no membro do Ministério Público mais votado, observada a ordem dos escrutínios, prevalecendo, em caso de empate, a antigüidade na entrância ou categoria, salvo se preferir o Conselho Superior delegar a competência ao Procurador-Geral de Justiça.

Art. 62. Verificada a vaga para remoção ou promoção, o Conselho Superior do Ministério Público expedirá, no prazo máximo de sessenta dias, edital para preenchimento do cargo, salvo se ainda não instalado.

Art. 63. Para cada vaga destinada ao preenchimento por remoção ou promoção, expedir-se-á edital distinto, sucessivamente, com a indicação do cargo correspondente à vaga a ser preenchida.

Art. 64. Será permitida a remoção por permuta entre membros do Ministério Público da mesma entrância ou categoria, observado, além do disposto na Lei Orgânica:

I – pedido escrito e conjunto, formulado por ambos os pretendentes;

II – a renovação de remoção por permuta somente permitida após o decurso de dois anos;

III – que a remoção por permuta não confere direito a ajuda de custo.

Art. 65. A Lei Orgânica poderá prever a substituição por convocação, em caso de licença do titular de cargo da carreira ou de afastamento de suas funções junto à Procuradoria ou Promotoria de Justiça, somente podendo ser convocados membros do Ministério Público.

Art. 66. A reintegração, que decorrerá de sentença transitada em julgado, é o retorno do membro do Ministério Público ao cargo, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão do afastamento, inclusive a contagem do tempo de serviço.

§ 1° Achando-se provido o cargo no qual será reintegrado o membro do Ministério Público, o seu ocupante passará à disponibilidade, até posterior aproveitamento.

§ 2° O membro do Ministério Público reintegrado será submetido a inspeção médica e, se considerado incapaz, será aposentado compulsoriamente, com as vantagens a que teria direito se efetivada a reintegração.

Art. 67. A reversão dar-se-á na entrância em que se aposentou o membro do Ministério Público, em vaga a ser provida pelo critério de merecimento, observados os requisitos legais.

Art. 68. O aproveitamento é o retorno do membro do Ministério Público em disponibilidade ao exercício funcional.

§ 1° O membro do Ministério Público será aproveitado no órgão de execução que ocupava quando posto em disponibilidade, salvo se aceitar outro de igual entrância ou categoria, ou se for promovido.

§ 2° Ao retornar à atividade, será o membro do Ministério Público submetido a inspeção médica e, se julgado incapaz, será aposentado compulsoriamente, com as vantagens a que teria direito se efetivado o seu retorno.

CAPÍTULO X – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 69. Os Ministérios Públicos dos Estados adequarão suas tabelas de vencimentos ao disposto nesta Lei, visando à revisão da remuneração dos seus membros e servidores.

Art. 70. Fica instituída a gratificação pela prestação de serviço à Justiça Eleitoral, de que trata o artigo 50, VI, desta Lei.

Art. 71. (Vetado).

Art. 72. Ao membro ou servidor do Ministério Público é vedado manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro, ou parente até o segundo grau civil.

Art. 73. Para exercer as funções junto à Justiça Eleitoral, por solicitação do Procurador-Geral da República, os membros do Ministério Público do Estado serão designados, se for o caso, pelo respectivo Procurador-Geral de Justiça.

§ 1° Não ocorrendo designação, exclusivamente para os serviços eleitorais, na forma do caput deste artigo, o Promotor eleitoral será o membro do Ministério Público local que oficie perante o Juízo incumbido daqueles serviços.

§ 2° Havendo impedimento ou recusa justificável, o Procurador-Geral de Justiça designará o substituto.

Art. 74. Para fins do disposto no artigo 104, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal e observado o que dispõe o artigo 15, inciso I, desta Lei, a lista sêxtupla de membros do Ministério Público será organizada pelo Conselho Superior de cada Ministério Público dos Estados.

Art. 75. Compete ao Procurador-Geral de Justiça, ouvido o Conselho Superior do Ministério Público, autorizar o afastamento da carreira de membro do Ministério Público que tenha exercido a opção de que trata o artigo 29, §

3.°, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para exercer o cargo, emprego ou função de nível equivalente ou maior na Administração Direta ou Indireta.

Parágrafo único. O período de afastamento da carreira estabelecido neste artigo será considerado de efetivo exercício, para todos os efeitos legais, exceto para remoção ou promoção por merecimento.

Art. 76. A Procuradoria-Geral de Justiça deverá propor, no prazo de um ano da promulgação desta Lei, a criação ou transformação de cargos correspondentes às funções não atribuídas aos cargos já existentes.

Parágrafo único. Aos Promotores de Justiça que executem as funções previstas neste artigo assegurar-se-á preferência no concurso de remoção.

Art. 77. No âmbito do Ministério Público, para os fins do disposto no artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal, ficam estabelecidos como limite de remuneração os valores percebidos em espécie, a qualquer título, pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 78. O Ministério Público poderá firmar convênios com as associações de membros de instituição com vistas à manutenção de serviços assistenciais e culturais a seus associados.

Art. 79. O disposto nos artigos 57 e 58 desta Lei aplica-se, a partir de sua publicação, aos proventos e pensões anteriormente concedidos, não gerando efeitos financeiros anteriormente à sua vigência.

Art. 80. Aplicam-se aos Ministérios Públicos dos Estados, subsidiariamente, as normas da Lei Orgânica do Ministério Público da União.

Art. 81. Os Estados adaptarão a organização de seu Ministério Público aos preceitos desta Lei, no prazo de cento e vinte dias a contar de sua publicação.

Art. 82. O dia 14 de dezembro será considerado Dia Nacional do Ministério Público.

Art. 83. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 84. Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 12 de fevereiro de 1993, 172° da Independência e 105° da República.

ITAMAR FRANCO
Presidente da República

MAURÍCIO CORRÊA

LEI COMPLEMENTAR N. 75
DE 20 DE MAIO DE 1993

Dispõe sobre a organização, as atribuições e o estatuto do Ministério Público da União.

O Presidente da República,

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

TÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS
CAPÍTULO I – DA DEFINIÇÃO, DOS PRINCÍPIOS E DAS FUNÇÕES INSTITUCIONAIS

Art. 1.º O Ministério Público da União, organizado por esta Lei Complementar, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis.

Art. 2.º Incumbem ao Ministério Público as medidas necessárias para garantir o respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal.

Art. 3.º O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial tendo em vista:

a) o respeito aos fundamentos do Estado Democrático de Direito, aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, aos princípios informadores das relações internacionais, bem como aos direitos assegurados na Constituição Federal e na lei;

b) a preservação da ordem pública, da incolumidade das pessoas e do patrimônio público;

c) a prevenção e a correção de ilegalidade ou de abuso de poder;

d) a indisponibilidade da persecução penal;

e) a competência dos órgãos incumbidos da segurança pública.

Art. 4.º São princípios institucionais do Ministério Público da União a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 5.º São funções institucionais do Ministério Público da União:

I – a defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses sociais e dos interesses individuais indisponíveis, considerados, dentre outros, os seguintes fundamentos e princípios:

a) a soberania e a representatividade popular;
b) os direitos políticos;
c) os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil;
d) a indissolubilidade da União;
e) a independência e a harmonia dos Poderes da União;
f) a autonomia dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;
g) as vedações impostas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios;
h) a legalidade, a impessoalidade, a moralidade e a publicidade, relativas à administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União.

II – zelar pela observância dos princípios constitucionais relativos:

a) ao sistema tributário, às limitações do poder de tributar, à repartição do poder impositivo e das receitas tributárias e aos direitos do contribuinte;
b) às finanças públicas;
c) à atividade econômica, à política urbana, agrícola, fundiária e de reforma agrária e ao sistema financeiro nacional;
d) à seguridade social, à educação, à cultura e ao desporto, à ciência e à tecnologia, à comunicação social e ao meio ambiente;
e) à segurança pública.

III – a defesa dos seguintes bens e interesses:

a) o patrimônio nacional;
b) o patrimônio público e social;
c) o patrimônio cultural brasileiro;
d) o meio ambiente;
e) os direitos e interesses coletivos, especialmente das comunidades indígenas, da família, da criança, do adolescente e do idoso.

IV – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União, dos serviços de relevância pública e dos meios de comunicação social aos princípios, garantias, condições, direitos, deveres e vedações previstos na Constituição Federal e na lei, relativos à comunicação social;

V – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos da União e dos serviços de relevância pública quanto:

a) aos direitos assegurados na Constituição Federal relativos às ações e aos serviços de saúde e à educação;
b) aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade e da publicidade.

VI – exercer outras funções previstas na Constituição Federal e na lei.

§ 1° Os órgãos do Ministério Público da União devem zelar pela observância dos princípios e competências da Instituição, bem como pelo livre exercício de suas funções.

§ 2° Somente a lei poderá especificar as funções atribuídas pela Constituição Federal e por esta Lei Complementar ao Ministério Público da União, observados os princípios e normas nelas estabelecidos.

CAPÍTULO II – DOS INSTRUMENTOS DE ATUAÇÃO

Art. 6.° Compete ao Ministério Público da União:

I – promover a ação direta de inconstitucionalidade e o respectivo pedido de medida cautelar;

II – promover a ação direta de inconstitucionalidade por omissão;

III – promover a argüição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição Federal;

IV – promover a representação para intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal;

V – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

VI – impetrar "habeas corpus" e mandado de segurança;

VII – promover o inquérito civil e a ação civil pública para:

a) a proteção dos direitos constitucionais;
b) a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente, dos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico;
c) a proteção dos interesses individuais indisponíveis, difusos e coletivos, relativos às comunidades indígenas, à família, à criança, ao adolescente, ao idoso, às minorias étnicas e ao consumidor;
d) outros interesses individuais indisponíveis, homogêneos, sociais, difusos e coletivos.

VIII – promover outras ações, nelas incluído o mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania, quando difusos os interesses a serem protegidos;

IX – promover ação visando ao cancelamento de naturalização, em virtude de atividade nociva ao interesse nacional;

X – promover a responsabilidade dos executores ou agentes do estado de defesa ou do estado de sítio, pelos ilícitos cometidos no período de sua duração;

XI – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas, incluídos os relativos às terras por elas tradicionalmente habitadas, propondo as ações cabíveis;

XII – propor ação civil coletiva para defesa de interesses individuais homogêneos;

XIII – propor ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços;

XIV – promover outras ações necessárias ao exercício de suas funções institucionais, em defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, especialmente quanto:

a) ao Estado de Direito e às instituições democráticas;
b) à ordem econômica e financeira;
c) à ordem social;
d) ao patrimônio cultural brasileiro;
e) à manifestação de pensamento, de criação, de expressão ou de informação;
f) à probidade administrativa;
g) ao meio ambiente.

XV – manifestar-se em qualquer fase dos processos, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse em causa que justifique a intervenção;

XVI – (Vetado);

XVII – propor as ações cabíveis para:

a) perda ou suspensão de direitos políticos, nos casos previstos na Constituição Federal;
b) declaração de nulidade de atos ou contratos geradores do endividamento externo da União, de suas autarquias, fundações e demais entidades controladas pelo Poder Público Federal, ou com repercussão direta ou indireta em suas finanças;
c) dissolução compulsória de associações, inclusive de partidos políticos, nos casos previstos na Constituição Federal;
d) cancelamento de concessão ou de permissão, nos casos previstos na Constituição Federal;
e) declaração de nulidade de cláusula contratual que contrarie direito do consumidor.

XVIII – representar:

a) ao órgão judicial competente para quebra de sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas, para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, bem como manifestar-se sobre representação a ele dirigida para os mesmos fins;
b) ao Congresso Nacional, visando ao exercício das competências deste ou de qualquer de suas Casas ou comissões;
c) ao Tribunal de Contas da União, visando ao exercício das competências deste;
d) ao órgão judicial competente, visando à aplicação de penalidade por infrações cometidas contra as normas de proteção à infância e à juventude, sem prejuízo da promoção da responsabilidade civil e penal do infrator, quando cabível.

XIX – promover a responsabilidade:

a) da autoridade competente, pelo não exercício das incumbências, constitucional e legalmente impostas ao Poder Público da União, em defesa do meio ambiente, de sua preservação e de sua recuperação;

b) de pessoas físicas ou jurídicas, em razão da prática de atividade lesiva ao meio ambiente, tendo em vista a aplicação de sanções penais e a reparação dos danos causados.

XX – expedir recomendações, visando à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem como ao respeito, aos interesses, direitos e bens cuja defesa lhe cabe promover, fixando prazo razoável para a adoção das providências cabíveis.

§ 1° Será assegurada a participação do Ministério Público da União, como instituição observadora, na forma e nas condições estabelecidas em ato do Procurador-Geral da República, em qualquer órgão da administração pública direta, indireta ou fundacional da União, que tenha atribuições correlatas às funções da Instituição.

§ 2° A lei assegurará a participação do Ministério Público da União nos órgãos colegiados estatais, federais ou do Distrito Federal, constituídos para defesa de direitos e interesses relacionados com as funções da Instituição.

Art. 7.° Incumbe ao Ministério Público da União, sempre que necessário ao exercício de suas funções institucionais:

I – instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

II – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial e de inquérito policial militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas;

III – requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas.

Art. 8.° Para o exercício de suas atribuições, o Ministério Público da União poderá, nos procedimentos de sua competência:

I – notificar testemunhas e requisitar sua condução coercitiva, no caso de ausência injustificada;

II – requisitar informações, exames, perícias e documentos de autoridades da Administração Pública direta ou indireta;

III – requisitar da Administração Pública serviços temporários de seus servidores e meios materiais necessários para a realização de atividades específicas;

IV – requisitar informações e documentos a entidades privadas;

V – realizar inspeções e diligências investigatórias;

VI – ter livre acesso a qualquer local público ou privado, respeitadas as normas constitucionais pertinentes à inviolabilidade do domicílio;

VII – expedir notificações e intimações necessárias aos procedimentos e inquéritos que instaurar;

VIII – ter acesso incondicional a qualquer banco de dados de caráter público ou relativo a serviço de relevância pública;

IX – requisitar o auxílio de força policial.

§ 1º O membro do Ministério Público será civil e criminalmente responsável pelo uso indevido das informações e documentos que requisitar; a ação penal, na hipótese, poderá ser proposta também pelo ofendido, subsidiariamente, na forma da lei processual penal.

§ 2º Nenhuma autoridade poderá opor ao Ministério Público, sob qualquer pretexto, a exceção de sigilo, sem prejuízo da subsistência do caráter sigiloso da informação, do registro, do dado ou do documento que lhe seja fornecido.

§ 3º A falta injustificada e o retardamento indevido do cumprimento das requisições do Ministério Público implicarão a responsabilidade de quem lhe der causa.

§ 4º As correspondências, notificações, requisições e intimações do Ministério Público quando tiverem como destinatário o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, membro do Congresso Nacional, Ministro do Supremo Tribunal Federal, Ministro de Estado, Ministro de Tribunal Superior, Ministro do Tribunal de Contas da União ou chefe de missão diplomática de caráter permanente serão encaminhadas e levadas a efeito pelo Procurador-Geral da República ou outro órgão do Ministério Público a quem essa atribuição seja delegada, cabendo às autoridades mencionadas fixar data, hora e local em que puderem ser ouvidas, se for o caso.

§ 5.º As requisições do Ministério Público serão feitas fixando-se prazo razoável de até dez dias úteis para atendimento, prorrogável mediante solicitação justificada.

CAPÍTULO III – DO CONTROLE EXTERNO DA ATIVIDADE POLICIAL

Art. 9.º O Ministério Público da União exercerá o controle externo da atividade policial por meio de medidas judiciais e extrajudiciais, podendo:

I – ter livre ingresso em estabelecimentos policiais ou prisionais;

II – ter acesso a quaisquer documentos relativos à atividade-fim policial;

III – representar à autoridade competente pela adoção de providências para sanar a omissão indevida, ou para prevenir ou corrigir ilegalidade ou abuso de poder;

IV – requisitar à autoridade competente para instauração de inquérito policial sobre a omissão ou fato ilícito ocorrido no exercício da atividade policial;

V – promover a ação penal por abuso de poder.

Art. 10. A prisão de qualquer pessoa, por parte de autoridade federal ou do Distrito Federal e Territórios, deverá ser comunicada imediatamente ao Ministério Público competente, com indicação do lugar onde se encontra o preso e cópia dos documentos comprobatórios da legalidade da prisão.

CAPÍTULO IV – DA DEFESA DOS DIREITOS CONSTITUCIONAIS

Art. 11. A defesa dos direitos constitucionais do cidadão visa à garantia do seu efetivo respeito pelos Poderes Públicos e pelos prestadores de serviços de relevância pública.

Art. 12. O Procurador dos Direitos do Cidadão agirá de ofício ou mediante representação, notificando a autoridade questionada para que preste informação, no prazo que assinar.

Art. 13. Recebidas ou não as informações e instruído o caso, se o Procurador dos Direitos do Cidadão concluir que direitos constitucionais foram ou estão sendo desrespeitados, deverá notificar o responsável para que tome as providências necessárias a prevenir a repetição ou que determine a cessação do desrespeito verificado.

Art. 14. Não atendida, no prazo devido, a notificação prevista no artigo anterior, a Procuradoria dos Direitos do Cidadão representará ao poder ou autoridade competente para promover a responsabilidade pela ação ou omissão inconstitucionais.

Art. 15. É vedado aos órgãos de defesa dos direitos constitucionais do cidadão promover em juízo a defesa de direitos individuais lesados.

§ 1° Quando a legitimidade para a ação decorrente da inobservância da Constituição Federal, verificada pela Procuradoria, couber a outro órgão do Ministério Público, os elementos de informação ser-lhe-ão remetidos.

§ 2° Sempre que o titular do direito lesado não puder constituir advogado e a ação cabível não incumbir ao Ministério Público, o caso, com os elementos colhidos, será encaminhado à Defensoria Pública competente.

Art. 16. A lei regulará os procedimentos da atuação do Ministério Público na defesa dos direitos constitucionais do cidadão.

CAPÍTULO V – DAS GARANTIAS E DAS PRERROGATIVAS

Art. 17. Os membros do Ministério Público da União gozam das seguintes garantias:

I – vitaliciedade, após dois anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;

III – (Vetado).

Art. 18. São prerrogativas dos membros do Ministério Público da União:

I – institucionais:

a) sentar-se no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem;

b) usar vestes talares;

c) ter ingresso e trânsito livres, em razão de serviço, em qualquer recinto público ou privado, respeitada a garantia constitucional da inviolabilidade do domicílio;

d) a prioridade em qualquer serviço de transporte ou comunicação, público ou privado, no Território Nacional, quando em serviço de caráter urgente;

e) o porte de arma, independentemente de autorização;

f) carteira de identidade especial, de acordo com modelo aprovado pelo Procurador-Geral da República e por ele expedida, nela se consignando as prerrogativas constantes do inciso I, alíneas "c", "d" e "e"; e do inciso II, alíneas "d", "e" e "f" deste artigo.

II – processuais:

a) do Procurador-Geral da República, ser processado e julgado, nos crimes comuns, pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Senado Federal, nos crimes de responsabilidade;

b) do membro do Ministério Público da União que oficie perante tribunais, ser processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelo Superior Tribunal de Justiça;

c) do membro do Ministério Público da União que oficie perante juízos de primeira instância, ser processado e julgado, nos crimes comuns e de responsabilidade, pelos Tribunais Regionais Federais, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral;

d) ser preso ou detido somente por ordem escrita do tribunal competente ou em razão de flagrante de crime inafiançável, caso em que a autoridade fará imediata comunicação àquele tribunal e ao Procurador-Geral da República, sob pena de responsabilidade;

e) ser recolhido à prisão especial ou à sala especial de Estado-Maior, com direito a privacidade e à disposição do tribunal competente para o julgamento, quando sujeito a prisão antes da decisão final; e a dependência separada no estabelecimento em que tiver de ser cumprida a pena;

f) não ser indiciado em inquérito policial, observado o disposto no parágrafo único deste artigo;

g) ser ouvido, como testemunhas, em dia, hora e local previamente ajustados com o magistrado ou a autoridade competente;

h) receber intimação pessoalmente nos autos em qualquer processo e grau de jurisdição nos feitos em que tiver que oficiar.

Parágrafo único. Quando, no curso de investigação, houver indício da prática de infração penal por membro do Ministério Público da União, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente os autos ao Procurador-Geral da República, que designará membro do Ministério Público para prosseguimento da apuração do fato.

Art. 19. O Procurador-Geral da República terá as mesmas honras e tratamento dos Ministros do Supremo Tribunal Federal; e os demais membros da Instituição, as que forem reservadas aos magistrados perante os quais oficiem.

Art. 20. Os órgãos do Ministério Público da União terão presença e palavra asseguradas em todas as sessões dos colegiados em que oficiem.

Art. 21. As garantias e prerrogativas dos membros do Ministério Público da União são inerentes ao exercício de suas funções e irrenunciáveis.

Parágrafo único. As garantias e prerrogativas previstas nesta Lei Complementar não excluem as que sejam estabelecidas em outras leis.

CAPÍTULO VI – DA AUTONOMIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 22. Ao Ministério Público da União é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe:

I – propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, bem como a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores;

II – prover os cargos de suas carreiras e dos serviços auxiliares;

III – organizar os serviços auxiliares;

IV – praticar atos próprios de gestão.

Art. 23. O Ministério Público da União elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites da lei de diretrizes orçamentárias.

§ 1° Os recursos correspondentes às suas dotações orçamentárias, compreendidos os créditos suplementares e especiais, ser-lhe-ão entregues até o dia vinte de cada mês.

§ 2° A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Ministério Público da União será exercida pelo Congresso Nacional, mediante controle externo, com o auxílio do Tribunal de Contas da União, segundo o disposto no Título IV, Capítulo I, Seção IX, da Constituição Federal, e por sistema próprio de controle interno.

§ 3° As contas referentes ao exercício anterior serão prestadas, anualmente, dentro de sessenta dias da abertura da sessão legislativa do Congresso Nacional.

CAPÍTULO VII – DA ESTRUTURA

Art. 24. O Ministério Público da União compreende:

I – o Ministério Público Federal;

II – o Ministério Público do Trabalho;

III – o Ministério Público Militar;

IV – o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Parágrafo único. A estrutura básica do Ministério Público da União será organizada por regulamento, nos termos da lei.

CAPÍTULO VIII – DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Art. 25. O Procurador-Geral da República é o chefe do Ministério Público da União, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, permitida a recondução, precedida de nova decisão do Senado Federal.

Parágrafo único. A exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal, em votação secreta.

Art. 26. São atribuições do Procurador-Geral da República, como Chefe do Ministério Público da União:

I – representar a instituição;

II – propor ao Poder Legislativo os projetos de lei sobre o Ministério Público da União;

III – apresentar a proposta de orçamento do Ministério Público da União, compatibilizando os anteprojetos dos diferentes ramos da Instituição, na forma da lei de diretrizes orçamentárias;

IV – nomear e dar posse ao Vice-Procurador-Geral da República, ao Procurador-Geral do Trabalho, ao Procurador-Geral da Justiça Militar, bem como dar posse ao Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios;

V – encaminhar ao Presidente da República a lista tríplice para nomeação do Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios;

VI – encaminhar aos respectivos Presidentes as listas sêxtuplas para composição dos Tribunais Regionais Federais, do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, do Superior Tribunal de Justiça, do Tribunal Superior do Trabalho e dos Tribunais Regionais do Trabalho;

VII – dirimir conflitos de atribuição entre integrantes de ramos diferentes do Ministério Público da União;

VIII – praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

IX – prover e desprover os cargos das carreiras do Ministério Público da União e de seus serviços auxiliares;

X – arbitrar o valor das vantagens devidas aos membros do Ministério Público da União, nos casos previstos nesta Lei Complementar;

XI – fixar o valor das bolsas devidas aos estagiários;

XII – exercer outras atribuições previstas em lei;

XIII – exercer o poder regulamentar, no âmbito do Ministério Público da União, ressalvadas as competências estabelecidas nesta Lei Complementar para outros órgãos nela instituídos.

§ 1° O Procurador-Geral da República poderá delegar aos Procuradores-Gerais as atribuições previstas nos incisos VII e VIII deste artigo.

§ 2° A delegação também poderá ser feita ao Diretor-Geral da Secretaria do Ministério Público da União para a prática de atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal, estes apenas em relação aos servidores e serviços auxiliares.

Art. 27. O Procurador-Geral da República designará, dentre os integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, o Vice-Procurador-Geral da República, que o substituirá em seus impedimentos. No caso de vacância, exercerá o cargo o Vice-Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Federal, até o provimento definitivo do cargo.

CAPÍTULO IX – DO CONSELHO DE ASSESSORAMENTO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Art. 28. O Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União, sob a presidência do Procurador-Geral da República, será integrado pelo Vice-Procurador-Geral da República, pelo Procurador-Geral do Trabalho, pelo Procurador-Geral da Justiça Militar e pelo Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Art. 29. As reuniões do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União serão convocadas pelo Procurador-Geral da República, podendo solicitá-las qualquer de seus membros.

Art. 30. O Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União deverá opinar sobre as matérias de interesse geral da Instituição, e em especial sobre:

I – projetos de lei de interesse comum do Ministério Público da União, neles incluídos:

a) os que visem a alterar normas gerais da Lei Orgânica do Ministério Público da União;

b) a proposta de orçamento do Ministério Público da União;

c) os que proponham a fixação dos vencimentos nas carreiras e nos serviços auxiliares.

II – a organização e o funcionamento da Diretoria-Geral e dos Serviços da Secretaria do Ministério Público da União.

Art. 31. O Conselho de Assessoramento Superior poderá propor aos Conselhos Superiores dos diferentes ramos do Ministério Público da União medidas para uniformizar os atos decorrentes de seu poder normativo.

CAPÍTULO X – DAS CARREIRAS

Art. 32. As carreiras dos diferentes ramos do Ministério Público da União são independentes entre si, tendo cada uma delas organização própria, na forma desta Lei Complementar.

Art. 33. As funções do Ministério Público da União só podem ser exercidas por integrantes da respectiva carreira, que deverão residir onde estiverem lotados.

Art. 34. A lei estabelecerá o número de cargos das carreiras do Ministério Público da União e os ofícios em que serão exercidas suas funções.

CAPÍTULO XI – DOS SERVIÇOS AUXILIARES

Art. 35. A Secretaria do Ministério Público da União é dirigida pelo seu Diretor-Geral de livre escolha do Procurador-Geral da República e demissível "ad nutum", incumbindo-lhe os serviços auxiliares de apoio técnico e administrativo à Instituição.

Art. 36. O pessoal dos serviços auxiliares será organizado em quadro próprio de carreira, sob regime estatutário, para apoio técnico-administrativo adequado às atividades específicas da Instituição.

TÍTULO II – DOS RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

CAPÍTULO I – DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

SEÇÃO I – DA COMPETÊNCIA, DOS ÓRGÃOS E DA CARREIRA

Art. 37. O Ministério Público Federal exercerá as suas funções:

I – nas causas de competência do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais, e dos Tribunais e Juízes Eleitorais;

II – nas causas de competência de quaisquer juízes e tribunais, para defesa de direitos e interesses dos índios e das populações indígenas, do meio ambiente, de bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, integrantes do patrimônio nacional;

III – (Vetado).

Parágrafo único. O Ministério Público Federal será parte legítima para interpor recurso extraordinário das decisões da Justiça dos Estados nas representações de inconstitucionalidade.

Art. 38. São funções institucionais do Ministério Público Federal as previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, incumbindo-lhe especialmente:

I – instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

II – requisitar diligências investigatórias e instauração de inquérito policial, podendo acompanhá-los e apresentar provas;

III – requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas;

IV – exercer o controle externo da atividade das polícias federais, na forma do artigo 9°;

V – participar dos Conselhos Penitenciários;

VI – integrar os órgãos colegiados previstos no § 2° do artigo 6°, quando componentes da estrutura administrativa da União;

VII – fiscalizar a execução da pena, nos processos de competência da Justiça Federal e da Justiça Eleitoral.

Art. 39. Cabe ao Ministério Público Federal exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, sempre que se cuidar de garantir-lhes o respeito:

I – pelos Poderes Públicos Federais;

II – pelos órgãos da administração pública federal direta ou indireta;

III – pelos concessionários e permissionários de serviço público federal;

IV – por entidades que exerçam outra função delegada da União.

Art. 40. O Procurador-Geral da República designará, dentre os Subprocuradores-Gerais da República e mediante prévia aprovação do nome pelo Conselho Superior, o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão, para exercer as funções do ofício pelo prazo de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova decisão do Conselho Superior.

§ 1° Sempre que possível, o Procurador não acumulará o exercício de suas funções com outras do Ministério Público Federal.

§ 2º O Procurador somente será dispensado, antes do termo de sua investidura, por iniciativa do Procurador-Geral da República, anuindo a maioria absoluta do Conselho Superior.

Art. 41. Em cada Estado e no Distrito Federal será designado, na forma do artigo 49, III, órgão do Ministério Público Federal para exercer as funções do ofício de Procurador Regional dos Direitos do Cidadão.

Parágrafo único. O Procurador Federal dos Direitos do Cidadão expedirá instruções para o exercício das funções dos ofícios de Procurador dos Direitos do Cidadão, respeitado o princípio da independência funcional.

Art. 42. A execução da medida prevista no artigo 14 incumbe ao Procurador Federal dos Direitos do Cidadão.

Art. 43. São órgãos do Ministério Público Federal:

I – o Procurador-Geral da República;

II – o Colégio de Procuradores da República;

III – o Conselho Superior do Ministério Público Federal;

IV – as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

V – a Corregedoria do Ministério Público Federal;

VI – os Subprocuradores-Gerais da República;

VII – os Procuradores Regionais da República;

VIII – os Procuradores da República.

Parágrafo único. As Câmaras de Coordenação e Revisão poderão funcionar isoladas ou reunidas, integrando Conselho Institucional, conforme dispuser o seu regimento.

Art. 44. A carreira do Ministério Público Federal é constituída pelos cargos de Subprocurador-Geral da República, Procurador Regional da República e Procurador da República.

Parágrafo único. O cargo inicial da carreira é o de Procurador da República e o do último nível o de Subprocurador-Geral da República.

SEÇÃO II – DA CHEFIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Art. 45. O Procurador-Geral da República é o Chefe do Ministério Público Federal.

Art. 46. Incumbe ao Procurador-Geral da República exercer as funções do Ministério Público junto ao Supremo Tribunal Federal, manifestando-se previamente em todos os processos de sua competência.

Parágrafo único. O Procurador-Geral da República proporá perante o Supremo Tribunal Federal:

I – a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e o respectivo pedido de medida cautelar;

II – a representação para intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal, nas hipóteses do artigo 34, VII, da Constituição Federal;

III – as ações cíveis e penais cabíveis.

Art. 47. O Procurador-Geral da República designará os Subprocuradores-Gerais da República que exercerão, por delegação, suas funções junto aos diferentes órgãos jurisdicionais do Supremo Tribunal Federal.

§ 1° As funções do Ministério Público Federal junto aos Tribunais Superiores da União, perante os quais lhe compete atuar, somente poderão ser exercidas por titular do cargo de Subprocurador-Geral da República.

§ 2° Em caso de vaga ou afastamento de Subprocurador-Geral da República, por prazo superior a trinta dias, poderá ser convocado Procurador Regional da República para substituição, pelo voto da maioria do Conselho Superior.

§ 3° O Procurador Regional da República convocado receberá a diferença de vencimento correspondente ao cargo de Subprocurador-Geral da República, inclusive diárias e transporte, se for o caso.

Art. 48. Incumbe ao Procurador-Geral da República propor perante o Superior Tribunal de Justiça:

I – a representação para intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal, no caso de recusa à execução de lei federal;

II – a ação penal, nos casos previstos no artigo 105, I, "a", da Constituição Federal.

Parágrafo único. A competência prevista neste artigo poderá ser delegada a Subprocurador-Geral da República.

Art. 49. São atribuições do Procurador-Geral da República, como Chefe do Ministério Público Federal:

I – representar o Ministério Público Federal;

II – integrar, como membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores da República, o Conselho Superior do Ministério Público Federal e a Comissão de Concurso;

III – designar o Procurador Federal dos Direitos do Cidadão e os titulares da Procuradoria nos Estados e no Distrito Federal;

IV – designar um dos membros e o Coordenador de cada uma das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

V – nomear o Corregedor-Geral do Ministério Público Federal, segundo lista formada pelo Conselho Superior;

VI – designar, observados os critérios da lei e os estabelecidos pelo Conselho Superior, os ofícios em que exercerão suas funções os membros do Ministério Público Federal;

VII – designar:

a) o Chefe da Procuradoria Regional da República, dentre os Procuradores Regionais da República lotados na respectiva Procuradoria Regional;

b) o Chefe da Procuradoria da República nos Estados e no Distrito Federal, dentre os Procuradores da República lotados na respectiva unidade.

VIII – decidir, em grau de recurso, os conflitos de atribuições entre órgãos do Ministério Público Federal;

IX – determinar a abertura de correição, sindicância ou inquérito administrativo;

X – determinar instauração de inquérito ou processo administrativo contra servidores dos serviços auxiliares;

XI – decidir processo disciplinar contra membro da carreira ou servidor dos serviços auxiliares, aplicando as sanções cabíveis;

XII – decidir, atendendo à necessidade do serviço, sobre:

a) remoção a pedido ou por permuta;

b) alteração parcial da lista bienal de designações.

XIII – autorizar o afastamento de membros do Ministério Público Federal, depois de ouvido o Conselho Superior, nas hipóteses previstas em lei;

XIV – dar posse aos membros do Ministério Público Federal;

XV – designar membro do Ministério Público Federal para:

a) funcionar nos órgãos em que a participação da Instituição seja legalmente prevista, ouvido o Conselho Superior;

b) integrar comissões técnicas ou científicas, relacionadas às funções da Instituição, ouvido o Conselho Superior;

c) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspensão do titular, na inexistência ou falta do substituto designado;

d) funcionar perante juízos que não os previstos no inciso I, do artigo 37, desta Lei Complementar;

e) acompanhar procedimentos administrativos e inquéritos policiais instaurados em áreas estranhas à sua competência específica, desde que relacionados a fatos de interesse da Instituição.

XVI – homologar, ouvido o Conselho Superior, o resultado do concurso para ingresso na carreira;

XVII – fazer publicar aviso de existência de vaga na lotação e na relação bienal de designações;

XVIII – elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público Federal, submetendo-a, para aprovação, ao Conselho Superior;

XIX – organizar a prestação de contas do exercício anterior;

XX – praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

XXI – elaborar o relatório das atividades do Ministério Público Federal,

XXII – coordenar as atividades do Ministério Público Federal;

XXIII – exercer outras atividades previstas em lei.

Art. 50. As atribuições do Procurador-Geral da República, previstas no artigo anterior, poderão ser delegadas:

I – a Coordenador de Câmara de Coordenação e Revisão, as dos incisos XV, alínea c, e XXII;

II – aos Chefes das Procuradorias Regionais da República e aos Chefes das Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal, as dos incisos I, XV, alínea c, XX e XXII.

Art. 51. A ação penal pública contra o Procurador-Geral da República, quando no exercício do cargo, caberá ao Subprocurador-Geral da República que for designado pelo Conselho Superior do Ministério Público Federal.

SEÇÃO III – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DA REPÚBLICA

Art. 52. O Colégio de Procuradores da República, presidido pelo Procurador-Geral da República, é integrado por todos os membros da carreira em atividade no Ministério Público Federal.

Art. 53. Compete ao Colégio de Procuradores da República:

I – elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista sêxtupla para a composição do Superior Tribunal de Justiça, sendo elegíveis os membros do Ministério Público Federal, com mais de dez anos na carreira, tendo mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

II – elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista sêxtupla para a composição dos Tribunais Regionais Federais, sendo elegíveis os membros do Ministério Público Federal, com mais de dez anos de carreira, que contém mais de trinta e menos de sessenta e cinco anos de idade, sempre que possível lotados na respectiva região;

III – eleger, dentre os Subprocuradores-Gerais da República e mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, quatro membros do Conselho Superior do Ministério Público Federal;

IV – opinar sobre assuntos gerais de interesse da instituição.

§ 1° Para os fins previstos nos incisos I, II e III, deste artigo, prescindir-se-á de reunião do Colégio de Procuradores, procedendo-se segundo dispuser o seu Regimento Interno e exigindo-se o voto da maioria absoluta dos eleitores.

§ 2° Excepcionalmente, em caso de interesse relevante da Instituição, o Colégio de Procuradores reunir-se-á em local designado pelo Procurador-Geral da República, desde que convocado por ele ou pela maioria de seus membros.

§ 3° O Regimento Interno do Colégio de Procuradores da República disporá sobre seu funcionamento.

SEÇÃO IV – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Art. 54. O Conselho Superior do Ministério Público Federal, presidido pelo Procurador-Geral da República, tem a seguinte composição:

I – o Procurador-Geral da República e o Vice-Procurador-Geral da República, que o integram como membros natos;

II – quatro Subprocuradores-Gerais da República eleitos, para mandato de dois anos, na forma do artigo 53, inciso III, permitida uma reeleição;

III – quatro Subprocuradores-Gerais da República eleitos, para mandato de dois anos, por seus pares, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, permitida uma reeleição.

§ 1° Serão suplentes dos membros de que tratam os incisos II e III, os demais votados, em ordem decrescente, observados os critérios gerais de desempate.

§ 2° O Conselho Superior elegerá o seu Vice-Presidente, que substituirá o Presidente em seus impedimentos e em caso de vacância.

Art. 55. O Conselho Superior do Ministério Público Federal reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia previamente fixado, e, extraordinariamente, quando convocado pelo Procurador-Geral da República, ou por proposta da maioria de seus membros.

Art. 56. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho Superior serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

§ 1° Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente, exceto em matéria de sanções, caso em que prevalecerá a solução mais favorável ao acusado.

§ 2° As deliberações do Conselho Superior serão publicadas no Diário da Justiça, exceto quando o Regimento Interno determinar sigilo.

Art. 57. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público Federal:

I – exercer o poder normativo no âmbito do Ministério Público Federal, observados os princípios desta Lei Complementar, especialmente para elaborar e aprovar:

a) o seu Regimento Interno, o do Colégio de Procuradores da República e os das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal;

b) as normas e as instruções para o concurso de ingresso na carreira;

c) as normas sobre as designações para os diferentes ofícios do Ministério Público Federal;

d) os critérios para distribuição de inquéritos, procedimentos administrativos e quaisquer outros feitos, no Ministério Público Federal;

e) os critérios de promoção por merecimento, na carreira;

f) o procedimento para avaliar o cumprimento das condições do estágio probatório.

II – aprovar o nome do Procurador Federal dos Direitos do Cidadão;

III – indicar integrantes das Câmaras de Coordenação e Revisão;

IV – aprovar a destituição do Procurador Regional Eleitoral;

V – destituir, por iniciativa do Procurador-Geral da República e pelo voto de dois terços de seus membros, antes do término do mandato, o Corregedor-Geral;

VI – elaborar a lista tríplice para Corregedor-Geral do Ministério Público Federal;

VII – elaborar a lista tríplice destinada à promoção por merecimento;

VIII – aprovar a lista de antigüidade dos membros do Ministério Público Federal e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;

IX – indicar o membro do Ministério Público Federal para promoção por antigüidade, observado o disposto no artigo 93, inciso II, alínea "d", da Constituição Federal;

X – designar o Subprocurador-Geral da República para conhecer de inquérito, peças de informação ou representação sobre crime comum atribuível ao Procurador-Geral da República e, sendo o caso, promover a ação penal;

XI – opinar sobre a designação de membro do Ministério Público Federal para:

a) funcionar nos órgãos em que a participação da Instituição seja legalmente prevista;

b) integrar comissões técnicas ou científicas relacionadas às funções da Instituição.

XII – opinar sobre o afastamento temporário de membro do Ministério Público Federal;

XIII – autorizar a designação, em caráter excepcional, de membros do Ministério Público Federal, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XIV – determinar a realização de correições e sindicâncias e apreciar os relatórios correspondentes;

XV – determinar a instauração de processos administrativos em que o acusado seja membro do Ministério Público Federal, apreciar seus relatórios e propor as medidas cabíveis;

XVI – determinar o afastamento preventivo do exercício de suas funções, do membro do Ministério Público Federal, indiciado ou acusado em processo disciplinar, e o seu retorno;

XVII – designar a comissão de processo administrativo em que o acusado seja membro do Ministério Público Federal;

XVIII – decidir sobre o cumprimento do estágio probatório por membro do Ministério Público Federal, encaminhando cópia da decisão ao Procurador-Geral da República, quando for o caso, para ser efetivada sua exoneração;

XIX – decidir sobre remoção e disponibilidade de membro do Ministério Público Federal, por motivo de interesse público;

XX – autorizar, pela maioria absoluta de seus membros, que o Procurador-Geral da República ajuíze a ação de perda de cargo contra membro vitalício do Ministério Público Federal, nos casos previstos nesta Lei;

XXI – opinar sobre os pedidos de reversão de membro da carreira;

XXII – opinar sobre o encaminhamento de proposta de lei de aumento do número de cargos da carreira;

XXIII – deliberar sobre a realização de concurso para o ingresso na carreira, designar os membros da Comissão de Concurso e opinar sobre a homologação dos resultados;

XXIV – aprovar a proposta orçamentária que integrará o projeto de orçamento do Ministério Público da União;

XXV – exercer outras funções estabelecidas em lei.

§ 1° O Procurador-Geral e qualquer membro do Conselho Superior estão impedidos de participar das decisões deste nos casos previstos nas leis processuais para o impedimento e a suspeição de membro do Ministério Público.

§ 2° As deliberações relativas aos incisos I, alíneas a e e, IV, XIII, XV, XVI, XVII, XIX e XXI somente poderão ser tomadas com o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho Superior.

SEÇÃO V – DAS CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Art. 58. As Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal são os órgãos setoriais de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional na Instituição.

Art. 59. As Câmaras de Coordenação e Revisão serão organizadas por função ou por matéria, através de ato normativo.

Parágrafo único. O Regimento Interno, que disporá sobre o funcionamento das Câmaras de Coordenação e Revisão, será elaborado pelo Conselho Superior.

Art. 60. As Câmaras de Coordenação e Revisão serão compostas por três membros do Ministério Público Federal, sendo um indicado pelo Procurador-Geral da República e dois pelo Conselho Superior, juntamente com seus suplentes, para um mandato de dois anos, dentre integrantes do último grau da carreira, sempre que possível.

Art. 61. Dentre os integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão, um deles será designado pelo Procurador-Geral para a função executiva de Coordenador.

Art. 62. Compete às Câmaras de Coordenação e Revisão:

I – promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais que atuem em ofícios ligados ao setor de sua competência, observado o princípio da independência funcional;

II – manter intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins;

III – encaminhar informações técnico-jurídicas aos órgãos institucionais que atuem em seu setor;

IV – manifestar-se sobre o arquivamento de inquérito policial, inquérito parlamentar ou peças de informação, exceto nos casos de competência originária do Procurador-Geral;

V – resolver sobre a distribuição especial de feitos que, por sua contínua reiteração, devam receber tratamento uniforme;

VI – resolver sobre a distribuição especial de inquéritos, feitos e procedimentos, quando a matéria, por sua natureza ou relevância, assim o exigir;

VII – decidir os conflitos de atribuições entre os órgãos do Ministério Público Federal.

Parágrafo único. A competência fixada nos incisos V e VI será exercida segundo critérios objetivos previamente estabelecidos pelo Conselho Superior.

SEÇÃO VI – DA CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Art. 63. A Corregedoria do Ministério Público Federal, dirigida pelo Corregedor-Geral, é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

Art. 64. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral da República dentre os Subprocuradores-Gerais da República, integrantes de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, renovável uma vez.

§ 1° Não poderão integrar a lista tríplice os membros do Conselho Superior.

§ 2° Serão suplentes do Corregedor-Geral os demais integrantes da lista tríplice, na ordem em que os designar o Procurador-Geral.

§ 3° O Corregedor-Geral poderá ser destituído por iniciativa do Procurador-Geral, antes do término do mandato, pelo Conselho Superior, observado o disposto no inciso V do artigo 57.

Art. 65. Compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público Federal:

I – participar, sem direito a voto, das reuniões do Conselho Superior;

II – realizar, de ofício, ou por determinação do Procurador-Geral ou do Conselho Superior, correições e sindicâncias, apresentando os respectivos relatórios;

III – instaurar inquérito contra integrante da carreira e propor ao Conselho Superior a instauração do processo administrativo conseqüente;

IV – acompanhar o estágio probatório dos membros do Ministério Público Federal;

V – propor ao Conselho Superior a exoneração de membro do Ministério Público Federal que não cumprir as condições do estágio probatório.

SEÇÃO VII – DOS SUBPROCURADORES-GERAIS DA REPÚBLICA

Art. 66. Os Subprocuradores-Gerais da República serão designados para oficiar junto ao Supremo Tribunal Federal, ao Superior Tribunal de Justiça, ao Tribunal Superior Eleitoral e nas Câmaras de Coordenação e Revisão.

§ 1° No Supremo Tribunal Federal e no Tribunal Superior Eleitoral, os Subprocuradores-Gerais da República atuarão por delegação do Procurador-Geral da República.

§ 2° A designação de Subprocurador-Geral da República para oficiar em órgãos jurisdicionais diferentes dos previstos para a categoria dependerá de autorização do Conselho Superior.

Art. 67. Cabe aos Subprocuradores-Gerais da República, privativamente, o exercício das funções de:

I – Vice-Procurador-Geral da República;

II – Vice-Procurador-Geral Eleitoral;

III – Corregedor-Geral do Ministério Público Federal;

IV – Procurador Federal dos Direitos do Cidadão;

V – Coordenador de Câmara de Coordenação e Revisão.

SEÇÃO VIII – DOS PROCURADORES REGIONAIS DA REPÚBLICA

Art. 68. Os Procuradores Regionais da República serão designados para oficiar junto aos Tribunais Regionais Federais.

Parágrafo único. A designação de Procurador Regional da República para oficiar em órgãos jurisdicionais diferentes dos previstos para a categoria dependerá de autorização do Conselho Superior.

Art. 69. Os Procuradores Regionais da República serão lotados nos ofícios nas Procuradorias Regionais da República.

SEÇÃO IX – DOS PROCURADORES DA REPÚBLICA

Art. 70. Os Procuradores da República serão designados para oficiar junto aos Juízes Federais e junto aos Tribunais Regionais Eleitorais, onde não tiver sede a Procuradoria Regional da República.

Parágrafo único. A designação de Procurador da República para oficiar em órgãos jurisdicionais diferentes dos previstos para a categoria dependerá de autorização do Conselho Superior.

Art. 71. Os Procuradores da República serão lotados nos ofícios nas Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal.

SEÇÃO X – DAS FUNÇÕES ELEITORAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Art. 72. Compete ao Ministério Público Federal exercer, no que couber, junto à Justiça Eleitoral, as funções do Ministério Público, atuando em todas as fases e instâncias do processo eleitoral.

Parágrafo único. O Ministério Público Federal tem legitimação para propor, perante o juízo competente, as ações para declarar ou decretar a nulidade de negócios jurídicos ou atos da administração pública, infringentes de vedações legais destinadas a proteger a normalidade e a legitimidade das eleições, contra a influência do poder econômico ou o abuso do poder político ou administrativo.

Art. 73. O Procurador-Geral Eleitoral é o Procurador-Geral da República.

Parágrafo único. O Procurador-Geral Eleitoral designará, dentre os Subprocuradores-Gerais da República, o Vice-Procurador-Geral Eleitoral, que o substituirá em seus impedimentos e exercerá o cargo em caso de vacância, até o provimento definitivo.

Art. 74. Compete ao Procurador-Geral Eleitoral exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Superior Eleitoral.

Parágrafo único. Além do Vice-Procurador-Geral Eleitoral, o Procurador-Geral poderá designar, por necessidade de serviço, membros do Ministério Público Federal para oficiarem, com sua aprovação, perante o Tribunal Superior Eleitoral.

Art. 75. Incumbe ao Procurador-Geral Eleitoral:

I – designar o Procurador Regional Eleitoral em cada Estado e no Distrito Federal:

II – acompanhar os procedimentos do Corregedor-Geral Eleitoral;

III – dirimir conflitos de atribuições;

IV – requisitar servidores da União e de suas autarquias, quando o exigir a necessidade do serviço, sem prejuízo dos direitos e vantagens inerentes ao exercício de seus cargos ou empregos.

Art. 76. O Procurador Regional Eleitoral, juntamente com o seu substituto, será designado pelo Procurador-Geral Eleitoral, dentre os Procuradores Regionais da República no Estado e no Distrito Federal, ou, onde não houver, dentre os Procuradores da República vitalícios, para um mandato de dois anos.

§ 1° O Procurador Regional Eleitoral poderá ser reconduzido uma vez.

§ 2° O Procurador Regional Eleitoral poderá ser destituído, antes do término do mandato, por iniciativa do Procurador-Geral Eleitoral, anuindo a maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público Federal.

Art. 77. Compete ao Procurador Regional Eleitoral exercer as funções do Ministério Público nas causas de competência do Tribunal Regional Eleitoral respectivo, além de dirigir, no Estado, as atividades do setor.

Parágrafo único. O Procurador-Geral Eleitoral poderá designar, por necessidade de serviço, outros membros do Ministério Público Federal para oficiar, sob a coordenação do Procurador Regional, perante os Tribunais Regionais Eleitorais.

Art. 78. As funções eleitorais do Ministério Público Federal perante os Juízes e Juntas Eleitorais serão exercidas pelo Promotor Eleitoral.

Art. 79. O Promotor Eleitoral será o membro do Ministério Público local que oficie junto ao Juízo incumbido do serviço eleitoral de cada Zona.

Parágrafo único. Na inexistência de Promotor que oficie perante a Zona Eleitoral, ou havendo impedimento ou recusa justificada, o Chefe do Ministério Público local indicará ao Procurador Regional Eleitoral o substituto a ser designado.

Art. 80. A filiação a partido político impede o exercício de funções eleitorais por membro do Ministério Público, até dois anos do seu cancelamento.[1]

SEÇÃO XI – DAS UNIDADES DE LOTAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 81. Os ofícios na Procuradoria-Geral da República, nas Procuradorias Regionais da República e nas Procuradorias da República nos Estados e no Distrito Federal são unidades de lotação e de administração do Ministério Público Federal.

Parágrafo único. Nos Municípios do interior onde tiverem sede juízos federais, a lei criará unidades da Procuradoria da República no respectivo Estado.

1 Argüida a inconstitucionalidade – ADIn 1371-8. Julgada parcialmente procedente em 03.06.1998.

Art. 82. A estrutura básica das unidades de lotação e de administração será organizada por regulamento, nos termos da lei.

CAPÍTULO II – DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
SEÇÃO I – DA COMPETÊNCIA, DOS ÓRGÃOS E DA CARREIRA

Art. 83. Compete ao Ministério Público do Trabalho o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça do Trabalho:

I – promover as ações que lhe sejam atribuídas pela Constituição Federal e pelas leis trabalhistas;

II – manifestar-se em qualquer fase do processo trabalhista, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção;

III – promover a ação civil pública no âmbito da Justiça do Trabalho, para defesa de interesses coletivos, quando desrespeitados os direitos sociais constitucionalmente garantidos;

IV – propor as ações cabíveis para declaração de nulidade de cláusula de contrato, acordo coletivo ou convenção coletiva que viole as liberdades individuais ou coletivas ou os direitos individuais indisponíveis dos trabalhadores;

V – propor as ações necessárias à defesa dos direitos e interesses dos menores, incapazes e índios, decorrentes das relações de trabalho;

VI – recorrer das decisões da Justiça do Trabalho, quando entender necessário, tanto nos processos em que for parte, como naqueles em que oficiar como fiscal da lei, bem como pedir revisão dos Enunciados da Súmula de Jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho;

VII – funcionar nas sessões dos Tribunais Trabalhistas, manifestando-se verbalmente sobre a matéria em debate, sempre que entender necessário, sendo-lhe assegurado o direito de vista dos processos em julgamento, podendo solicitar as requisições e diligências que julgar convenientes;

VIII – instaurar instância em caso de greve, quando a defesa da ordem jurídica ou o interesse público assim o exigir;

IX – promover ou participar da instrução e conciliação em dissídios decorrentes da paralisação de serviços de qualquer natureza, oficiando obrigatoriamente nos processos, manifestando sua concordância ou discordância, em eventuais acordos firmados antes da homologação, resguardado o direito de recorrer em caso de violação à lei e à Constituição Federal;

X – promover mandado de injunção, quando a competência for da Justiça do Trabalho;

XI – atuar como árbitro, se assim for solicitado pelas partes, nos dissídios de competência da Justiça do Trabalho;

XII – requerer as diligências que julgar convenientes para o correto andamento dos processos e para a melhor solução das lides trabalhistas;

XIII – intervir obrigatoriamente em todos os feitos nos segundo e terceiro graus de jurisdição da Justiça do Trabalho, quando a parte for pessoa jurídica de Direito Público, Estado estrangeiro ou organismo internacional.

Art. 84. Incumbe ao Ministério Público do Trabalho, no âmbito das suas atribuições, exercer as funções institucionais previstas nos Capítulos I, II, III e IV do Título I, especialmente:

I – integrar os órgãos colegiados previstos no § 1° do artigo 6°, que lhes sejam pertinentes;

II – instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos, sempre que cabíveis, para assegurar a observância dos direitos sociais dos trabalhadores;

III – requisitar à autoridade administrativa federal competente, dos órgãos de proteção ao trabalho, a instauração de procedimentos administrativos, podendo acompanhá-los e produzir provas;

IV – ser cientificado pessoalmente das decisões proferidas pela Justiça do Trabalho, nas causas em que o órgão tenha intervido ou emitido parecer escrito;

V – exercer outras atribuições que lhe forem conferidas por lei, desde que compatíveis com sua finalidade.

Art. 85. São órgãos do Ministério Público do Trabalho:

I – o Procurador-Geral do Trabalho;

II – o Colégio de Procuradores do Trabalho;

III – o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho;

IV – a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho;

V – a Corregedoria do Ministério Público do Trabalho;

VI – os Subprocuradores-Gerais do Trabalho;

VII – os Procuradores Regionais do Trabalho;

VIII – os Procuradores do Trabalho;

Art. 86. A carreira do Ministério Público do Trabalho será constituída pelos cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, Procurador Regional do Trabalho e Procurador do Trabalho.

Parágrafo único. O cargo inicial da carreira é o de Procurador do Trabalho e o do último nível o de Subprocurador-Geral do Trabalho.

SEÇÃO II – DO PROCURADOR-GERAL DO TRABALHO

Art. 87. O Procurador-Geral do Trabalho é o Chefe do Ministério Público do Trabalho.

Art. 88. O Procurador-Geral do Trabalho será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre integrantes da Instituição, com mais de trinta e cinco anos de idade e de cinco anos na carreira, integrantes de lista tríplice escolhida mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores para um mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo processo. Caso não haja número suficiente de candidatos com mais de cinco anos na carreira, poderá concorrer à lista tríplice quem contar mais de dois anos na carreira.

Parágrafo único. A exoneração do Procurador-Geral do Trabalho, antes do término do mandato, será proposta ao Procurador-Geral da República pelo Conselho Superior, mediante deliberação obtida com base em voto secreto de dois terços de seus integrantes.

Art. 89. O Procurador-Geral do Trabalho designará, dentre os Subprocuradores-Gerais do Trabalho, o Vice-Procurador-Geral do Trabalho, que o substituirá em seus impedimentos. Em caso de vacância, exercerá o cargo o Vice-Presidente do Conselho Superior, até o seu provimento definitivo.

Art. 90. Compete ao Procurador-Geral do Trabalho exercer as funções atribuídas ao Ministério Público do Trabalho junto ao Plenário do Tribunal Superior do Trabalho, propondo as ações cabíveis e manifestando-se nos processos de sua competência.

Art. 91. São atribuições do Procurador-Geral do Trabalho:

I – representar o Ministério Público do Trabalho;

II – integrar, como membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores do Trabalho, o Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho e a Comissão de Concurso;

III – nomear o Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho, segundo lista tríplice formada pelo Conselho Superior;

IV – designar um dos membros e o Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho;

V – designar, observados os critérios da lei e os estabelecidos pelo Conselho Superior, os ofícios em que exercerão suas funções os membros do Ministério Público do Trabalho;

VI – designar o Chefe da Procuradoria Regional do Trabalho dentre os Procuradores Regionais do Trabalho lotados na respectiva Procuradoria Regional;

VII – decidir, em grau de recurso, os conflitos de atribuição entre os órgãos do Ministério Público do Trabalho;

VIII – determinar a abertura de correição, sindicância ou inquérito administrativo;

IX – determinar a instauração de inquérito ou processo administrativo contra servidores dos serviços auxiliares;

X – decidir processo disciplinar contra membro da carreira ou servidor dos serviços auxiliares, aplicando as sanções que sejam de sua competência;

XI – decidir, atendendo a necessidade do serviço, sobre:

a) remoção a pedido ou por permuta;
b) alteração parcial da lista bienal de designações.

XII – autorizar o afastamento de membros do Ministério Público do Trabalho, ouvido o Conselho Superior, nos casos previstos em lei;

XIII – dar posse aos membros do Ministério Público do Trabalho;

XIV – designar membro do Ministério Público do Trabalho para:

a) funcionar nos órgãos em que a participação da Instituição seja legalmente prevista, ouvido o Conselho Superior;
b) integrar comissões técnicas ou científicas, relacionadas às funções da Instituição, ouvido o Conselho Superior;
c) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular, na inexistência ou falta do substituto designado.

XV – homologar, ouvido o Conselho Superior, o resultado do concurso para ingresso na carreira;

XVI – fazer publicar aviso de existência de vaga, na lotação e na relação bienal de designações;

XVII – propor ao Procurador-Geral da República, ouvido o Conselho Superior, a criação e extinção de cargos da carreira e dos ofícios em que devam ser exercidas suas funções;

XVIII – elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público do Trabalho, submetendo-a, para aprovação, ao Conselho Superior;

XIX – encaminhar ao Procurador-Geral da República a proposta orçamentária do Ministério Público do Trabalho, após sua aprovação pelo Conselho Superior;

XX – organizar a prestação de contas do exercício anterior, encaminhando-a ao Procurador-Geral da República;

XXI – praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

XXII – elaborar o relatório de atividades do Ministério Público do Trabalho;

XXIII – coordenar as atividades do Ministério Público do Trabalho;

XXIV – exercer outras atribuições previstas em lei.

Art. 92. As atribuições do Procurador-Geral do Trabalho, previstas no artigo anterior, poderão ser delegadas:

I – ao Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão, as dos incisos XIV, alínea c, e XXIII;

II – aos Chefes das Procuradorias Regionais do Trabalho nos Estados e no Distrito Federal, as dos incisos I, XIV, alínea c, XXI e XXIII.

SEÇÃO III – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO TRABALHO

Art. 93. O Colégio de Procuradores do Trabalho, presidido pelo Procurador-Geral do Trabalho, é integrado por todos os membros da carreira em atividade no Ministério Público do Trabalho.

Art. 94. São atribuições do Colégio de Procuradores do Trabalho:

I – elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral do Trabalho;

II – elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista sêxtupla para a composição do Tribunal Superior do Trabalho, sendo elegíveis os membros do Ministério Público do Trabalho com mais de dez anos na carreira, tendo mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade;

III – elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista sêxtupla para os Tribunais Regionais do Trabalho, dentre os Procuradores com mais de dez anos de carreira;

IV – eleger, dentre os Subprocuradores-Gerais do Trabalho e mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, quatro membros do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho.

§ 1° Para os fins previstos nos incisos deste artigo, prescindir-se-á de reunião do Colégio de Procuradores, procedendo-se segundo dispuser o seu Regimento Interno, exigido o voto da maioria absoluta dos eleitores.

§ 2° Excepcionalmente, em caso de interesse relevante da Instituição, o Colégio de Procuradores reunir-se-á em local designado pelo Procurador-Geral do Trabalho, desde que convocado por ele ou pela maioria de seus membros.

§ 3° O Regimento Interno do Colégio de Procuradores do Trabalho disporá sobre seu funcionamento.

SEÇÃO IV – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Art. 95. O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, presidido pelo Procurador-Geral do Trabalho, tem a seguinte composição:

I – o Procurador-Geral do Trabalho e o Vice-Procurador-Geral do Trabalho, que o integram como membros natos;

II – quatro Subprocuradores-Gerais do Trabalho, eleitos para um mandato de dois anos, pelo Colégio de Procuradores do Trabalho, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, permitida uma reeleição;

III – quatro Subprocuradores-Gerais do Trabalho, eleitos para um mandato de dois anos, por seus pares, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, permitida uma reeleição.

§ 1° Serão suplentes dos membros de que tratam os incisos II e III os demais votados, em ordem decrescente, observados os critérios gerais de desempate.

§ 2° O Conselho Superior elegerá o seu Vice-Presidente, que substituirá o Presidente em seus impedimentos e em caso de vacância.

Art. 96. O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho reunir-se-á ordinariamente, uma vez por mês, em dia previamente fixado e, extraordinariamente, quando convocado pelo Procurador-Geral do Trabalho ou por proposta da maioria absoluta de seus membros.

Art. 97. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho Superior serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

§ 1° Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente, exceto em matéria de sanções, caso em que prevalecerá a solução mais favorável ao acusado.

§ 2° As deliberações do Conselho Superior serão publicadas no Diário da Justiça, exceto quando o Regimento Interno determinar sigilo.

Art. 98. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho:

I – exercer o poder normativo no âmbito do Ministério Público do Trabalho, observados os princípios desta Lei Complementar, especialmente para elaborar e aprovar:

a) o seu Regimento Interno, o do Colégio de Procuradores do Trabalho e o da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho;

b) as normas e as instruções para o concurso de ingresso na carreira;

c) as normas sobre as designações para os diferentes ofícios do Ministério Público do Trabalho;

d) os critérios para distribuição de procedimentos administrativos e quaisquer outros feitos no Ministério Público do Trabalho;

e) os critérios de promoção por merecimento na carreira;

f) o procedimento para avaliar o cumprimento das condições do estágio probatório.

II – indicar os integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho;

III – propor a exoneração do Procurador-Geral do Trabalho;

IV – destituir, por iniciativa do Procurador-Geral do Trabalho e pelo voto de dois terços de seus membros, antes do término do mandato, o Corregedor-Geral;

V – elaborar a lista tríplice destinada à promoção por merecimento;

VI – elaborar a lista tríplice para Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho;

VII – aprovar a lista de antigüidade do Ministério Público do Trabalho e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;

VIII – indicar o membro do Ministério Público do Trabalho para promoção por antigüidade, observado o disposto no artigo 93, inciso II, alínea "d", da Constituição Federal;

IX – opinar sobre a designação de membro do Ministério Público do Trabalho para:

a) funcionar nos órgãos em que a participação da Instituição seja legalmente prevista;

b) integrar comissões técnicas ou científicas relacionadas às funções da Instituição.

X – opinar sobre o afastamento temporário de membro do Ministério Público do Trabalho;

XI – autorizar a designação, em caráter excepcional, de membros do Ministério Público do Trabalho, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XII – determinar a realização de correições e sindicâncias e apreciar os relatórios correspondentes;

XIII – determinar a instauração de processos administrativos em que o acusado seja membro do Ministério Público do Trabalho, apreciar seus relatórios e propor as medidas cabíveis;

XIV – determinar o afastamento do exercício de suas funções, de membro do Ministério Público do Trabalho, indiciado ou acusado em processo disciplinar, e o seu retorno;

XV – designar a comissão de processo administrativo em que o acusado seja membro do Ministério Público do Trabalho;

XVI – decidir sobre o cumprimento do estágio probatório por membro do Ministério Público do Trabalho, encaminhando cópia da decisão ao Procurador-Geral da República, quando for o caso, para ser efetivada sua exoneração;

XVII – decidir sobre remoção e disponibilidade de membro do Ministério Público do Trabalho, por motivo de interesse público;

XVIII – autorizar, pela maioria absoluta de seus membros, que o Procurador-Geral da República ajuíze a ação de perda de cargo contra membro vitalício do Ministério Público do Trabalho, nos casos previstos em lei;

XIX – opinar sobre os pedidos de reversão de membro da carreira;

XX – aprovar a proposta de lei para o aumento do número de cargos da carreira e dos ofícios;

XXI – deliberar sobre a realização de concurso para o ingresso na carreira, designar os membros da Comissão de Concurso e opinar sobre a homologação dos resultados;

XXII – aprovar a proposta orçamentária que integrará o projeto de orçamento do Ministério Público da União;

XXIII – exercer outras funções atribuídas em lei.

§ 1° Aplicam-se ao Procurador-Geral e aos demais membros do Conselho Superior as normas processuais em geral, pertinentes aos impedimentos e suspeição dos membros do Ministério Público.

§ 2° As deliberações relativas aos incisos I, alíneas a e e, XI, XIII, XIV, XV e XVII somente poderão ser tomadas com o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho Superior.

SEÇÃO V – DA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Art. 99. A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho é um órgão de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional na Instituição.

Art. 100. A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho será organizada por ato normativo, e o Regimento Interno, que disporá sobre seu funcionamento, será elaborado pelo Conselho Superior.

Art. 101. A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho será composta por três membros do Ministério Público do Trabalho, sendo um indicado pelo Procurador-Geral do Trabalho e dois pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, juntamente com seus suplentes, para um mandato de dois anos, sempre que possível, dentre integrantes do último grau da carreira.

Art. 102. Dentre os integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão, um deles será designado pelo Procurador-Geral para a função executiva de Coordenador.

Art. 103. Compete à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho:

I – promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais do Ministério Público do Trabalho, observado o princípio da independência funcional;

II – manter intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins;

III – encaminhar informações técnico-jurídicas aos órgãos institucionais do Ministério Público do Trabalho;

IV – resolver sobre a distribuição especial de feitos e procedimentos, quando a matéria, por sua natureza ou relevância, assim o exigir;

V – resolver sobre a distribuição especial de feitos, que por sua contínua reiteração, devam receber tratamento uniforme;

VI – decidir os conflitos de atribuição entre os órgãos do Ministério Público do Trabalho.

Parágrafo único. A competência fixada nos incisos IV e V será exercida segundo critérios objetivos previamente estabelecidos pelo Conselho Superior.

SEÇÃO VI – DA CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Art. 104. A Corregedoria do Ministério Público do Trabalho, dirigida pelo Corregedor-Geral, é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

Art. 105. O Corregedor-Geral será nomeado pelo Procurador-Geral do Trabalho dentre os Subprocuradores-Gerais do Trabalho, integrantes de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, renovável uma vez.

§ 1° Não poderão integrar a lista tríplice os membros do Conselho Superior.

§ 2° Serão suplentes do Corregedor-Geral os demais integrantes da lista tríplice, na ordem em que os designar o Procurador-Geral.

§ 3° O Corregedor-Geral poderá ser destituído, por iniciativa do Procurador-Geral, antes do término do mandato, pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior.

Art. 106. Incumbe ao Corregedor-Geral do Ministério Público:

I – participar, sem direito a voto, das reuniões do Conselho Superior;

II – realizar, de ofício ou por determinação do Procurador-Geral ou do Conselho Superior, correições e sindicâncias, apresentando os respectivos relatórios;

III – instaurar inquérito contra integrante da carreira e propor ao Conselho Superior a instauração do processo administrativo conseqüente;

IV – acompanhar o estágio probatório dos membros do Ministério Público do Trabalho;

V – propor ao Conselho Superior a exoneração de membro do Ministério Público do Trabalho que não cumprir as condições do estágio probatório.

SEÇÃO VII – DOS SUBPROCURADORES-GERAIS DO TRABALHO

Art. 107. Os Subprocuradores-Gerais do Trabalho serão designados para oficiar junto ao Tribunal Superior do Trabalho e nos ofícios na Câmara de Coordenação e Revisão.

Parágrafo único. A designação de Subprocurador-Geral do Trabalho para oficiar em órgãos jurisdicionais diferentes do previsto para a categoria dependerá de autorização do Conselho Superior.

Art. 108. Cabe aos Subprocuradores-Gerais do Trabalho, privativamente, o exercício das funções de:

I – Corregedor-Geral do Ministério Público do Trabalho;

II – Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Trabalho.

Art. 109. Os Subprocuradores-Gerais do Trabalho serão lotados nos ofícios na Procuradoria-Geral do Trabalho.

SEÇÃO VIII – DOS PROCURADORES REGIONAIS DO TRABALHO

Art. 110. Os Procuradores Regionais do Trabalho serão designados para oficiar junto aos Tribunais Regionais do Trabalho.

Parágrafo único. Em caso de vaga ou de afastamento de Subprocurador-Geral do Trabalho por prazo superior a trinta dias, poderá ser convocado pelo Procurador-Geral, mediante aprovação do Conselho Superior, Procurador Regional do Trabalho para substituição.

Art. 111. Os Procuradores Regionais do Trabalho serão lotados nos ofícios nas Procuradorias Regionais do Trabalho nos Estados e no Distrito Federal.

SEÇÃO IX – DOS PROCURADORES DO TRABALHO

Art. 112. Os Procuradores do Trabalho serão designados para funcionar junto aos Tribunais Regionais do Trabalho e, na forma das leis processuais, nos litígios trabalhistas que envolvam, especialmente, interesses de menores e incapazes.

Parágrafo único. A designação de Procurador do Trabalho para oficiar em órgãos jurisdicionais diferentes dos previstos para a categoria dependerá de autorização do Conselho Superior.

Art. 113. Os Procuradores do Trabalho serão lotados nos ofícios nas Procuradorias Regionais do Trabalho nos Estados e no Distrito Federal.

SEÇÃO X – DAS UNIDADES DE LOTAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 114. Os ofícios na Procuradoria-Geral do Trabalho e nas Procuradorias Regionais do Trabalho nos Estados e no Distrito Federal são unidades de lotação e de administração do Ministério Público do Trabalho.

Art. 115. A estrutura básica das unidades de lotação e de administração será organizada por regulamento, nos termos da lei.

CAPÍTULO III – DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
SEÇÃO I – DA COMPETÊNCIA, DOS ÓRGÃOS E DA CARREIRA

Art. 116. Compete ao Ministério Público Militar o exercício das seguintes atribuições junto aos órgãos da Justiça Militar:

I – promover, privativamente, a ação penal pública;

II – promover a declaração de indignidade ou de incompatibilidade para o oficialato;

III – manifestar-se em qualquer fase do processo, acolhendo solicitação do juiz ou por sua iniciativa, quando entender existente interesse público que justifique a intervenção.

Art. 117. Incumbe ao Ministério Público Militar:

I – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial-militar, podendo acompanhá-los e apresentar provas;

II – exercer o controle externo da atividade da polícia judiciária militar.

Art. 118. São órgãos do Ministério Público Militar:

I – o Procurador-Geral da Justiça Militar;

II – o Colégio de Procuradores da Justiça Militar;

III – o Conselho Superior do Ministério Público Militar;

IV – a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar;

V – a Corregedoria do Ministério Público Militar;

VI – os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar;

VII – os Procuradores da Justiça Militar;

VIII – os Promotores da Justiça Militar.

Art. 119. A carreira do Ministério Público Militar é constituída pelos cargos de Subprocurador-Geral da Justiça Militar, Procurador da Justiça Militar e Promotor da Justiça Militar.

Parágrafo único. O cargo inicial da carreira é o de Promotor da Justiça Militar e o do último nível é o de Subprocurador-Geral da Justiça Militar.

SEÇÃO II – DO PROCURADOR-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

Art. 120. O Procurador-Geral da Justiça Militar é o Chefe do Ministério Público Militar.

Art. 121. O Procurador-Geral da Justiça Militar será nomeado pelo Procurador-Geral da República, dentre integrantes da Instituição, com mais de trinta e cinco anos de idade e de cinco anos na carreira, escolhidos em lista tríplice median-

te voto plurinominal, facultativo e secreto, pelo Colégio de Procuradores, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo processo. Caso não haja número suficiente de candidatos com mais de cinco anos na carreira, poderá concorrer à lista tríplice quem contar mais de dois anos na carreira.

Parágrafo único. A exoneração do Procurador-Geral da Justiça Militar, antes do término do mandato, será proposta pelo Conselho Superior ao Procurador-Geral da República, mediante deliberação obtida com base em voto secreto de dois terços de seus integrantes.

Art. 122. O Procurador-Geral da Justiça Militar designará dentre os Subprocuradores-Gerais, o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar, que o substituirá em seus impedimentos. Em caso de vacância, exercerá o cargo o Vice-Presidente do Conselho Superior, até o seu provimento definitivo.

Art. 123. Compete ao Procurador-Geral da Justiça Militar exercer as funções atribuídas ao Ministério Público Militar junto ao Superior Tribunal Militar, propondo as ações cabíveis e manifestando-se nos processos de sua competência.

Art. 124. São atribuições do Procurador-Geral da Justiça Militar:

I – representar o Ministério Público Militar;

II – integrar, como membro nato, e presidir o Colégio de Procuradores da Justiça Militar, o Conselho Superior do Ministério Público da Justiça Militar e a comissão de Concurso;

III – nomear o Corregedor-Geral do Ministério Público Militar, segundo lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior;

IV – designar um dos membros e o Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar;

V – designar, observados os critérios da lei e os estabelecidos pelo Conselho Superior, os ofícios em que exercerão suas funções os membros do Ministério Público Militar;

VI – decidir, em grau de recurso, os conflitos de atribuições entre os órgãos do Ministério Público Militar;

VII – determinar a abertura de correição, sindicância ou inquérito administrativo;

VIII – determinar a instauração de inquérito ou processo administrativo contra servidores dos serviços auxiliares;

IX – decidir processo disciplinar contra membro da carreira ou servidor dos serviços auxiliares, aplicando as sanções que sejam de sua competência;

X – decidir, atendida a necessidade do serviço, sobre:

a) remoção a pedido ou por permuta;
b) alteração parcial da lista bienal de designações.

XI – autorizar o afastamento de membros do Ministério Público Militar, ouvido o Conselho Superior, nas hipóteses da lei;

XII – dar posse aos membros do Ministério Público Militar;

XIII – designar membro do Ministério Público Militar para:

a) funcionar nos órgãos em que a participação da Instituição seja legalmente prevista, ouvido o Conselho Superior;

b) integrar comissões técnicas ou científicas, relacionadas às funções da Instituição, ouvido o Conselho Superior;

c) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular, na inexistência ou falta do substituto designado.

XIV – homologar, ouvido o Conselho Superior, o resultado do concurso para ingresso na carreira;

XV – fazer publicar o aviso de existência de vaga, na lotação e na relação bienal de designações;

XVI – propor ao Procurador-Geral da República, ouvido o Conselho Superior, a criação e extinção de cargos da carreira e dos ofícios em que devam ser exercidas suas funções;

XVII – elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público Militar, submetendo-a ao Conselho Superior;

XVIII – encaminhar ao Procurador-Geral da República a proposta orçamentária do Ministério Público Militar, após sua aprovação pelo Conselho Superior;

XIX – organizar a prestação de contas do exercício anterior, encaminhando-a ao Procurador-Geral da República;

XX – praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

XXI – elaborar o relatório de atividades do Ministério Público Militar;

XXII – coordenar as atividades do Ministério Público Militar;

XXIII – exercer outras atribuições previstas em lei.

Art. 125. As atribuições do Procurador-Geral da Justiça Militar, previstas no artigo anterior poderão ser delegadas:

I – ao Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão, as dos incisos XIII, alínea c, e XXII;

II – ao Procurador da Justiça Militar, as dos incisos I e XX.

SEÇÃO III – DO COLÉGIO DE PROCURADORES DA JUSTIÇA MILITAR

Art. 126. O Colégio de Procuradores da Justiça Militar, presidido pelo Procurador-Geral da Justiça Militar, é integrado por todos os membros da carreira em atividade no Ministério Público da Justiça Militar.

Art. 127. Compete ao Colégio de Procuradores da Justiça Militar:

I – elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral da Justiça Militar;

II – opinar sobre assuntos gerais de interesse da Instituição.

§ 1° Para os fins previstos no inciso I, prescindir-se-á de reunião do Colégio de Procuradores, procedendo-se segundo dispuser o seu Regimento Interno, exigido o voto da maioria absoluta dos eleitores.

§ 2° Excepcionalmente, em caso de interesse relevante da Instituição, o Colégio de Procuradores reunir-se-á em local designado pelo Procurador-Geral da Justiça Militar, desde que convocado por ele ou pela maioria de seus membros.

§ 3° O Regimento Interno do Colégio de Procuradores Militares disporá sobre seu funcionamento.

SEÇÃO IV – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Art. 128. O Conselho Superior do Ministério Público Militar, presidido pelo Procurador-Geral da Justiça Militar, tem a seguinte composição:

I – o Procurador-Geral da Justiça Militar e o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar;

II – os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar.

Parágrafo único. O Conselho Superior elegerá o seu Vice-Presidente, que substituirá o Presidente em seus impedimentos e em caso de vacância.

Art. 129. O Conselho Superior do Ministério Público Militar reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia previamente fixado, e extraordinariamente, quando convocado pelo Procurador-Geral da Justiça Militar ou por proposta da maioria absoluta de seus membros.

Art. 130. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho Superior serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

§ 1° Em caso de empate, prevalecerá o voto do Presidente, exceto em matéria de sanções, caso em que prevalecerá a solução mais favorável ao acusado.

§ 2° As deliberações do Conselho Superior serão publicadas no Diário da Justiça, exceto quando o Regimento Interno determine sigilo.

Art. 131. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público Militar:

I – exercer o poder normativo no âmbito do Ministério Público Militar, observados os princípios desta Lei Complementar, especialmente para elaborar e aprovar:

a) o seu Regimento Interno, o do Colégio de Procuradores da Justiça Militar e o da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar;

b) as normas e as instruções para o concurso de ingresso na carreira;

c) as normas sobre as designações para os diferentes ofícios do Ministério Público Militar;

d) os critérios para distribuição de inquéritos e quaisquer outros feitos, no Ministério Público Militar;

e) os critérios de promoção por merecimento na carreira;

f) o procedimento para avaliar o cumprimento das condições do estágio probatório.

II – indicar os integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar;

III – propor a exoneração do Procurador-Geral da Justiça Militar;

IV – destituir, por iniciativa do Procurador-Geral do Ministério Público Militar e pelo voto de dois terços de seus membros, antes do término do mandato, o Corregedor-Geral;

V – elaborar a lista tríplice destinada à promoção por merecimento;

VI – elaborar a lista tríplice para Corregedor-Geral do Ministério Público Militar;

VII – aprovar a lista de antigüidade do Ministério Público Militar e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;

VIII – indicar o membro do Ministério Público Militar para promoção por antigüidade, observado o disposto no artigo 93, II, alínea "d", da Constituição Federal;

IX – opinar sobre a designação de membro do Ministério Público Militar para:

a) funcionar nos órgãos em que a participação da Instituição seja legalmente prevista;

b) integrar comissões técnicas ou científicas relacionadas às funções da Instituição.

X – opinar sobre o afastamento temporário de membro do Ministério Público Militar;

XI – autorizar a designação, em caráter excepcional, de membro do Ministério Público Militar, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XII – determinar a realização de correições e sindicâncias e apreciar os relatórios correspondentes;

XIII – determinar a instauração de processos administrativos em que o acusado seja membro do Ministério Público Militar, apreciar seus relatórios e propor as medidas cabíveis;

XIV – determinar o afastamento preventivo do exercício de suas funções, de membro do Ministério Público Militar, indiciado ou acusado em processo disciplinar, e seu retorno;

XV – designar a comissão de processo administrativo em que o acusado seja membro do Ministério Público Militar;

XVI – decidir sobre o cumprimento do estágio probatório por membro do Ministério Público Militar, encaminhando cópia da decisão ao Procurador-Geral da República, quando for o caso, para ser efetivada sua exoneração;

XVII – decidir sobre remoção e disponibilidade de membro do Ministério Público Militar, por motivo de interesse público;

XVIII – autorizar, pela maioria absoluta de seus membros, que o Procurador-Geral da República ajuíze ação de perda de cargo contra membro vitalício do Ministério Público Militar nos casos previstos nesta Lei Complementar;

XIX – opinar sobre os pedidos de reversão de membro da carreira;

XX – aprovar a proposta de lei para o aumento do número de cargos da carreira e dos ofícios;

XXI – deliberar sobre a realização de concurso para ingresso na carreira, designar os membros da Comissão de concurso e opinar sobre a homologação dos resultados;

XXII – exercer outras funções atribuídas em lei.

§ 1° Aplicam-se ao Procurador-Geral e aos demais membros do Conselho Superior as normas processuais em geral, pertinentes aos impedimentos e suspeição dos membros do Ministério Público.

§ 2° As deliberações relativas aos incisos I, alíneas *a* e *e*, XI, XIII, XIV, XV e XVII somente poderão ser tomadas com o voto favorável de dois terços dos membros do Conselho Superior.

SEÇÃO V – DA CÂMARA DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Art. 132. A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar é o órgão de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional na Instituição.

Art. 133. A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar será organizada por ato normativo e o Regimento Interno, que disporá sobre seu funcionamento, será elaborado e aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 134. A Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar será composta por três membros do Ministério Público Militar, sendo um

indicado pelo Procurador-Geral da Justiça Militar e dois pelo Conselho Superior do Ministério Público Militar, juntamente com seus suplentes, para um mandato de dois anos, sempre que possível, dentre integrantes do último grau da carreira.

Art. 135. Dentre os integrantes da Câmara de Coordenação e Revisão, um deles será designado pelo Procurador-Geral para a função executiva de Coordenador.

Art. 136. Compete à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar:

I – promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais do Ministério Público Militar, observado o princípio da independência funcional;

II – manter intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins;

III – encaminhar informações técnico-jurídicas aos órgãos institucionais do Ministério Público Militar;

IV – manifestar-se sobre o arquivamento de inquérito policial militar, exceto nos casos de competência originária do Procurador-Geral;

V – resolver sobre a distribuição especial de inquéritos e quaisquer outros feitos, quando a matéria, por sua natureza ou relevância, assim o exigir;

VI – decidir os conflitos de atribuição entre os órgãos do Ministério Público Militar.

Parágrafo único. A competência fixada no inciso V será exercida segundo critérios objetivos previamente estabelecidos pelo Conselho Superior.

SEÇÃO VI – DA CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

Art. 137. A Corregedoria do Ministério Público Militar, dirigida pelo Corregedor-Geral é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público.

Art. 138. O Corregedor-Geral do Ministério Público Militar será nomeado pelo Procurador-Geral da Justiça Militar dentre os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar integrantes de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior para mandato de dois anos, renovável uma vez.

§ 1° Serão suplentes do Corregedor-Geral os demais integrantes da lista tríplice, na ordem em que os designar o Procurador-Geral.

§ 2° O Corregedor-Geral poderá ser destituído, por iniciativa do Procurador-Geral, antes do término do mandato, pelo voto de dois terços dos membros do Conselho Superior.

Art. 139. Incumbe ao Corregedor-Geral do Ministério Público:

I – realizar, de ofício, ou por determinação do Procurador-Geral ou do Con-

selho Superior, correições e sindicâncias, apresentando os respectivos relatórios;

II – instaurar inquérito contra integrante da carreira e propor ao Conselho Superior a instauração do processo administrativo conseqüente;

III – acompanhar o estágio probatório dos membros do Ministério Público Militar;

IV – propor ao Conselho Superior a exoneração de membro do Ministério Público Militar que não cumprir as condições do estágio probatório.

SEÇÃO VII – DOS SUBPROCURADORES-GERAIS DA JUSTIÇA MILITAR

Art. 140. Os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar serão designados para oficiar junto ao Superior Tribunal Militar e à Câmara de Coordenação e Revisão.

Parágrafo único. A designação de Subprocurador-Geral Militar para oficiar em órgãos jurisdicionais diferentes do previsto para a categoria dependerá de autorização do Conselho Superior.

Art. 141. Cabe aos Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar, privativamente, o exercício das funções de:

I – Corregedor-Geral do Ministério Público Militar;

II – Coordenador da Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Militar.

Art. 142. Os Subprocuradores-Gerais da Justiça Militar serão lotados nos ofícios na Procuradoria-Geral da Justiça Militar.

SEÇÃO VIII – DOS PROCURADORES DA JUSTIÇA MILITAR

Art. 143. Os Procuradores da Justiça Militar serão designados para oficiar junto às Auditorias Militares.

§ 1° Em caso de vaga ou afastamento do Subprocurador-Geral da Justiça Militar por prazo superior a trinta dias, poderá ser convocado pelo Procurador-Geral, mediante aprovação pelo Conselho Superior, Procurador da Justiça Militar, e, nenhum desses aceitando, poderá ser convocado Promotor da Justiça Militar, para substituição.

§ 2° O Procurador da Justiça Militar convocado, ou o Promotor da Justiça Militar, receberá a diferença de vencimentos, correspondente ao cargo de Subprocurador-Geral da Justiça Militar, inclusive diárias e transporte se for o caso.

Art. 144. Os Procuradores da Justiça Militar serão lotados nos ofícios nas Procuradorias da Justiça Militar.

SEÇÃO IX – DOS PROMOTORES DA JUSTIÇA MILITAR

Art. 145. Os Promotores da Justiça Militar serão designados para oficiar junto às Auditorias Militares.

Parágrafo único. Em caso de vaga ou afastamento de Procurador da Justiça Militar por prazo superior a trinta dias, poderá ser convocado pelo Procurador-Geral, mediante aprovação do Conselho Superior, Promotor da Justiça Militar, para a substituição.

Art. 146. Os Promotores da Justiça Militar serão lotados nos ofícios nas Procuradorias da Justiça Militar.

SEÇÃO X – DAS UNIDADES DE LOTAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 147. Os ofícios na Procuradoria-Geral da Justiça Militar e nas Procuradorias da Justiça Militar são unidades de lotação e de administração do Ministério Público Militar.

Art. 148. A estrutura das unidades de lotação e de administração será organizada por regulamento, nos termos da lei.

CAPÍTULO IV – DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

SEÇÃO I – DA COMPETÊNCIA, DOS ÓRGÃOS E DA CARREIRA

Art. 149. O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios exercerá as suas funções nas causas de competência do Tribunal de Justiça e dos Juízes do Distrito Federal e Territórios.

Art. 150. Incumbe ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios:

I – instaurar inquérito civil e outros procedimentos administrativos correlatos;

II – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, podendo acompanhá-los e apresentar provas;

III – requisitar à autoridade competente a instauração de procedimentos administrativos, ressalvados os de natureza disciplinar, podendo acompanhá-los e produzir provas;

IV – exercer o controle externo da atividade da polícia do Distrito Federal e da dos Territórios;

V – participar dos Conselhos Penitenciários;

VI – participar, como Instituição observadora, na forma e nas condições estabelecidas em ato do Procurador-Geral da República, de qualquer órgão da administração pública direta, indireta ou fundacional do Distrito Federal, que tenha atribuições correlatas às funções da Instituição;

VII – fiscalizar a execução da pena, nos processos de competência da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Art. 151. Cabe ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios exercer a defesa dos direitos constitucionais do cidadão, sempre que se cuide de garantir-lhes o respeito:

I – pelos Poderes Públicos do Distrito Federal e dos Territórios;

II – pelos órgãos da administração pública, direta ou indireta, do Distrito Federal e dos Territórios;

III – pelos concessionários e permissionários do serviço público do Distrito Federal e dos Territórios;

IV – por entidades que exerçam outra função delegada do Distrito Federal e dos Territórios.

Art. 152. O Procurador-Geral de Justiça designará, dentre os Procuradores de Justiça e mediante prévia aprovação do nome pelo Conselho Superior, o Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, para servir pelo prazo de dois anos, permitida a recondução, precedida de nova decisão do Conselho Superior.

§ 1° Sempre que possível, o Procurador Distrital não acumulará o exercício de suas funções com outras do Ministério Público.

§ 2° O Procurador Distrital somente será dispensado, antes do termo de sua investidura, por iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, anuindo a maioria absoluta do Conselho Superior.

Art. 153. São órgãos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios:

I – o Procurador-Geral de Justiça;

II – o Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça;

III – o Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

IV – a Corregedoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

V – as Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

VI – os Procuradores de Justiça;

VII – os Promotores de Justiça;

VIII – os Promotores de Justiça Adjuntos.

Art. 154. A carreira do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é constituída pelos cargos de Procurador de Justiça, Promotor de Justiça e Promotor de Justiça Adjunto.

Parágrafo único. O cargo inicial da carreira é o de Promotor de Justiça Adjunto e o último o de Procurador de Justiça.

SEÇÃO II – DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

Art. 155. O Procurador-Geral de Justiça é o Chefe do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 156. O Procurador-Geral de Justiça será nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, para mandato de dois anos, permitida uma recondução, precedida de nova lista tríplice.

§ 1° Concorrerão à lista tríplice os membros do Ministério Público do Distrito Federal com mais de cinco anos de exercício nas funções da carreira e que não tenham sofrido, nos últimos quatro anos, qualquer condenação definitiva ou não estejam respondendo a processo penal ou administrativo.

§ 2° O Procurador-Geral poderá ser destituído, antes do término do mandato, por deliberação da maioria absoluta do Senado Federal, mediante representação do Presidente da República.

Art. 157. O Procurador-Geral designará, dentre os Procuradores de Justiça, o Vice-Procurador-Geral de Justiça, que o substituirá em seus impedimentos. Em caso de vacância, exercerá o cargo o Vice-Presidente do Conselho Superior, até o seu provimento definitivo.

Art. 158. Compete ao Procurador-Geral de Justiça exercer as funções atribuídas ao Ministério Público no Plenário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, propondo as ações cabíveis e manifestando-se nos processos de sua competência.

Art. 159. Incumbe ao Procurador-Geral de Justiça, como Chefe do Ministério Público:

I – representar o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – integrar, como membro nato, o Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, o Conselho Superior e a Comissão de Concurso;

III – designar o Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão;

IV – designar um dos membros e o Coordenador de cada uma das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

V – nomear o Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

VI – decidir, em grau de recurso, os conflitos de atribuições entre órgãos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

VII – determinar a abertura de correição, sindicância ou inquérito administrativo;

VIII – determinar a instauração de inquérito ou processo administrativo contra servidores dos serviços auxiliares;

IX – decidir processo disciplinar contra membro da carreira ou servidor dos serviços auxiliares, aplicando as sanções que sejam de sua competência;

X – decidir, atendendo a necessidade do serviço, sobre:

a) remoção a pedido ou por permuta;
b) alteração parcial da lista bienal de designações.

XI – autorizar o afastamento de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, ouvido o Conselho Superior, nos casos previstos em lei;

XII – dar posse aos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

XIII – designar membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para:

a) funcionar nos órgãos em que a participação da Instituição seja legalmente prevista, ouvido o Conselho Superior;
b) integrar comissões técnicas ou científicas, relacionadas às funções da Instituição, ouvido o Conselho Superior;
c) assegurar a continuidade dos serviços, em caso de vacância, afastamento temporário, ausência, impedimento ou suspeição do titular, na inexistência ou falta do substituto designado;
d) acompanhar procedimentos administrativos e inquéritos policiais, instaurados em áreas estranhas à sua competência específica, desde que relacionados a fatos de interesse da Instituição.

XIV – homologar, ouvido o Conselho Superior, o resultado de concurso para ingresso na carreira;

XV – fazer publicar o aviso de existência de vaga, na lotação e na relação bienal de designações;

XVI – propor ao Procurador-Geral da República, ouvido o Conselho Superior, a criação e a extinção de cargos da carreira e dos ofícios em que devam ser exercidas suas funções;

XVII – elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, submetendo-a ao Conselho Superior;

XVIII – encaminhar ao Procurador-Geral da República a proposta orçamentária do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, após sua aprovação pelo Conselho Superior;

XIX – organizar a prestação de contas do exercício anterior, encaminhando-a ao Procurador-Geral da República;

XX – praticar atos de gestão administrativa, financeira e de pessoal;

XXI – elaborar o relatório de atividades do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

XXII – coordenar as atividades do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

XXIII – exercer outras atribuições previstas em lei.

Art. 160. As atribuições do Procurador-Geral de Justiça, previstas nos incisos XIII, alíneas c, d, XXII e XXIII, do artigo anterior, poderão ser delegadas a Coordenador de Câmara de Coordenação e Revisão.

SEÇÃO III – DO COLÉGIO DE PROCURADORES E PROMOTORES DE JUSTIÇA

Art. 161. O Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, é integrado por todos os membros da carreira em atividade no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 162. Compete ao Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça:

I – elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, a lista tríplice para o cargo de Procurador-Geral de Justiça;

II – opinar sobre assuntos gerais de interesse da Instituição;

III – elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, lista sêxtupla para a composição do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, sendo elegíveis os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios com mais de dez anos de carreira;

IV – eleger, dentre os Procuradores de Justiça e mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, quatro membros do Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

V – elaborar, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, lista sêxtupla para a composição do Superior Tribunal de Justiça, sendo elegíveis os membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade.

§ 1° Para os fins previstos nos incisos I, II, III, IV e V, prescindir-se-á de reunião do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça, procedendo-se segundo dispuser o seu Regimento Interno, exigido o voto da maioria absoluta dos eleitores.

§ 2° Excepcionalmente, em caso de interesse relevante da Instituição, o Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça reunir-se-á em local designado pelo Procurador-Geral de Justiça, desde que convocado por ele ou pela maioria de seus membros.

§ 3° O Regimento Interno do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça disporá sobre seu funcionamento.

SEÇÃO IV – DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Art. 163. O Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, presidido pelo Procurador-Geral de Justiça, tem a seguinte composição:

I – o Procurador-Geral de Justiça e o Vice-Procurador-Geral de Justiça, que o integram como membros natos;

II – quatro Procuradores de Justiça, eleitos, para mandato de dois anos, na forma do inciso IV do artigo anterior, permitida uma reeleição;

III – quatro Procuradores de Justiça, eleitos para um mandato de dois anos, por seus pares, mediante voto plurinominal, facultativo e secreto, permitida uma reeleição.

§ 1° Serão suplentes dos membros de que tratam os incisos II e III os demais votados, em ordem decrescente, observados os critérios gerais de desempate.

§ 2° O Conselho Superior elegerá o seu Vice-Presidente, que substituirá o Presidente em seus impedimentos e em caso de vacância.

Art. 164. O Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por mês, em dia previamente fixado, e extraordinariamente, quando convocado pelo Procurador-Geral de Justiça ou por proposta da maioria absoluta de seus membros.

Art. 165. Salvo disposição em contrário, as deliberações do Conselho Superior serão tomadas por maioria de votos, presente a maioria absoluta de seus membros.

Art. 166. Compete ao Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios:

I – exercer o poder normativo no âmbito do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, observados os princípios desta Lei Complementar, especialmente para elaborar e aprovar:

a) o seu Regimento Interno, o do Colégio de Procuradores e Promotores de Justiça do Distrito Federal e Territórios e os das Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

b) as normas e as instruções para o concurso de ingresso na carreira;

c) as normas sobre as designações para os diferentes ofícios do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

d) os critérios para distribuição de inquéritos, procedimentos administrativos e quaisquer outros feitos no Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

e) os critérios de promoção por merecimento, na carreira;

f) o procedimento para avaliar o cumprimento das condições do estágio probatório.

II – aprovar o nome do Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão;

III – indicar os integrantes das Câmaras de Coordenação e Revisão;

IV – destituir, por iniciativa do Procurador-Geral e pelo voto de dois terços de seus membros o Corregedor-Geral;

V – elaborar a lista tríplice destinada à promoção por merecimento;

VI – elaborar a lista tríplice para Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

VII – aprovar a lista de antigüidade do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e decidir sobre as reclamações a ela concernentes;

VIII – indicar o membro do Ministério Público do Distrito Federal e Território para promoção por antigüidade, observado o disposto no artigo 93, II, alínea "d", da Constituição Federal;

IX – opinar sobre a designação de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios para:

a) funcionar nos órgãos em que a participação da Instituição seja legalmente prevista;

b) integrar comissões técnicas ou científicas relacionadas às funções da Instituição.

X – opinar sobre o afastamento temporário de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

XI – determinar a realização de correições e sindicâncias e apreciar os relatórios correspondentes;

XII – determinar a instauração de processos administrativos em que o acusado seja membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, apreciar seus relatórios e propor as medidas cabíveis;

XIII – determinar o afastamento preventivo do exercício de suas funções, de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, indiciado ou acusado em processo disciplinar, e seu retorno;

XIV – autorizar a designação, em caráter excepcional, de membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, para exercício de atribuições processuais perante juízos, tribunais ou ofícios diferentes dos estabelecidos para cada categoria;

XV – designar a comissão de processo administrativo em que o acusado seja membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

XVI – decidir sobre o cumprimento do estágio probatório por membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, propondo ao Procurador-Geral da República, quando for o caso, a sua exoneração;

XVII – decidir sobre remoção e disponibilidade de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por motivo de interesse público;

XVIII – autorizar, pela maioria absoluta de seus membros, que o Procurador-Geral da República ajuíze ação de perda de cargo contra membro vitalício do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, nos casos previstos em lei;

XIX – opinar sobre os pedidos de reversão de membro da carreira;

XX – aprovar proposta de lei para o aumento do número de cargos da carreira e dos ofícios;

XXI – deliberar sobre a realização de concurso para ingresso na carreira, designar os membros da comissão de concurso e opinar sobre a homologação dos resultados;

XXII – aprovar a proposta orçamentária que integrará o projeto de orçamento do Ministério Público da União;

XXIII – exercer outras funções atribuídas em lei.

Parágrafo único. O Procurador-Geral de Justiça e os membros do Conselho Superior estarão impedidos de participar das decisões deste nos casos previstos nas leis processuais para o impedimento e a suspeição de membros do Ministério Público.

SEÇÃO V – DAS CÂMARAS DE COORDENAÇÃO E REVISÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Art. 167. As Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios são órgãos setoriais de coordenação, de integração e de revisão do exercício funcional na Instituição.

Art. 168. As Câmaras de Coordenação e Revisão serão organizadas por função ou por matéria, através de ato normativo.

Parágrafo único. O Regimento Interno, que disporá sobre o funcionamento das Câmaras de Coordenação e Revisão, será elaborado e aprovado pelo Conselho Superior.

Art. 169. As Câmaras de Coordenação e Revisão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios serão compostas por três membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, sendo um indicado pelo Procurador-Geral de Justiça e dois pelo Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, juntamente com seus suplentes, para um mandato de dois anos, sempre que possível, dentre integrantes do último grau da carreira.

Art. 170. Dentre os integrantes da respectiva Câmara de Coordenação e Revisão, um será designado pelo Procurador-Geral para a função executiva de Coordenador.

Art. 171. Compete às Câmaras de Coordenação e Revisão:

I – promover a integração e a coordenação dos órgãos institucionais que atuem em ofícios ligados à sua atividade setorial, observado o princípio da independência funcional;

II – manter intercâmbio com órgãos ou entidades que atuem em áreas afins;

III – encaminhar informações técnico-jurídicas aos órgãos institucionais que atuem em seu setor;

IV – homologar a promoção de arquivamento de inquérito civil ou peças de informação ou designar outro órgão do Ministério Público para fazê-lo;

V – manifestar-se sobre o arquivamento de inquérito policial, inquérito parlamentar ou peças de informação, exceto nos casos de competência originária do Procurador-Geral;

VI – resolver sobre a distribuição especial de inquéritos, feitos e procedimentos, quando a matéria, por sua natureza ou relevância, assim o exigir;

VII – resolver sobre a distribuição especial de feitos, que, por sua contínua reiteração, devam receber tratamento uniforme;

VIII – decidir os conflitos de atribuição entre os órgãos do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Parágrafo único. A competência fixada nos incisos VI e VII será exercida segundo critérios objetivos previamente estabelecidos pelo Conselho Superior.

SEÇÃO VI – DA CORREGEDORIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

Art. 172. A Corregedoria do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios dirigida pelo Corregedor-Geral, é o órgão fiscalizador das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 173. O Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios será nomeado pelo Procurador-Geral dentre os Procuradores de Justiça integrantes de lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior, para mandato de dois anos, renovável uma vez.

§ 1° Não poderão integrar a lista tríplice os membros do Conselho Superior.

§ 2° Serão suplentes do Corregedor-Geral os demais integrantes da lista tríplice, na ordem em que os designar o Procurador-Geral.

§ 3° O Corregedor-Geral poderá ser destituído por iniciativa do Procurador-Geral, antes do término do mandato, pelo Conselho Superior, observado o disposto no inciso IV do artigo 166.

Art. 174. Compete ao Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios:

I – participar, sem direito a voto, das reuniões do Conselho Superior;

II – realizar, de ofício ou por determinação do Procurador-Geral ou do Conselho Superior, correições e sindicâncias, apresentando os respectivos relatórios;

III – instaurar inquérito contra integrante da carreira e propor ao Conselho Superior a instauração do processo administrativo conseqüente;

IV – acompanhar o estágio probatório dos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

V – propor ao Conselho Superior a exoneração de membro do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios que não cumprir as condições do estágio probatório.

SEÇÃO VII – DOS PROCURADORES DE JUSTIÇA

Art. 175. Os Procuradores de Justiça serão designados para oficiar junto ao Tribunal de Justiça e nas Câmaras de Coordenação e Revisão.

Parágrafo único. A designação de Procurador de Justiça para oficiar em órgãos jurisdicionais diferentes do previsto para a categoria dependerá de autorização do Conselho Superior.

Art. 176. Cabe aos Procuradores de Justiça, privativamente, o exercício das funções de:

I – Corregedor-Geral do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão;

III – Coordenador de Câmara de Coordenação e Revisão.

Art. 177. Os Procuradores de Justiça serão lotados nos ofícios na Procuradoria-Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

SEÇÃO VIII – DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA

Art. 178. Os Promotores de Justiça serão designados para oficiar junto às Varas da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Parágrafo único. Os Promotores de Justiça serão lotados nos ofícios previstos para as Promotorias de Justiça.

SEÇÃO IX – DOS PROMOTORES DE JUSTIÇA ADJUNTOS

Art. 179. Os Promotores de Justiça Adjuntos serão designados para oficiar junto às Varas da Justiça do Distrito Federal e Territórios.

Parágrafo único. Os Promotores de Justiça Adjuntos serão lotados nos ofícios previstos para as Promotorias de Justiça.

SEÇÃO X – DAS UNIDADES DE LOTAÇÃO E DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 180. Os ofícios na Procuradoria-Geral da Justiça do Distrito Federal e Territórios e nas Promotorias de Justiça serão unidades de lotação e de administração do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

Art. 181. A estrutura básica da Procuradoria-Geral de Justiça será organizada por regulamento, nos termos da lei.

TÍTULO III – DAS DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS ESPECIAIS

CAPÍTULO I – DA CARREIRA

SEÇÃO I – DO PROVIMENTO

Art. 182. Os cargos do Ministério Público da União, salvo os de Procurador-Geral da República, Procurador-Geral do Trabalho, Procurador-Geral da Justiça Militar e Procurador-Geral de Justiça do Distrito Federal e Territórios, são de provimento vitalício e constituem as carreiras independentes de cada ramo.

Art. 183. Os cargos das classes iniciais serão providos por nomeação, em caráter vitalício, mediante concurso público específico para cada ramo.

Art. 184. A vitaliciedade somente será alcançada após dois anos de efetivo exercício.

Art. 185. É vedada a transferência ou aproveitamento nos cargos do Ministério Público da União, mesmo de um para outro de seus ramos.

SEÇÃO II – DO CONCURSO

Art. 186. O concurso público de provas e títulos para ingresso em cada carreira do Ministério Público da União terá âmbito nacional, destinando-se ao preenchimento de todas as vagas existentes e das que ocorrerem no prazo de eficácia.

Parágrafo único. O concurso será realizado, obrigatoriamente, quando o número de vagas exceder a dez por cento do quadro respectivo e, facultativamente, a juízo do Conselho Superior competente.

Art. 187. Poderão inscrever-se no concurso bacharéis em Direito há pelo menos dois anos, de comprovada idoneidade moral.[2]

Art. 188. O concurso obedecerá ao regulamento elaborado pelo Conselho Superior competente, observado o disposto no artigo 31.

Art. 189. A comissão de concurso será integrada pelo Procurador-Geral, seu Presidente, por dois membros do respectivo ramo do Ministério Público e

2 Argüida a inconstitucionalidade – ADIn 1040-9. Julgada improcedente em 11.11.2004.

por um jurista de reputação ilibada, indicados pelo Conselho Superior e por um advogado indicado pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Art. 190. O edital de abertura do concurso conterá a relação dos cargos vagos, com a respectiva lotação, e fixará, para as inscrições, prazo não inferior a trinta dias, contado de sua publicação no "Diário Oficial".

Art. 191. Não serão nomeados os candidatos aprovados no concurso que tenham completado sessenta e cinco anos ou que venham a ser considerados inaptos para o exercício do cargo em exame de higidez física e mental.

Art. 192. O Procurador-Geral competente, ouvido o Conselho Superior, decidirá sobre a homologação do concurso, dentro de trinta dias, contados da publicação do resultado final.

Art. 193. O prazo de eficácia do concurso, para efeito de nomeação, será de dois anos contados da publicação do ato homologatório, prorrogável uma vez pelo mesmo período.

Art. 194. A nomeação dos candidatos habilitados no concurso obedecerá à ordem de classificação.

§ 1° Os candidatos aprovados, na ordem de classificação, escolherão a lotação de sua preferência, na relação das vagas que, após o resultado do concurso, o Conselho Superior decidir que devam ser providas inicialmente.

§ 2° O candidato aprovado poderá renunciar à nomeação correspondente à sua classificação, antecipadamente ou até o termo final do prazo de posse, caso em que o renunciante será deslocado para último lugar na lista dos classificados.

SEÇÃO III – DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 195. O prazo para a posse nos cargos do Ministério Público da União é de trinta dias, contado da publicação do ato de nomeação, prorrogável por mais sessenta dias, mediante comunicação do nomeado, antes de findo o primeiro prazo.

Parágrafo único. O empossado prestará compromisso de bem cumprir os deveres do cargo, em ato solene, presidido pelo Procurador-Geral.

Art. 196. Para entrar no exercício do cargo, o empossado terá o prazo de trinta dias, prorrogável por igual período, mediante comunicação, antes de findo o prazo inicial.

SEÇÃO IV – DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 197. Estágio probatório é o período dos dois primeiros anos de efetivo exercício do cargo pelo membro do Ministério Público da União.

Art. 198. Os membros do Ministério Público da União, durante o estágio probatório, somente poderão perder o cargo mediante decisão da maioria absoluta do respectivo Conselho Superior.

SEÇÃO V – DAS PROMOÇÕES

Art. 199. As promoções far-se-ão, alternadamente, por antigüidade e merecimento.

§ 1° A promoção deverá ser realizada até trinta dias da ocorrência da vaga; não decretada no prazo legal, a promoção produzirá efeitos a partir do termo final dele.

§ 2° Para todos os efeitos, será considerado promovido o membro do Ministério Público da União que vier a falecer ou se aposentar sem que tenha sido efetivada, no prazo legal, a promoção que cabia por antigüidade, ou por força do § 3.° do artigo subseqüente.

§ 3° É facultada a recusa de promoção, sem prejuízo do critério de preenchimento da vaga recusada.

§ 4° É facultada a renúncia à promoção, em qualquer tempo, desde que haja vaga na categoria imediatamente anterior.

Art. 200. O merecimento, para efeito de promoção, será apurado mediante critérios de ordem objetiva, fixados em regulamento elaborado pelo Conselho Superior do respectivo ramo, observado o disposto no artigo 31 desta Lei Complementar.

§ 1° À promoção por merecimento só poderão concorrer os membros do Ministério Público da União com pelo menos dois anos de exercício na categoria e integrantes da primeira quinta parte da lista de antigüidade, salvo se não houver com tais requisitos quem aceite o lugar vago; em caso de recusa, completar-se-á a fração incluindo-se outros integrantes da categoria, na seqüência da ordem de antigüidade.

§ 2° Não poderá concorrer à promoção por merecimento quem tenha sofrido penalidade de censura ou suspensão, no período de um ano imediatamente anterior à ocorrência da vaga, em caso de censura; ou de dois anos, em caso de suspensão.

§ 3° Será obrigatoriamente promovido quem houver figurado por três vezes consecutivas, ou cinco alternadas, na lista tríplice elaborada pelo Conselho Superior.

Art. 201. Não poderá concorrer à promoção por merecimento, até um dia após o regresso, o membro do Ministério Público da União afastado da carreira para:

I – exercer cargo eletivo ou a ele concorrer;

II – exercer outro cargo público permitido por lei.

Art. 202. (Vetado).

§ 1° A lista de antigüidade será organizada no primeiro trimestre de cada ano, aprovada pelo Conselho Superior e publicada no "Diário Oficial" até o último dia do mês seguinte.

§ 2° O prazo para reclamação contra a lista de antigüidade será de trinta dias, contado da publicação.

§ 3° O desempate na classificação por antigüidade será determinado, sucessivamente, pelo tempo de serviço na respectiva carreira do Ministério Público da União, pelo tempo de serviço público federal, pelo tempo de serviço público em geral e pela idade dos candidatos, em favor dos mais idosos; na classificação inicial, o primeiro desempate será determinado pela classificação no concurso.

§ 4° Na indicação à promoção por antigüidade, o Conselho Superior somente poderá recusar o mais antigo pelo voto de dois terços de seus integrantes, repetindo-se a votação até fixar-se a indicação.

SEÇÃO VI – DOS AFASTAMENTOS

Art. 203. Sem prejuízo dos vencimentos, vantagens, ou qualquer direito, o membro do Ministério Público da União poderá afastar-se de suas funções:

I – até oito dias consecutivos, por motivo de casamento;

II – até oito dias consecutivos, por motivo de falecimento de cônjuge ou companheiro, ascendente ou descendente, irmão ou pessoa que viva sob sua dependência econômica;

III – até cinco dias úteis, para comparecimento a encontros ou congressos, no âmbito da Instituição ou promovidos pela entidade de classe a que pertença, atendida a necessidade do serviço.

Art. 204. O membro do Ministério Público da União poderá afastar-se do exercício de suas funções para:

I – freqüentar cursos de aperfeiçoamento e estudos, no País ou no exterior, por prazo não superior a dois anos, prorrogável, no máximo, por igual período;

II – comparecer a seminários ou congressos, no País ou no exterior;

III – ministrar cursos e seminários destinados ao aperfeiçoamento dos membros da Instituição;

IV – exercer cargo eletivo nos casos previstos em lei ou a ele concorrer, observadas as seguintes condições:

a) o afastamento será facultativo e sem remuneração, durante o período entre a escolha como candidato a cargo eletivo em convenção partidária e a véspera do registro da candidatura na Justiça Eleitoral;

b) o afastamento será obrigatório a partir do dia do registro da candidatura pela Justiça.

V – ausentar-se do País em missão oficial.

§ 1° O afastamento, salvo na hipótese do inciso IV, só se dará mediante autorização do Procurador-Geral, depois de ouvido o Conselho Superior e atendida a necessidade de serviço.

§ 2° Os casos de afastamento previstos neste artigo dar-se-ão sem prejuízo dos vencimentos, vantagens ou qualquer direito inerente ao cargo, assegurada, no caso do inciso IV, a escolha da remuneração preferida, sendo o tempo de afastamento considerado de efetivo exercício para todos os fins e efeitos de direito.

§ 3° Não se considera de efetivo exercício, para fins de estágio probatório, o período de afastamento do membro do Ministério Público da União.

§ 4° Ao membro do Ministério Público da União que haja se afastado de suas funções para o fim previsto no inciso I não será concedida exoneração ou licença para tratar de interesses particulares antes de decorrido período igual ao de afastamento, ressalvada a hipótese de ressarcimento do que houver recebido a título de vencimentos e vantagens em virtude do afastamento.

SEÇÃO VII – DA REINTEGRAÇÃO

Art. 205. A reintegração, que decorrerá de decisão judicial passada em julgado, é o reingresso do membro do Ministério Público da União na carreira, com ressarcimento dos vencimentos e vantagens deixados de perceber em razão da demissão, contando-se o tempo de serviço correspondente ao afastamento.

§ 1° O titular do cargo no qual se deva dar a reintegração será reconduzido àquele que anteriormente ocupava, o mesmo acontecendo com o titular do cargo para o qual deva ocorrer a recondução; sendo da classe inicial o cargo objeto da reintegração ou da recondução, seu titular ficará em disponibilidade, com proventos idênticos à remuneração que venceria, se em atividade estivesse.

§ 2° A disponibilidade prevista no parágrafo anterior cessará com o aproveitamento obrigatório na primeira vaga que venha a ocorrer na classe inicial.

§ 3° O reconduzido, caso tenha sido promovido por merecimento, fará jus à promoção na primeira vaga a ser provida por idêntico critério, atribuindo-se-lhe, quanto à antigüidade na classe, os efeitos de sua promoção anterior.

§ 4° O reintegrado será submetido ao exame médico exigido para o ingresso na carreira, e, verificando-se sua inaptidão para exercício do cargo, será aposentado, com as vantagens a que teria direito, se efetivada a reintegração.

SEÇÃO VIII – DA REVERSÃO E DA READMISSÃO

Art. 206. (Vetado).

Art. 207. (Vetado).

CAPÍTULO II – DOS DIREITOS

SEÇÃO I – DA VITALICIEDADE E DA INAMOVIBILIDADE

Art. 208. Os membros do Ministério Público da União, após dois anos de efetivo exercício só poderão ser demitidos por decisão judicial transitada em julgado.

Parágrafo único. A propositura de ação para perda de cargo, quando decorrente de proposta do Conselho Superior depois de apreciado o processo administrativo, acarretará o afastamento do membro do Ministério Público da União do exercício de suas funções, com a perda dos vencimentos e das vantagens pecuniárias do respectivo cargo.

Art. 209. Os membros do Ministério Público da União são inamovíveis, salvo motivo de interesse público, na forma desta Lei Complementar.

Art. 210. A remoção, para efeitos desta Lei Complementar, é qualquer alteração de lotação.

Parágrafo único. A remoção será feita de ofício, a pedido singular ou por permuta.

Art. 211. A remoção de ofício, por iniciativa do Procurador-Geral, ocorrerá somente por motivo de interesse público, mediante decisão do Conselho Superior, pelo voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.

Art. 212. A remoção a pedido singular atenderá à conveniência do serviço mediante requerimento apresentado nos quinze dias seguintes à publicação de aviso da existência de vaga, ou, decorrido este prazo, até quinze dias após a publicação da deliberação do Conselho Superior sobre a realização de concurso para ingresso na carreira.

§ 1° O aviso será publicado no "Diário Oficial", dentro de quinze dias da vacância.

§ 2° Havendo mais de um candidato à remoção, ao fim do primeiro prazo previsto no "caput" deste artigo, será removido o de maior antigüidade; após o decurso deste prazo, prevalecerá a ordem cronológica de entrega dos pedidos.

Art. 213. A remoção por permuta será concedida mediante requerimento dos interessados.

SEÇÃO II – DAS DESIGNAÇÕES

Art. 214. A designação é o ato que discrimina as funções que sejam compatíveis com as previstas nesta Lei Complementar, para cada classe das diferentes carreiras.

Parágrafo único. A designação para o exercício de funções diferentes das previstas para cada classe, nas respectivas carreiras, somente será admiti-

da por interesse do serviço, exigidas a anuência do designado e a autorização do Conselho Superior.

Art. 215. As designações serão feitas observados os critérios da lei e os estabelecidos pelo Conselho Superior:

I – para o exercício de função definida por esta Lei Complementar;

II – para o exercício de função nos ofícios definidos em lei.

Art. 216. As designações, salvo quando estabelecido outro critério por esta Lei Complementar, serão feitas por lista, no último mês do ano, para vigorar por um biênio, facultada a renovação.

Art. 217. A alteração da lista poderá ser feita, antes do termo do prazo, por interesse do serviço, havendo:

I – provimento de cargo;

II – desprovimento de cargo;

III – criação de ofício;

IV – extinção de ofício;

V – pedido do designado;

VI – pedido de permuta.

Art. 218. A alteração parcial da lista, antes do termo do prazo, quando modifique a função do designado, sem a sua anuência, somente será admitida nas seguintes hipóteses:

I – extinção, por lei, da função ou ofício para o qual estava designado;

II – nova lotação, em decorrência de:

a) promoção; e
b) remoção.

III – afastamento ou disponibilidade;

IV – aprovação pelo Conselho Superior, de proposta do Procurador-Geral, pelo voto secreto de dois terços de seus membros.

Parágrafo único. A garantia estabelecida neste artigo não impede a acumulação eventual de ofícios ou que sejam ampliadas as funções do designado.

Art. 219. (Vetado)

SEÇÃO III – DAS FÉRIAS E LICENÇAS

Art. 220. Os membros do Ministério Público, terão direito a férias de sessenta dias por ano, contínuos ou divididos em dois períodos iguais, salvo acúmulo por necessidade de serviço e pelo máximo de dois anos.

§ 1° Os períodos de gozo de férias dos membros do Ministério Público da União, que oficiem perante Tribunais, deverão ser simultâneos com os das férias coletivas destes, salvo motivo relevante ou o interesse do serviço.

§ 2° Independentemente de solicitação, será paga ao membro do Ministério Público da União, por ocasião das férias, importância correspondente a um terço da remuneração do período em que as mesmas devam ser gozadas.

§ 3° O pagamento da remuneração das férias será efetuado até dois dias antes do início de gozo do respectivo período, facultada a conversão de um terço das mesmas em abono pecuniário, requerido com pelo menos sessenta dias de antecedência, nele considerado o valor do acréscimo previsto no parágrafo anterior.

§ 4° Em caso de exoneração, será devida ao membro do Ministério Público da União indenização relativa ao período de férias a que tiver direito e ao incompleto, na proporção de um doze avos por mês de efetivo exercício, ou fração superior a quatorze dias, calculada com base na remuneração do mês em que for publicado o ato exoneratório.

Art. 221. O direito a férias será adquirido após o primeiro ano de exercício.

Art. 222. Conceder-se-á aos membros do Ministério Público da União licença:

I – por motivo de doença em pessoa da família;

II – por motivo de afastamento do cônjuge ou companheiro;

III – prêmio por tempo de serviço;

IV – para tratar de interesses particulares;

V – para desempenho de mandato classista;

§ 1° A licença prevista no inciso I será precedida de exame por médico ou junta médica oficial, considerando-se pessoas da família o cônjuge ou companheiro, o padrasto, a madrasta, o ascendente, o descendente, o enteado, o colateral consangüíneo ou afim até o segundo grau civil. A licença estará submetida, ainda, às seguintes condições:

a) somente será deferida se a assistência direta do membro do Ministério Público da União for indispensável e não puder ser dada simultaneamente com o exercício do cargo;

b) será concedida sem prejuízo dos vencimentos, vantagens ou qualquer direito inerente ao cargo, salvo para contagem de tempo de serviço em estágio probatório, até noventa dias, podendo ser prorrogada por igual prazo nas mesmas condições. Excedida a prorrogação, a licença será considerada como para tratar de interesses particulares.

§ 2° A licença prevista no inciso II poderá ser concedida quando o cônjuge ou companheiro for deslocado para outro ponto do Território Nacional, para o exterior ou para exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivos e Legislativos; será por prazo indeterminado e sem remuneração salvo se o

membro do Ministério Público da União puder ser lotado, provisoriamente, em ofício vago no local para onde tenha se deslocado e compatível com seu cargo caso em que a licença será convertida em remoção provisória.

§ 3° A licença prevista no inciso III será devida após cada qüinqüênio ininterrupto de exercício, pelo prazo de três meses, observadas as seguintes condições:

a) será convertida em pecúnia em favor dos beneficiários do membro do Ministério Público da União falecido, que não a tiver gozado;

b) não será devida a quem houver sofrido penalidade de suspensão durante o período aquisitivo ou tiver gozado as licenças previstas nos incisos II e IV;

c) será concedida sem prejuízo dos vencimentos, vantagens ou qualquer direito inerente ao cargo;

d) para efeito de aposentadoria, será contado em dobro o período não gozado.

§ 4° A licença prevista no inciso IV poderá ser concedida ao membro do Ministério Público da União vitalício, pelo prazo de até dois anos consecutivos, sem remuneração, observadas as seguintes condições:

a) poderá ser interrompida, a qualquer tempo, a pedido do interessado ou no interesse do serviço;

b) não será concedida nova licença antes de decorrido dois anos do término da anterior.

§ 5° A licença prevista no inciso V será devida ao membro do Ministério Público da União investido em mandato em confederação, federação, associação de classe de âmbito nacional ou sindicato representativo da categoria, observadas as seguintes condições:

a) somente farão jus à licença os eleitos para cargos de direção ou representação nas referidas entidades, até o máximo de três por entidade;

b) a licença terá duração igual à do mandato, podendo ser prorrogada no caso de reeleição, e por uma única vez;

c) será concedida sem prejuízo dos vencimentos, vantagens ou qualquer direito inerente ao cargo.

§ 6° É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença prevista no inciso I.

§ 7° A licença concedida dentro de sessenta dias do término de outra da mesma espécie será considerada como prorrogação.

Art. 223. Conceder-se-á aos membros do Ministério Público da União, além das previstas no artigo anterior, as seguintes licenças:

I – para tratamento de saúde, a pedido ou de ofício, com base em perícia médica, observadas as seguintes condições:

a) a licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do cargo;

b) a perícia será feita por médico ou junta médica oficial, se necessário, na residência do examinado ou no estabelecimento hospitalar em que estiver internado;

c) inexistindo médico oficial, será aceito atestado passado por médico particular;

d) findo o prazo da licença, o licenciado será submetido a inspeção médica oficial, que concluirá pela volta ao serviço, pela prorrogação da licença ou pela aposentadoria;

e) a existência de indícios de lesões orgânicas ou funcionais é motivo de inspeção médica.

II – por acidente em serviço, observadas as seguintes condições:

a) configura acidente em serviço o dano físico ou mental que se relacione, mediata ou imediatamente, com as funções exercidas;

b) equipara-se ao acidente em serviço o dano decorrente de agressão não provocada e sofrida no exercício funcional, bem como o dano sofrido em trânsito a ele pertinente;

c) a licença será concedida sem prejuízo dos vencimentos e vantagens inerentes ao exercício do cargo;

d) o acidentado em serviço, que necessite de tratamento especializado, não disponível em instituição pública, poderá ser tratado em instituição privada, à conta de recursos públicos, desde que o tratamento seja recomendado por junta médica oficial;

e) a prova do acidente deverá ser feita no prazo de dez dias, contado de sua ocorrência, prorrogável quando as circunstâncias o exigirem.

III – à gestante, por cento e vinte dias, observadas as seguintes condições:

a) poderá ter início no primeiro dia do nono mês de gestação, salvo antecipação por prescrição médica;

b) no caso de nascimento prematuro, a licença terá início a partir do parto;

c) no caso de natimorto, decorridos trinta dias do evento a mãe será submetida a exame médico e, se julgada apta, reassumirá as suas funções;

d) em caso de aborto atestado por médico oficial, a licença dar-se-á por trinta dias, a partir da sua ocorrência.

IV – pelo nascimento ou a adoção de filho, o pai ou adotante, até cinco dias consecutivos;

V – pela adoção ou a obtenção de guarda judicial de criança até um ano de idade, o prazo da licença do adotante ou detentor da guarda será de trinta dias.

SEÇÃO IV – DOS VENCIMENTOS E VANTAGENS

Art. 224. Os membros do Ministério Público da União receberão o vencimento, a representação e as gratificações previstas em lei.

§ 1° Sobre os vencimentos incidirá a gratificação adicional por tempo

de serviço, à razão de um por cento por ano de serviço público efetivo, sendo computado o tempo de advocacia, até o máximo de quinze anos, desde que não cumulativo com tempo de serviço público.

§ 2° (Vetado).

§ 3° Os vencimentos serão fixados com diferença não superior a dez por cento de uma para outra das classes de cada carreira.

§ 4° Os Subprocuradores-Gerais do Ministério Público da União terão os mesmos vencimentos e vantagens.

Art. 225. Os vencimentos do Procurador-Geral da República são os de Subprocurador-Geral da República, acrescidos de vinte por cento, não podendo exceder os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Parágrafo único. O acréscimo previsto neste artigo não se incorpora aos vencimentos do cargo de Procurador-Geral da República.

Art. 226. (Vetado).

Art. 227. Os membros do Ministério Público da União farão jus, ainda, às seguintes vantagens:

I – ajuda de custo em caso de:

a) remoção de ofício, promoção ou nomeação que importe em alteração do domicílio legal, para atender às despesas de instalação na nova sede de exercício em valor correspondente a até três meses de vencimentos;

b) serviço fora da sede de exercício, por período superior a trinta dias, em valor correspondente a um trinta avos dos vencimentos, pelos dias em que perdurar o serviço, sem prejuízo da percepção de diárias.

II – diárias, por serviço eventual fora da sede, de valor mínimo equivalente a um trinta avos dos vencimentos para atender às despesas de locomoção, alimentação e pousada;

III – transporte:

a) pessoal e dos dependentes, bem como de mobiliário, em caso de remoção, promoção ou nomeação, previstas na alínea *a* do inciso I;

b) pessoal, no caso de qualquer outro deslocamento a serviço, fora da sede de exercício.

IV – auxílio-doença, no valor de um mês de vencimento, quando ocorrer licença para tratamento de saúde por mais de doze meses, ou invalidez declarada no curso deste prazo;

V – salário-família;

VI – "pro labore" pela atividade de magistério, por hora-aula proferida em cursos, seminários ou outros eventos destinados ao aperfeiçoamento dos membros da Instituição;

VII – assistência médico-hospitalar, extensiva aos inativos, pensionistas e dependentes, assim entendida como o conjunto de atividades relacionadas com a prevenção, conservação ou recuperação da saúde, abrangendo serviços profissionais médicos, paramédicos, farmacêuticos e odontológicos, bem como o fornecimento e a aplicação dos meios e dos cuidados essenciais à saúde;

VIII – auxílio-moradia, em caso de lotação em local cujas condições de moradia sejam particularmente difíceis ou onerosas, assim definido em ato do Procurador-Geral da República;

IX – gratificação natalina, correspondente a um doze avos da remuneração a que fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano, considerando-se como mês integral a fração igual ou superior a quinze dias.

§ 1° A gratificação natalina será paga até o dia vinte do mês de dezembro de cada ano.

§ 2° Em caso de exoneração antes do mês de dezembro, a gratificação natalina será proporcional aos meses de exercício e calculada com base na remuneração do mês em que ocorrer a exoneração.

§ 3° A gratificação natalina não será considerada para cálculo de qualquer vantagem pecuniária.

§ 4° Em caso de nomeação, as vantagens previstas no incisos I, alínea *a*, e III, alínea *a*, são extensivas ao membro do Ministério Público da União sem vínculo estatutário imediatamente precedente, desde que seu último domicílio voluntário date de mais de doze meses.

§ 5° (Vetado).

§ 6° A assistência médico-hospitalar de que trata o inciso VII será proporcionada pela União, de preferência através de seus serviços, de acordo com normas e condições reguladas por ato do Procurador-Geral da República, sem prejuízo da assistência devida pela previdência social.

§ 7° (Vetado).

§ 8° À família do membro do Ministério Público da União que falecer no prazo de um ano a partir de remoção de ofício, promoção ou nomeação de que tenha resultado mudança de domicílio legal serão devidos a ajuda de custo e o transporte para a localidade de origem, no prazo de um ano, contado do óbito.

Art. 228. Salvo por imposição legal, ou ordem judicial, nenhum desconto incidirá sobre a remuneração ou provento e a pensão devida aos membros do Ministério Público da União ou a seus beneficiários.

§ 1° Mediante autorização do devedor, poderá haver consignação em folha de pagamento a favor de terceiro.

§ 2° As reposições e indenizações em favor do erário serão descontadas em parcelas mensais de valor não excedente à décima parte da remuneração ou provento, em valores atualizados.

Art. 229. O membro do Ministério Público da União que, estando em débito com o erário, for demitido, exonerado ou que tiver sua aposentadoria ou disponibilidade cassada, terá o prazo de sessenta dias para quitar o débito.

Parágrafo único. Não ocorrendo a quitação do débito no prazo estabelecido neste artigo, deverá ele ser inscrito em dívida ativa.

Art. 230. A remuneração, o provento e a pensão dos membros do Ministério Público da União e de seus beneficiários não serão objeto de arresto, seqüestro ou penhora, salvo em caso de dívida de alimentos, resultante de decisão judicial.

SEÇÃO V – DA APOSENTADORIA E DA PENSÃO

Art. 231. O membro do Ministério Público da União será aposentado, compulsoriamente, por invalidez ou aos setenta anos de idade, e facultativamente aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na carreira.

§ 1° Será contado como tempo de serviço para aposentadoria, não cumulativamente, até o limite de quinze anos, o tempo de exercício da advocacia.

§ 2° O membro do Ministério Público da União poderá ainda ser aposentado, voluntariamente, aos sessenta e cinco anos de idade, se homem, e aos sessenta, se mulher, com proventos proporcionais ao tempo de serviço.

§ 3° Ao membro do Ministério Público da União, do sexo feminino, é facultada a aposentadoria, com proventos proporcionais, aos vinte e cinco anos de serviço.[3]

§ 4° A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a vinte e quatro meses, salvo quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o exercício de suas funções.

§ 5° Será aposentado o membro do Ministério Público que, após vinte e quatro meses contínuos de licença para tratamento de saúde, for considerado inválido para o exercício de suas funções; não terá efeito interruptivo desse prazo qualquer período de exercício das funções inferiores a trinta dias.

Art. 232. Os proventos da aposentadoria serão integrais.

Parágrafo único. Para o cálculo dos proventos da aposentadoria serão considerados os vencimentos do cargo imediatamente superior ao último exercido pelo aposentado; caso a aposentadoria se dê no último nível da carreira os vencimentos deste serão acrescidos do percentual de vinte por cento.

Art. 233. Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma proporção e data em que se modificar a remuneração dos membros do Ministério Público em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios e vantagens novas asseguradas à carreira, ainda que por força de transformação ou reclassificação do cargo.

3 Argüida a inconstitucionalidade – ADIn 994-0. Julgada procedente em 10.12.1998.

Art. 234. O aposentado conservará as prerrogativas previstas no artigo 18, inciso I, alínea *e*, e inciso II, alínea *e*, bem como carteira de identidade especial, de acordo com o modelo aprovado pelo Procurador-Geral da República e por ele expedida, contendo expressamente tais prerrogativas e o registro da situação de aposentado.

Art. 235. A pensão por morte, devida pelo órgão previdenciário aos dependentes de membros do Ministério Público da União, corresponderá à totalidade dos vencimentos ou proventos do falecido, assegurada a revisão do benefício, na forma do artigo 233.

CAPÍTULO III – DA DISCIPLINA

SEÇÃO I – DOS DEVERES E VEDAÇÕES

Art. 236. O membro do Ministério Público da União, em respeito à dignidade de suas funções e à da Justiça, deve observar as normas que regem o seu exercício e especialmente:

I – cumprir os prazos processuais;

II – guardar segredo sobre assunto de caráter sigiloso que conheça em razão do cargo ou função;

III – velar por suas prerrogativas institucionais e processuais;

IV – prestar informações aos órgãos da administração superior do Ministério Público, quando requisitadas;

V – atender ao expediente forense e participar dos atos judiciais, quando for obrigatória a sua presença; ou assistir a outros, quando conveniente ao interesse do serviço;

VI – declarar-se suspeito ou impedido, nos termos da lei;

VII – adotar as providências cabíveis em face das irregularidades de que tiver conhecimento ou que ocorrerem nos serviços a seu cargo;

VIII – tratar com urbanidade as pessoas com as quais se relacione em razão do serviço;

IX – desempenhar com zelo e probidade as suas funções;

X – guardar decoro pessoal.

Art. 237. É vedado ao membro do Ministério Público da União:

I – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

II – exercer a advocacia;

III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, exceto como cotista ou acionista;

IV – exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

V – exercer atividade político-partidária, ressalvada a filiação e o direito de afastar-se para exercer cargo eletivo ou a ele concorrer.[4]

SEÇÃO II – DOS IMPEDIMENTOS E SUSPEIÇÕES

Art. 238. Os impedimentos e as suspeições dos membros do Ministério Público são os previstos em lei.

SEÇÃO III – DAS SANÇÕES

Art. 239. Os membros do Ministério Público são passíveis das seguintes sanções disciplinares:

I – advertência;

II – censura;

III – suspensão;

IV – demissão; e

V – cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Art. 240. As sanções previstas no artigo anterior serão aplicadas:

I – a de advertência, reservadamente e por escrito, em caso de negligência no exercício das funções;

II – a de censura, reservadamente e por escrito, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com advertência ou de descumprimento de dever legal;

III – a de suspensão, até quarenta e cinco dias, em caso de reincidência em falta anteriormente punida com censura;

IV – a de suspensão, de quarenta e cinco a noventa dias, em caso de inobservância das vedações impostas por esta Lei Complementar ou de reincidência em falta anteriormente punida com suspensão até quarenta e cinco dias;

V – as de demissão, nos casos de:

a) lesão aos cofres públicos, dilapidação do patrimônio nacional ou de bens confiados à sua guarda;

b) improbidade administrativa, nos termos do artigo 37, § 4°, da Constituição Federal;

c) condenação por crime praticado com abuso de poder ou violação de dever para com a Administração Pública, quando a pena aplicada for igual ou superior a dois anos;

4 Argüida a inconstitucionalidade da expressão "ressalvada a filiação" – ADIn 1371-8. Julgada parcialmente procedente em 03.06.1998.

d) incontinência pública e escandalosa que comprometa gravemente, por sua habitualidade, a dignidade da Instituição;

e) abandono de cargo;

f) revelação de assunto de caráter sigiloso, que conheça em razão do cargo ou função, comprometendo a dignidade de suas funções ou da justiça;

g) aceitação ilegal de cargo ou função pública;

h) reincidência no descumprimento do dever legal, anteriormente punido com a suspensão prevista no inciso anterior.

VI – cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, nos casos de falta punível com demissão, praticada quando no exercício do cargo ou função.

§ 1° A suspensão importa, enquanto durar, na perda dos vencimentos e das vantagens pecuniárias inerentes ao exercício do cargo, vedada a sua conversão em multa.

§ 2° Considera-se reincidência, para os efeitos desta Lei Complementar, a prática de nova infração, dentro de quatro anos após cientificado o infrator do ato que lhe tenha imposto sanção disciplinar.

§ 3° Considera-se abandono do cargo a ausência do membro do Ministério Público ao exercício de suas funções, sem causa justificada, por mais de trinta dias consecutivos.

§ 4° Equipara-se ao abandono de cargo a falta injustificada por mais de sessenta dias intercalados, no período de doze meses.

§ 5° A demissão poderá ser convertida, uma única vez, em suspensão, nas hipóteses previstas nas alíneas "a" e "h" do inciso V, quando de pequena gravidade o fato ou irrelevantes os danos causados, atendido o disposto no artigo 244.

Art. 241. Na aplicação das penas disciplinares, considerar-se-ão os antecedentes do infrator, a natureza e a gravidade da infração, as circunstâncias em que foi praticada e os danos que dela resultaram ao serviço ou à dignidade da Instituição ou da Justiça.

Art. 242. As infrações disciplinares serão apuradas em processo administrativo, quando lhes forem cominadas penas de demissão, de cassação de aposentadoria ou de disponibilidade, a imposição destas dependerá, também, de decisão judicial com transito em julgado.

Art. 243. Compete ao Procurador-Geral de cada ramo do Ministério Público da União aplicar a seus membros as penas de advertência, censura e suspensão.

SEÇÃO IV – DA PRESCRIÇÃO

Art. 244. Prescreverá:

I – em um ano, a falta punível com advertência ou censura;

II – em dois anos, a falta punível com suspensão;

III – em quatro anos, a falta punível com demissão e cassação de aposentadoria ou de disponibilidade.

Parágrafo único. A falta, prevista na lei penal como crime, prescreverá juntamente com este.

Art. 245. A prescrição começa a correr:

I – do dia em que a falta for cometida; ou

II – do dia em que tenha cessado a continuação ou permanência, nas faltas continuadas ou permanentes.

Parágrafo único. Interrompem a prescrição a instauração do processo administrativo e a citação para a ação de perda do cargo.

SEÇÃO V – DA SINDICÂNCIA

Art. 246. A sindicância é o procedimento que tem por objeto a coleta sumária de dados para instauração, se necessário, de inquérito administrativo.

SEÇÃO VI – DO INQUÉRITO ADMINISTRATIVO

Art. 247. O inquérito administrativo, de caráter sigiloso, será instaurado pelo Corregedor-Geral, mediante portaria, em que designará comissão de três membros para realizá-lo, sempre que tomar conhecimento de infração disciplinar.

§ 1° A comissão, que poderá ser presidida pelo Corregedor-Geral, será composta de integrantes da carreira, vitalícios, e de classe igual ou superior à do indiciado.

§ 2° As publicações relativas a inquérito administrativo conterão o respectivo número, omitido o nome do indiciado, que será cientificado pessoalmente.

Art. 248. O prazo para a conclusão do inquérito e apresentação do relatório final é de trinta dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

Art. 249. A comissão procederá à instrução do inquérito, podendo ouvir o indiciado e testemunhas, requisitar perícias e documentos e promover diligências, sendo-lhe facultado o exercício das prerrogativas outorgadas ao Ministério Público da União, por esta Lei Complementar, para instruir procedimentos administrativos.

Art. 250. Concluída a instrução do inquérito, abrir-se-á vista dos autos ao indiciado, para se manifestar, no prazo de quinze dias.

Art. 251. A comissão encaminhará o inquérito ao Conselho Superior, acompanhado de seu parecer conclusivo, pelo arquivamento ou pela instauração de processo administrativo.

§ 1° O parecer que concluir pela instauração do processo administrativo formulará a súmula de acusação, que conterá a exposição do fato imputado, com todas as suas circunstâncias e a capitulação legal da infração.

§ 2° O inquérito será submetido à deliberação do Conselho Superior, que poderá:

I – determinar novas diligências, se o considerar insuficientemente instruído;

II – determinar o seu arquivamento;

III – instaurar processo administrativo, caso acolha a súmula de acusação;

IV – encaminhá-lo ao Corregedor-Geral, para formular a súmula da acusação, caso não acolha a proposta de arquivamento.

SEÇÃO VII – DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 252. O processo administrativo, instaurado por decisão do Conselho Superior, será contraditório, assegurada ampla defesa ao acusado.

§ 1° A decisão que instaurar processo administrativo designará comissão composta de três membros escolhidos dentre os integrantes da carreira, vitalícios, e de classe igual ou superior à do acusado, indicará o presidente e mencionará os motivos de sua constituição.

§ 2° Da comissão de processo administrativo não poderá participar quem haja integrado a precedente comissão de inquérito.

§ 3° As publicações relativas a processo administrativo conterão o respectivo número, omitido o nome do acusado, que será cientificado pessoalmente.

Art. 253. O prazo para a conclusão do processo administrativo e apresentação do relatório final é de noventa dias, prorrogável, no máximo, por trinta dias, contados da publicação da decisão que o instaurar.

Art. 254. A citação será pessoal, com entrega de cópia da portaria, do relatório final do inquérito e da súmula da acusação, cientificado o acusado do dia, da hora e do local do interrogatório.

§ 1° Não sendo encontrado o acusado em seu domicílio, proceder-se-á à citação por edital publicado no "Diário Oficial", com o prazo de quinze dias.

§ 2° O acusado, por si ou através de defensor que nomear, poderá oferecer defesa prévia, no prazo de quinze dias, contado do interrogatório, assegurando-se-lhe vista dos autos no local em que funcione a comissão.

§ 3° Se o acusado não tiver apresentado defesa, a comissão nomeará defensor, dentre os integrantes da carreira e de classe igual ou superior à sua, reabrindo-se-lhe o prazo fixado no parágrafo anterior.

§ 4º Em defesa prévia, poderá o acusado requerer a produção de provas orais, documentais e periciais, inclusive pedir a repetição daquelas já produzidas no inquérito.

§ 5º A comissão poderá indeferir, fundamentadamente, as provas desnecessárias ou requeridas com intuito manifestamente protelatório.

Art. 255. Encerrada a produção de provas, a comissão abrirá vista dos autos ao acusado, para oferecer razões finais, no prazo de quinze dias.

Art. 256. Havendo mais de um acusado, os prazos para defesa serão comuns e em dobro.

Art. 257. Em qualquer fase do processo, será assegurada à defesa a extração de cópia das peças dos autos.

Art. 258. Decorrido o prazo para razões finais, a comissão remeterá o processo, dentro de quinze dias, ao Conselho Superior, instruído com relatório dos seus trabalhos.

Art. 259. O Conselho Superior do Ministério Público, apreciando o processo administrativo, poderá:

I – determinar novas diligências, se o considerar insuficientemente instruído, caso cm que, efetivadas estas, proceder-se-á de acordo com os artigos 264 e 265;

II – propor o seu arquivamento ao Procurador-Geral;

III – propor ao Procurador-Geral a aplicação de sanções que sejam de sua competência;

IV – propor ao Procurador-Geral da República o ajuizamento de ação civil para:

a) demissão de membro do Ministério Público da União com garantia de vitaliciedade;

b) cassação de aposentadoria ou disponibilidade.

Parágrafo único. Não poderá participar da deliberação do Conselho Superior quem haja oficiado na sindicância, ou integrado as comissões do inquérito ou do processo administrativo.

Art. 260. Havendo prova da infração e indícios suficientes de sua autoria, o Conselho Superior poderá determinar, fundamentadamente, o afastamento preventivo do indiciado, enquanto sua permanência for inconveniente ao serviço ou prejudicial à apuração dos fatos.

§ 1º O afastamento do indiciado não poderá ocorrer quando ao fato imputado corresponderem somente as penas de advertência ou de censura.

§ 2º O afastamento não ultrapassará o prazo de cento e vinte dias, salvo em caso de alcance.

§ 3º O período de afastamento será considerado como de serviço efetivo, para todos os efeitos.

Art. 261. Aplicam-se subsidiariamente, ao processo disciplinar, as normas do Código de Processo Penal.

SEÇÃO VIII – DA REVISÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 262. Cabe, em qualquer tempo, a revisão do processo de que houver resultado a imposição de penalidade administrativa:

I – quando se aduzam fatos ou circunstâncias suscetíveis de provar inocência ou de justificar a imposição de sanção mais branda; ou

II – quando a sanção se tenha fundado em prova falsa.

Art. 263. A instauração do processo de revisão poderá ser determinada de ofício, a requerimento do próprio interessado, ou se, falecido, do seu cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente ou irmão.

Art. 264. O processo de revisão terá o rito do processo administrativo.

Parágrafo único. Não poderá integrar a comissão revisora quem haja atuado em qualquer fase do processo revisando.

Art. 265. Julgada procedente a revisão, será tornada sem efeito a sanção aplicada, com o restabelecimento, em sua plenitude, dos direitos por ela atingidos, exceto se for o caso de aplicar-se penalidade menor.

TÍTULO IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 266. (Vetado).

Art. 267. (Vetado).

Art. 268. Ficam criados seis cargos de Subprocurador-Geral da República.

Art. 269. Ficam criados setenta e quatro cargos de Procurador Regional da República.

§ 1° O primeiro provimento de todos os cargos de Procurador Regional da República será considerado simultâneo, independentemente da data dos atos de promoção.

§ 2° Os vencimentos iniciais do cargo de Procurador Regional da República serão iguais aos do cargo de Procurador de Justiça do Distrito Federal.

Art. 270. Os atuais Procuradores da República de 1.ª Categoria, que ingressaram na carreira até a data da promulgação da Constituição Federal, terão seus cargos transformados em cargos de Procurador Regional da República, mantidos seus titulares e lotações.

§ 1° Os cargos transformados na forma deste artigo, excedentes do limite previsto no artigo anterior, serão extintos à medida que vagarem.

§ 2° Os Procuradores da República ocupantes dos cargos transformados na forma deste artigo poderão ser designados para oficiar perante os Juízes Federais e 05 Tribunais Regionais Eleitorais.

Art. 271. Os cargos de Procurador da República de 1ª Categoria não alcançados pelo artigo anterior e os atuais cargos de Procurador da República de 2ª Categoria são transformados em cargos de Procurador da República.

§ 1° Na nova classe, para efeito de antigüidade, os atuais Procuradores da República de 1ª Categoria precederão os de 2ª Categoria; estes manterão na nova classe a atual ordem de antigüidade.

§ 2° Os vencimentos iniciais do cargo de Procurador da República serão iguais aos do atual cargo de Procurador da República de 1ª Categoria.

Art. 272. São transformados em cargos de Procurador do Trabalho de 1.ª Categoria cem cargos de Procurador do Trabalho de 2ª Categoria.

Art. 273. Os cargos de Procurador do Trabalho de 1ª e de 2ª Categoria passam a denominar-se, respectivamente, Procurador Regional do Trabalho e Procurador do Trabalho.

§ 1° Até que sejam criados novos cargos de Subprocurador-Geral do Trabalho, os atuais Procuradores do Trabalho de 1ª Categoria, cujo cargo passa a denominar-se Procurador Regional do Trabalho e que estejam atuando junto ao Tribunal Superior do Trabalho, ali permanecerão exercendo suas atribuições.

§ 2° Os vencimentos iniciais dos cargos do Procurador Regional do Trabalho e de Procurador do Trabalho serão iguais aos dos cargos de Procurador Regional da República e de Procurador da República, respectivamente.

Art. 274. Os cargos de Procurador Militar de 1.ª e 2.ª Categoria passam a denominar-se, respectivamente, Procurador da Justiça Militar e Promotor da Justiça Militar.

Parágrafo único. Até que sejam criados novos cargos de Subprocurador-Geral da Justiça Militar, os atuais Procuradores Militares da 1.ª Categoria cujos cargos passam a denominar-se Procuradores da Justiça Militar e que estejam atuando junto ao Superior Tribunal Militar, ali permanecerão exercendo suas atribuições.

Art. 275. O cargo de Promotor de Justiça Substituto passa a denominar-se Promotor de Justiça Adjunto.

Art. 276. Na falta da lei prevista no artigo 16, a atuação do Ministério Público na defesa dos direitos constitucionais do cidadão observará, além das disposições desta Lei Complementar, as normas baixadas pelo Procurador-Geral da República.

Art. 277. As promoções nas carreiras do Ministério Público da União, na vigência desta Lei Complementar, serão precedidas da adequação das listas de antigüidade aos critérios de desempate nela estabelecidos.

Art. 278. Não se farão promoções nas carreiras do Ministério Público da União antes da instalação do Conselho Superior do ramo respectivo.

Art. 279. As primeiras eleições, para composição do Conselho Superior de cada ramo do Ministério Público da União e para elaboração das listas tríplices para Procurador-Geral do Trabalho, Procurador-Geral da Justiça Militar e Procurador-Geral de Justiça, serão convocadas pelo Procurador-Geral da República, para se realizarem no prazo de noventa dias da promulgação desta Lei Complementar.

§ 1° O Procurador-Geral da República disporá, em ato normativo, sobre as eleições previstas neste artigo, devendo a convocação anteceder de trinta dias a data de sua realização.

§ 2° Os Conselhos Superiores serão instalados no prazo de quinze dias, contado do encerramento da apuração.

Art. 280. Entre os eleitos para a primeira composição do Conselho Superior de cada ramo do Ministério Público da União, os dois mais votados, em cada eleição, terão mandato de dois anos; os menos votados, de um ano.

Art. 281. Os membros do Ministério Público da União, nomeados antes de 5 de outubro de 1988, poderão optar entre o novo regime jurídico e o anterior à promulgação da Constituição Federal, quanto às garantias, vantagens e vedações do cargo.

Parágrafo único. A opção poderá ser exercida dentro de dois anos, contados da promulgação desta Lei Complementar, podendo a retratação ser feita no prazo de dez anos.

Art. 282. Os Procuradores da República nomeados antes de 5 de outubro de 1988 deverão optar, de forma irretratável, entre as carreiras do Ministério Público Federal e da Advocacia-Geral da União.

§ 1° (Vetado).

§ 2° Não manifestada a opção, no prazo estabelecido no parágrafo anterior, o silêncio valerá como opção tácita pela carreira do Ministério Público Federal.

Art. 283. Será criada por lei a Escola Superior do Ministério Público da União, como órgão auxiliar da Instituição.

Art. 284. Poderão ser admitidos como estagiários no Ministério Público da União estudantes de Direito inscritos na Ordem dos Advogados do Brasil.

Parágrafo único. As condições de admissão e o valor da bolsa serão fixados pelo Procurador-Geral da República, sendo a atividade dos estagiários regulada pelo Conselho Superior de cada ramo.

Art. 285. (Vetado).

Art. 286. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações constantes do Orçamento da União.

Art. 287. Aplicam-se subsidiariamente aos membros do Ministério Público da União as disposições gerais referentes aos servidores públicos, respeitadas, quando for o caso, as normas especiais contidas nesta Lei Complementar.

§ 1° O regime de remuneração estabelecido nesta Lei Complementar não prejudica a percepção de vantagens concedidas, em caráter geral, aos servidores públicos civis da União.

§ 2° O disposto neste artigo não poderá importar em restrições ao regime jurídico instituído nesta Lei Complementar ou na imposição de condições com ele incompatíveis.

Art. 288. Os membros do Ministério Público Federal, cuja promoção para o cargo final de carreira tenha acarretado a sua remoção para o Distrito Federal, poderão, no prazo de trinta dias da promulgação desta Lei Complementar, renunciar à referida promoção e retornar ao Estado de origem, ocupando o cargo de Procurador Regional da República.

Art. 289. Sempre que ocorrer a criação simultânea de mais de um cargo de mesmo nível nas carreiras do Ministério Público da União, o provimento dos mesmos, mediante promoção, presumir-se-á simultâneo, independentemente da data dos atos de promoção.

Art. 290. Os membros do Ministério Público da União terão mantida em caráter provisório a sua lotação, enquanto não entrarem em vigor a lei e o ato a que se referem os artigos 34 e 214.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não obsta as alterações de lotação decorrentes de remoção, promoção ou designação previstas nesta Lei Complementar.

Art. 291. (Vetado).

Art. 292. (Vetado).

Art. 293. Ao membro ou servidor do Ministério Público da União é vedado manter, sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro, ou parente até o segundo grau civil.

Art. 294. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 295. Revogam-se as disposições em contrário.

Itamar Franco
Presidente da República

Maurício Corrêa

CONSTITUIÇÃO FEDERAL
TEXTO PARCIAL

TÍTULO IV – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
CAPÍTULO IV – DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA
SEÇÃO I – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 127. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

§ 1° São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

§ 2° Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.[1]

§ 3° O Ministério Público elaborará sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.

§ 4° Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites estipulados na forma do § 3°.[2]

§ 5° Se a proposta orçamentária de que trata este artigo for encaminhada em desacordo com os limites estipulados na forma do § 3°, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.[3]

---

1 Parágrafo alterado pelo art.14 da Emenda Constitucional n.19, de 04 de junho de 1998. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 2.° Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no artigo 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas e de provas e títulos; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento;"

2 Parágrafo acrescido pelo art.1° da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004.

3 Parágrafo acrescido pelo art.1° da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004.

§ 6º Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.[4]

Art. 128. O Ministério Público abrange:

I – O Ministério Público da União, que compreende:

a) o Ministério Público Federal;
b) o Ministério Público do Trabalho;
c) o Ministério Público Militar;
d) o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;

II – os Ministérios Públicos dos Estados.

§ 1º O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes da carreira, maiores de trinta e cinco anos, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.

§ 2º A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.

§ 3º Os Ministérios Públicos dos Estados e do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 4º Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

§ 5º Leis complementares da União e dos Estados, cuja iniciativa é facultada aos respectivos Procuradores-Gerais, estabelecerão a organização, as atribuições e o estatuto de cada Ministério Público, observadas, relativamente a seus membros:

I – as seguintes garantias:

a) vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa;[5]

4 Parágrafo acrescido pelo art.1º da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004.

5 Alínea alterada pelo art.1º da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004. Assim dispunha a alínea alterada: "b) inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa."

c) irredutibilidade de subsídio, fixado na forma do artigo 39, § 4º, e ressalvado o disposto nos artigos 37, X e XI, 150, II, 153, III, 153, § 2º, I;[6]

II – as seguintes vedações:

a) receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

b) exercer a advocacia;

c) participar de sociedade comercial, na forma da lei;

d) exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

e) exercer atividade político-partidária;[7]

f) receber, a qualquer título ou pretexto, auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei.[8]

§ 6º Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no art. 95, parágrafo único, V.[9]

Art. 129. São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia;

III – promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição;

V – defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas;

VI – expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VII – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar mencionada no artigo anterior;

VIII – requisitar diligências investigatórias e a instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

IX – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, sendo-lhe vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.

6 Alínea alterada pelo art.15 da Emenda Constitucional n.19, de 04 de junho de 1998. Assim dispunha a alínea alterada: "c) irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o que dispõem os artigos 37, XI, 150, II, 153, III, 153, § 2.º, I;"

7 Alínea alterada pelo art.1º da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004. Assim dispunha a alínea alterada: "e) exercer atividade político-partidária, salvo exceções previstas na lei."

8 Alínea acrescida pelo art.1º da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004.

9 Parágrafo acrescido pelo art.1º da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004.

§ 1° A legitimação do Ministério Público para as ações civis previstas neste artigo não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto nesta Constituição e na lei.

§ 2° As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.[10]

§ 3° O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em Direito, no mínimo, três anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.[11]

§ 4° Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no art. 93.[12]

§ 5° A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.[13]

Art. 130. Aos membros do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas aplicam-se as disposições desta seção pertinentes a direitos, vedações e forma de investidura.

Art. 130-A. O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, admitida uma recondução, sendo:[14]

I - o Procurador-Geral da República, que o preside;

II - quatro membros do Ministério Público da União, assegurada a representação de cada uma de suas carreiras;

III - três membros do Ministério Público dos Estados;

IV - dois juízes, indicados um pelo Supremo Tribunal Federal e outro pelo Superior Tribunal de Justiça;

V - dois advogados, indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil;

VI - dois cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada, indicados um pela Câmara dos Deputados e outro pelo Senado Federal.

---

10 Parágrafo alterado pelo art.1° da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004. Assim dispunha o parágrafo alterado: "§ 2° As funções de Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação."

11 Parágrafo alterado pelo art.1° da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004. Assim dispunha o parágrafo alterado: " § 3° O ingresso na carreira far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, e observada, nas nomeações, a ordem de classificação".

12 Parágrafo alterado pelo art.1° da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004. Assim dispunha o parágrafo alterado: "Aplica-se ao Ministério Público, no que couber, o disposto no artigo 93, II e VI."

13 Parágrafo acrescido pelo art.1° da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004.

14 Artigo e parágrafos acrescidos pelo art.2° da Emenda Constitucional n.45, de 08 de dezembro de 2004.

§ 1° Os membros do Conselho oriundos do Ministério Público serão indicados pelos respectivos Ministérios Públicos, na forma da lei.

§ 2° Compete ao Conselho Nacional do Ministério Público o controle da atuação administrativa e financeira do Ministério Público e do cumprimento dos deveres funcionais de seus membros, cabendo-lhe:

I - zelar pela autonomia funcional e administrativa do Ministério Público, podendo expedir atos regulamentares, no âmbito de sua competência, ou recomendar providências;

II - zelar pela observância do art. 37 e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Ministério Público da União e dos Estados, podendo desconstituí-los, revê-los ou fixar prazo para que se adotem as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, sem prejuízo da competência dos Tribunais de Contas;

III - receber e conhecer das reclamações contra membros ou órgãos do Ministério Público da União ou dos Estados, inclusive contra seus serviços auxiliares, sem prejuízo da competência disciplinar e correicional da instituição, podendo avocar processos disciplinares em curso, determinar a remoção, a disponibilidade ou a aposentadoria com subsídios ou proventos proporcionais ao tempo de serviço e aplicar outras sanções administrativas, assegurada ampla defesa;

IV - rever, de ofício ou mediante provocação, os processos disciplinares de membros do Ministério Público da União ou dos Estados julgados há menos de um ano;

V - elaborar relatório anual, propondo as providências que julgar necessárias sobre a situação do Ministério Público no País e as atividades do Conselho, o qual deve integrar a mensagem prevista no art. 84, XI.

§ 3° O Conselho escolherá, em votação secreta, um Corregedor nacional, dentre os membros do Ministério Público que o integram, vedada a recondução, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pela lei, as seguintes:

I - receber reclamações e denúncias, de qualquer interessado, relativas aos membros do Ministério Público e dos seus serviços auxiliares;

II - exercer funções executivas do Conselho, de inspeção e correição geral;

III - requisitar e designar membros do Ministério Público, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de órgãos do Ministério Público.

§ 4° O Presidente do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil oficiará junto ao Conselho.

§ 5° Leis da União e dos Estados criarão ouvidorias do Ministério Público, competentes para receber reclamações e denúncias de qualquer interessado contra membros ou órgãos do Ministério Público, inclusive contra seus serviços auxiliares, representando diretamente ao Conselho Nacional do Ministério Público.

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL
TEXTO PARCIAL

TÍTULO III – DO ESTADO
CAPÍTULO II – DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES
SEÇÃO IV – DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA
SUBSEÇÃO I – DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 119. O Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a que incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Parágrafo único. São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional.

Art. 120. São funções institucionais do Ministério Público:

I – promover, privativamente, a ação penal pública, na forma da lei;

II – zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos constitucionalmente assegurados, promovendo as medidas necessárias à sua garantia;

III – promover inquérito civil e ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos;

IV – promover ação direta de inconstitucionalidade, ação declaratória de constitucionalidade e representação para o fim de intervenção do Estado em Município, nos casos previstos nesta Constituição;[1]

V – expedir notificação nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informação e documento para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva;

VI – exercer o controle externo da atividade policial, na forma da lei complementar respectiva;

VII – requisitar diligência investigatória e instauração de inquérito policial, indicados os fundamentos jurídicos de suas manifestações processuais;

VIII – exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, vedada a representação judicial e a consultoria jurídica de entidade pública.

1Inciso com redação dada pelo art. 3.º da Emenda à Constituição nº 88, de 2/12/2011.

Art. 121. Além das funções previstas na Constituição da República e nas leis, incumbe ao Ministério Público, nos termos de sua lei complementar:

I – exercer a fiscalização de estabelecimento prisional ou que abrigue idoso, menor, incapaz ou portador de deficiência;

II – participar de organismo estatal de defesa do meio ambiente, do consumidor, de política penal e penitenciária e de outros afetos à sua área de atuação.

Art. 122. Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional, administrativa e financeira, cabendo-lhe, especialmente:

I – propor ao Poder Legislativo a criação e a extinção de seus cargos e serviços auxiliares e a fixação do subsídio de seus membros e da remuneração de seus servidores;[2]

II – expedir, nos termos desta Constituição, ato de provimento de cargo inicial de carreira e dos serviços auxiliares, de promoção, de remoção, de readmissão e de reversão;

III – editar ato de aposentadoria, exoneração, demissão e outros que importem vacância de cargo de carreira ou dos serviços auxiliares;

IV – organizar suas secretarias e os serviços auxiliares das Procuradorias e Promotorias de Justiça;

V – elaborar regimento interno;

VI - elaborar sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias.[3]

§ 1° – Os atos de que tratam os incisos I, II, III e VI do "caput" deste artigo são da competência do Procurador-Geral de Justiça.[4]

§ 2° – Se o Ministério Público não encaminhar a respectiva proposta orçamentária dentro do prazo estabelecido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, o Poder Executivo considerará, para fins de consolidação da proposta orçamentária anual, os valores aprovados na lei orçamentária vigente, ajustados de acordo com os limites mencionados no inciso VI do "caput" deste artigo.[5]

§ 3° – Se a proposta orçamentária do Ministério Público for encaminhada em desacordo com os limites a que se refere o inciso VI do "caput" deste artigo, o Poder Executivo procederá aos ajustes necessários para fins de consolidação da proposta orçamentária anual.[6]

2 Inciso alterado pelo art. 34 da Emenda Constitucional n. 84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha o inciso alterado: "propor ao Poder Legislativo criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares e a fixação dos vencimentos de seus membros e servidores".

3 Inciso acrescido pelo art.34 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010.

4 Parágrafo alterado pelo art.34 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha o parágrafo alterado: "Parágrafo único. Os atos de que tratam os incisos I, II e III são da competência do Procurador Geral de Justiça".

5 Parágrafo acrescido pelo art.34 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010.

6 Parágrafo acrescido pelo art.34 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010.

§ 4° – Durante a execução orçamentária do exercício, não poderá haver a realização de despesas ou a assunção de obrigações que extrapolem os limites estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias, exceto se previamente autorizadas, mediante a abertura de créditos suplementares ou especiais.[7]

Art. 123. O Ministério Público Estadual é exercido:

I – pelo Procurador-Geral de Justiça;

II – pelos Procuradores de Justiça;

III – pelos Promotores de Justiça.

§ 1° Os membros do Ministério Público, em exercício, que gozem de vitaliciedade, formarão lista tríplice entre os Procuradores de Justiça de categoria mais elevada, na forma da lei complementar, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Governador do Estado para mandato de dois anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

§ 2° Recebida a lista tríplice, o Governador do Estado, nos vinte dias subsequentes, nomeará um dos seus integrantes e lhe dará posse.

§ 3° Caso o Governador do Estado não nomeie ou empossе o Procurador- Geral de Justiça no prazo do parágrafo anterior, será investido no cargo o mais votado entre os integrantes da lista, para o exercício do mandato.

§ 4° O Procurador-Geral de Justiça poderá ser destituído por deliberação da maioria dos membros do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.

Art. 124. O Ministério Público junto do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça Militar será exercido por Procurador de Justiça integrante do Ministério Público Estadual.[8]

Art. 125. É facultada ao Procurador-Geral de Justiça a iniciativa de lei complementar que disponha sobre:

I – organização, atribuições e Estatuto do Ministério Público, observado o seguinte:

a) ingresso na carreira do Ministério Público mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Minas Gerais, em sua realização, sendo exigidos o título de bacharel em Direito e, no mínimo, três anos de atividade jurídica, e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação;[9]

7 Parágrafo acrescido pelo art.34 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010.

8 Argüida a inconstitucionalidade da expressão "do Tribunal de Contas e do" – ADin 2068. Declarada inconstitucional em 03.04.2003.

9 Alínea alterada pelo art.35 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha a alínea alterada: "a) ingresso na carreira mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Estado de Minas Gerais, em sua realização e observada, nas nomeações, a ordem de classificação;".

b) promoção, por antiguidade e merecimento, alternadamente, de uma para outra entrância ou categoria, e da entrância mais elevada para o cargo imediato de Procurador de Justiça, aplicado, no que couber, o disposto no art. 98, II;

c) subsídio fixado em lei, com diferença não superior a 10% (dez por cento) nem inferior a 5% (cinco por cento) de uma categoria da carreira para a subsequente, não podendo exceder o valor atribuído ao Procurador-Geral de Justiça, que não poderá ser superior ao que perceber o Desembargador do Tribunal de Justiça;[10]

d) aposentadoria dos membros do Ministério Público e pensão de seus dependentes, nos termos do art. 36 desta Constituição;[11]

e) direitos previstos nos incisos VIII, XII, XVII, XVIII e XIX do art. 7° da Constituição da República, no § 4° e no inciso I do § 6° do art. 31 desta Constituição;[12]

II – controle externo da atividade policial, por meio do exercício das seguintes atribuições, entre outras:

a) fiscalizar o cumprimento dos mandados de prisão;

b) receber, diretamente da autoridade policial, os inquéritos e quaisquer outras peças de informação;

c) fixar prazo para prosseguimento de inquérito policial;

d) requisitar diligência à autoridade policial;

e) inspecionar as unidades policiais civis ou militares;

f) receber cópia de ocorrência lavrada pela Polícia Civil ou pela Polícia Militar;

g) avocar, excepcional e fundamentadamente, inquérito policial em andamento;

III – procedimentos administrativos de sua competência;

IV – manutenção de curadorias especializadas para atuação na defesa do meio ambiente, dos direitos do consumidor e do patrimônio cultural do Estado.

Parágrafo único – A distribuição de processos no Ministério Público será imediata.[13]

Art. 126. Aos membros do Ministério Público são asseguradas as seguintes garantias:

I – vitaliciedade, após dois anos de exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado;

10 Alínea alterada pelo art.35 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha a alínea alterada: "c) vencimentos fixados com diferença não excedente a dez por cento de uma para outra das entrâncias ou categorias da carreira, não podendo exceder, a qualquer título, os atribuídos ao Procurador Geral de Justiça, cuja remuneração não poderá ser superior à que perceber, a qualquer título, o Desembargador";

11 Alínea alterada pelo art.35 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha a alínea alterada: "d) aposentadoria com proventos integrais, compulsória por invalidez ou aos setenta anos de idade e facultativa aos trinta anos de serviço, após cinco anos de exercício efetivo na carreira, observado o disposto no art. 36, § 4°;"

12 Alínea alterada pelo art.35 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha a alínea alterada: "os direitos previstos no art. 7°, VIII, XII, XVII, XVIII e XIX, da Constituição da República; no § 4° e no inciso I do § 6° do art. 31 e no § 5° do art. 36 desta Constituição".

13 Parágrafo único acrescido pelo art.35 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010.

II – inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada a ampla defesa;[14]

III – irredutibilidade de subsídio, ressalvado o disposto no "caput" e nos §§ 1° e 7° do art. 24 desta Constituição e nos arts. 150, "caput", II, e 153, "caput", III, e § 2°, I, da Constituição da República.[15]

Parágrafo único. Aplica-se aos casos de disponibilidade e aposentadoria, por interesse público, o disposto no inciso II deste artigo.

Art. 127. Os membros do Ministério Público se sujeitam, entre outras, às seguintes vedações:

I – receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, honorários, percentagens ou custas processuais;

II – exercer a advocacia;

III – participar de sociedade comercial, na forma da lei;[16]

IV – exercer, ainda que em disponibilidade, qualquer outra função pública, salvo uma de magistério;

V – exercer atividade político-partidária;[17]

VI – receber, a qualquer título ou pretexto, auxílio ou contribuição de pessoa física ou de entidade pública ou privada, ressalvadas as exceções previstas em lei.[18]

§ 1° – As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, que deverão residir na comarca da respectiva lotação, salvo autorização do chefe da instituição.[19]

§ 2° – Aplica-se aos membros do Ministério Público o disposto no inciso V do art. 102 desta Constituição.[20]

---

14 Inciso alterado pelo art.36 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha o inciso alterado: "II - inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa;".

15 Inciso alterado pelo art.36 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha o Inciso alterado: "irredutibilidade de vencimentos, observado, quanto à remuneração, o disposto na Constituição da República.".

16 Inciso alterado pelo art.37 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha o inciso alterado: "III – exercer o comércio ou participar de sociedade comercial, na forma da lei;".

17 Inciso alterado pelo art.37 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha o inciso alterado: "V – exercer atividade político-partidária, salvo exceção prevista em lei.".

18 Inciso acrescido pelo art.37 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010.

19 Parágrafo alterado pelo art.37 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010. Assim dispunha o parágrafo alterado: "Parágrafo único. As funções do ministério Público são privativas dos integrantes da carreira, que deverão residir nas comarcas da respectiva lotação.".

20 Parágrafo acrescido pelo art.37 da Emenda Constitucional n.84, de 22 de dezembro de 2010.

ÍNDICE

– A –

ABUSO DE PODER
- destituição do PGJ – art. 10
- destituição do Corregedor-Geral – art. 46

AÇÃO CIVIL
- atribuição do PGJ – arts. 18, LX, 24, VI, e 103, § 2.°
- autorização – Colégio de Procuradores - art. 21, VIII
- membro do Ministério Público aposentado – cassação de proventos – art. 103, § 3.°
- perda do cargo – casos – art. 103, § 1.°

AÇÃO CIVIL PÚBLICA
- arquivamento do inquérito – revisão – CSMP – art. 70
- atribuição do PGJ – art. 69, XI
- função institucional – art. 66, VI
- procedimento – inquérito – ato do PGJ – art. 69, parágrafo único

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE
- função institucional – art. 66, I
- propositura – atribuição do PGJ – art. 69, II
- representação ao PGR – atribuição do PGJ – art. 69, IV

AÇÃO PENAL PÚBLICA
- competência originária – atribuição do PGJ – art. 69, VI
- função institucional privativa – art. 66, V

ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO
- anuênio – art. 143, § 2.°
- quinquênio – art. 119, IX
- trintenário – art. 119, XII

ADMINISTRAÇÃO
- atos de administração geral, execução orçamentária – art. 18, XI
- atos de gestão – art. 18, XII
- órgãos de – art. 4.°, II
- tribunais e foruns – instalações privativas – art. 2.°, § 2.°

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- órgãos de – art. 4.°, I

AFASTAMENTO
- aprovação do CSMP – art. 142, § 1.°
- casos de permissão – art. 142
- da carreira – inelegibilidade – PGJ – art. 7.°, I; CAPJ, art. 23, § 6.°; CSMP, art. 29; CGMP, art. 44
- da carreira para exercício de outros cargos – art. 142, I e II
- exercício de outra função – vedação – art. 142, § 6.°
- interesses particulares – art. 142, III
- perda de classificação – art. 142, § 3.°
- proibição – art. 142. § 2.°
- vencimentos – art. 142, §§ 4.° e 5.°
- vencimentos – cargo público eletivo – art. 142, § 7.°

AFASTAMENTO DO PGJ
- casos – art. 17
- exercício de mandato – contagem de tempo – art. 17, § 1.°
- substituição em decorrência de – art. 17, § 2.°
- substituição – afastamento, ausência e impedimentos temporários – art. 8.°
- substituição – suspeição – art. 8.°, parágrafo único

AJUDA DE CUSTO
- despesas de transporte e mudança – art. 119, I
- valor – art. 131

ANTIGUIDADE
- indicação para promoção e remoção – atribuição do CSMP – art. 33, III
- julgamento de recurso – atribuição da CAPJ – art. 24, VII, "c"
- quadro geral – aprovação – atribuição do CSMP – art. 33, VIII
- recurso – recusa – promoção – art. 186, § 2.°
- voto oral e motivado – promoção – art. 186

APOSENTADO
- garantias e prerrogativas – art. 109, §§ 2° e 3°
- proventos – fixação – revisão – art. 117, parágrafo único

APOSENTADORIA
- cassação de proventos – ação civil – art. 103, § 3.°
- pedido de – afastamento da atividade – art. 146, § 2.°
- proventos – valores – revisão – art. 146
- proventos – pagamentos – demonstrativo art. 146, § 1.°
- proventos – pagamento pela Tesouraria da PGJ – art. 18 da LC 61/2001

APROVEITAMENTO
- caso – art. 199
- extinção de cargo – reintegração - disponibilidade – art.198, § 1°.
- retorno à atividade – inspeção médica – art. 199, § 2.°

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
- comparecimento do PGJ – art. 18, IX
- destituição do PGJ – autorização – arts. 10 e 12
- proposta de criação de cargos – art. 275
- proposta de destituição do PGJ – deliberação – art. 15
- relatório de atividades do MP – apresentação art. 18, X

ASSESSORIA
- do Corregedor-Geral – art. 43
- especial – art. 92

ASSESSORIA ESPECIAL
- órgão de assessoramento – art. 88, IV
- composição – art. 92

ATENDIMENTO AO PÚBLICO
- Promotor de Justiça – atribuição – art. 74, II

ATRIBUIÇÕES
- aprovação – fixação – atribuição da CAPJ – art. 24, XII
- aprovação – exclusão, inclusão ou modificação – atribuição da CAPJ – art. 24, XIII
- conflito de – decisão – atribuição do PGJ – art. 18, XXII
- plano geral de atuação – art. 19
- propor a fixação – atribuição do PGJ – art. 18, XXXIII
- propor a exclusão, inclusão ou modificação – atribuição do PGJ – art. 18, XXIV
- relatório – atribuição da CGMP – art. 39, X e XI

AUTONOMIA
- eficácia plena e executoriedade imediata – decisões do MP – art. 2.°, § 1.°
- funcional, administrativa e financeira – art. 2.°
- iniciativa de lei – atribuição do PGJ – art. 18, VIII

AUXÍLIO FUNERAL
- concessão – art. 119, III
- equiparação do companheiro ou cônjuge – art. 119, § 4.°

AUXÍLIO MORADIA
- critérios para concessão – art. 119, II
- período em que será devido – art. 119, § 3.°

– C –

CÂMARA DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
- atribuições – art. 24

- composição – art. 23
- eleição – inscrição – art. 23, § 1.°
- eleições – inscrições insuficientes – membros mais antigos – art. 23, § 2.°
- eleição – voto plurinominal – art. 23, § 9.°
- incompatibilidade – art. 23, § 8.°
- inelegibilidade – art. 23, §§ 6.° e 7.°
- membros natos – art. 23, § 5.°
- Órgão Especial – Colégio de Procuradores – art. 20
- perda de mandato – art. 25
- posse e exercício – art. 23, § 11
- Procurador-Geral de Justiça – cargo de PGJ – substituição – art. 23, § 13
- Substituição – art. 23, § 4.°
- Votação – critério de desempate – art. 23, § 10

CARGOS
- criação e extinção – art. 2.°, V
- criação e extinção – proposta do PGJ – aprovação da CAPJ – art. 24, II
- perda do – ação civil – art. 103, § 1.°
- posse no prazo – perda – art. 164, § 2.°
- provimento – atribuição do PGJ – art. 18, XIII e XIV
- provimento inicial – art. 158
- quadro de pessoal do MP – Anexo a que se refere o art. 1.° da LC. 118/2011
- vencimentos diferença – art. 114
- vencimentos – Promotor de Justiça substituto – art. 163

CARGO DE CONFIANÇA
- convocação para o exercício – art. 18, XXXVII
- órgãos de assessoramento da PGJ – art. 88

CARGO DE DIREÇÃO
- Licença em caráter especial – art. 137, I
- Serviços Auxiliares – servidor efetivo – art. 87

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL
- atribuições – criação – ato da PGJ – art. 75
- coordenador – escolha – art. 75, §§ 1.° e 2.°
- estaduais – escolha do coordenador – art. 75, § 1.°
- regionais – escolha do coordenador – art. 75, § 2.°

CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL
- atribuições – art. 83
- composição – art. 82
- funcionamento e organização – ato da PGJ – manifestação do CSMP – art. 85
- Procuradores de Justiça – Centro de Apoio Operacional – art. 84

CHEFIA DE GABINETE
- escolha da PGJ – art. 90

CHEFIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- atribuição do PGJ – art. 18, I
- Procuradoria-Geral de Justiça – chefiada pelo PGJ – art. 5°

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
- atribuições e composição – art. 21
- Câmara de Procuradores – Órgão Especial – art. 20
- destituição do PGJ – admissibilidade da representação – art. 11
- eleição dos membros da CAPJ – art. 23

COMPENSAÇÃO
- designações para plantões – art. 18, § 2.° da LC n. 34/94 e art. 26 da LC n. 61/2001

COMISSÃO DE CONCURSO
- eleição dos membros – atribuição do CSMP – art. 77
- composição – art. 76
- gratificação por desempenho de função na – art. 81
- informações de candidatos – art. 80
- representante OAB – escolha – art. 79
- substituição – suplentes – art. 78

CONCURSO DE INGRESSO
- abertura – obrigatoriedade – art. 158, § 3.°
- abertura – omissão do PGJ – atribuição do CSMP – art. 33, XI
- edital – ato do PGJ – art. 158, § 4.°
- homologação – atribuição do CSMP – art. 33, XII
- participação OAB – art. 158, § 1.°

- prazo de conclusão – art. 160
- regulamento – aprovação da CAPJ – art. 161
- requisitos – art. 159
- validade – art. 158, § 2.°

CONDUTA INCOMPATÍVEL
- destituição do CGMP – art. 46
- destituição do PGJ – art. 10
- exoneração – art. 223
- pena de censura – art. 212, I

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- atribuições – arts. 26, 33 e 70
- composição – art. 27
- eleição – inscrição – art. 28, 2.°
- eleição – inscrições insuficientes – membros do Colégio – art. 28, § 5.°
- incompatibilidade – art. 29, § 3.°
- inelegibilidade – art. 29
- inelegibilidade – recurso – prazo – atribuição da CAPJ – arts. 24, X, e 29, § 4.°
- membros natos – art. 27
- perda de mandato – art. 30
- posse e exercício – art. 31
- substituição – art. 28, § 3.°
- votação – critérios de desempate – art. 28, § 4.°

CONSUMIDOR
- atribuição de defesa do – art. 61, I
- Programa Estadual de Proteção ao – atribuição do MP – art. 273

CONSTITUIÇÃO ESTADUAL
- Ministério Público na – arts. 119 a 127 da CE/1989

CONSTITUIÇÃO FEDERAL
- Ministério Público na – arts. 127 a 130 da CF/1988

CONTROLE EXTERNO
- da atividade policial – função institucional – art. 67, IV
- exercício pelo Poder Legislativo – art. 3.°, § 3.°

CONVÊNIOS
- celebração – art. 255, § 1.°
- do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – arts. 83, VIII e 259.
- do PGJ – art. 18, LII

CONVOCAÇÃO
- exercícios de cargo de confiança – art. 18, XXXVII
- pelo CGMP – art. 39, XXVI
- pelo PGJ – art. 18, LXI
- pena de advertência – desatendimento – art. 211, VIII

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- afastamento do cargo – art. 51
- assessoria – art. 43
- assessoria – recusa do PGJ em designar – atribuição da CAPJ – art. 24, XVIII
- atribuições – arts. 39 e 170
- destituição – atribuições do Colégio – art. 21, V
- destituição – casos – art. 46
- destituição – procedimento – arts. 47 a 50
- eleição – art. 37
- inelegibilidade – art. 44
- inelegibilidade – recurso – Colégio de Procuradores – art. 21, XI
- vacância do cargo – art. 45
- vedação – lista sêxtupla – art. 33, § 6.°

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- atribuições – art. 39
- estágio probatório – acompanhamento – art. 169
- impugnação de permanência na carreira – atribuição da CGMP – art. 171, § 2.°

CORREIÇÃO
- atribuição da CGMP – art. 39, II
- ordinária – art. 205
- remoção compulsória – interesse público – art. 215, III

CORREIÇÃO PARCIAL
- requerer – atribuição do MP – art. 72, VI, e 74, I

– D –

DECLARAÇÃO DE BENS
- nomeação – obrigatoriedade – art. 163, parágrafo único

DEFICIENTE
- atribuição de defesa – PJDC – art. 61, X
- fiscalização de estabelecimento que abrigue – art. 66, VIII

DELEGAÇÃO
- de funções administrativas pelo PGJ – art. 18, § 1.°
- de funções de órgão de execução pelo PGJ – art. 69, XIII
- membros do Ministério Público – retirada de autos – art. 106, X
- Procuradores de Justiça – art. 72, II
- Procurador-Geral de Justiça Adjunto Jurídico – Assessoria Especial – art. 89, § 1°, II
- Subcorregedores-Gerais – atribuições do CGMP – art. 41, IV

DENÚNCIA
- designação para oferecimento de – ato do PGJ – art. 18, XXI, "d"

DESIGNAÇÕES
- assessoria da CGMP – ato do PGJ – art. 43
- assessoria especial – art. 92
- atribuição do PGJ – art. 18, XXI
- CAPJ – recusa do PGJ – art. 24, XVIII
- compensação – ato do PGJ – art. 18, § 2°
- Coordenadores das Promotorias de Justiça – ato do PGJ – presidir processo disciplinar contra servidor – art. 63, IV
- Gabinete do PGJ – art. 90
- Procurador-Geral de Justiça Adjunto – escolha do PGJ – art. 89
- Secretaria-Geral – art. 91

DESPESA DE TRANPORTE
- v. ajuda de custo

DESTITUIÇÃO
- do CGMP – casos – art. 46
- do CGMP – procedimentos arts. 47 a 50
- do PGJ – casos – art. 10
- do PGJ – autorização da Assembléia Legislativa – art. 12
- do PGJ – representação do Colégio de Procuradores de Justiça – art. 21, II
- do PGJ – procedimento – arts. 11 a 16
- dos Subcorregedores-Gerais – art. 40, § 1.°

DEVERES
- dos membros do MP – art. 110

DIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- instituição – art. 82 da Lei n. 8.625/93

DIÁRIAS
- concessão – art. 119, VI
- valores – art. 132

DISPONIBILIDADE
- atribuição do CSMP – art. 33, VII
- cautelar – casos – art. 221
- cautelar – pressupostos – ato do PGJ – art. 222
- compulsória – casos – art. 219
- compulsória – decisão do CSMP – vencimentos – art. 218
- faculdade de obtenção – art. 104

– E –

ELEIÇÃO
- da CAPJ – art. 23
- Comissão de Concurso – atribuição do CSMP, art. 33, V
- do CGMP – art. 37
- do CSMP – art. 28
- do PGJ – art. 5.°, § 2.°

ESTAGIÁRIOS
- atribuições – art. 97
- certificado – expedição – art. 101
- concurso – dispensa de prazo – arts. 101, § 1.° e 270
- dispensa – art. 100
- remuneração – ato do PGJ – art. 94, § 1.°
- requisitos para admissão – art. 95
- seleção – art. 94
- vedações – art. 98 e 99

ESTATUTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- objeto da Lei Orgânica do MP – art. 2.° da Lei n. 8.625/93

EXECUÇÃO
- Órgão de – art. 4.°, III

EXERCÍCIO
- do PGJ – início – art. 6°
- nomeação – prazo para – art. 164
- promoção ou remoção – prazo para – art. 180

EXONERAÇÃO
- de membro do MP em estágio probatório – penalidade disciplinar – art. 223
- vitaliciamento – decisão do CSMP – art. 171, § 3.°

– F –

FÉRIAS
- acréscimo na remuneração – art. 119, XIV
- acumulação – art. 123, § 1.°
- direito a – art. 122
- fracionamento – art. 123, § 1.°
- gozo oportuno – art. 126
- individuais – art. 122, § 1.°
- pagamento – gratificação – art. 124
- regularidade de serviço – art. 125
- suspensão e indeferimento – art. 123
- gozo indeferido por necessidade de serviço – indenização – art. 122, § 5.°

FÉRIAS-PRÊMIO
- concessão – critérios – art. 127
- disponibilidade – exclusão do tempo – art. 127, parágrafo único
- falecimento – percepção pelo cônjuge – art. 130
- período de gozo – art. 127

FÓRUNS
- construção – dependência exclusivas do MP – art. 257
- instalações do MP – administração – art. 2.°, § 2.°

FUNÇÕES
- acumulação – exclusão de proibição – art. 111, parágrafo único
- afastamento do PGJ – art. 17
- afastamento do CGMP – art. 51
- estagiários – arts. 96 e 97
- magistério – possibilidade de exercício cumulativo – art. 111, IV
- órgão de execução – art. 66
- vedação de exercício – afastamento – art. 142, § 6.°
- vedação de exercício – licença – art. 138

FUNÇÕES INSTITUCIONAIS
- dos órgãos de execução – art. 66
- exercício das – art. 67
- privativas – nulidade – art. 66, parágrafo único
- propor ao PGJ providências relacionadas ao desempenho das – art. 24, I

FUNDO ESTADUAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR
- recolhimento de multas – reversão ao – art. 24 da LC n. 61/2001

– G –

GABINETE DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
- órgão de assessoramento – art. 88, II
- atribuições – art. 90

GOVERNADOR
- encaminhamento de lista tríplice – art. 5.°, § 7.°
- nomeação do PGJ – art. 5.°, § 1.°
- omissão do – exercício do cargo de PGJ – art. 5.°, § 8.°
- notificação e requisições – art. 67, §§ 1° e 9°
- posse do PGJ perante o – art. 6°

GARANTIAS
- asseguradas aos membros do MP – art. 103

GRATIFICAÇÃO
- eleitoral – art. 119, VIII
- exercício em comarca de difícil provimento – art. 119, X

- férias – art. 119, XIV
- integrantes da comissão de Concurso – art. 81
- prestação de serviços à Justiça do Trabalho – art. 50, VII da Lei n. 8.625/93
- magistério – art. 119, XI
- natalina – art. 119, XIII
- por tempo de serviço – art. 119, IX
- trintenária – art. 119, XII

– H –

HABEAS CORPUS
- atribuição do MP – arts. 72, VI e 74, I
- dever do membro do Ministério Público – requerer – art. 110, XXVI, "c"

– I –

IMÓVEL
- residência do membro do MP – art. 274

IMPEDIMENTOS
- do PGJ – substituição – art. 8.°
- dos integrantes dos órgãos colegiados – art. 34

INAMOVIBILIDADE
- garantias dos membros do MP – art. 103, II

INCAPACIDADE
- determinada a suspensão do exercício funcional – competência do CSMP – art. 33, XIX
- física e mental – procedimento – arts. 139 a 141
- propor a verificação de – art. 18, LVIII
- substituição dos membros do Ministério Público – art.200, § 2°

INCAPAZES
- fiscalização de estabelecimento que abrigue – art. 66, VIII

INELEGIBILIDADES
- eleição do PGJ – art. 7.°
- eleição da CAPJ – art. 23, §§ 6.° e 7.°
- eleição do CGMP – arts. 37 e 44
- eleição do CSMP – art. 28 e 29

INFRAÇÃO PENAL
- praticada por membro do MP – art. 105, § 1.°
- praticada pelo PGJ – afastamento – art. 17, I
- praticada pelo CGMP – afastamento – art. 51, I

INFRAÇÕES DISCIPLINARES
- penalidades – art. 208
- processo disciplinar – arts. 227 a 247
- recurso – art. 230

INICIATIVA DE LEIS
- atribuição do PGJ – art. 18, VIII

INQUÉRITO CIVIL
- disciplina – ato do PGJ – art. 69, parágrafo único
- instauração – atribuição do MP – art. 66, VI
- revisão – arquivamento – atribuição do CSMP – art. 70

INQUÉRITO POLICIAL
- designação – acompanhamento – ato do PGJ – art. 18, XXI, "e"
- instauração – atribuição do MP – art. 74, XVIII
- oferecimento de denúncia – não-confirmação de arquivamento – designação – ato do PGJ – art. 18, XXI, "d"

INSPEÇÃO
- nas Procuradorias de Justiça – art. 39, I
- nas Promotorias de Justiça – art. 39, II
- nas secretarias criminais – art. 110, XXVI
- permanente – art. 73
- remoção compulsória – interesse público – art. 215, III
- solicitação ao CGMP – atribuição do CSMP – art. 33, XVII

INTERESSES SOCIAIS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS
- defesa – função institucional do MP – art. 1.°

INTERVENÇÃO
- do Estado, nos Municípios – representação – atribuição do PGJ – art. 69, III
- da União no Estado – representação – art. 69, IV
- propor ação – função do Ministério Público – art. 66, III

INTIMAÇÃO
- do membro do MP – expedição pela Autoridade Judiciária ou pela Administração Superior do MP – art. 105, II
- pessoal – autos com vista – art. 106, III

– J –

JUNTA RECURSAL DO PROCON
- criação – art. 23, § 6.°, da LC 61/2001.
- órgão de execução – art. 8.°, III, "e"

JUSTIÇA ELEITORAL
- atribuição do Promotor de Justiça – art. 74, III
- designação – ato do PGJ – arts. 18, XXI, "h", e 252

JUSTIÇA MILITAR
- membros que oficiam perante a – quadro do MP – art. 260

– L –

LEI ORGÂNICA
- proposta de modificação – competência da CAPJ – art. 24, I
- proposta de modificação – encaminhamento – competência do PGJ – art. 18, VI
- Ministério Público da União – LC 75/93
- Ministério Público do Estado de Minas Gerais – LC 34/94 e LC 61/01
- Nacional do Ministério Público – Lei n. 8.625/93

LICENÇA
- concessão – casos – art. 133
- em caráter especial – art. 137
- gestante – art. 136
- motivo de doença – pessoa da família – art. 135
- tratamento de saúde – art. 134
- vedação de exercício de outra função – art. 138

LISTAS SÊXTUPLAS
- elaboração – atribuição do CSMP – art. 33, I
- inscrição – inelegibilidade – art. 7.°, VII
- inscrição – vedação – art. 33, § 6.°
- Tribunais – composição do MP – art. 108

– M –

MANDADO DE INJUNÇÃO
- atribuição do PGJ – art. 69, XII

MANDADO DE SEGURANÇA
- atribuição do MP – arts. 72, VI, e 74, I

MANDATO
- da Secretaria das Promotorias de Justiça – art. 75, § 4°
- do CGMP – art. 37
- do PGJ – art. 5.°, § 1.°
- dos Procuradores de Justiça – membros da CAPJ – art. 23
- dos Procuradores de Justiça – membros do CSMP – art. 27
- perda de – órgãos colegiados – arts. 25 e 30

MEIO AMBIENTE
- proteção – atribuição do MP – art. 66, VI, "a"

MEMBRO NATO
- PGJ e CGMP – órgãos colegiados – arts. 23, § 5.°, e 27

MERECIMENTO
- processo de votação – competência do CSMP – art. 33, § 4°
- promoção – arts. 187 a 191
- promoção – estágio probatório – art. 181, parágrafo único
- remoção – arts. 192 a 194

MINISTÉRIO PÚBLICO
- autonomia – art. 2.°
- chefia – atribuição do PGJ – art. 18, I
- conceito – art. 1.°
- controle externo pelo Poder Legislativo – art. 4.°, § 2.° da Lei n. 8.625/93
- órgãos auxiliares – art. 4.°, IV
- órgãos de administração – art. 4.°, II
- órgãos de administração superior – art. 4.°, I
- órgãos de execução – art. 4.°, III
- princípios institucionais – art. 1.°, parágrafo único

MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
- definição, princípios e funções – arts. 1.° ao 5.° LC 75/93
- competências – arts. 6.° a 8.° da LC 75/93
- estrutura – art. 24 da LC 75/93

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS
- competências, órgãos, carreira – arts. 149 a 154 da LC 75/93

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
- competências e órgãos de carreira – arts. 83 a 86 da LC 75/93

MINISTÉRIO PÚBLICO DOS ESTADOS
- organização – Lei n. 8.625/93

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
- competências e carreira – arts. 37 a 44 da LC 75/93

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
- competências, órgãos e carreira – arts. 116 a 119 da LC 75/93

– N –

NOMEAÇÃO
- do PGJ – art. 5.°, I
- do Promotor de Justiça substituto – art. 163

NOTIFICAÇÕES
- encaminhamento pelo PGJ – art. 67, § 1.°
- expedição – atribuição do MP – art. 67, I, "a"
- falta ao trabalho para atendimento – art. 67, § 4.°
- gratuidade – art. 67, § 3.°

– O –

ORÇAMENTO
- anual – elaboração de proposta – atribuição do PGJ – art. 18, VII
- aprovação de proposta orçamentária – CAPJ – art. 24, II
- dotação orçamentária – custeio das atividades do MP – requisição – PGJ – art. 18, XLVII
- duodécimos – dotações orçamentárias – art. 3.°, § 1.°
- Governador do Estado – proposta do MP – Lei de Diretrizes Orçamentárias – art. 18, XLIX
- Recursos próprios – art. 3.°, § 2.°
- Tribunal de Contas – MP – art. 3.°, § 4.°

ÓRGÃO ESPECIAL
- CAPJ – art. 20

ÓRGÃOS AUXILIARES
- Centros de Apoio Operacional – art. 75
- Comissão de Concurso – arts. 76 a 81
- Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – arts. 82 a 85
- Órgãos de Apoio Administrativo – arts 86 a 87
- Órgãos de Assessoramento – arts. 88 a 92
- estagiários – arts. 93 a 102

ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR
- Colégio de Procuradores de Justiça – arts. 20 a 25
- Conselho Superior do Ministério Público – art. 26 a 33
- Corregedoria-Geral do Ministério Público – arts. 37 a 51
- Procuradoria-Geral de Justiça – art. 5.°

ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO
- Procuradoria de Justiça – arts. 52 a 56
- Promotoria de Justiça – arts. 57 a 65

ÓRGÃOS DE EXECUÇÃO
- Conselho Superior do Ministério Público – art. 70
- Procuradores de Justiça – arts. 71 a 73
- Procurador-Geral de Justiça – art. 69
- Promotores de Justiça – art. 74

– P –

PATRIMÔNIO PÚBLICO
- defesa – atribuição do MP – art. 66, VI, "b"
- defesa – função cumulativa – PJDC – art. 68, III

PENALIDADES
- advertência – art. 211
- censura – arts. 212 e 213
- disponibilidade cautelar – arts. 221 e 222
- disponibilidade compulsória – arts. 218 a 220
- exoneração – art. 223
- prescrição – art. 226
- remoção compulsória – arts. 214 a 217

PENSÃO
- valor – revisão – arts. 117, parágrafo único e art. 147

PENSÃO POR MORTE
- ato do PGJ – art. 156
- beneficiários – arts. 148, 150, 151 e 152
- equiparação cônjuge – art. 157
- extinção – arts. 149 e 150, § 2.°
- genitor – administração dos valores – art. 155
- verba previdenciária – impedimento de concessão – art. 154

PLANO GERAL DE ATUAÇÃO
- apresentação – PGJ – art. 19
- aprovação – CAPJ – art. 24, III
- participação – CAO – Procuradorias e Promotorias de Justiça – art. 19, parágrafo único

PLANTÃO
- compensação – arts. 18, § 2.° da LC 34/94 e art. 26 da LC 61/2001
- designação – art. 18, XXI, "j" e XLIV
- direito a férias individuais – art. 122
- escala – art. 110, XXXIII
- propor escala – Procuradorias de Justiça – art. 55, I
- propor escala – Promotorias de Justiça – art. 63, I

POSSE
- de Promotor de Justiça substituto – art. 164
- do CGMP – art. 37, § 2.°
- do membro da CAPJ – art. 23, § 11
- do membro do CSMP – art. 31
- do PGJ – art. 6.°

PRERROGATIVAS
- asseguradas aos membros do MP – art. 105
- carteira funcional – porte de arma – art. 109
- no exercício da função – art. 106

PRISÃO
- em flagrante do membro do MP – comunicação e apresentação ao PGJ – art. 105, III
- especial – art. 105, V
- ordem judicial escrita – art. 105, II

PROCEDIMENTO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO
- aplicação da penalidade – art. 244
- disponibilidade cautelar – art. 222
- disposições gerais – arts. 244 a 247
- proibição de se aposentar – art. 210

PROCESSO DISCIPLINAR ADMINISTRATIVO
- aplicação de penalidade – divisão – art. 227
- comissão – ato do PGJ – art. 228
- Procurador de Justiça – instauração contra – art. 228, § 1.°
- proibição de promoção – art. 184, II
- incapacidade mental – indícios – suspensão – art. 229
- recurso – decisão condenatória – CAPJ – art. 230
- revisão – fatos novos – art. 248

PROCON
- transferência para o MP – art. 273
- criação – art. 22 da LC 61/2001
- competências – art. 23 da LC 61/2001

PROCURADORES DE JUSTIÇA

- atribuições do MP perante os tribunais – arts 71
- atribuições – art. 72
- interposição de recurso – atribuição concorrente – art. 72, § 4.°
- promoção – curso – art. 179
- Promotores de Justiça – inspeção permanente nos serviços – art. 73
- Sustentação oral – obrigatoriedade – art. 72, § 2.°
- remuneração – cálculo – art. 17 da LC n. 61/2001
- subsídio mensal – art. 116
- subsídio mensal – revisão – art. 117
- Tribunal de Contas – atribuições – art. 67, XII
- Tribunal de Contas e Justiça Militar – membros do MP – art. 260

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA

- afastamento – art. 17
- atribuições administrativas – art. 18
- cargos de confiança e serviços temporários – convocação – art. 18, XXXVII
- chefe do MP – art. 18, I
- chefe da Procuradoria-Geral de Justiça – art. 5.°
- comparecimento – Assembléia Legislativa – art. 18, IX
- designação de membros do MP – art. 18, XXI
- destituição – procedimentos – arts. 10 a 16
- destituição pela Assembléia Legislativa – art. 15
- férias – arts. 123, § 2.° e 126
- iniciativa de leis do MP – art. 18, VIII
- investidura do mais votado – art. 5.°, § 8.°
- lista tríplice – art. 5.°, § 1.°
- normas da eleição – voto obrigatório – art. 5.°, § 2.°
- normas da eleição – data – art. 5.°, § 3.°
- órgãos de execução – art. 69
- posse e exercício – art. 6.°
- publicidade dos atos – arts. 18, XXXII
- recondução – arts 5.°, § 1.°
- renúncia – lista tríplice – art. 5.°, § 3.°
- Secretário de Estado – representação e prerrogativa – art. 6.°, parágrafo único
- subsídio mensal – art. 116
- Substituição – art. 8.°
- Suspeição – substituição – art. 8.°, parágrafo único
- Vacância – art. 9.°
- Vedação – lista sêxtupla – art. 33, § 6.°

PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA ADJUNTO

- administrativo – art.89, § 2°
- atribuições – art. 89
- institucional – art.89, § 3°
- jurídico – art. 89, § 1°
- órgão de assessoramento – art. 88, I
- substituição do PGJ – art. 8.°
- vedação – lista sêxtupla – art. 33, § 6.°

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

- chefia – art. 5.°
- Órgão da Administração Superior – art. 4.°, I, "a"

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

- atribuições – proposta do PGJ – aprovação a CAPJ – art. 53
- classificação – art. 55
- coordenadores – atribuições – art. 55
- distribuição de serviços – critérios – art. 54
- interposição de recursos – art. 56
- órgãos de administração – art. 4.°, II, "a"
- remoção – critérios – art. 53, § 2.°
- serviços auxiliares – art. 52

PROMOÇÃO

- critérios – art. 177
- inscrição – requisitos – art. 178
- merecimento – voto oral – art. 33, § 4.°
- prazo para exercício – art. 180
- posse – art. 180, § 4.°
- recusa – antiguidade – voto oral e motivado – art. 186
- retorno por remoção – art. 177, § 1.° e § 2.°

PROMOTORES DE JUSTIÇA

- atribuições – art. 74
- convocação – cargo de confiança – serviços temporários – PGJ – art. 18, XXXVII
- designações pelo PGJ – art. 18, XXI
- estágio de orientação e preparação – arts. 165 a 168
- estágio probatório – período – 169
- estágio probatório – acompanhamento – art. 170
- promoção – estágio probatório – art. 181, parágrafo único
- provimento inicial do cargo – art. 158
- remuneração – cálculo – art. 17 da LC n. 61/2001

- subsídio mensal – revisão – art. 117
- vitaliciamento – arts. 173 a 175

PROMOTORES DE JUSTIÇA SUBSTITUTOS
- nomeação – art. 163
- número de cargos – art. 268

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
- atribuições – proposta do PGJ – aprovação da CAPJ – art. 57, §§ 2.° e 3.°
- classificação – arts. 58 a 60
- coordenadores – ato do PGJ – art. 63
- distrib uição dos serviços – critérios – art. 64
- interior – área de atuação criminal – art. 62
- instalação – arts. 15 e 16 da LC 61/2001
- órgãos de administração – art. 4.°, II, "b"
- Promotoria de Justiça com atuação perante a Auditoria Militar – art. 60, IV
- Promotoria de Justiça com atuação perante o Juizado Especial Criminal – art. 60, III
- Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo Criminal da Vara de Tóxicos – art. 60, II
- Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo da Fazenda Pública – art. 59, I
- Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Execução Penal – art. 60, V
- Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Família – art. 59, II
- Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Falências e Concordatas – art. 59, III
- Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Registros Públicos – art. 59, V
- Promotoria de Justiça com atuação perante o Juízo de Sucessões – art. 59, IV
- Promotoria de Justiça com atuação perante o Tribunal do Júri – art. 60, I
- Promotoria de Justiça da Infância e da Juventude – art. 61, XI
- Promotoria de Justiça de Combate ao Crime Organizado – art. 60, VI
- Promotoria de Justiça de Defesa da Ordem Econômica e Tributária – art. 61, VIII
- Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde – art. 61, VI
- Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor – art. 61, I
- Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente e do Patrimônio Histórico e Cultural – art. 61, II
- Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público – art. 61, III
- Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos dos Deficientes e Idosos – art. 61, X
- Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos, de Apoio Comunitário e de Conflitos Agrários – art. 61, IV
- Promotoria de Justiça de Fiscalização da Atividade Policial – art. 61, V
- Promotoria de Justiça de Habitação e Urbanismo – art. 61, VII
- Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações – art. 61, IX
- Promotoria de Justiça do Cidadão – art. 61
- Promotoria de Justiça do Cidadão – atuação conjunta – art. 61, § 3.°
- Promotorias de Justiça Criminais – atribuições cumulativas – art. 62, parágrafo único
- Promotorias de Justiça Criminais – subdivisão – art. 60
- Secretaria das Promotorias de Justiça – art. 75, § 3.°
- Serviços auxiliares – art. 57

PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA
- aprovação pela CAPJ – art. 24, II
- elaboração – ato do PGJ – art. 18, VII
- encaminhamento ao Governador – ato do PGJ – Lei de Diretrizes Orçamentárias – art. 18, XLIX

– Q –

QUADRO DE CARREIRA
- membros do MP – cargos – art. 1.°, Anexo da LC n. 118/2011
- servidores – sistema de controle interno do MP – art. 3.°, § 3.°

QUADRO DE ANTIGUIDADE
- aprovação – atribuição do CSMP – art. 33, VIII
- recurso – decisão proferida em reclamação – art. 24, VII, "c"

QUINQUÊNIO
- gratificação por tempo de serviço – art. 119, IX

– R –

REABILITAÇÃO
- prazo – art. 249
- reincidência – art. 224

RECOMENDAÇÕES
- aos estagiários – art. 97, III
- exercício da função – expedição pelo Ministério Público – art. 67, VI
- do CGMP – art. 39, VII e XXIV
- do CSMP – art. 33, IX
- do PGJ – art. 18, XXIV e XXV
- editar recomendações do CSMP – ato do PGJ – art. 18, XXV

RECONDUÇÃO
- Coordenador das Promotorias de Justiça – art. 75, § 4°
- do CGMP – art. 37
- do PGJ – art. 5.°, § 1.°

RECURSO
- atribuição do MP – art. 66, XI
- atribuição concorrente – art. 72, § 4.°
- inelegibilidade – Órgãos Colegiados – atribuição do Colégio de Procuradores – art. 21, XI
- julgamento – atribuição da CAPJ – art. 24, VII
- junto aos Tribunais locais e Superiores – art. 56
- permanência na carreira – impugnação – recurso – art. 171, § 3.°
- prazo – processo disciplinar – art. 230
- prazo – recusa – promoção – antiguidade – art. 186, § 2.°
- prazo – vitaliciamento – art. 173, § 3.°

RECURSOS FINANCEIROS
- não originários do Tesouro Estadual – art. 3.°, § 2.°

REGIME DISCIPLINAR
- disposições gerais – arts. 201 a 226

REINCIDÊNCIA
- casos – arts. 224 e 225
- concurso de infrações – sanção mais grave – art. 209
- pena de censura – art. 212

REINTEGRAÇÃO
- disposições gerais – art. 198

REMOÇÃO
- compulsória – penalidade – arts. 214 a 217
- – indicação – atribuições do CSMP – art. 33, II, III e IV
- por permuta – arts. 195 a 197
- Procuradorias de Justiça – art. 53, § 2.°
- voluntária – arts. 192 a 194
- prazo para exercício – art. 180
- posse – art. 180, § 4.°

REPRESENTAÇÃO
- judicial e extrajudicial do MP – atribuição do PGJ – art. 18, I

REQUISIÇÃO
- encaminhamento pelo PGJ – art. 67, § 1.°
- falta ao trabalho para atender – art. 67, § 4.°
- força policial – condução coercitiva – art. 67, I "a"
- gratuidade – art. 67, § 3.°
- policiamento – prédios do MP – art. 18, LVI
- servidores e meios materiais – art. 67, VII

RESIDÊNCIA DO MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO
- pena de indeferimento de inscrição para promoção – art. 178, I
- vedações – art. 274

REVISÃO
- casos – art. 248
- deliberação – atribuição da CAPJ – art. 24, IX
- subsídios mensais dos membros do Ministério Público – art. 117

– S –

SALÁRIO FAMÍLIA
- assegurado ao membro do MP – art. 119, V

SECRETARIA DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA
- criação – art. 75, § 3.°
- direção – art. 75, § 4.°

SECRETARIA-GERAL
- atribuições – art. 91
- órgão de assessoramento – art. 88, III

SERVIÇOS AUXILIARES
- cargo de direção – servidor efetivo – art. 87
- criação e extinção – atribuição do PGJ – aprovação da CAPJ – art. 18, IV
- das Procuradorias de Justiça – art. 52
- dos Procuradores de Justiça – art. 57
- provimento – atribuição do PGJ – art. 18, XIV

SERVIDORES
- fixação de vencimentos – atribuição do PGJ – art. 18, XV
- processo disciplinar – art. 233

SINDICÂNCIA
- disponibilidade cautelar – art. 222
- disposições gerais – arts. 234 e 243
- instauração – art. 235
- penalidade aplicável por – art. 234
- processo disciplinar administrativo – art. 227

SUBCORREGEDORES-GERAIS
- atribuições – art. 41
- destituição – art. 40, § 1.°
- escolha – critérios – art. 40
- função – obrigatoriedade – art. 40, § 2.°
- processo disciplinar – Procurador de Justiça – atribuição dos – art. 228, § 1.°

SUBSTITUIÇÃO
- automática – membro do MP – art. 200
- da CAPJ – art. 23, § 4°
- do CGMP – art. 41, I
- do CSMP – art. 28, § 3°
- do PGJ – art. 8.°
- tabela de substituições – atribuição do PGJ – art. 18, LVII, "b"

SUSPEIÇÃO
- acompanhamento de argüição – atribuição da CGMP – art. 39, XVIII
- órgãos colegiados – arts. 35 e 36
- PGJ – substituição – art. 8.°, parágrafo único

– T –

TEMPO DE SERVIÇO
- advocacia – cômputo – art. 144, § 3.°
- afastamento – art. 142, §§ 3.° e 5.°
- apuração – critérios – art. 143
- estágio – contagem – art. 102
- serviço público e privado – cômputo – critérios – art. 144

– V –

VACÂNCIA
- do cargo de CGMP – art. 45
- do cargo de PGJ – art. 9.°
- provimento – critério – art. 176

VANTAGENS
- asseguradas ao membro do MP – art. 119

VEDAÇÕES
- estagiários – art. 98
- membros do MP – art. 111
- membros do MP – cargo de confiança – art. 251

VENCIMENTOS
- disposições gerais – arts. 112 a 118
- fixação – membros do MP e servidores – atribuição do PGJ – art. 18, XV
- PGJ – Lei 10.228/90 – aplicação – art. 271
- PGJ – valor do subsídio mensal – art. 116
- Poder Judiciário – membro do MP – remuneração – limite máximo – art. 115
- revisão – subsídio mensal dos membros do MP – art. 117

VITALICIAMENTO
- decisão do CSMP – art. 33, VI
- disposições gerais – arts. 169 a 175
- exoneração – art. 223
- promoção por antiguidade ou merecimento – art. 181

- recurso – julgamento – atribuição da CAPJ – art. 24, VII, "a"
- tempo não computado – art. 121

VITALICIEDADE

- garantia do membro do MP – art. 103, I
- exoneração – art. 223

VOTO

- oral – promoção – merecimento – art. 33, § 4.°
- oral e motivado – promoção – antiguidade – art. 186
- plurinominal e obrigatório – eleição do PGJ – art. 5.°, § 2.°
- por procuração – vedação – eleição do PGJ – art. 5.°, § 4.°







Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Av. Álvares Cabral, 1.740 - Santo Agostinho - 3° Andar - 30170-916 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3330-8182 | *E-mail*: dipe@mp.mg.gov.br | http://www.mp.mg.gov.br



MPMG Ministério Público do Estado de Minas Gerais

CEAF Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

DIPE Diretoria de Produção Editorial

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
Av. Álvares Cabral, 1.740 - Santo Agostinho - 3° Andar - 30170-916 - Belo Horizonte, MG
Tel.: (31) 3330-8182 | *E-mail*: dipe@mp.mg.gov.br | http://www.mp.mg.gov.br